

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

Dissertação de Mestrado

**BAIRRO BELA VISTA E O PORTO DE SÃO FRANCISCO DO
SUL: UM ESTUDO SOBRE O MODO DE PRODUZIR A
EXISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS**

DAUTO J. DA SILVEIRA

FLORIANÓPOLIS, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

DAUTO J. DA SILVEIRA

**BAIRRO BELA VISTA E O PORTO DE SÃO FRANCISCO DO
SUL: UM ESTUDO SOBRE O MODO DE PRODUZIR A
EXISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller

Co-Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued

Florianópolis, 2010

**BAIRRO BELA VISTA E O PORTO DE SÃO FRANCISCO DO
SUL: UM ESTUDO SOBRE O MODO DE PRODUZIR A
EXISTÊNCIA DOS PESCADORES ARTESANAIS**

Dauto J. da Silveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Presidente: _____
Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller (UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. Ana Maria Torres Rodrigues (ICM/BIO)

Membro: _____
Prof. Dr. Maria Soledad Etcheverry Orchard (UFSC)

Membro: _____
Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza - Suplente (UFSC)

homenagem

Aos homens que adjudicam ao desenvolvimento das forças produtivas a condição de superar os limites históricos.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof Ricardo G. Müller pela dedicação com que conduziu as orientações e pelos esclarecimentos nestes quase dois anos.

Ao Prof. Idaleto Aued pela sempre honrosa atenção e pelas reflexões ao longo destes anos.

Às Professoras Maria Soledad e Maria Ignez Paulilo pelos esclarecimentos na qualificação do projeto em 2009.

A Ana Rodrigues, do ICMBio por ter aceitado o convite para participar da Banca de defesa desta dissertação.

A todos os entrevistados, pela participação com os depoimentos e explicações sobre a história do porto, da cidade e do Bairro Bela Vista, especialmente ao Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Bela Vista, Francisco C. da Silva.

Ao meu amigo José Caetano.

À minha cara Tia Marli N. da Silveira pela atenção e ajuda.

Aos meus pais.

Em especial, à minha grande companheira Anne E. R. Soto.

A Anne E. R. Soto

SILVEIRA, Dauto J. da. **Bairro Bela Vista e o Porto de São Francisco do Sul: um estudo sobre o modo de produzir a existência dos pescadores artesanais.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, p. 190, 2010

RESUMO

Esta dissertação trata do modo de vida alusivo aos pescadores artesanais, em particular, os do Bairro Bela Vista, em São Francisco do Sul. Parte da condição segundo a qual a formação do bairro e da pesca artesanal de subsistência foi configurada assim que o porto inicia as suas obras de ampliação no início do século XX. Na origem da constituição portuária as atividades dos “trapiches”, do comércio localizado, dos limitados investimentos, estabeleciam uma relação com os pescadores ainda restrita. Esta relação intensifica-se, na medida em que o porto se moderniza, alterando as suas características técnicas, expandindo o seu processo de trabalho, criando várias profissões e novas atividades. Aprender estas questões é pressupor, sobretudo, que o desenvolvimento capitalista engendra elementos contraditórios que permitem ao pescador artesanal superar a sua dependência às leis da natureza e à atividade de subsistência da pesca. Para esta empreitada, utilizamos o método dialético marxista de apreensão da realidade social. Esperamos, com isso, ter a compreensão dos nexos, relações e mediações da pesca com a sociedade moderna. Aprender, também, que o desenvolvimento das forças produtivas sociais engendra elementos para um mundo superior ao precedente.

Palavras-Chave: pescador artesanal, forças produtivas, modo de produção capitalista

SILVEIRA, Dauto J. da. Bela Vista Area and São Francisco do Sul Harbor: A study on the mode of production of artisan fishing existence. Master's Degree Thesis – Political Sociology Post Graduate Program. Universidade Federal de Santa Catarina, p. 190, 2010

ABSTRACT

This is a thesis on the life style allusive to artisan fishermen, particularly those in the Bela Vista Area, in São Francisco do Sul. The starting point consists of the conditions according to which the Area and artisan fishing for subsistence were set in the early 20th century when construction work to expand the harbor started. In its origins the settlement and constitution of the harbor, the activities that took place on the “piers”, local trade and limited investments established a restricted relationship with the fishermen. This relationship is intensified as the harbor becomes more modern, altering the technical features and expanding the work process, creating several new professional activities. Grasping these issues is above all presupposing that capitalistic development engenders contradicting elements that allow the artisan fishermen to overcome their dependency on natural laws and on subsistence fishing. For this purpose, Marx's dialectical method was applied in grasping social reality. We therefore expect to have an understanding of the connection, relationship and mediation between fishing and modern society. It is also an attempt to grasp the concept that the development of social productive forces engenders a superior world compared to the preceding one.

Key words: artisan fishing, productive forces, capitalist mode of production

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Os Portos de Santa Catarina.....	92
FIGURA 02: Vista parcial de São Francisco do Sul, início do século XX. Os três atracadouros, ainda instalados dentro do Centro Histórico, estão assim configurados: o primeiro, da esquerda para a direita, o da empresa Karl Hoepck, o do meio é o do Terminal Turístico e o da extrema direita o terminal do Mercado Público.....	98
FIGURA 03: Vista parcial de São Francisco do Sul, início do século XX. Percebemos a região onde se localizam os diversos atracadouros e no fundo a área do atual porto.....	98
FIGURA 04: Vista completa do Porto de São Francisco do Sul, datada de 2005. As adaptações nos permitem compreender as reformas que serão realizadas no Porto.....	102
FIGURA 05: Vista completa do Porto e do Bairro Bela Vista, datada de 2005.....	106
FIGURA 06: Vista completa que evidencia a dimensão do porto em relação ao Bairro Bela Vista (em destaque).....	107
FIGURA 07: Estado de Santa Catarina. A cidade de São Francisco do Sul localiza-se no litoral norte do Estado, conforme círculo vermelho.....	110
FIGURA 08: Ilha de São Francisco do Sul.....	112
FIGURA 09: Entrada Principal do BBV.....	113
FIGURA 10: Vista do Bairro Bela Vista (126 mil m ² de área).....	113
FIGURA 11: Acesso à praia do BBV	114
FIGURA 12: Sede da AMBBV.....	133
FIGURA 13: Fundador e Escola da Colônia Z-2.....	156
FIGURA 14: Sala de Odontologia da Colônia Z-2.....	159
FIGURA 15: Sala de Recepção da Colônia Z-2.....	159

LISTAS DE TABELAS

TABELA 01: Histórico do porto de São Francisco do Sul.....	101
TABELA 02: Frequência por tempo de residência dos pescadores do BBV.....	124
TABELA 03: Percentual de pescadores, que nasceram em São Francisco do Sul, por local de nascimento.....	125
TABELA 04: Sempre foi pescador?	127
TABELA 05: Quer que os filhos pesquem?	129
TABELA 06: Forma de Produção Pesqueira no Bairro Bela Vista.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Sexo dos pescadores artesanais do BBV.....	122
GRÁFICO 02: Idade dos pescadores artesanais do BBV.....	123
GRÁFICO 03: Percentual de pescadores por local de nascimento.....	124
GRÁFICO 04: Tempo como pescador artesanal.....	126
GRÁFICO 05: Número de pescadores que trabalham no porto.....	127
GRÁFICO 06: Atividades que exercem no porto.....	129
GRÁFICO 07: Fonte de renda dos pescadores artesanais do BBV.....	130

LISTAS DE SIGLAS

BBV: Bairro Bela Vista

AMBBV: Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista

SUDEPE: Superintendência Nacional de Desenvolvimento da Pesca

CONDEPE: Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pesca

TGSC: Terminal de Granéis de Santa Catarina

TESC: Terminal de Santa Catarina

ANTAQ: Agência Nacional de Transporte Aquaviário

CIDASC: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina

FATMA: Fundação de Amparo Tecnológico do Meio Ambiente de Santa Catarina

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

PHS: Partido Humanista da Solidariedade

PPS: Partido Popular Socialista

PESCART: Plano de Assistência à Pesca Artesanal

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

BNCC: Banco Nacional de Crédito Cooperativo

INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

OGMO: Organização de Gestão de Mão-de-Obra

APSFs: Administração do Porto de São Francisco do Sul

FECOAGRO: Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina

ISPS - CODE: Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

TERLOGS: Terminais Marítimos Ltda.

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Francisco C. da Silva: Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista e candidato a Deputado Federal

Oscar Schmidt: Diretor Administrativo do Porto de São Francisco do Sul

Eriberto da Costa: Pescador artesanal, ex-trabalhador da indústria de pesca, carpinteiro naval e proprietário de um pequeno estaleiro do BBV

Edélsia Viana: Pescadora artesanal e costureira do BBV

Ismael de Moraes: Ex- trabalhador da indústria de pesca, Presidente da Colônia de Pesca Z-2 e, atualmente, Vereador em São Francisco do Sul

Rodolfo Viana: Pescador Artesanal aposentado do BBV

Agecemil Silveira: Pescador Artesanal, Pintor e Diretor Esportivo da Associação dos Moradores do BBV

Raul Geraldo da Rocha: Pescador artesanal aposentado e Restaurador de embarcações do Museu Nacional do Mar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	33
CAPÍTULO I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	38
I.1 Nossa apreensão sobre o método marxista.....	38
I.2 Monetarização da vida: a sociabilidade manifestando-se.....	41
I.3 Concepção materialista da natureza: breve reflexão.....	47
I.4 Plano de Investigação.....	57
I.4.1 Objetivo Geral.....	57
I.4.2 Objetivos Específicos.....	57
CAPÍTULO II (EM DECORRÊNCIA DA QUESTÃO PROPOSTA): PESCA E DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS.....	58
II.1 Forças produtivas sociais e pesca artesanal.....	58
II.2 Pequena Produção Mercantil: implicações teóricas acerca da pesca artesanal.....	67
II.3 Formas de Produção Pesqueira pesca artesanal.....	73
II.4 Pesca e Pescadores Artesanais: uma síntese histórica.....	79
II.5 Pesca Industrial no Brasil: algumas questões.....	85
CAPÍTULO III OS <i>HINTERLANDS</i> DOS PORTOS: DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO.....	88
III.1. Questões teórico-históricas.....	88
III.2. São Francisco do Sul: cidade portuária.....	90
III.3. O advento do Porto de São Francisco do Sul e sua importância na vida da cidade.....	94

III.4 Portos do Sul do Brasil: algumas considerações.....	107
---	-----

CAPÍTULO IV BAIRRO BELA VISTA: DOS PRIMEIROS PESCADORES AO NEXO COM A ATIVIDADE PORTUÁRIA.110

IV.1 Localização Geográfica.....	110
IV.2 Ocupação, povoamento e primeiro uso do território.....	115
IV.3 Análise de dados.....	120
IV.3.1Sexo.....	122
IV.3.2Idade.....	123
IV.3.3Origem e Tempo de Residência.....	124
IV.3.4Tempo de Pesca.....	126
IV.3.5Tradição na Atividade Pesqueira.....	126
IV.3.6Atividade que exercem no Porto.....	128
IV.3.7Trabalho dos Filhos.....	129
IV.3.8Fonte de Renda.....	130
IV.4 Formas de Organização do Bairro Bela Vista (BBV): Associação de Moradores e a luta comunitária.....	131
IV.5 Os Principais Recursos Pesqueiros.....	138
IV.6 Formas de Comercialização dos Pescados Capturados.....	140
IV.7.Limites e Contradições dos pescadores artesanais do Bairro Bela Vista.....	141
IV.8 Os pescadores artesanais do Bairro Bela Vista (BBV): nexos, relações e mediações com o porto.....	148
IV.9 Os filhos dos pescadores artesanais e o porto.....	153
IV.10 A Colônia de Pesca Z-2.....	154
IV.11.As indenizações aos pescadores: aceitação ou recusa?.....	160

CAPÍTULO V CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	178
ANEXOS.....	182
ANEXO 01.....	183
ANEXO 02.....	201
ANEXO 03.....	205
ANEXO 04.....	208
ANEXO 05.....	215
ANEXO 06.....	220
ANEXO 07.....	228

Introdução

O objeto de pesquisa o qual submetemos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política em 2008 tinha como desafio compreender a crise das Ciências Sociais na América Latina. Este objeto era resultado da pesquisa de Monografia realizada em 2006, que tratava da “Origem das Ciências Sociais na América Latina”, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Naquele momento, tivemos como orientação de pesquisa o Prof. Dr. Nildo D. Ouriques, na época, presidente do Instituto de Estudo Latino-americanos/IELA e que, um ano depois, com entusiasmo, conduziu-nos a pesquisar sobre a crise das Ciências Sociais.

Em vista de não termos o tempo necessário que uma pesquisa desta natureza requer, houve o interesse de perquirir outro assunto de igual relevância, porém com um “recorte” mais definido. Nesse momento já tínhamos como orientação o Prof. Dr. Ricardo G. Müller que nos levou para outro campo temático.

A presente pesquisa foi motivada, em grande medida, pelo trabalho que desenvolvemos junto à 1º Promotoria de Justiça de São Francisco do Sul cujo objetivo tem sido produzir um levantamento histórico das manifestações de cultura imaterial daquela região. Desse modo, surgiu a necessidade de apreender as razões pelas quais a pesca artesanal de subsistência, praticada no Bairro Bela Vista (BBV), manifesta-se no modo de produção capitalista como atividade em decomposição. Sem esquecer, todavia, que o desenvolvimento capitalista engendra elementos contraditórios que permitem ao pescador artesanal superar a sua dependência às leis da natureza e a esse modo “primitivo” de subsistência

Tivemos como inspiração as reflexões do Profº Idaletto Aued, hoje nosso co-orientador. As suas reflexões nos levam a compreender que:

a marca do nosso tempo é a impossibilidade de os homens em geral, assalariados e capitalistas, reproduzirem-se sob o manto do capital e do lucro, como o foram outrora. Os homens não sabem para onde vão e, também, não suportam mais o mundo de seu tempo. Poucas são as evidências de que são possíveis novas formas de produção e reprodução da vida humana para além do capital. Degenera-se, pois, a humanidade (AUED, 2004, p. 02).

Outra inspiração veio da constatação empírica da condição de vida dos pescadores artesanais, cada vez mais limitada, dependendo de outros recursos - quando conseguem - para reproduzirem as suas existências. Aliás, esta inquirição coaduna com o relatório apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 2006, quando diz que a crise da pesca artesanal, além de ser um problema de estoque é um problema histórico, cujos modos de vida já foram superados.

A partir de uma análise, bibliográfica, documental e de dados chegamos à verificação inicial de que o crescimento portuário influencia na atividade pesqueira artesanal na Baía da Babitonga. Em outras palavras, o porto é um elemento de interferência na organização dos pescadores artesanais, na medida em que representa uma possibilidade de vida social mais ampla, inserida em uma base produtiva mais diversificada e desenvolvida. Contudo, para chegarmos a uma análise dessa natureza foi necessário uma pesquisa sobre as condições da pesca, o que, não obstante, implicou em desvelar os nexos, relações e mediações do homem com o seu meio.

O nosso objetivo é investigar o modo de vida dos pescadores artesanais, em particular, os do BBV, em São Francisco do Sul. A partir disso, analisar a condição segunda a qual a formação do bairro e da pesca artesanal de subsistência foi configurada assim que o porto inicia as suas obras de ampliação no início do século XX. Na origem da constituição portuária as atividades dos “trapiches”, do comércio localizado, dos limitados investimentos, estabeleciam uma relação com os pescadores ainda restrita. Esta relação intensifica-se, na medida em que o porto se moderniza, alterando as suas características técnicas, expandindo o seu processo de trabalho, criando várias profissões e novas atividades. Apreender estas questões é pressupor, sobretudo, que o desenvolvimento capitalista engendra elementos contraditórios que permitem ao pescador artesanal superar a sua dependência às leis da natureza e à atividade de subsistência da pesca.

Cabe lembrar, entretanto, que as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais derivam da incompatibilidade entre o modo artesanal pesqueiro e a expansão capitalista. De tal sorte que a relação do homem com o produto do seu trabalho e com a sua natureza exterior passa a ser definida pela produção e reprodução do capital. Um dos fundamentos da sociedade moderna é produzir e reproduzir, além das mercadorias e mais valia, a relação capitalista: de uma lado, o capitalista e do outro, o assalariado, conforme Marx (2003). Essa relação que pauta

modo de produção capitalista forma-se na história durante o século XVI, onde houve a separação do trabalhador dos seus meios de produção, ainda que focos da produção capitalista já tivessem aparecido no século XIV e no XV. Somente no século XVI, no entanto, é que tínhamos a servidão já abolida e as cidades soberanas, símbolos da Idade Média, em plena decadência¹. Desse modo, Marx (2009, p. 227-228):

Se um pressuposto do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca deste trabalho livre com dinheiro com a finalidade de reproduzir e valorizar dinheiro, de ser consumido pelo dinheiro com valor de uso destinado não ao usufruto mas ao dinheiro, um outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas da sua realização - ou seja do meio de trabalho e do material de trabalho. Temos, portanto, antes de mais nada, a separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural, portanto a dissolução tanto da pequena propriedade fundiária livre, quanto da propriedade fundiária coletiva baseada na comunidade oriental. Em ambas as formas, o trabalhador está em relação de propriedade com as condições objetivas do seu trabalho, isto é, temos a unidade natural do trabalho como se seus pressupostos materiais [...] Em ambas as formas, os indivíduos não estão numa relação de trabalhadores, mas sim de proprietários - em membros de uma comunidade os quais ao mesmo tempo trabalham. A finalidade deste trabalho não é a criação de um valor - embora eles possam fazer um trabalho excedente para trocar produtos de outros, ou seja, produtos excedentes; sua finalidade é, ao contrário, a manutenção do proprietário particular e de sua família bem como de toda a comunidade. Apresentar-se o indivíduo como trabalhador - nesta pureza é também um produto histórico.

¹Compreendemos que o cenário, exposto acima, permitiu que trabalhadores livres vendessem as suas forças de trabalho, mercadorias, para comprar os meios que garantirão a produção de suas existências. Neste sentido, estamos de acordo com a afirmação, mediante a qual Marx (2005) menciona que a circulação das mercadorias é o ponto de partida para a formação do capital.

Uma preocupação permanente foi mostrar que em São Francisco do Sul, a relevância da pesca artesanal e das atividades portuárias, sempre foi fundamental para a vida da cidade. No entanto, na medida em que o porto expande-se, superando as suas fases pretéritas (ancoradouros naturais e trapiches) os nexos, relações e mediações com os pescadores artesanais se complexifica. Este processo ocorre, especialmente, depois dos últimos cinquenta anos, período em que o porto recebe os seus maiores investimentos.

Assim, para dar conta destas questões, dissertaremos no primeiro capítulo acerca da nossa apreensão sobre o método marxista. Em seguida, discutiremos como se dá a produção e reprodução da vida no modo de produção capitalista, no sentido de compreender os elementos históricos que transformam a base social. Em decorrência disto, o nosso desafio será apresentar as razões pelas quais a sociabilidade se manifesta na forma burguesa de produzir a vida. Sem deixar de falar, contudo, na nossa concepção materialista da natureza.

No segundo capítulo falaremos sobre a pesca e o desenvolvimento das forças produtivas. Descreveremos as implicações teóricas acerca da pesca artesanal da pequena produção mercantil. Essas duas primeiras partes serão relevantes para que compreendamos as transformações com as quais deparam-se os pescadores artesanais ao longo da história. A pesca artesanal enquanto forma de produção, distinta da industrial e da primitiva será apresentada em diante. Como também uma síntese histórica dos pescadores artesanais. No último item do segundo capítulo será arrazoado a pesca Industrial no Brasil.

Para terminar as considerações de ordem teórico-metodológica, desta dissertação, debateremos, no terceiro capítulo, as questões teórico-históricas relativas ao desenvolvimento portuário e suas contradições na sociedade moderna. Também trataremos da história portuária de São Francisco do Sul e os portos do Sul do Brasil que ao longo do século XX proporcionaram o desenvolvimento da região.

Uma vez ossificado o terreno teórico desta dissertação, explicaremos o nosso objeto, propriamente dito, ou seja, começaremos localizando geograficamente o BBV. Logo após, mostraremos a ocupação, o povoamento e o primeiro uso do território feito pela comunidade no início do século XX. As entrevistas que fizemos com todos os pescadores artesanais do BBV elucidaremos em seguida. Ou seja, serão apresentados os resultados de um conjunto de perguntas que fizemos, como: idade, sexo, tempo de pescaria, atividades profissionais, tempo de residência, além de outras questões pertinentes.

Ainda no capítulo IV, mostraremos que as formas de organização do BBV, resultaram na institucionalização da associação de moradores, cuja luta comunitária tinha no horizonte a superação dos problemas históricos do bairro. Dando sequência, abordaremos os principais recursos pesqueiros e as formas de comercialização dos pescados capturados pelos pescadores entrevistados. Adentrando, especificamente no objeto de pesquisa, trataremos das contradições e limites da produção e reprodução dos pescadores artesanais do BBV. O capítulo terminará sublinhando os nexos, relações e mediações dos pescadores artesanais com as atividades portuárias. Cabe lembrar, contudo, que ainda falaremos da constituição da Colônia Z-2, dos filhos dos pescadores e suas relações com o porto e o processo indenizatório no qual parte das famílias estão envolvidas.

Rematamos a dissertação, apresentando as considerações finais, tentando responder o questionamento segundo o qual a sociedade moderna impõe transformações sociais que revelam o esgotamento da atividade de subsistência dos pescadores artesanais, no entanto, cria novas alternativas de produzir a vida, para além da pesca. No nosso caso específico, isso se manifesta com a ampliação portuária e o conseqüente desenvolvimento da região.

Nos anexos exporemos todas as entrevistas² realizadas durante a pesquisa. Nelas, optamos em deixar os detalhes mais simples de cada entrevistado, ou seja, preservamos algumas expressões usadas por eles. As entrevistas foram gravadas entre 2009 e 2010 e revelam informações e histórias do bairro e da pesca não encontradas em outras fontes bibliográficas.

²Tendo em vista a falta de material histórico, documental e teórico, sobre o BBV, aliás não encontramos nenhuma fonte bibliográfica que falasse sobre o tema, decidimos buscar o maior número de informações dos atores sociais envolvidos com o processo de constituição do bairro e com a atividade pesqueira na região.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

I.1 Nossa apreensão sobre o método marxista

Partiremos da concepção de que a história é produzida pelos homens reais e de que o desenvolvimento das forças produtivas, produção engendrada por suas atividades materiais, emancipa o homem do seu modo de vida pretérito. Concordamos com CAMPANA (2006, p. 36) quando afirma que: “é necessário partir *dos homens vivos e ativos em suas relações sociais de produção material e das forças produtivas* para entender o passado e saber como será o futuro como negação do passado e como possibilidade posta na forma produzida no presente”.

...um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio uma força produtiva; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e portanto a história da humanidade tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX, 2002, p. 52).

Neste sentido, acreditamos que o materialismo histórico responde cientificamente a esta necessidade, já que possui como práxis a compreensão da totalidade, sem a qual não se pode ter conhecimento pleno da realidade social. Disto resulta a “...necessidade de entender o modo de produção capitalista de maneira total, ou seja, considerar os fenômenos na 'sociedade moderna' como parte que compõe o todo: a busca dos nexos e mediações (SILVEIRA, 2006, p. 16).

O que explicita a categoria da totalidade, proposta por Marx, é o caráter da compreensão do todo estruturado, por meio de suas devidas abstrações que decorrem no conhecimento dos fatos, compreendidos como fatos de um todo dialético. A totalidade compreende a sociedade como um todo complexo – concreto - de tal sorte que para a análise de uma estrutura é imprescindível o conhecimento da totalidade à qual está conformada. Para Marx: as condições de produção de toda sociedade formam um todo. Não é, portanto, a compreensão da realidade mediante o conhecimento de todos os fatos que a compõem, e sim a concreticidade dialética de todos os fatos.

Nesta perspectiva, este pressuposto metodológico reveste-se de significados centrais para se apreender os fenômenos sociais.

Para o materialismo a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética da base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito histórico-social (KOSIK, 2002, p. 52)

Contudo, qual o significado de explicitar o nosso conhecimento acerca da história e em saber a forma com que o homem produz a sua existência? Para os marcos desta pesquisa qual a validade disto? Talvez, para compreender os elementos constitutivos que dão sentido à vida do homem. Ou para compreender que estes elementos constitutivos são produtos das atividades materiais dos homens durante a história. A nossa análise fundante é ultrapassar a aparência em um mundo fetichizado; é explicar como a essência das coisas se expressa, o modo pelo qual essas atividades materiais se realizam nos diversos estágios da história. Sabemos que os homens “movem-se pela necessidade de produzir e manter a vida nos diversos momentos de sua história” (AUED, 2004, p. 05).

A história para nós é a sucessão de diversas gerações, sendo que a produção da geração pretérita serve de base material para a vida da geração futura, ou melhor, os homens quando nascem recebem todo o desenvolvimento das forças produtivas das gerações pretéritas e produzem para as gerações futuras. Afinal, *essas relações materiais não são mais do que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual*. Em relação a esta citação, Marx (p. 176-177) chega à conclusão que:

As forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta energia está ela mesma circunscrita pelas condições nas quais os homens se encontram, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social que existe antes deles, que eles não criam, que é o produto da geração anterior. Pelo simples fato de que toda a geração posterior encontra forças produtivas já adquiridas pela geração anterior, que lhe servem de matéria-prima para novas produções, forma-se uma conexão na história dos homens, forma-se uma história da humanidade, que é tanto mais história da humanidade quanto se desenvolveram

as forças produtivas dos homens e, consequentemente, as suas relações sociais. A consequência necessária é que a história social dos homens nunca é mais do que a história do seu desenvolvimento individual, quer tenham consciência disso ou não. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Essas relações materiais não são mais do que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual.

As próprias atividades materiais dos homens engendram as condições pelas quais o homem supera o seu estado pretérito de vida, isto é, essas condições permitem que o homem produza a sua própria história. No livro “Ideologia Alemã”, Marx (2005, p.79) nos mostra como o modo de vida dos cidadãos das cidades medievais possibilitou o conhecimento de outras cidades e o estabelecimento de todo um modo de vida.

Os cidadãos de todas as cidades eram obrigados, na Idade Medieval, a se agrupar contra a nobreza rural para defender sua pele; a expansão do comércio e o desenvolvimento das comunicações levaram cada cidade a conhecer as outras, que haviam feito valer os mesmos interesses em luta contra o mesmo adversário. Das muitas cidadanias locais das cidades individuais foi surgindo, assim, aos poucos, a classe dos burgueses.

Isso mostra porque a expansão do intercâmbio depende dos nexos, das relações e das mediações que os homens mantêm com as forças produtivas, ou seja, depende da apropriação que eles fazem da produção material existente. Dito de outro modo, os homens, ao produzirem as suas existências, encontram soluções para os seus problemas. Há uma miríade de exemplos que são provas disso: do artesanato à manufatura e, mais tarde, da manufatura à grande indústria moderna. Conforme Marx (p. 86-87):

A grande indústria moderna universalizou, apesar de todos esses recursos de proteção, a concorrência (ela é a liberdade prática de comércio, e os impostos alfandegários de proteção não passam, dentro deles, de um paliativo, uma defesa dentro da liberdade comercial), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial... Destruiu, onde foi possível, a ideologia, a religião, a moral etc. e, onde logrou fazê-lo, transformou-as em uma mentira palpável. Criou

pela primeira vez a história universal, fazendo com que toda nação civilizada e todo indivíduo, dentro dela, dependesse do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, acabando com o exclusivismo natural e primitivo de nações isoladas que existia até agora.

Para nosso objeto de pesquisa, a apreensão do papel das forças produtivas, enquanto atividade humana, na condução da história da humanidade é assaz relevante. É assim que podemos dizer que o homem é meio e fim de si mesmo, só se faz humano na relação com outros homens.

I.2 “Monetização” da Vida: a sociabilidade manifestando-se

Dissemos no item anterior, que um dos fundamentos do modo de produção capitalista é a produção e a reprodução da vida imediata, ou seja, produzir e reproduzir, além das mercadorias e mais valia, a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado, conforme Marx (2003). Essa relação que pauta a sociedade burguesa moderna forma-se na história durante o século XVI, onde houve a separação do trabalhador dos seus meios de produção, ainda que focos da produção capitalista já tivessem aparecido no século XIV e no XV. Somente no século XVI, entretanto, é que tínhamos a servidão já abolida e as cidades soberanas, símbolos da Idade Média, em plena decadência³. Portanto, compreender a transição do feudalismo ao capitalismo, germe da acumulação primitiva capitalista, nos chancela a ir mais longe na nossa análise.

Com o advento do modo de produção capitalista, se desenvolve um fenômeno, em uma velocidade extraordinária, que dá impulso e dinamismo jamais visto na história da humanidade: o desenvolvimento das forças de produção social. É neste desenvolvimento que se espalha por todos os cantos da Terra, que se universaliza os segredos mais íntimos do capital⁴. Segundo AUED

³Compreendemos que o cenário, exposto acima, permitiu que trabalhadores livres vendessem as suas forças de trabalho, mercadorias, para comprar os meios que garantirão a produção de suas existências. Neste sentido, estamos de acordo com a afirmação, mediante a qual Marx (2005) menciona que a circulação das mercadorias é o ponto de partida para a formação do capital.

⁴Os mecanismos de reprodução do capital podem ser apreendidos mediante uma leitura atenta sobre os capítulos XXI e XXII, vol. II do capital, da edição civilização brasileira. Na

(1999, p. 119, apud, CAMPANA, 2006, p. 45).

a razão de ser do capital, produzir para acumular-se com a finalidade de produzir mais riqueza, é que impõe à produção a capacidade de gerar riqueza ilimitadamente. Entretanto, “quanto mais potencializa a produção da riqueza, mais incorpora trabalho vivo (excedente) em trabalho passado”. Nesse sentido, as condições que limitam a produção das coisas para serem vendidas e compradas são rompidas e superadas. “É esse processo que permite um fantástico salto de qualidade das forças produtivas sociais e que rompe com o invólucro que prendia a produção às condições naturais.

Estamos a afirmar que o início dessa nova formação social possibilita a sociedade burguesa instituir o assalariamento⁵ como condição necessária para a reprodução de uma parte dela mesma; a outra parte, como se sabe, é reproduzida pelos capitalistas, proprietários dos meios de produção. O assalariamento⁶ surge, portanto como condição

reprodução simples, Marx (2003, p. 661) diz que independentemente da forma social do processo de produção de uma sociedade haverá sempre a sua reprodução. “Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir” sob condição de deixar de existir. Portanto, reprodução simples “transforma qualquer capital, após um período mais ou menos longo, em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. Se o capital, ao ser empregado no processo de produção, era produto do trabalho de seu investidor, torna-se ele, mais cedo ou mais tarde, valor adquirido sem equivalente, ou materialização, em dinheiro ou em outra forma, de trabalho alheio não-pago” (p.665). Na reprodução ampliada do capital a mais valia gerada pelo processo de produção deve ser empregada como novo capital. Para isso, é preciso que o capitalista invista em um novo processo de produção, ou seja, utilize forças de trabalho adicionais, juntamente com o seu produto excedente, que já tem os elementos materiais de um novo capital.

⁵A venda da força de trabalho, por parte do trabalhador, permite que ele tenha condições de viver. O assalariamento surge, portanto, como condição necessária para isso. Marx (2003, p. 672-73), não tem nenhuma dúvida que ao trabalhador compele sempre “a vender sua força de trabalho para viver, e capacita sempre o capitalista a comprá-la, para enriquecer-se. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. É o próprio processo que, continuamente, lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista”.

⁶Concebemos o assalariamento como categoria histórica através da qual os homens, desprovidos de meios de produção, conseguem seu sustento através da venda da sua força de trabalho. Vendem sua força de trabalho e recebem dinheiro que possibilita a compra de outras mercadorias e a inserção em outros ramos da vida imediata. O salário se manifesta, conforme veremos mais adiante, no caso das comunidades de pescadores artesanais, como condição de superar o seu estado de coisas, ou seja, ele é uma forma superior à pesca de subsistência e às formas sociais encontradas na pesca artesanal.

sine qua non para os desprovidos de meios de produção. E é mediante este movimento universal, que se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, cujas forças produtivas (meios de produção – máquinas, matérias primas, combustíveis, etc. e forças de trabalho – assalariados de todos os tipos, *trabalhos de diverso caráter concreto e distinta qualificação*, que o assalariamento⁷ se processa. Na concepção de Marx (2004, p. 91): “como capital, o valor do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também fisicamente, a sua existência (*Dasein*)*, a sua vida, se torna e é sabida como oferta de mercadoria, tal como qualquer outra mercadoria”.

No entanto, qual é o nexó, da exposição feita acima, com o objeto de estudo do nosso trabalho? Por que devemos pensar que a universalização desta formação social implicou transformações na vida local, mais simples, por exemplo: a de uma comunidade tradicional de pescadores artesanais? Quando afirmamos que o assalariamento, enquanto condição capitalista, modo pelo qual o trabalhador moderno adquire sua subsistência, adentra nas entranhas do modo de produzir a vida da sociedade moderna, queremos dizer que ele possibilita que o trabalhador tenha capacidade de criar nexos, relações e mediações com esta universalidade. As práticas mais comuns, os costumes mais restritos de uma comunidade pré-capitalista eram engendrados por formas que não pressupunham a racionalização do capital. Ou seja, o modo de vida do camponês, por exemplo, ligado à terra, ou o do pescador, ligado ao mar, transformam-se, pois são determinados pela dinâmica do capital. A expropriação dos camponeses na Europa no século XVI nos oferece um bom material histórico para esta compreensão. Ou, até mesmo, a decomposição das atividades tradicionais dos pescadores assim que a exploração de bacalhau, em grande escala, ganhou impulso com a correria das principais potências pesqueiras da Europa: bascos, franceses, holandeses e ingleses.

Esta dinâmica moderna rompe com todos os laços locais,

⁷O que o capital inaugura na sociedade capitalista pode ser entendido na seguinte citação de Marx (2003, p.673): “o capital pressupõe o trabalho assalariado, e o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles se condicionam e se reproduzem, reciprocamente. Numa fábrica têxtil algodoeira, produz o trabalhador apenas artigos de algodão? Não, ele produz capital. Produz valores que servem de novo para comandar seu trabalho e para criar, através deles mesmos, novos valores”.

*O *Dasein*, usado na citação de Marx, refere-se, na tradição filosófica, ao termo *existência*. Na filosofia heideggeriana, obra bastante estudada no século XX, o termo *Dasein* tem um sentido fundamental, especialmente quando é discutida a questão do *Ser*.

da propriedade comum entre os homens. A tendência do capitalismo, portanto, é transformar tudo e todos em mercadorias universais. O modo de vida mais simples e “natural”, preso às tradições locais se decompõe na modernidade.

Como lembra Aued (2010) acerca da sociedade moderna:

o que dá estrutura [no modo de produção capitalista] não é a família, não é a comunidade, não é a tribo, não é o comunismo primitivo, não é a religião; a universalidade é que todos os homens se põem em conexão uns com os outros pela base produtiva, pela base material de produção da existência humana (OBRA NÃO PUBLICADA). No fazer burguês encontram-se todas as etapas, as formas do fazer pretérito do homem, eis a universalidade da humanidade como produção material, trabalho. Assim, pois, ao se decompor, pela produção industrial, o trabalho é apropriado em toda sua dimensão, pois seus elementos constituem a base material do ser social (2004, p.48)

A forma medieval de produção nos oferece um exemplo de como este processo se deu na história:

A tecelagem, que até agora era exercida pelos camponeses na condição de atividade acessória, a fim de proporcionar a vestimenta necessária, foi o primeiro trabalho que se viu impulsionado e adquiriu novo desenvolvimento mediante a expansão do intercâmbio. A tecelagem foi a primeira e permaneceu sendo a manufatura mais importante. A demanda crescente de artigos de vestimenta entre a população que crescia, a acumulação que principiava, a mobilização do capital natural-primitivo através da circulação acelerada e a necessidade de certo luxo, provocada por todos esses fatores e propiciada pela expansão gradual do intercâmbio, imprimiram à tecelagem um impulso quantitativo e qualitativo que a arrancou de suas formas de produção tradicionais. Juntos aos camponeses que teciam para atender a suas próprias necessidades, que seguiram existindo e existem ainda hoje, apareceu nas cidades uma nova classe de tecelões que destinavam seus produtos a todo o mercado

interno e, muitas vezes, inclusive aos mercados externos (MARX, 2007, p.81, et. seq.)

No trabalho artesanal, o trabalhador relatava enquanto tecia, fiava ou esculpia, sem a pretensão de informar dados objetivos. O trabalhador mantinha com a matéria narrada - a vida humana - uma relação semelhante àquela do artesão com sua matéria prima devido ao caráter de “imediatez da experiência”. Havia uma atitude de ingenuidade na relação de narradores e ouvintes, no vínculo visceral entre narrador e conteúdo narrado.

Marx também menciona a destruição da espontaneidade presente na atividade laboral. Mediante o seu ponto de vista materialista, atribui este desaparecimento ao fenômeno econômico da concorrência universal:

Ela (a concorrência universal) obrigou todos os indivíduos a despendar ao máximo a sua energia. Ela fez tudo para anular a ideologia, a religião, a moral etc. [...] De uma maneira geral e na medida do possível, ela destruiu a espontaneidade natural presente no trabalho, e reduziu todas as relações naturais a relações de ordem monetária. No lugar das cidades de surgimento espontâneo, ela criou as grandes cidades industriais modernas. [...] ela consagrou a vitória da cidade sobre o campo [...].

Neste sentido, a difusão da cidade moderna foi um dos fatores que ensejaram o desaparecimento do ambiente de trabalho favorável à narração. Esta constatação de Walter Benjamin está afinada com a análise de Marx da corrosão gradual das formas medievais de produção que se centra no enfoque da evolução da indústria têxtil, como afirmam De Lima & Magalhães (2010)⁸:

De fato, as novas formas de sociabilidade e de trabalho no espaço urbano moderno eram incompatíveis com a transmissão das experiências entre as gerações (erfahrung), favorecendo as vivências estritamente individuais erlebnis (experiência inautêntica). Assim sendo, o modo de conhecimento na cidade moderna não é mais a experiência, que se remetia à memória pessoal e coletiva, que engajava o sentimento e a reflexão. Ao contrário, predomina agora a vivência, que

⁸Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/.../7396. Acesso em: 12/05/2010 às 15h e 51min.

repousa na atenção distraída - uma forma de conhecimento passivo, difuso, periférico.

Segundo Marx, é a cidade, por excelência, o espaço onde a vida moderna se desenvolve. O surgimento das cidades modernas implica sempre um certo número de realidades e de processos, com regularidades evidentes. *Não há abertura ao mundo, não há trocas à distância sem cidades* (BRAUDEL, 2005. p. 441 et. seq.). A cidade, portanto, é o antagonismo patente à vida rural, ou à vida das comunidades isoladas. “Nunca uma cidade se apresenta sem o acompanhamento de outras cidades. Umhas senhoras, outras servas ou mesmo escravas, estão ligadas, formam uma hierarquia, na Europa, na China ou em qualquer lugar”. Cidades, desde a infância da modernidade até os dias atuais, representam a complexidade da vida em si, ou seja, é dentro dela que nasce as conquistas mais relevantes do capitalismo. As cidades, segundo Braudel:

organizam a indústria, os ofícios, inventam ou reinventam o comércio longinquo, a letra de câmbio, as primeiras formas de sociedades comerciais e de contabilidade; inauguram também, e depressa as suas lutas de classes.

Toda esta massa de complexidade que as cidades modernas carregam, que, não obstante, é produto do desenvolvimento do capital, se contrasta com as localidades mais simples, com os locais onde a vida se manifesta de modo ainda tradicional, como, por exemplo, a vida no campo. Para o nosso objeto de pesquisa ganhar o sentido necessário, ante ao que foi explicitado, podemos dizer que esse contraste também se percebe na vida que se manifesta nas comunidades tradicionais de pescadores artesanais. É bastante comum observar que nestes territórios tradicionais ainda impera o conhecimento empírico das coisas, ou seja, o apego das relações entre pescador e o seu meio natural, sedimentado pela natureza e pela cultura, ainda é muito valorizado. Nas comunidades de pescadores, por exemplo, o seu saber-fazer, em alguns casos primitivos, como é o da construção de canoa, redes, cura das doenças, maneira pela qual se expressam com o meio, etc. e os seus trabalhos mais diversos são realizados com baixos desenvolvimentos das forças produtivas e com uma baixa capacidade tecnológica, características da sociedade antiga.

É dessa forma que percebemos a diferença entre modernidade e tradicionalidade. Ou seja, no primeiro caso, temos o uso da ciência como fundamento das coisas e, no segundo, o conhecimento

empírico, como o saber fazer das coisas. No entanto, este antagonismo não é um retrato que pomos na parede para fitar. Ele tem implicações materiais na vida dos homens reais. A modernidade é por natureza um modo de vida dominante e que, ao se espalhar, conecta-se com todas as pessoas do mundo. Assim, assistimos a expansão dos nexos, das relações e mediações da sociabilidade mais ampla. Para as comunidades tradicionais, a sociabilidade mais ampla manifesta-se como negação da propriedade comum, isto é, negação de uma vida local, arregimentada à tradicionalidade. Esse processo de negação é visto por Tonnies (1985) como o enfraquecimento das relações mediadas pela consangüinidade, os costumes e a tradição por aquelas mediadas pela razão, o cálculo e o interesse. Ou ainda, na “passagem do modo de vida rural para o urbano teríamos o desencadeamento de uma ruptura na organização destes núcleos de sociabilidade⁹” O modo de produzir a vida, nesse estado, passa a ser insuficiente ante aos novos meios de sociabilidade que se apresenta. A produção, que estava atrelada à satisfação de suas vontades primárias, de subsistência é insuficiente para transformar a vida em uma vida inserida na sociedade mais ampla, mais complexa materialmente.

I.3 Concepção materialista da natureza: a relação homem-natureza

Neste item falaremos da relação histórica entre o homem e a natureza, com base em Marx. Compreendemos que o modo pelo qual o homem se apropria dos recursos naturais, para produzir a sua existência, se tornou um profundo problema na modernidade atual. Entretanto, não podemos deixar de observar que esses problemas, como a destruição da natureza e a falta de recursos naturais, podendo comprometer, inclusive, a reprodução das sociedades futuras e que hoje recebe atenção colossal por parte da sociedade mundial, deve ser analisado, especialmente, desde os primórdios do capitalismo. Podemos dizer, que esses problemas começam com a guerra travada pelo capital para arrancar o campesinato da terra e para submeter a atividade agrícola inteira e exclusivamente ao lucro. Depois da segunda guerra mundial o que temos é uma acelerada da economia mundial a níveis extraordinários de desenvolvimento, o que leva a destruição da natureza a números assustadores. Ao longo dos últimos cinquenta anos, segundo

⁹Disponível em: <http://iuperj.br/publicacoes/forum/csoares.pdf>. Acesso em: 14/05/2010 às 10h e 10min.

Chesnais & Serfati¹⁰ houve uma:

Considerável disposição do jogo dos mecanismos cumulativos, destruidores dos equilíbrios ecológicos, sob o efeito das formas de produção e de consumo tanto do “fordismo” quanto da economia “planificada” staliniana. A crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo, desdobrados das conseqüências da organização política e econômica dos Estados burocráticos, inclusive a China.

Por este motivo, é mister, explicitar alguns pontos que, no horizonte do nosso trabalho, causa interesse. Sem a pretensão, é verdade, de fazer uma exegese do materialismo da natureza¹¹, que, se fossemos fazer, certamente passaríamos pelo materialismo de Epícuro (“iluminista da antiguidade”, segundo Marx), sem abandonar evidentemente, a relevante contribuição de Aristóteles, mais tarde debruçarianos na fonte baconiana, sem desprezar, contudo, a concepção idealista hegeliana, como contraponto à visão marxista. O nosso interesse é apenas mostrar que no capitalismo a natureza torna-se objeto da reprodução do capital de modo generalizado. Evidentemente que não desconsideraremos as projeções e os laudos de organizações e governos que apontam a “sensibilidade” da natureza frente aos avanços da produção capitalista. No entanto, a história nos mostra que o modo contraditório do desenvolvimento capitalista oferece mecanismos de superação da sua própria produção e da sua destruição. Cumpre afirmar, que mediante a concepção material, a natureza e a história humana são duas coisas inseparáveis, uníssonas, caminham juntas, nesse longo caminho trilhado pelos homens. A natureza, o mundo material, segundo a ontologia materialista de Marx e Engels, é uma precondição da existência humana, e a produção dos meios de subsistência uma precondição da vida humana em todas as suas múltiplas determinações

¹⁰Disponível em: <http://unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf> Acesso em: 10/02/2010 às 12h e 45 min.

¹¹O interesse de Marx pelo proto materialismo epicurista vem da destacada concepção da dialética da realidade para a qual o *filósofo grego* percebeu “a aparência como aparência, isto é, como alienação da essência” e a “reconhecer a autoconsciência humana como a divindade suprema”, conforme Foster (2005, p. 18). Para Marx, Epicuro se aproximava de um materialismo, que ele veio desenvolver mais tarde, como materialismo prático, em função da sua filosofia atomista, ou seja, “toda a existência material era interdependente, emanando dos átomos (e revertendo a eles) – organizada em padrões infundáveis para produzir novas realidades” (Ibidem, p.19).

e, portanto, da sociedade humana.

A relação do homem com a natureza, a apropriação que o homem faz dela é historicamente determinado pelo nível de desenvolvimento material da sociedade e ao modo pelo qual o homem se relaciona entre si. Portanto, uma relação que se transforma de acordo com a história dos homens. A natureza, para Marx, muda com a história. Não é uma coisa pronta, mas o resultado da atividade de toda uma sucessão de gerações. Nesta perspectiva, o desenvolvimento histórico aponta para uma completa socialização da natureza, a natureza completamente transfigurada pela intervenção humana - o que no seu limite, é uma plena superação da vida do homem, enquanto ser em si e *per si*. Concordamos com Giddens (2001, p. 52-53) quando ele diz que:

Muitas paisagens familiares que consideramos como “beleza natural”, tais como algumas do sul da Grécia, foram, na verdade, criadas pela erosão do solo após o cultivo da terra nos tempos antigos. Antes ainda, os sumérios, inventores da civilização agrária, destruíram a própria terra em que trabalhavam para torná-las fértil.

Para Foster (2005, p.107), a relação humana com a natureza “era mediada não só pela produção, mas também, mais diretamente, por meio dos instrumentos – em si um produto da transformação humana da natureza através da produção - que permitiam à humanidade transformar a natureza de modos universais”.

Em Marx, nos Manuscritos de Paris, de 1844, além de observarmos a alienação do trabalhador diante do seu objeto de trabalho, isto é, o trabalhador ao final da sua produção não detém o produto dela, observamos também uma alienação inseparável do homem à natureza, tanto da sua própria natureza interna quanto da natureza externa.

A natureza é o corpo inorgânico do homem, quer dizer, a natureza enquanto não é corpo humano. O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter um diálogo contínuo com ele se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza do homem está ligada à natureza a si mesma, pois o homem é parte da natureza (2004, p.84).

É mister sublinhar que a concepção acerca da natureza, sobre a qual nos vinculamos refere-se à história dos homens, à natureza socialmente pensada, como objeto interior do grassar da história

material universal humana. Quaini (1979, p. 44) aborda que a distinção “entre uma natureza pré-social e a natureza socialmente pensada tem sentido somente enquanto se considere o homem como distinto da natureza”. Na leitura de Marx, a natureza é o corpo do homem, e a interconexão entre ambos significa, pois, que a natureza está conectada consigo mesma, afinal a natureza é o corpo inorgânico do homem.

Deste modo, o ponto central, ora debatido, é a apreensão da transformação de uma dependência do homem à natureza, característica das sociedades pré-capitalistas, a uma dependência às forças produtivas sociais, à sociedade mais ampla, do homem com a sua própria produção, configurando a natureza, tipicamente capitalista. Dito de outra forma, os problemas atrelados à natureza, como o uso que se fazia dela em favor da produção da vida humana, não são apenas “naturais”, sua solução não está mais ligada ao poder de um “mundo superior” ao dos homens, de um mundo idealizado, onde o homem se mantinha subordinado às leis da natureza, das idéias e por isso inferior a ela, como comumente se lê nas literaturas antigas. Os problemas agora são de uma outra ordem, a solução mudou de lugar, foi dos deuses à ciência, ao *intelecto geral*, na visão de Marx. Este é o grande avanço das forças produtivas frente aos limites da natureza; é o maior produto da sociedade moderna burguesa.

Sobre isto:

uma maneira de ler a história humana, desde a época da ascensão da agricultura, e particularmente das grandes civilizações em diante, é como destruição progressiva do ambiente físico. Na época atual, a ecologia ambiental surgiu especialmente como uma resposta à percepção da destrutividade humana. Mas o verdadeiro conceito de “meio ambiente” - em comparação com “natureza” - aponta para uma transição mais profunda. O meio ambiente que parece não ser mais que um parâmetro independente da existência humana, realmente é o seu oposto: a natureza completamente transfigurada pela intervenção humana. Só começamos a falar sobre o “meio ambiente” uma vez que a natureza, assim como a tradição, foi dissolvida. Hoje, entre todos os outros termos, podemos falar - em um sentido real - do fim da natureza, uma maneira de nos referirmos à sua completa socialização (GIDDENS, 2001. p. 52).

Cumprir citar uma oportuna passagem de Marx (2005, p. 67-68), na Ideologia Alemã, - onde escrevendo à Feuerbach, apresenta a sua concepção acerca da relação histórica do homem com a natureza - no sentido de trazer à luz a concepção segundo a qual a natureza para o homem no pré-capitalismo, obviamente, se manifestava distintamente à do capitalismo. Ou seja, a relação do homem com o seu meio natural não era determinado pelos elementos históricos engendrados pelo capital (grande indústria moderna, comércio mundial, livre concorrência, assalariamento, etc.).

Ele [Feuerbach] não vê como o mundo sensível que o rodeia não é algo diretamente dado desde toda a eternidade e constantemente igual a si mesmo, mas sim o produto da indústria e do estado social, no sentido em que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais pisa sobre os ombros da anterior, segue desenvolvendo sua indústria e seu intercâmbio, e modifica sua organização social segundo as novas necessidades. Até os objetos da “certeza sensível” (sinnliche Gewissheit) mais simples lhe são dados tão-somente pelo desenvolvimento social, pela indústria e pelo intercâmbio comercial. De modo que é sabido que a cerejeira, assim como todas as árvores frutíferas, foi transplantada a nossa zona geográfica faz poucos séculos, por obra do comércio e, por meio desta ação de uma determinada sociedade e de uma determinada época, foi entregue à “certeza sensível” de Feuerbach.

Aliás, segundo esta concepção das coisas tal como realmente são e aconteceram, todo problema filosófico profundo, conforme será mostrado mais claramente mais abaixo, reduz-se a um fato empírico. Assim, por exemplo, o importante problema da relação do homem com a natureza (ou, até mesmo, conforme diz B. Bauer [p.110], 'a antítese da natureza com a história', como se tratassem duas coisas distintas e o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural) do qual brotaram todas as "obras inescrutavelmente elevadas' sobre a "substância" e sobre a 'autoconsciência'

desaparece por si mesmo ante a convicção de que a famosíssima 'unidade do homem com a natureza' constitui desde sempre na indústria, sendo de um ou de outro modo segundo o maior ou menor desenvolvimento da indústria em cada época, assim como acontece com a 'luta' do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças de produção sobre a base correspondente [grifo nosso]

Um dos aspectos que explicita a distinção do homem capitalista ao pré-capitalista, na sua relação com a natureza é o fato de que, enquanto na sociedade pré-capitalista, o homem detém o produto do seu trabalho, através do controle dos meios de produção e da sua relação direta com a terra, na sociedade burguesa moderna estabelece-se uma relação de dominação de um homem pelo outro, onde um homem para viver é obrigado a vender a sua força de trabalho, ou melhor, vende o seu próprio trabalho e no final do processo não obtém o resultado da produção, não é proprietário do produto do seu trabalho¹². Essa transformação revoluciona a relação do homem com a natureza, pois tudo passa a ser mercadoria para a manutenção e ampliação da sociedade capitalista, inclusive a natureza passa a ser valor de troca para o capital. É intolerável, segundo Muntzer (1988), “que todas as criaturas tenham sido transformadas em propriedade, os peixes na água, as aves no céu, as plantas na terra – todas as coisas vivas também precisam tornar-se livres” (Apud, FOSTER, 2005, p. 109). O modo de produção capitalista não encontra obstáculo para se reproduzir. A velha relação do homem com a comunidade e com a natureza, sendo o homem um ser da natureza mediado pela propriedade fundiária, decompõe-se, ante aos imperativos da reprodução do capital. Aliás, a propriedade fundiária exerceu um papel relevante no monopólio da terra – e assim na alienação da terra. Papel análogo ao da dominação do capital sobre o dinheiro. Por esta razão Marx já assistia no feudalismo o princípio da alienação da terra, e daí a sua dominação sobre a maior parte da humanidade ser um elemento essencial da propriedade privada e existir

¹²Segundo Faladori: enquanto nas sociedades pré-capitalistas o objetivo da produção era obter valores de uso, nas sociedades capitalistas o objetivo é a valorização do próprio capital (D-M-D'). Evidentemente que nesta relação de venda da força de trabalho estamos pressupondo o comprador direto dela, ou seja, o capitalista. Portanto, quando falamos de homem capitalista estamos considerando a relação que se estabelece entre proprietários de meios de produção (capitalistas) e não proprietários de meios de produção. Disponível em: <http://unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf> Acesso em: 10/02/2010 às 12h e 55 min.

na propriedade de terras feudal, conforme nos lembra Foster.

Daqui a enorme influência civilizadora do capital; sua criação de um nível com a relação ao qual todos os precedentes se apresentam simplesmente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. Somente com o capital a natureza se torna um puro objeto para o homem, um objeto de utilidade, e deixa de ser reconhecida como força em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas apresenta-se simplesmente como astúcia capaz de subordiná-la às necessidades humanas, quer como objeto de consumo, quer como meio de produção. Graças a esta tendência, o capital leva a superar quer as barreiras e os preconceitos nacionais, quer a idolatria da natureza, a satisfação tradicional, orgulhosamente restrita entre limites restritos, das necessidades existentes, e a reprodução do velho modo de vive. Em relação a tudo isso o capital atua destrutivamente, opera uma revolução permanente, abre todos os obstáculos que freiam o desenvolvimento das forças produtivas, a dilatação das necessidades, a variedade da produção e a exploração e a troca das forças da natureza e do espírito [grifo nosso]

Sem prejuízo do que mencionamos, é mister sublinhar que Marx, ao contrário do que alguns intelectuais pensam¹³, criticava

¹³As críticas ecológicas feitas à Marx, segundo Faladori podem ser compreendidas da seguinte forma: 1) a que diz respeito às forças produtivas, quando mostra que Marx considerava o desenvolvimento das forças produtivas como positivo em si mesmo, que entendia a produção de uma perspectiva prometéica, que tomava a natureza tão somente como um objeto a ser dominado e que, ao utilizar os conceitos de produção ou de produtividade, não levava em conta os prejuízos que a ação humana poderia provocar na natureza e, b) por, ele, ignorar o papel da natureza na teoria do valor-trabalho. Disponível em: <http://unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario4.html>. Acesso em: 10/02/2010 às 12h e 55 min. Para nós é indissociável as questões ecológicas da crítica marxista à sociedade capitalista. Quando Marx desenvolve sua obra, questões ligadas à natureza, de um modo geral, são pressupostas por ele. Marx (2003, p. 139), aludia as questões da degradação da natureza ao desenvolvimento contraditório do capital, assim menciona que: “as contradições ecológicas do capital não se manifestam apenas no campo, nas formas já vistas da rapina do solo, da destruição dos recursos naturais etc., ligadas comum certo tipo de economia agrária, mas se manifestam também e principalmente no ambiente urbano e como consequência direta da industrialização”. Neste mesmo livro, no capítulo V, Economía em el empleo del capital constante, ítem 4, aproveitamiento de los residuos de la producción, Marx já apresenta a sua preocupação pelo aproveitamento dos resíduos da produção e consumo. Atribui aos materiais desperdiçados pelas indústrias, agricultura e pelos excrementos dos homens um papel relevante

também o uso indiscriminado, a falta de controle e os mecanismos de saques engendrados pela produção capitalista. Todavia, no seu núcleo investigativo, havia a compreensão de que a sociedade capitalista é contraditória por natureza, ou seja, na medida em que se desenvolve nega a sua própria existência.

Na crítica de Engels, no livro “Dialética da Natureza”, também vemos o seguinte:

As populações que derrubavam os bosques na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia menor, e em outras regiões para obter terreno cultivável, não pensavam que deste modo criavam as condições para a atual desolação daquelas regiões, dado que lhes subtraíam, derrubando os bosques, os centros de coleta e os depósitos da umidade. Os italianos da região alpina, utilizando na vertente sul os abetos tão cuidadosamente protegidos na vertente norte, não pressentiam que, deste modo, abriam cominho para o fim da indústria de pastoreiro em seu território; e ainda menos podiam imaginar que subtraíam, assim, as suas fontes alpinas, para a maior parte do ano, aquela água que tanto mais impetuosamente, portanto, teria se precipitado das chuvas [...]. A cada passo nos é lembrado que nós não dominamos a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro vencido, que não a dominamos como quem é estranho a ela, mas que nós lhe pertencemos com carne, sangue e cérebro e vivemos em seu seio: todo nosso domínio sobre a natureza consiste na capacidade, que nos eleva acima das outras criaturas de conhecer suas leis e de utilizá-las de modo mais apropriado.

E, de fato, compreendemos cada dia mais exatamente suas leis e conhecemos cada dia mais quais são os efeitos imediatos e os remotos de nossa intervenção no curso habitual da natureza. Em particular, após os poderosos progressos realizados pela ciência neste século, estamos cada vez mais em condição de conhecer e, portanto de aprender a dominar também os efeitos naturais mais remotos, pelo menos no que diz respeito às novas atividades produtivas habituais. Mas,

para a reutilização. Por exemplo: os resíduos perecíveis, para Marx, poderiam ser utilizados na agricultura, evitando, portanto os alguns problemas urbanos.

quanto mais isto ocorre, tanto mais os homens não só saberão que forma uma unidade com a natureza, e tato mais insustentável se tornará o conceito, absurdo e natural, de uma contraposição entre espírito e matéria, entre homem e natureza, entre alma e corpo, que penetrou na Europa após a queda do muno da antiguidade clássica e que alcançou seu máximo desenvolvimento no cristianismo. (ENGELS, Apud, QUAINI, 1979, p.139).

Para além do caráter estritamente filosófico de alguns pontos da leitura engelsiana, este trecho nos permite compreender o que Engels entendia pela relação homem e natureza e é visível a sua preocupação com o fato de que o modo de produção capitalista vai engendrando uma capacidade de recuperação e de previsão dos efeitos naturais.

Com efeito, pois, a preocupação marxiana não incidia somente, como mencionamos acima, nas questões agrárias, do campo, mas, também, dos problemas urbanos oriundos do acelerado desenvolvimento industrial. Na sua época, Marx já detectava as contradições ecológicas alusivas aos resíduos da produção e do consumo, secreções naturais humanas, restos de vestuário, etc., como problemas modernos e que seriam mais facilmente resolvidos pelo modo de produção capitalista do que os problemas de outrora pelas formações pré-capitalistas. Ou seja, um tipo diferente de apropriação, como é essencialmente o capitalismo em relação às suas formas pretéritas, determina condições econômicas diferentes na exploração e requalificação do mesmo objeto natural.

Finalmente, podemos dizer que em Marx e Engels, a questão da natureza na modernidade recebe uma notável atenção, uma vez que para eles o desenvolvimento do capitalismo engendra novas formas de conhecer a natureza e, conseqüentemente a sociedade. Quaini (1979, p. 141), nos adverte que Marx confirma, portanto:

que o tipo diferente de apropriação determina condições econômicas diferentes na exploração do mesmo objeto natural: somente com esta metodologia podemos portanto medir a contribuição dos diversos modos de produção à destruição ou à conservação dos recursos naturais....

Para tanto, “é necessário uma completa mudança do modo de produção por nós seguido até hoje, e com ele toda nossa atual ordem

social no seu conjunto...”. (ENGELS, Apud, Quaini, 1979, p.172).

I.4 Plano de Investigação

I.4.1 Objetivo Geral

Investigar a atividade de subsistência da pesca artesanal tendo em vista os elementos contraditórios engendrados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. A partir disso, analisar o crescimento do Porto de São Francisco do Sul, SC e a sua influência no modo de produzir a existência dos pescadores artesanais do BBV

1.4.2 Objetivos Específicos

- Apreender os nexos, relações e contradições dos pescadores artesanais do BBV na configuração estabelecida com a ampliação portuária;
- Identificar os principais problemas e contradições dos pescadores artesanais, enfatizando a comunidade selecionada;
- Compreender o processo de modernização portuária e as conseqüências na configuração e transformação da comunidade do BBV.

CAPÍTULO II – (EM DECORRÊNCIA DA QUESTÃO PROPOSTA): PESCA E DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOCIAIS

II.1 Forças Produtivas Sociais¹⁴ e Pesca Artesanal

Trataremos, neste item, da história do modo de produção capitalista como a história da separação do produtor dos seus meios de produção e das suas condições de trabalho; *o estranhamento de si*, nas palavras de Marx (2004, p. 91). E, também, da possibilidade de emancipação que o modo de produção capitalista engendra na vida do pescador artesanal, ainda que nele o pescador artesanal tenha que abandonar sua atividade tradicional para manter sua vida.

A relação do homem com a natureza apresentou-nos, ao longo da história, inúmeras razões para se qualificar o desenvolvimento das forças produtivas como motor que emancipa o homem das suas dependências vitais à natureza e à vida social.

o importante problema da relação do homem com a natureza do qual brotaram todas as obras “inescrutavelmente elevadas” sobre a “substância” e sobre a “autoconsciência” desaparece por si mesma ante a convicção de que a famosíssima “unidade do homem com a natureza” consistiu desde sempre na indústria, sendo de um ou de outro modo segundo o maior ou menor desenvolvimento da indústria em cada época, assim como acontece com a “luta do homem com a natureza, até o desenvolvimento de suas forças de produção sobre a base correspondente (2007,

¹⁴Entendemos por forças produtivas sociais a capacidade que o modo de produção capitalista possui de se manifestar como totalidade em todos os cantos do globo. É uma força que advém de tudo que é produzido e combinado pelos meios de produção e pelas forças de trabalho socialmente determinado. Bukharin (1974, apud, AUED, 2005, p. 02) apreende as forças de produção deste modo: “a totalidade dos meios de produção e das forças de trabalho. Serão, pois, por uma lado, a totalidade das máquinas de todo tipo, das materiais primas, combustíveis, et., *in natura*, e, por outro, a totalidade das forças de trabalho de todo tipo *in natura* (as forças de trabalho dos trabalhadores metalúrgicos, dos técnicos, dos trabalhadores textis, etc., isto é, as forças de trabalho de diverso caráter concreto e de distinta qualificação) O desenvolvimento das forças produtivas é o fundamento do desenvolvimento humano em geral, e é, justamente, deste ângulo que se deve tratar todo feito da vida pública. O ângulo da expansão das forças produtivas coincide com o da reprodução: a expansão, seu estancamento corresponde a reprodução simples, sua caída se expressa em que uma parte cada vez mais estreita do produto periodicamente consumido é o que se reproduz. Neste último caso temos, diante de nós, uma regressão social” [Tradução nossa].

p.68).

De outro modo, Marx (1991, p. 88) observa que:

quanto mais tradicional for o próprio modo de produção, isto é, quanto mais o *processo real* de apropriação permanecer o mesmo tanto mais imutáveis serão as velhas formas de propriedade e, portanto, também a comunidade como um todo.

Entretanto, o próprio processo de reprodução, ainda que restrito, que se dá neste caso, é suficiente para o desenvolvimento das forças produtivas e em seguida transforma-se em dissolução. Os processos históricos de dissolução pressupõem a transformação dos indivíduos de uma nação, senão em trabalhadores genuinamente livres, imediatamente, em trabalhadores potencialmente livres, cuja única propriedade seja sua força de trabalho e a possibilidade de trocá-la pelos valores existentes.

É nesta perspectiva histórica que concebemos a transformação que sofre o pescador artesanal na sociedade burguesa moderna. Isto é, a sociedade moderna, enquanto desenvolvimento livre das forças de produção engendra na vida dos homens uma capacidade de emancipação do seu estado pretérito, ainda que, como vimos, independente de uma forma ou de outra, ou da vontade, dos desejos, das ideologias e das crenças dos homens. Ela afasta o pescador artesanal, aquele trabalhador que para viver depende dos recursos do mar e dos seus meios de pesca, do seu modo de vida tradicional e cria condições para que ele se aproprie de novos meios.

Citaremos mais uma relevante citação sobre isso:

O processo que, de um modo ou outro, separou a massa de indivíduos de suas anteriores relações afirmativas com as condições objetivas de trabalho, que negou tais relações e, portanto, transformou tais indivíduos em trabalhadores livres é, também, o mesmo processo que liberou estas condições objetivas de trabalho, potencialmente, de suas ligações prévias com os indivíduos agora delas separados. (Estas condições de trabalhos incluem terra, matérias primas, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro, ou todos estes juntos) (p. 99).

Agora, veremos de perto como este processo de dissolução se dá na história, como que o pescador se afasta das suas condições objetivas de trabalho.

É assim que podemos apreender a relação do homem com o mar, ou seja, o mar foi para os homens, desde os primórdios da humanidade, a possibilidade de reprodução das suas existências, tempo que sequer a agricultura havia se desenvolvido.

Friedrich Engels (s/d, p.32) em: “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” menciona que no estado selvagem, especialmente na fase média, o homem cria meios para a sua sobrevivência oriundos do mar. Segundo ele a fase média:

Começa com o aproveitamento de peixes (incluímos aqui também os crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos) na alimentação e com o uso do fogo. Os dois fenômenos são complementares, porque o peixe só pode ser plenamente aproveitado como alimento por meio do fogo. Com essa nova alimentação, os homens tornaram-se independentes do clima e do lugar. Seguindo o curso dos rios e as costas, ainda no estado selvagem puderam se espalhar-se sobre a maior parte da terra. Os toscos instrumentos de pedra sem polimento da primitiva Idade da Pedra, conhecidos com o nome de paleolíticos, pertencem todos em sua maioria a esse período e são, pelo fato de estarem dispersos por todos os continentes, prova dessas migrações.

Isso permite esclarecer que as Pirogas feitas com um só tronco de árvore, o que na modernidade conhecemos como canoa “de um pau só”, as chamadas “Canoas Monóxilas” usadas abundantemente entre os pescadores artesanais de todo o litoral brasileiro, somente foram possíveis com a descoberta do fogo e do machado de pedra. Este tipo de produção expressava o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade tribal e dava aos homens possibilidades de intercâmbio com outros povos¹⁵.

¹⁵É oportuno sublinhar um relevante livro que discute as questões entre propriedade e instrumentos de trabalho. Estamos a falar do: Formações Econômicas Pré-capitalistas, onde Marx (1964, p. 94-95) observa que “o instrumento, em si, já é o produto do trabalho, pelo trabalho, a comunidade não pode mais aparecer, aqui, como aparecia, no primeiro caso [matéria prima, meio de subsistência e instrumentos criados pela terra, não pelo trabalho], em sua forma primitiva. A comunidade na qual esta forma de propriedade esta baseada já se mostra como algo produzido, secundário, algo que foi gerado, uma comunidade produzida pelo próprio trabalhador. É claro que, quando a propriedade do instrumento é o relacionamento com as condições do trabalho como propriedade, no trabalho real o instrumento surge, meramente, como um meio de trabalho individual e a arte de, efetivamente, apropriar-se do instrumento para empregá-lo como um meio de trabalho aparece como uma habilidade especial do

A pesca na sociedade pré-capitalista era uma atividade de extrema relevância para os homens: os Fenícios (século XV a. C.) nos garantem esta informação. No Império Romano a Lei Licínia considerava a pesca uma atividade de escravos e o comércio era controlado por negociantes especializados.

Na Idade Média o desenvolvimento das forças produtivas estabelece um avanço para a atividade pesqueira, mediante a qual o pescador conseguia manter os seus níveis de subsistência: a pesca possibilitava ao pescador o controle de sua produção.

Na sociedade medieval, sobretudo em seus primeiros séculos, a produção destinava-se principalmente ao consumo próprio, a satisfazer apenas às necessidades do produtor e sua família. E onde, como acontecia no campo, subsistiam relações pessoais de vassalagem, contribuía também para satisfazer às necessidades do senhor feudal. Não se produzia, pois, nenhuma troca, nem os produtos revestiam, portanto, o caráter de mercadorias. A família do lavrador produzia quase todos os objetos de que necessitava: utensílios, roupas e viveres¹⁶.

Assim era possível que a renda da terra fosse paga, pelo servo-camponês, em peixe. Sobre isto Marx (2002, p. 19) observa: “a propriedade consistia principalmente no trabalho de cada indivíduo”.

O primeiro caso pressupõe que os indivíduos apareçam agrupados por qualquer vínculo, seja o da família, seja o da tribo, o da própria terra etc., no segundo caso, ao contrário, eles são supostos como independentes uns dos outros e relacionados somente por meio do intercâmbio. No primeiro caso, o intercâmbio é fundamentalmente, um intercâmbio entre os homens e a natureza, uma troca, na qual o trabalho de uns é trocado pelos produtos da última; no segundo caso se trata, antes de tudo, do intercâmbio entre os homens. No primeiro caso basta o sentido comum e corrente, a atividade física ainda não se separou da intelectual; no segundo, a divisão entre o trabalho físico e intelectual já tem de ter sido levada

trabalhador, que faz dele o dono de seus instrumentos”.

¹⁶Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/06/o-aterialismo-historico-friederich.html> Acesso: 29/01/2010 às 14h e 58min

praticamente a cabo. No primeiro caso o poder do proprietário sobre aqueles que não o são pode repousar em relações pessoais, em uma espécie de essência comunitária; no segundo caso tem necessariamente de ter adquirido forma material em um terceiro objeto, no dinheiro. No primeiro caso existe a pequena indústria, todavia subsumida ao emprego do instrumento natural de produção e, portanto, sem distribuição do trabalho entre diferentes indivíduos. No segundo caso a indústria se fundamenta apenas na e por intermédio da divisão do trabalho [grifo nosso] (2007, p. 92-93)

A pesca e a fabricação de redes eram incentivadas pelos monges para atender ao consumo crescente dos cristãos “a pesca se realizava no interior das propriedades feudais, constituindo-se em uma atividade ligada à agricultura e praticada, sobretudo, nos lagos, lagoas e zonas costeiras” (DIEGUES, 1983, p.14). Já no século IX estabeleceu-se uma legislação especial para a proteção dos alevinos de salmão. No século XI surgiram as corporações ou confrarias de comerciantes (Confrérie des Marchands de l'Eau, dos Prères Pontifies).

Fica claro que o comércio de peixes da época, acima mencionado, acelera a atividade produtiva do mar. A partir deste momento passaram a ser produzidos, por exemplo, barcos cada vez mais sofisticados e a evolução das técnicas e das economias dão outro ritmo à vida local. É o que vemos na escassez de madeiras e no êxito da concorrência dos países nórdicos à exportação de embarcações.

Braudel (1983, p. 165) explica as razões pelas quais o impulso por novas técnicas de embarcações surge no mediterrâneo a partir do século XV:

Ragusa, que, como Portugal, se especializa na construção de cargueiros, utiliza as florestas de robles do monte Gargano (também conhecido como tratado de 1607, que lhe confere superioridade sobre os Portugueses, os quais, segundo o mesmo tratado, se tivessem também um monte Sant' Angelo seriam os construtores dos mais belos galeões¹⁷ do mundo. Os *caramusalis*

¹⁷Galeões são embarcações com cerca de 16m por 4m de boca usados na arte do cerco. Antes de incorporarem motor eram barcos de convés corrido no qual eram fixos sete bancos, a bordo para os remadores. Com o passar dos tempos os galeões foram substituídos pelas traineiras para a pesca da sardinha, cavala e carapau. Disponível em:

turcos são construídos com grandes plátanos, madeira excelente e especialmente adequada à construção naval. Para durar muito tempo, uma galera precisava de que na sua construção entrem diversas madeiras, conforme as exigências específicas dos diversos sectores da estrutura: carvalho, pinho, lárice, ulmeiro, abeto, faia, nogueira. Os melhores remos seriam os fabricados com as madeiras que chegam a Narbone através do Audo e do seu canal.

Como observamos, todo o setor marítimo passou por um período de transformação: as embarcações de serviços portuários e de utilidade geral, o tipo de pescaria, as práticas tradicionais dos artesãos, os materiais de construção. Todo este movimento de mudança, segundo Braudel (1983), alcança a atividade de todos que vivem do mar, inclusive a pesca artesanal em si passa a ser determinada por estas transformações.

É deste modo que os pescadores buscaram novos caminhos para as suas práticas, muitas vezes mudavam inclusive dos seus tradicionais *habitats*. Nesta complexa atividade de produzir a existência, somamos os camponeses italianos que também já sentiam o “encanto” da nova sociedade nascente e migravam para buscar melhores condições de vida¹⁸. Mais uma vez Braudel alude: (Ibidem, p. 167-168):

Quem navegue ao longo da costa catalã facilmente se apercebe das casas brancas sobressaindo entre as árvores, casas habitadas por gente que rasgou em terraços o vasto maciço e todos os dias luta duramente pela conservação dessas verdadeiras obras-primas de horticultura. A estas aldeias da montanha corresponde frequentemente, cá em baixo, uma aldeia de pescadores, por vezes parcialmente construída sobre a água: Arenys de Mara baixo de Arenys de Mount, Caldetes abaixo de Lievaneres, Cabrera abaixo de Cabrilis. Idêntica situação na “rivera”

<http://olhao.web.pt/pesca/embarcações.htm>. Acesso em 12/05/2010 às 14h e 41min

¹⁸Sobre esta transformação é mister mencionar que o “ato de reprodução, em si, muda não apenas as condições objetivas – transformando aldeias em cidades; regiões selvagens em terras agrícolas, etc. -mas os produtores mudam com ele, pela emergência de novas qualidades transformando-se e desenvolvendo-se na produção, adquirindo novas forças, novas concepções, novos modos de relacionamento mútuo, novas necessidades e novas maneiras da falar” Disponível em: www.posgrap.ufs.br/.../ARQ.../Arq_Art_PROMETEURanieri.pdf Acesso em: 12/04/2010 às 16h e 45min.

genovesa, cujas velhas aldeias da montanha têm frequentemente um porto de pesca, a sua *scala* à beira-mar, e também um pouco por toda a Itália, sendo a ligação entre os dois povoados assegurada por jumentos. Isto quer dizer que a aldeia marítima, de fundação mais recente, nasceu de uma necessidade econômica da aldeia rural, a que continua intimamente associada, ilustra exemplarmente o tipo de economia dos maciços costeiros, tão escassos de recursos que nem a própria associação das duas aldeias consegue responder satisfatoriamente às necessidades da população; por exemplo, um viajante que em 1838 visitou as aldeias catalãs de Rosas e San Feliu de Guixols reparou que, apesar de situadas num mar rico em peixe, era notória a escassez de víveres nos respectivos mercados: um punhado de legumes, um quarto de frango [grifo nosso].

Ainda neste importante momento da história, momento de plena revolução da base produtiva assistimos um outro fenômeno: as metrópoles nascentes atraem estas aldeias marítimas, com todos os pescadores e com todas as suas tradições seculares. Ademais, as cidades passaram a fornecer os meios mais complexos sobre os quais a vida se manifestava. “O progresso da atividade marítima ao longo da costa catalã seria dificilmente explicável sem a existência de Barcelona” (p.168).

A cidade para nós é um exemplo de que o desenvolvimento das forças produtivas expulsa os pescadores de sua *atividade sensível*, mas estabelece novas formas de produzir a vida. A cidade é por natureza o espaço onde a vida acontecia com mais complexidade. Marx (2007, p. 75) observa que:

O antagonismo entre campo e cidade começa com a passagem da barbárie à civilização, do regime tribal ao Estado, da localidade à nação, e se mantém ao longo de toda a história da civilização até chegar aos dias de hoje (anti-corn-law-league)... Com a cidade, aparece a necessidade da administração, da polícia em comunidade (Gemeindewesen) e, portanto, da política em geral. Nisso se manifestou pela primeira vez a separação da população em duas grandes classes, baseada diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade já é obra da

concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades, ao passo que o campo representa o expoente cabal ao fato contrário, quer dizer, ao isolamento e à solidão [grifo nosso].

Não temos porque nos aprofundar aqui nas múltiplas transformações pelas quais passou o pescador na transição para a modernidade. O que afirmamos é que na medida em que as forças produtivas vão se tornando mais desenvolvidas, o capitalismo faz isso com excelência, vão surgindo no seio das comunidades de pescadores novos meios de produzir a vida e que negam a sua forma tradicional. Ou seja, para o pescador, os velhos modos de pesca já não dão mais conta; a vida para além da sua relação com a natureza e com o produto do seu trabalho está superada. Isso explica porque o pescador, quando passa a ter contato com as conquistas do capitalismo, abandona a subsistência da pesca; para ele é mais importante ser assalariado do que depender da “sorte” da pescaria. No exemplo, acima citado, Braudel (1983) deixa evidente que a sorte dos pescadores estava intimamente atrelada à dinâmica da sociedade nascente. As importantes comercializações, as novas descobertas, o intenso apoio dos governos à pesca, que os países estabeleciam, configuravam, por sua vez, a vida dos pescadores de um modo geral.

Na infância da sociedade moderna, após a Revolução Francesa, o barco a vapor possibilitou a pesca de longo curso. Temos o declínio das corporações medievais de pescadores e o início das pescarias transoceânicas. A pesca artesanal despede-se da condição que mantinha nas sociedades pré-capitalistas. Na era moderna o pescador passa a não controlar o produto do seu trabalho final, ou seja, o pescado e o pescador viram mercadorias para a reprodução do capitalismo. Diegues (1983, p. 20 et. seq.) observa que:

Desta maneira, assistimos, com a expansão da pesca à longa distância, seja nas costas da África, seja no Canadá, ao surgimento de um novo tipo de organização da produção que escapava ao pequeno pescador costeiro europeu. O volume de capital necessário supunha uma organização empresarial, que se baseava nas premissas do capitalismo comercial e não mais na unidade

familiar.

No fim do século XIX, as pequenas embarcações foram substituídas por *sloops* de 20 toneladas, que podiam levar um número maior de covos, com a sobrepesca das áreas tradicionais, os pescadores atravessaram a Mancha para pescar nas costas da Inglaterra, e daí se deslocaram para o litoral de Portugal da Mauritânia.

Entretanto, é no século XX, especialmente nos países europeus, que os barcos de pesca ganham uma expressão colossal. Os barcos de pesca passam a ter 2500 e 3500 toneladas. Diegues comenta que:

nos anos de após-guerra, o tamanho e a potência dos barcos aumentaram consideravelmente. Em 1951, apareceu o primeiro *trawler* de popa (arrastão de popa). Até então, o arrastão da rede se fazia lateralmente, o que apresentava alguns inconvenientes, além, do perigo de a rede atingir a hélice durante o arrasto. Com o arrasto feito a partir da parte traseira do arrastão, as manobras com as redes são mais rápidas e mais fáceis. O arrasto de popa permitiu também a construção de uma área abrigada (ponte coberta) onde os tripulantes podem trabalhar ao abrigo das intempéries.

Com isso, percebemos os avanços das forças produtivas na pesca industrial. Essa situação submete a pesca artesanal a um lugar mais vulnerável na história, ou seja, o poder de transformação e a capacidade produtiva da pesca industrial é assaz superior à pesca artesanal. Tradicionais modos de pesca, feitos por pescadores artesanais, passam a ser determinados pela mecanização dos barcos e das tarefas de captura propriamente ditas. A transformação pela qual passou a pesca pode ser entendida do seguinte modo:

Os peixes, após a lavagem e descabeçamento, são filetados por máquinas e passam por túneis especiais onde são congelados a 40 graus abaixo de zero. A mecanização surgiu então como resposta não somente a tarefas sempre mais pesadas, dificilmente realizáveis a mão, mas também como necessidade do capital (empresas ou armadores) de reduzir ao máximo a tripulação de pescadores.

Ainda na esteira do desenvolvimento das forças

produtivas, assistimos, em 1970, a uma gigantesca automatização nas atividades de captura e industrialização. O saber empírico dos pescadores, o conhecimento acumulado de anos a fio fitando o movimento das marés, dos peixes e da lua dá lugar aos equipamentos eletrônicos, cada vez mais sofisticados. O conhecimento do pescador artesanal foi superado pelo computador. “A imagem do velho e experimentado lobo-do-mar, mestre de pescaria, bronzado pelo sol e castigado pelo vento, mudou consideravelmente”. Essas transformações, obviamente, desencadeiam um conjunto de alterações na estrutura de vida dos pescadores. A pesca artesanal oferece mão-de-obra à pesca industrial, oferece um verdadeiro arsenal de força de trabalho¹⁹. A pesca artesanal entra em crise, seja pelas condições impostas pela pesca industrial, (competição, assalariamento, financiamento por parte das empresas capitalistas à pesca artesanal)²⁰, seja pela procura, por parte do pescador artesanal, a novas formas de emprego, como: turismo, construção civil, indústria e nas regiões portuárias, trabalhos no porto.

II.2 Pequena Produção Mercantil: implicações teóricas acerca da pesca artesanal

Historicamente a pesca é caracterizada como uma atividade que está presente na vida do homem desde a antiguidade. Precede, inclusive, a atividade agrícola, mas somente no século XX é que produziu estudos que pudessem clarear o complexo mundo dos homens que vivem no mar. Assim, pois, o que era debatido, até então, provinha, em grande medida, dos antropólogos e etnólogos, com base nos trabalhos de campo, que mediante uma visão, estritamente, ocidental qualificavam o seu objeto de estudo.

Tratava-se de sociedades tribais, de caçadores-coletores, pescadores e agricultores, as quais eram, então, observadas num contraponto à "civilização ocidental". Assim, a busca da especificidade do pensamento antropológico

¹⁹Cabe apontar que os pescadores artesanais, sobretudo os velhos “marujos”, “mestres do mar”, têm um papel relevante dentro dos barcos de alta captura. Eles são responsáveis pelo controle sobre as variáveis ecológicas (tais como padrões de migração dos peixes, hábitos alimentares das diversas espécies, variações de temperatura) alerta Diegues.

²⁰Diegues menciona que as empresas capitalistas de exploração pesqueira necessitam, também, da pequena pesca para exploração de certas espécies de peixes que somente são capturados artesanalmente. Isso permite manter a pequena produção familiar e os pescadores artesanais em baixos níveis de vida sem que as empresas percam lucros com a exploração pesqueira.

alicerçava-se na diferenciação empírica entre o mundo ocidental e o não-ocidental, aspecto que, por sua vez, apoiava-se no descobrimento de condições universais para a compreensão da "realidade humana" concebida num *continuum* esquemático (caça-coleta-agricultura-indústria) (SILVA, 2004, p. 04)

Na sociedade moderna, com o forte desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, explicitaram-se essas chamadas *populações marítimas*, que, não obstante, passaram a sofrer com a dinâmica do modo de produção capitalista. A necessidade de apreender, portanto, a natureza destas populações foi premente.

Percebemos, com isso, que as preocupações eram imensas e giravam, de modo geral, em torno das condições e das perspectivas dos pescadores ante ao modo de produção capitalista. No século XXI, questões como: a valorização positiva ou negativa do mar, o modo de organização econômica e social, o lugar reservado às atividades pesqueiras na economia, o modo de integração das comunidades litorâneas na sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar, continuaram a ser debatidas incessantemente. O desafio de superar o conhecimento, sobre as populações marítimas, que provinha da Antropologia, especialmente da subárea "Antropologia Marítima", intensificou-se e se tornou o motor dos trabalhos no século XXI. Aliás, o desafio não era só esse: tendo em vista a impossibilidade e as dificuldades às quais estavam submetidos os pescadores artesanais para produzir as suas existências, houve, naturalmente, o desafio (preocupação) de outras áreas do conhecimento. Hoje conhecemos trabalhos na Geografia, Economia, Sociologia, História, Pedagogia, entre outras²¹.

²¹Foram produzidos diversos trabalhos sobre esta temática, apenas como exemplo, citaremos uma reduzida lista deles: "Survey de Icapara, uma vila de pescadores do litoral sul de São Paulo," "O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião" e "O cerco Flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil" de Pierson & Teixeira (1947). Esses trabalhos descrevem o modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral Estado de São Paulo. O folclorista Luís da Câmara Cascudo fez, no livro os "Jangadeiros" de 1957, o primeiro estudo sistemático sobre a pesca da jangada no Nordeste e as comunidades de jangadeiros, com suas tradições e conhecimento. A partir da década de oitenta do século XX os trabalhos intensificaram-se em função da pesca industrial-capitalista no litoral norte do Brasil e os conflitos daí decorrentes foram uma das causas para uma crescente produção científica, centrada no Museu Emílio Goeldi e na Universidade Federal do Pará, como salienta DIEGUES (1995). Podemos acrescentar ainda: MELLO, A. F., em "A pesca sob o capital - a tecnologia a serviço da dominação de 1985; PENNER, M. E. S., "A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico" de 1984 e DIEGUES, A. C.

Desse modo, nos interessa, sobretudo, destacar a questão imanente à pesca realizada dentro do molde da pequena produção mercantil²², ou melhor, a condição dos pescadores artesanais como formas de organização social pré-capitalistas ou não? Sabe-se que na pequena produção mercantil o trabalhador é proprietário dos meios de produção, que ele próprio controla e, segundo Marx (2001), ele abandonará no momento em que seu trabalho não lhe garantir a reprodução dos meios de subsistência. É o que se vê com o camponês que detém a terra que cultiva ou do artesão²³ que controla suas

“Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O Caso das Comunidades Caiçaras” além dos Encontros de Ciências Sociais do Mar realizados pela USP e de informações, artigos e classificações conformadas no final do século XX pelos órgãos estatais e organismos internacionais preocupados com o tema. Obviamente, relevantes trabalhos não foram citados nesta lista, mas os autores supracitados já apresentam parte da discussão produzida, até o século XX.

²²Através de uma análise cuidadosa acerca da pequena produção mercantil, é possível esclarecer que as formas sociais de produção pré-capitalistas apresentam distinções, e que se não forem ressaltadas, podem nos levar ao equívoco teórico. Em outras palavras, somente na forma feudal, - na ótica marxista - forma-se o germe da sociedade capitalista; a dissolução desta sociedade liberou os elementos fundamentais e necessários para a formação daquela. Isso nos leva a mencionar que a forma feudal é a forma transitória ao capitalismo. O modo de produção capitalista ergue-se sobre os ombros da sociedade feudal, ou nas palavras de Marx (2003 p.828-829) “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela. O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando a sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e das prescrições com que entravam o trabalho”. É por isso que para alguns autores marxistas o feudalismo é, de certo modo um fato universal. O que queremos dizer com isso é que as duas formas anteriores à feudal (forma oriental e forma antiga ou Greco-romana), formas pré-capitalistas, ainda que apresentassem elementos análogos ao feudalismo, é somente neste último que aparece o germe do capitalismo; é como se as formas anteriores fossem pressupostos para o feudalismo e esse, por sua vez, para o capitalismo. Se analisarmos, por exemplo, a escravidão, compreenderemos as distinções supracitadas. Na escravidão, não ocorre separação entre produtor e condições de produção. Segundo Marx (APUD, QUAINI, 1979, p. 104): “o escravo não se encontra absolutamente em nenhuma relação com as condições objetivas de seu trabalho; ao contrário o próprio trabalho, tanto na forma do escravo quanto na do servo da gleba, é colocado como condição inorgânica da produção, no mesmo plano dos outros seres da natureza, ao lado dos animais e como acessórios da terra”. Somente o modo de produção feudal desenvolveu as condições necessárias para o aparecimento, primeiro da manufatura e, depois, da indústria moderna.

²³Embora o artesanato urbano seja baseado substancialmente, na troca e na criação de valores de troca, o objetivo principal da produção não é o enriquecimento ou o valor de troca como valor de troca, *mas a subsistência do homem como artesão, como um mestre-artesão* e, conseqüentemente, o valor de uso. A produção está, portanto, sempre subordinada ao consumo pressuposto; a oferta á procura; sendo lenta sua expansão”, conforme esclarece Marx (1991, p. 110).

ferramentas de trabalho. Portanto, para tentar responder esta pergunta é necessário pressupor duas questões: a) a natureza da própria produção mercantil; e, b) a dificuldade em analisar um caso concreto em função das mudanças nas características internas que uma comparação introduz. Entretanto, cabe analisarmos, primeiramente, os elementos estruturais que definem a pequena produção mercantil.

A produção mercantil é compreendida como a organização econômica na qual prevalece a produção para a troca por parte de produtores que continuam senhores de suas condições de produção. É um modo de produção compatível somente com uma sociedade que existe em limites estreitos e primitivos, adverte Diegues (1987):

É precisamente esse caráter de liberdade e de igualdade relativas dos proprietários de mercadorias, no interior de uma sociedade fundada sobre a pequena produção mercantil, que permite apreender a própria função da *troca*: permitir a continuidade de todas as atividades produtivas essenciais, apesar de uma já avançada divisão do trabalho, e sem que essas atividades dependam de deliberadas decisões da coletividade ou de seus dirigentes²⁴.

A tentativa de caracterizar os pescadores artesanais na pequena produção mercantil advém da natureza do trabalho desenvolvido pelos próprios pescadores. Em outras palavras, em formas pré-capitalistas de produção, a extorsão do sobre-trabalho se faz sem que o trabalhador direto tenha perdido totalmente a posse ou o controle dos meios de produção. É esta forma que aparece na organização social dos pescadores artesanais, ainda que em alguns casos eles não detenham o controle total dos meios de produção. É o caso, por exemplo, dos pescadores artesanais que praticam a pesca da lagosta em Marataízes, no Espírito Santo²⁵.

²⁴Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/06/da-pequenaproduo-mercantil-ao-modo-de.html>. Acesso em: 14/04/2010 às 18h e 50 min.

²⁵Segundo, Diegues (1983, p. 207 et. seq.), a pesca de lagosta em Marataízes, “cada pescador leva a sua rede meijoada (espécie de rede de espera) numa embarcação que pertence a um dono de barco que participa ou não do processo de trabalho. Em ambos os casos, o dono do barco ganha 1/5 da produção das redes dos camaradas”. Um outro caso semelhante acontece com os pescadores artesanais de São Francisco do Sul, especificamente, no Bairro Bela Vista, área de estudo desta dissertação, onde, costumeiramente, se vê pescadores, desprovidos de equipamentos de pesca (meios de produção), participarem do processo de trabalho (captura) e no final receberem parte do produto da pesca. Percebemos que não há venda direta, da força de trabalho, ocorre, nestes casos, um sistema de parceria, onde o responsável passa a ter um controle variável sobre o processo de trabalho final. No primeiro caso, os pescadores são

Antônio Carlos Diegues (1983, p. 206), menciona que as principais características da produção mercantil podem ser entendidas pela dispersão dos meios de produção, pela reduzida divisão do trabalho, pela propriedade dos meios de produção e pelo controle do processo de trabalho, o que leva, conseqüentemente, a um fraco desenvolvimento das forças produtivas; distintamente do modo de produção capitalista, onde existe uma separação completa entre os trabalhadores e os meios de produção²⁶.

Segundo o mesmo autor: “na pequena produção mercantil, embora exista a propriedade individual ou privada dos meios de produção, não há o surgimento do não-trabalhador, nem a extração da mais-valia de quem participa do processo de trabalho”.

Já no modo de produção capitalista, o que temos é um completo domínio do trabalho excedente pelo proprietário dos meios de produção. O trabalhador chega ao mercado de trabalho apenas com sua força de trabalho, a sua sobrevivência depende da venda dela. Diz Marx (2003, p. 219): “além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. “O que vai para o trabalhador sob a forma de salário é uma parte do produto por ele constantemente reproduzido” (Ibidem, p. 662).

Portanto, o que parece definir se os pescadores artesanais são sub-formas de organização social pré-capitalistas é o controle que se faz do excedente da produção, provocando a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e da perda do controle do processo de trabalho²⁷. Como já mencionamos, este divórcio se dá no exato

portadores dos equipamentos de pesca, dispõem de certo controle sobre o processo de trabalho, mas usam as embarcações e outros artefatos de um dono de barco.

²⁶Valemo-nos de uma importante citação de Diegues para pontuar esta discussão: “A principal característica dessa forma de organização é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade; isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista *a sua venda*. Isto pressupõe uma certa divisão social do trabalho já com produtores mais ou menos especializados que não necessariamente participam da captura. É o caso, por exemplo, do artesão “fazedor de canoas”. Os produtores diretos, nesse caso, são independentes: proprietários dos meios de produção, incluindo-se aí o *“savoir-faire”* tradicional empregado na localização dos cardumes. O trabalho tem em geral características familiares (nuclear ou extensa), a tecnologia empregada se caracteriza pelo relativamente baixo poder de predação e o nicho ecológico é restrito. O processo produtivo gira em torno de instrumentos de produção (redes, espinhéis, canoas, etc.) apropriados familiar ou individualmente. A unidade de produção e em geral o grupo familiar ou a vizinhança, sendo a apropriação do produto regido pelo sistema de partilha ou quinhão (partes do produto são distribuídas aos produtores diretos)”. Disponível em: <http://usp.br/nupaub/> Acesso em: 04/05/2010 às 15h e 50 min.

²⁷Para Diegues (1983) o pescador artesanal vive exclusivamente da pesca e é dessa atividade

momento em que suprimem pouco a pouco estas condições objetivas. Quaini (1979, p. 93) menciona que: “destroem-nas em lugar de reproduzi-las, etc., e assim a comunidade declina juntamente com as relações de propriedade sobre as quais estava fundamentada”.

Para ossificar este processo, mediante o qual o trabalhador se separa das suas condições objetivas, abordaremos uma relevante leitura que faz Quaini (Ibidem, p. 96) sobre a perspectiva histórica abordada por Marx. Diz ele que o intelectual alemão vê:

O processo histórico como uma sucessão de sistemas de relações temporárias, *formações econômicas-sociais* ou *determinados modos de produção* definidos – entre as forças produtivas (natureza, população, meios de produção etc.) e as relações de produção (isto é, toda a organização social, administrativa, territorial, etc.) que fixam os equilíbrios temporários, continuamente modificados pelo homem na produção da sua vida, no trabalho, isto é, na própria atividade na qual os homens, modificando não somente a natureza externa (isto é, todo o seu ambiente de trabalho, seja ele natural ou artificial), mas também sua própria natureza (criando forças novas e novas concepções, novas necessidades e uma nova linguagem, numa palavra, novos tipos de relações), impõem as condições para vencer a inércia da organização social e territorial precedente.

que ele deve retirar não somente os seus meios de subsistência, mas o excedente, que, transformado em dinheiro, irá pagar os seus compromissos com o comerciante-financiador onde adquiriu o seu motor ou sua rede. Ele depende dos recursos do mar para se reproduzir enquanto produtor independente. Qualquer tipo de limitação dos recursos do mar implica necessariamente na sua decadência e na proletarianização em outras áreas: barco de pesca, emprego nas áreas urbanas, etc. O pescador artesanal é o seu próprio trabalhador assalariado, explora-se a si mesmo enquanto tal.

II.3 Formas de Produção²⁸ Pesqueira: pesca artesanal

Tendo em vista a necessidade de classificar a nossa pesquisa sob o ponto de vista teórico, apresentaremos as distintas formas pelas quais o trabalho produtivo na pesca se organiza. Cumpre ressaltar que são formas que se interpenetram de modo bastante complexo ao longo do litoral brasileiro e por isso, aqui aparecem como desenhos explicativos.

Dias-Neto & Dornelles (1996, p. 56) entendem que:

a pesca artesanal (ou de pequena escala) contempla tanto as capturas com o objetivo comercial, associado à obtenção de alimento para as famílias dos participantes, como o da pesca com o objetivo essencialmente comercial. Pode, inclusive, ser alternativa sazonal ao praticante, que se dedica durante parte do ano à agricultura – pescador/agricultor.

Por sua vez, Diegues (1983, p. 100) afirma que:

a pesca artesanal ou de pequena escala parte de um processo de trabalho baseado na unidade familiar, ou no grupo de vizinhança. Tem como fundamento o fato de que os produtores são proprietários de seus meios de produção (redes, anzóis etc.).

Uma outra relevante contribuição vem da FAO (2000) um organismo internacional preocupado com a gestão do conhecimento e as informações tocantes à pesca. A extensa citação que segue ajudar-nos-á a entender um pouco mais sobre a pesca artesanal:

... 13. Hasta hace poco tiempo, la pesca artesanal en America Latina y el Caribe solía describirse como un subsector que utiliza técnicas intensivas de mano de obra y relativamente poco capital, a diferencia de la pesca industrial que es intensiva en el uso de capital y relativamente escasa de

²⁸É oportuno mencionar que alguns autores discutem, dentro da pesca artesanal, um outro grupo social chamado de pescadores-lavradores. Estes são considerados pescadores que participam de uma economia camponesa, por terem similitudes com o camponeses originalmente. Esses tipos de pescadores seriam aqueles que dependem exclusivamente dos ciclos naturais, ou seja, fazem dois tipos de trabalhos: são agricultores, em uma época do ano, e pescadores em outra. Não trataremos deste subtipo de pescadores, por entendermos que no nosso campo de pesquisa, encontramos o pescador artesanal, aquele que não tem relação com a agricultura diretamente; não manifesta as mesmas características encontradas nos pescadores-lavradores.

mano de obra. También se aseguraba que la pesca artesanal producía solo par el mercado interno, que encontraba sérios obstáculos para acceder a las fuentes regulares de financiamiento y que recibía poca asistencia técnica.

14. Esa característica ya no es satisfactoria, pues desde finales de la década pasada la pesca artesanal há sufrido grandes transformaciones, motivadas por la evolución de los mercados y las tendencias del modelo macroeconómico de producción que se ha generalizado en la región. Actualmente existen tres tipos de pesca artesanal bien diferenciado con características propias, que son, la pesca artesanal avanzada o semi industrial, la pesca artesanal tradicional y la pesca artesanal de subsistència.

15. La pesca artesanal avanzada se lleva a cabo com embarcaciones de porte mediano, bien equipadas para la navegación y la consevación de la captura y la vida a bordo y utiliza artes de pesca de productividad mediana. Este tipo de pesca a veces compite exitosamente com la pesca industrial en la captura de mariscos y peces finos para el mercado de exportación y se beneficia de cierto subsidios establecidos para la pesca artesanal en general.

16. La pesca artesanal avanzada existe desde hace años, pero no se hacía notar por su poco significado. En tiempos recientes, ha experimentado um crecimiento considerable em casi toda la región, alentada por leyes que favorecen a la pesca artesanal sin diferenciar sus diversas modalidades y estimulada también por la creciente demanda de mariscos y pescado de alto valor en los mercados asiáticos, europeos y de América del Norte. Aunque este tipo de pesca recibe por lo regular el mismo tratamiento legal que las otras modalidades de pesca artesanal, su poder de captura y su solvencia económica la diferencian considerablemente de aquellas.

17. La pesca tradicional se practica con embarcaciones también tradicionales. Los pescadores mantienen sus hábitos y costumbres bastante arraigados, regularmente su movilidad es

escasa y por ser dueños en muchos casos de los medios de producción se mantienen en la actividad a tiempo completo, aunque sus ingresos sean bajos. En años recientes, esta modalidad de pesca ha experimentado cierto desarrollo con la introducción de motores fuera de borda cada vez más potentes, el empleo de redes agalleras de monofilamento, el uso de nuevos materiales en la construcción de las embarcaciones y mejores en las instalaciones de desembarque y manipulación de los productos pesqueros. En muchos lugares los pescadores artesanales tradicionales también han experimentado mejoras económicas mediante la venta de sus productos para restaurantes y cadenas de supermercados nacionales o para la exportación.

18. La pesca artesanal de subsistencia, que también ha existido siempre, parece encontrarse en pleno crecimiento, motivado por el desplazamiento masivo de trabajadores del campo y de las ciudades que encuentran en la pesca un modo – a veces el único – de sobrevivir. Los pescadores de subsistencia por lo regular carecen de medios de producción y de la formación técnica y la experiencia necesarias para permanecer en la pesca de manera estable. Ello determina una gran movilidad ante la aparición de otras oportunidades de trabajo en el medio rural o en las ciudades.

19. Hay que diferenciar ciertas pesquerías de subsistencia, llamadas también pesca doméstica o de autoconsumo, que llevan a cabo con fines no comerciales comunidades indígenas y otros moradores locales de regiones apartadas en algunos países de la región. Esas pesquerías, aunque poco desarrolladas en sus aspectos técnicos, tienen la ventaja de ser administradas por la población local con los mismos principios que la utilizado siempre para manejar los demás recursos naturales de la comunidad.

20. La existencia de estas formas variadas de pesca artesanal, sin una clasificación clara ni un sistema de normas y regulaciones apropiadas para cada una de ellas, pone a las administraciones pesqueras en serias dificultades

para garantizar el desarrollo sostenible de la pesca costera y continental.

21. A pesar de las diferencias mencionadas entre las variadas modalidades de pesca artesanal, también existen rasgos comunes entre ellas, por el hecho de llevarse a cabo em las mismas comunidades y porque gran parte de los pescadores semi industriales han sido pescadores artesanales tradicionales y muchos de estos a su vez fueron pescadores de subsistencia. De manera que, aunque deberían de establecerse normas y regulaciones diferenciadas para cada modalidad, la pesca artesanal debe analizarse como un conjunto con características específicas...

Já a classificação dada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), através da lei nº 11.959 de 29/06/2009, CAPÍTULO IV, Art. 8º, Inciso I (alínea a e b) e inciso II (alínea a, b e c) com a qual dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23/11/1988, dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28/02/1967, e dá outras providências, é de que a pesca pode ser:

I – comercial: a) *artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;* b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial: a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica; b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto e, c) *de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação*

*específica*²⁹ [grifo nosso].

Percebemos que não há diferença quanto à classificação feita pela FAO e pelo MPA, no que toca às modalidades da pesca. Segundo a FAO existem três tipos de pesca artesanal bem diferenciados e com características próprias: a pesca artesanal avançada ou semi industrial, a pesca artesanal tradicional e a pesca artesanal de subsistência. Por sua vez o MPA classifica a pesca artesanal como sendo de tipo comercial, ou seja, *quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.*

Diegues (1993) faz uma diferenciação entre a pesca praticada dentro dos moldes da pequena produção mercantil simples (pescadores-lavradores) e da pequena produção mercantil ampliada (pescadores artesanais). No primeiro caso, a pesca é uma atividade realizada dentro dos parâmetros familiares, cuja coleta é, principalmente, para o consumo, valor de uso. A pesca é feita pelo agricultor e apenas em períodos sazonais (tainha, por exemplo) ele se dedica à pesca. Era muito comum entre os “*caïçarás*”, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo, os *jangadeiros*, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia, e os *açorianos*, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Percebe-se já uma divisão de trabalho, pois, em geral, as mulheres não participam dos *grupos de pesca* ou “*companhas*”. A pesca, sendo uma atividade complementar destinada a produzir valores de troca, rege-se pelo sistema de partilha ou quinhões. Como, no entanto, os equipamentos são de baixo custo relativo, o igualitarismo na divisão do produto é bastante visível (Kottak, 1966). Enquanto nas pescarias mais simples (picaré, por exemplo), intervém somente o grupo familiar, em outras mais complexas, como o *cerco da tainha*, podem participar várias unidades familiares[□]. (p. 39)

Já no segundo caso, a pesca artesanal se manifesta de modo diferente, ela é produto do tipo de pesca desenvolvido pelos

²⁹Disponível em: <http://planalto.gov.br/.../2009/Lei/L11959.htm> Acesso em: 11/07/2009 às 16h e 20min.

[□] Companhas é o nome usado em Portugal para designar as sociedades de pescadores que trabalham juntos, de forma igualitária.

pescadores-lavradores, se ergueu sobre os seus ombros dos ou seja, a pequena produção mercantil simples engendrou a forma ampliada da pequena produção mercantil. As diferenças entre as duas podem ser entendidas do seguinte modo: a) o grupo doméstico não mais constitui a base das unidades de produção e cooperação. À medida que a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de produção de bens destinados à venda, à medida que surge um excedente, utilizado na compra de embarcações motorizadas, que exigem uma outra "tripulação", a mão-de-obra mais apropriada *nem sempre é a família*; b) a *atividade pesqueira* passa a ser a principal fonte de renda, propiciando, em determinadas situações, uma maior produção de excedente, em cuja distribuição entre os pescadores passam a ser introduzidos padrões menos igualitários. Com isto, torna-se mais nítida a diferença entre os proprietários dos meios de produção e os "camaradas". As grandes "companhas" ou grupos de pesca vão reduzindo o seu contingente de mão-de-obra para dar lugar a "tripulações" menores, mais especializadas; c) esse novo tipo de pesca, explorando ambientes marinhos e costeiros mais amplos, exige *conhecimentos mais específicos* que os anteriormente usados pelo "pescador-lavrador"; d) a *propriedade dos meios e instrumentos de trabalho* na pesca passa a ser um elemento fundamental em toda a organização produtiva, ao passo que a "propriedade familiar" deixa de ser tão importante; e) há um avanço tecnológico importante como a introdução da *embarcação motorizada*, das redes de náilon, de novos processos de conservação e transporte do pescado etc.; f) organiza-se todo um processo de comercialização do pescado em que progressivamente os "atravessadores" individuais vão perdendo gradativamente o terreno pra as "*firmas*" de compra e financiamento da produção, segundo adverte Diegues (1993).

Deste modo, adotaremos as classificações feitas acima, mas não abandonaremos o processo histórico de transformação social pelo qual passou o pescador artesanal. Consideraremos o pescador artesanal aquele que já o foi, mas em função da busca de melhores condições de vida tiveram que abandonar o mundo pesqueiro. Como o nosso objetivo é apresentar o modo de vida dos pescadores artesanais e o nexos com a modernidade, ou melhor, compreender por que a sua forma de vida atual está sendo problematizada, por que os pescadores não conseguem viver da pesca, acreditamos que pressupor esta transformação é essencial.

Uma outra questão, que consideraremos, é a situação de

alguns pescadores que não estão cadastrados na Colônia Z-2³⁰, mas estão a exercer a pesca artesanal, ainda que tendo outra atividade de trabalho informal. É muito comum encontrar pescadores artesanais que estão empregados nas atividades portuárias, tais como: estivadores, arrumadores, conferentes, consertadores, vigias, trabalhadores de empreiteiras e estatutários, mas não abandonaram a pesca artesanal. Continuam a pescar nos momentos que não estão a trabalhar no porto. Inclusive as suas férias são solicitadas para os meses em que há melhores condições de pesca, as chamadas pescas sazonais: a pesca da tainha é um exemplo, conforme explicou o Diretor Executivo do Órgão de Gestão de Mão-de-Obra portuária (OGMO), Liete Amorim Moreira. Os trabalhadores avulsos do porto, ligados ao sindicato dos Arrumadores, mencionaram que é comum os pescadores do bairro do Paulas trabalharem durante o dia e à noite saírem para pescar. Para estes casos, os pescadores artesanais ficariam de fora da classificação supracitada, todavia, não desprezaremos estes fenômenos, eles contribuirão para a validade da pesquisa. Além disto, é comum se observar pescadores exercendo atividades em outras áreas como: construção civil, indústria do turismo³¹, serviços públicos, pesca industrial, etc..

II.4 Pesca e pescadores artesanais: uma síntese histórica

A pesca no Brasil pode ser compreendida como uma atividade realizada anteriormente à colonização européia, ou melhor, é uma atividade que nos remete a tempos ainda mais longínquos. Por exemplo, a pesca de subsistência na Baía da Babitonga, segundo a arqueologia, acontece desde os povos sambaquianos³², ou seja, há cerca

³⁰Colônia Z-2 é o órgão representante dos pescadores artesanais de São Francisco do Sul e foi fundada em 1920, sendo a segunda mais antiga do Brasil.

³¹Os pescadores artesanais da Praia da Guarda do Embaú, do Município de Palhoça, depois que o turismo começou a desempenhar um papel relevante na economia local, passaram a trabalhar, com suas embarcações, na travessia de passageiros do Rio da Madre à praia. Um outro exemplo é a influência do turismo na economia dos pescadores artesanais da Barra da Lagoa. Atualmente o aluguel de casas, os bares, os restaurantes e outras atividades recebem um forte incremento no auge do verão, o que alivia os precários lucros da pesca durante o ano.

³²Bandeira (2002) menciona que: “Os primeiros ocupantes teriam sido sociedades de pescadores-coletores-caçadores de origem ainda desconhecida que teriam passado a viver no litoral próximo a desembocaduras de rios, lagos e baías construindo montes de conchas de sambaqui para estabelecer seus acampamentos, suas aldeias ou rezas e cerimônias. Entre os vestígios destes grupos são identificados artefatos e restos de alimentos e estruturas (fogueiras, por exemplo), que indicam que tais grupos tinham uma cultura rica em conhecimentos

de 5000 anos, sendo os mais recentes datados de 1.500 anos atrás (PROUS, 1992, Apud, BANDEIRA 2002, p.46)

Não se pode entender, obviamente, os *pescadores-coletores-caçadores*, desta época, como sujeitos dotados de signos modernos tais quais, nós pesquisadores, atribuímos aos homens que vivem da pesca de agora. Ainda que seu valor cultural e sua relevância para as gerações futuras, a Arqueologia e, também, a Antropologia já mostraram ser imensuráveis, esses *pescadores-coletores-caçadores*, não correspondem ao nível de debate, ora estabelecido nesta dissertação.

Entretanto, este tipo de pesca praticada outrora serve de base para discutirmos outro tipo de pesca realizado, mais tarde, no Brasil. No início da colonização européia, a pesca era praticada, fundamentalmente por índios, que não obstante às limitações de alimentação, que sofriam alguns colonizadores, passavam seus conhecimentos para os que pisavam em terras “tupiniquins”. Como nos alerta Diegues³³:

Jean de Léry, calvinista, estudioso de teologia, que em meados do século XVI participou da tentativa colonizadora francesa no Rio de Janeiro descreve com detalhes a pesca praticada pelos índios Tupinambás. Ao longo do litoral, esses indígenas usavam canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e também piperis (igarapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas embarcações utilizadas na pesca litorânea.

Portanto, a pesca³⁴ de subsistência era praticada pelos índios, no quadro da policultura litorânea, e pelos *alóctones*, incipientes

tecnológicos para o trabalho em rocha, concha e osso. Bem como um vasto conhecimento em restinga, mangue, mata atlântica, rios, lagos e oceano que ofereciam fortes recursos naturais como o pescado, caça aos crustáceos, moluscos, as frutas, o mel, fibras de madeiras, entre outros que teriam preferido, em muitos casos um estabelecimento sedentário”.

³³Disponível em: <http://usp.br/nupaub/lea11.pdf>. Acesso em 29/04/2010 às 19h e 42min.

³⁴Diegues menciona que: “A pesca se realizava também como atividade marginal dentro dos latifúndios para abastecer a mesa dos senhores-de-engenho (FORMAN, 1970). Até o início do século, a pesca costeira subsistia principalmente dentro da policultura litorânea. A partir de então, e nas cercanias de centros urbanos, começou a se desenvolver a pequena pesca voltada para a produção de mercadoria. Esse processo tem pontos em comum em várias áreas do litoral brasileiro (Mourão, 1971; Diegues, 1971; Ivo, 1975; Furtado, 1987). Surgiu então a figura do “atravessador”, especializado em produtos do mar, que passou a ser também um financiador da produção dos pescadores artesanais. A partir da Segunda Guerra Mundial, inúmeros fatores alteraram a pequena pesca, sobretudo a introdução do gelo, das redes de náilon e do motor de popa e depois “de centro”. A utilização desses insumos, não mais fabricados pelos pescadores, aumentou sua dependência do mercado e dos ‘comerciantes’”. Disponível em: <http://usp.br/nupaub/prodpesqueira.pdf> Acesso em: 03/05/2010 às 12h e 49min.

colonizadores, especialmente aqueles que habitavam áreas litorâneas. Mais tarde, estes mesmos colonizadores organizaram a pesca da baleia, mantida pelos interesses comerciais da Coroa Portuguesa e garantida pelos trabalhos escravos da época. Esse tipo de pesca tinha importância, especialmente na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom Abrigo) e litoral de Santa Catarina, onde ainda hoje podem ser vistos os vestígios das diversas armações³⁵.

Este modo de produzir a existência foi se tornando, para alguns povos, o único modo de se reproduzir. Destarte, nasceram os “*caiçaras*”, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo, os *jangadeiros*, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia, e os *açorianos*, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esses povos, chamados de “*povos originais*”, isto é, aqueles que têm, na sua origem, uma relação direta com o mar, durante o século XX, apresentam sérias dificuldades em reproduzir as suas existências. É notável, por exemplo, as dificuldades que os “*açorianos*”, na Ilha de Florianópolis, encontraram depois que o turismo tornou-se uma atividade de grande interesse na capital. Um outro exemplo são os pescadores artesanais de Santos, litoral de São Paulo, cuja renúncia à vida de pescador se manifesta na procura de novos empregos em áreas urbanas. Não há, nesta região, a reposição da força de trabalho pesqueira, pois os seus filhos, raramente reproduzem as atividades de pesca dos seus pais³⁶. Quando os filhos pescam, geralmente é em função

³⁵É possível ver no Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras (São Francisco do Sul), alguns “dioramas” sobre a Caça da Baleia. Segundo nos contam as próprias informações contidas na biblioteca virtual do Museu: “A caça à baleia no Brasil colonial permaneceu essencialmente costeira, estendendo-se da Bahia até Santa Catarina. Uma publicação da década de 1960, escrita pela professora Miriam Ellis e resgatada pelo Projeto Baleia Franca, relaciona as seis armações baleeiras instaladas ao longo do litoral catarinense, locais onde se retiravam os produtos do animal morto. Entre 1740 e 1742, estabeleceu-se a de Nossa Senhora da Piedade, hoje município de Governador Celso Ramos. Depois foi instalada a da Lagoinha, em 1772, na praia da Armação em Florianópolis. A Armação de Itapocorói, região de Penha, surgiu em 1778 e as do sul apareceram praticamente juntas: a de Garopaba, entre 1793 e 1795; e a estação baleeira mais austral do Brasil, a de Imbituba, em 1796, também última a ser desativada, espantosamente em 1973, quando a caça já estava proibida. A da ilha da Graça, próxima a São Francisco do Sul, foi a última a ser implantada, em 1807”. Disponível em: <http://museunacionaldomar.com.br/estrutura/index.htm>. Acesso em: 29/04/2010 às 19h e 42min. É oportuno mencionar que estes pescadores ficaram classificados, mais tarde, como: *pescadores-lavradores*, ou seja, um tipo de pescador que divide a pesca com a atividade agrícola. Neste caso, específico, estes açorianos durante a maior parte do ano eram agricultores e se dedicavam à pesca, apenas no verão.

³⁶ Uma relevante fonte de conhecimento sobre a situação dos pescadores-artesanais caiçaras do litoral de São Paulo pode ser vista nos trabalhos de: Silva, L. G. S. Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil; Diegues, A. C. Diversidade Biológica e Culturas

da falta de empregos ou por outros motivos, como crescer a renda da família ou pescar em períodos de folga do trabalho, mas sempre depois de ter concluído os estudos. Dificilmente é por encontrar na pesca boas condições para reproduzir as suas existências.

No norte do país, mesmo a produção pesqueira artesanal sendo maior que a produção industrial, os pescadores artesanais convivem com os mesmos problemas. É comum eles migrarem do mar para áreas urbanas, na tentativa de conseguir melhores condições de vida. São os problemas que enfrentam os pescadores: faltam investimentos no setor, a comercialização dos pescados nem sempre é feita de modo a garantir um bom rendimento, deparam-se com o avanço da industrialização em áreas tradicionalmente de pesca, a poluição de rios e lagoas e a superexploração provocam a falta de peixes e a garantia de melhores rendimentos do trabalho assalariado. Nas regiões do Nordeste e Centro-oeste do país, onde a produção pesqueira artesanal também é maior que a industrial, os pescadores enfrentam, na primeira região, um forte crescimento do setor da aquicultura e, na segunda região, um perverso conflito com a pesca amadora ou esportiva, que compete com a artesanal, seja em ocupação de espaços, seja pelas espécies e espécimes capturadas, ou seja, pelo desenvolvimento de políticas públicas que acabam por beneficiar o setor turístico em detrimento da pesca artesanal.

Neste quadro, está desenhada a pesca artesanal no Brasil no século XX. O quadro só se agudiza, especialmente, no terceiro quartel do século XX, momento em que começam os grandes investimentos da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) (DIEGUES, 1995, p. 01-02).

Com a criação das indústrias de pesca, ou os pescadores artesanais trabalhariam como tripulantes nos modernos barcos de pesca ou simplesmente teriam que abandonar a atividade pesqueira. Como os recursos financeiros e técnicos foram canalizados para a indústria pesqueira e para a construção de grandes barcos, em quase todas as regiões costeiras do Brasil os pescadores artesanais não tinham condições de competir, tendo suas áreas tradicionais de pesca

Tradicional Litorânea: O Caso das Comunidades Caiçara e Pesca e marginalização no litoral paulista (dissertação de mestrado) e Luchiari, M. T. D. P. Caiçaras, Migrantes e Turistas: A Trajetória da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião – Distrito de Maresias).

invadidos pelos grandes barcos da pesca industrial/empresarial.

Esta outra citação manifesta este conflito:

A década de 70 foi crucial para a pesca brasileira, pois o governo iniciou um processo de modernização das atividades pesqueiras, com altos investimentos em indústrias de pesca, sobretudo no sul e sudeste brasileiro. Essas empresas tiveram um forte impacto nas vilas de pescadores espalhadas ao longo do litoral brasileiro, causando uma série de mudanças sociais importantes (Ibidem, p. 05).

Inúmeros conflitos se verificaram entre as duas formas de organização da produção. Além disso, o uso crescente dos ecossistemas litorâneos e costeiros, para a implantação de pólos químicos, petroquímicos, minerometalúrgicos, levou a poluição dos estuários, com o empobrecimento biológico dos recursos tradicionalmente capturados pela pesca artesanal. A especulação imobiliária, expulsando os pescadores artesanais de suas praias, algumas vezes de maneira violenta, contribuiu para uma desorganização social crescente e para um empobrecimento ainda maior das comunidades dos pequenos produtores litorâneos³⁷.

Cumprе ressaltar que a partir de 1990 até o ano de 2000 a pesca artesanal entrou em declínio:

...a produção manteve-se abaixo de 20%, na primeira metade da década de 1980, para 7% em média, entre 1991 e 2004. Em contrapartida, a produção total estimada da pesca extrativa marinha no Estado vem se mantendo no patamar de aproximadamente 100.00 t, a partir de 1993 (FILARDI, 2007, p. 18).

No entanto, este quadro é, apenas, uma parte do problema. Se analisarmos, no âmbito mundial, perceberemos que o setor pesqueiro vem ao longo dos anos em um ritmo decadente. No mundo são milhões

³⁷Disponível em: <http://usp.br/nupaub/prodpesqueira.pdf> Acesso em: 03/05/2010 às 13h e 00min.

de pessoas que dependem direta ou indiretamente da pesca e da aquicultura para obter seus meios de subsistência. Em 2004, segundo estimativas, “41 milhões de pessoas trabalharam com dedicação completa ou parcial como pescadores e aquicultores” (FAO - Relatório SOFIA, 2006, p. 21).

A maior parte das zonas de pesca do mundo já atingiu o potencial máximo no que se refere a capturas de peixes. Hoje em dia, assiste-se a uma exploração excessiva de 25% das populações de peixes, enquanto cerca de 50% são plenamente utilizadas. Isto faz com que as capturas não possam aumentar senão em 25% das zonas. A pesca excessiva não só ameaça o equilíbrio e a viabilidade de todo o ecossistema marinho, como reduz o crescimento econômico e compromete a segurança alimentar e os meios de subsistência dos habitantes das zonas costeiras, em especial nos países em desenvolvimento (ONU, 2002, p. 6).

No Brasil, vive-se uma situação não menos preocupante, em relação ao resto do mundo. Estudos mostram que mais de 80% dos principais estoques pesqueiros da costa marítima brasileira estão em nível de exploração plena, acima do nível sustentável ou em fase de esgotamento. Segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca:

Nesse conjunto de problemas observa-se uma gama muito grande de conflitos, tanto entre pescadores industriais e artesanais e diferentes modalidades de pesca, como entre diferentes usos da água, além de uma legislação ultrapassada e a falta de fiscalização, o que permite alta clandestinidade na produção e comercialização do pescado (SEAP/PR, 2003, p. 11).

Nessa primeira década do século XXI, a pesca artesanal no Estado de Santa Catarina, segundo dados da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), alcançou seu maior patamar em 2006 - 10.064 t. Desde 1991, ela não havia alcançado esta cifra, enquanto a pesca industrial, no mesmo ano de 2006, alcançou 117.681 t.. Conforme último relatório publicado, em 2009, pela UNIVALI, a produção total desembarcada em Santa Catarina pela frota pesqueira industrial atingiu, em 2008, 134.356 t, valor 3% menor que o registrado no ano anterior³⁸.

³⁸Relatamos os números da pesca artesanal em Santa Catarina, referentes ao ano de 2006, em

Esses números não diferem do que acontece em todo sudeste brasileiro, cuja produção estimada da pesca industrial é também expressiva em relação à pesca artesanal.

II.5 Pesca Industrial no Brasil: algumas questões

Seguramente a pesca industrial no Brasil teve seu maior impulso, no século XX, da década de 1960 em diante, quando foi financiada pela SUDEPE. Entretanto, uma análise mais pormenorizada nos permite dizer que, no início deste mesmo século, já tínhamos os germes, do que veio a ser, a pesca industrial brasileira.

Em 1920, a pesca da sardinha, em escala comercial de grande importância – praticada, especialmente, na Ilha Grande, Rio de Janeiro, contribuiu para a formação das primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento), não só no Rio de Janeiro, mas também, em Santos. No Rio Grande do Sul, na década de 1920, deu-se início ao processamento da Merluza.

O processo de industrialização da pesca passa, obrigatoriamente, pelas *companhas* (ou companhias) pesqueiras do sudeste do último quartel do século XIX. É sábio que os pescadores portugueses e espanhóis, ao introduzirem a pesca da sardinha pelas traineiras e a pesca do camarão com arrasto de porta, deram um novo dinamismo à pesca e superaram a pesca tradicional que havia nesta região. A mecanização de alguns processos pesqueiros, decorrentes das duas práticas mencionadas acima, como: o emprego do “balão”, rede, que propiciava um rendimento bem superior às redes tradicionais, puxadas manualmente pelos pescadores, o uso de duas portas, parecidas com o *ottertrawl* e, o emprego da traina, uma grande rede de cerco, muito usada na Costa da Espanha e também na França, foi o que de novo tinha na época. Evidente que este desenvolvimento, da pesca da traineira, só foi possível em função da estabilidade do mercado pesqueiro, decorrente do crescimento das indústrias enlatadoras de

função de ter sido o último relatório lançado pela UNIVALI. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A (EPAGRI) lançou um projeto em 2009 para monitorar a pesca artesanal em todo o estado catarinense, somente a partir deste momento teremos condições de usar dados mais atualizados. Segundo a EPAGRI serão: cadastrados os pescadores, suas embarcações e equipamentos, além de anotadas as produções, dados ambientais, o esforço requerido para a captura e as espécies capturadas. Além de fazer a estatística da produção pesqueira, o projeto pretende retomar e reforçar a extensão pesqueira no Estado de Santa Catarina. Para o recolhimento dos dados, a EPAGRI firmará parcerias com colônias de pescadores e associações de pesca artesanal locais.

sardinha.

Essa prática de pesca, por *companha*, foi disseminando-se em todo litoral do sudeste e chegou ao litoral catarinense. É nesse momento que houve uma forte evasão das atividades agrícolas à pesca, desorganizando todo o espaço pesqueiro catarinense e, por fim, já sem condições de se manterem em Santa Catarina, houve a migração para o sudeste, servindo de mão de obra para as pequenas empresas-capitalistas de pesca³⁹.

Tendo em vista todo este desenvolvimento, é possível elencar uma série de empresas capitalistas da primeira metade do século XX: em 1930, no litoral de São Paulo, surgiram as pequenas empresas de salga de manjuba, com sua própria frota de canoas; no Nordeste do país, foi construída a Companhia do Pescado Norte do Brasil; em 1940, nasceu a Indústria de Pesca Tupi e a Pesca de Santos Ltda e as Indústrias Unidas de Pesca e a Indústria Pescal; na mesma década, no Rio Grande do Sul, formaram-se as Indústria de Pesca Apolo e a Indústria Brasileira de Peixe Ltda; em 1950, ainda no Rio Grande do Sul, tiveram início os *cutters* escandinavos e as empresas Embrape e a Tayo, estabeleceram-se e Santos; em Recife, surgiram as empresas japonesas, além dos armadores de pesca estrangeiros. Também, neste período houve a instalação da Indústria Krause (setor de captura, beneficiamento e comercialização) que, durante os investimentos da SUDEPE, foi a que mais recurso recebeu. Um outro exemplo vem das empresas que se instalaram no nordeste do país, substituindo a pesca da lagosta, feita por jangadas e botes tradicionais.

O exemplo de investimento mais expressivo, no setor da pesca industrial, no século XX, foi dado pelo Decreto-lei nº 221 da SUDEPE de 1967. O decreto permitia que pessoas jurídicas ou firmas de outros setores aplicassem até 25% do Imposto de Renda na criação de incentivo a empresas de pesca, com a finalidade de criar uma indústria de base no setor pesqueiro, conforme alerta Diegues (1983).

Uma vez criada a SUDEPE, em 1962, o setor industrial entrou em franco desenvolvimento. As questões mais recorrentes na época em torno da SUDEPE eram: a) a elaboração do plano nacional de

³⁹Diegues (1983) observa que os pescadores açorianos, que migraram da agricultura para a pesca, foram responsáveis pelo crescimento substancial da pesca da traineira fluminense e paulista e mais tarde, com a aquisição de mais barcos, de barcos linheiros, devido à concentração de excedentes nas mãos desses pequenos empreendedores, foi possível criar um padrão de exploração capitalista da pesca e cada vez mais a troca absoluta do manual pelo mecânico, industrial.

desenvolvimento da pesca, o “Plano de Metas da pesca”; b) dar assistência técnica e financeira aos empreendimentos da pesca; c) realizar estudos para o aprimoramento das leis atreladas ao mundo pesqueiro e, d) a fiscalização, com base nos códigos de pesca, inclusive coordenação de programas de assistência técnica nacional e estrangeira.

Não é exagero mencionar que com a criação da SUDEPE forma-se no interior da industrialização da pesca brasileira um novo horizonte para as questões nacionais. A partir disso, é criado grupos de trabalho cujo objetivo era pensar a pesca como fonte de riqueza para o país. Pensava-se na expansão da produção pesqueira, no planejamento da melhoria das redes de distribuição dos produtos pesqueiros e na adequação dos portos e fomento das exportações, na promoção e organização da pesca artesanal e em uma política de preços que remunerasse bem o produtor e que fosse acessível ao consumidor. “Esperava-se também a ampliação e racionalização da infra-estrutura existente da atividade pesqueira, além do maior apoio técnico e financeiro aos pescadores e empresas de pesca, e também a exploração pesqueira em todos os aspectos”, conforme Borges⁴⁰ (2007). Em 1989 institui-se a Lei nº. 7.735 que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e extingue a SUDEPE, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura.

É oportuno mencionar que durante o período da SUDEPE houve uma forte política no sentido de criar incentivos fiscais que dessem condições para se desenvolver no país uma indústria pesqueira relevante. No entanto, não tivemos o resultado esperado. Houve uma alta concentração e acumulação, por parte de grupos empresariais desorganizados e interessados somente na exploração desarticulada da pesca.

⁴⁰Disponível em: <http://webartigos.com/...Pesca-No-Brasil-Entre-1912-A-1989/pagina1.html>
Acesso em: 07/08/2010 às 16h e 01min.

CAPÍTULO III - OS *HINTERLANDS* DOS PORTOS: DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÃO

III.1. Questões teórico-históricas

Neste capítulo mostraremos que historicamente os portos, em qualquer canto do mundo, se constituíram como um fator fundamental, do ponto de vista econômico, no transporte de mercadorias e suas implicações para o desenvolvimento da sociedade. Marx (2000, p. 65) menciona que o processo de produção capitalista engendra *ramos industriais autônomos* dentre os quais o transporte de mercadorias aparece como essencial.

O que a indústria de transporte vende é a própria mudança de lugar. O efeito útil produzido está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transporte. Homens e mercadorias viajam com o meio de transporte, e seu deslocamento, seu movimento no espaço, é precisamente o processo de produção que ele realiza. O efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção; não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse, depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria. Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo valor dos elementos de produção (força de trabalho e meios de produção) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria do transportes. Também no tocante ao consumo, esse efeito útil se comporta como qualquer outra mercadoria. Se é consumido individualmente, seu valor desaparece com o consumo; se produtivamente, sendo um estágio da produção da mercadoria que se transporta, seu valor se transfere à mercadoria como valor adicional.

Com isso, temos nos portos um meio de transporte para o qual o modo de produção capitalista desloca homens e coisas; permite escoar a produção para qualquer canto do mundo; os serviços [a mudança de lugar] devem ser produzidos no mesmo momento em que

são consumidos adverte Tschuprow (1875, Apud, Marx, 2000, p. 64).

Para Rosa Neu (2009) o porto “durante muitos séculos, foi a única forma de comunicação entre os povos, proporcionando a ampliação das fronteiras e o desenvolvimento do capitalismo⁴¹”. No Brasil, por exemplo, foi o canal de entrada e saída de quase tudo que o país conheceu. Por um lado, as portas de entradas dos colonizadores⁴² e por outro, portas de saídas de todas as riquezas. Portanto, continua sendo pelo mar que a vida nas cidades portuárias recebem contornos expressivos das suas maiores atividades. No livro “O Povo Brasileiro” Darcy Ribeiro, estigmatizava o papel das cidades portuárias na formação do Brasil e de seu povo. Silva & Cocco (1999, p. 09) apontam que a “relação de quase todas as grandes cidades brasileiras com o mar está intimamente ligada ao papel histórico de seus portos”. Desse modo, é patente que em cidades portuárias, como a de São Francisco do Sul, o desenvolvimento dos portos se confunde com a cidade. Ao mesmo tempo em que as cidades portuárias apresentam as suas dinâmicas internas e em constantes transformações, os portos engendram, mediante as suas forças essenciais, atividades que (re)definem a sua estrutura econômica, social, cultural e política. É nessa relação que para Rosa Neu (2009) “as cidades portuárias abrigam em seu território, diversas atividades e dão suporte ao movimento dos portos. Essa relação de apoio gera a complexidade, comum a qualquer cidade, mas potencializada nas cidades portuárias, onde a inserção do global no local é mais intensa”.

⁴¹Disponível em: <http://teses.usp.br/teses/.../tde-09122009-101131/> Acesso em: 19/04/2010 às 20h e 45min.

⁴²A fundamental importância que a atividade portuária colonial exercida nas primeiras movimentações do Brasil colonial pode ser entendida através da interação com o modo de produção capitalista, que se formava na Europa. Para Paiva (2006): “esses países desenvolveram uma série de pequenos núcleos portuários, que continuaram a se desenvolver ao longo do tempo, paralelamente à evolução e estruturação dos mercados. Para muitos desses países, as atividades marítima e portuária não foram somente uma das principais fontes de bem-estar e emprego, mas também uma das vias fundamentais de progresso. Suas ligações com o mar permitiram o desenvolvimento de importantes atividades econômicas como a indústria naval e de pesca e o comércio internacional. No entanto, o mais importante é que devido a serem centros físicos de comunicação, esses núcleos portuários urbanos tinham acesso ao grande fluxo de informações produzidas no mundo ora compartimentalizado. Muitos desses núcleos tornaram-se partes privilegiadas do território, dando origem a uma cultura marítima específica”. Disponível em: http://dbd.puc-rio.br/pergamum/.../0412254_06_pretextual.pdf. Acesso em: 12/07/2010 às 10h e 56min.

III.2. São Francisco do Sul: Cidade Portuária

Precedentemente mencionamos que a cidade de São Francisco do Sul é reconhecida como uma cidade marcada pela pesca artesanal. Contudo, não é menos verdade mencionar que ela se desenvolveu ao mesmo tempo com outra atividade de fundamental importância: o porto. Essas duas atividades, sempre fizeram parte da história da cidade e estão presentes até os dias de hoje.

Foi pelo mar que no século XVI, em 1504, na companhia de sua embarcação *l'Espoir de Honfleur*, pisou na antiga cidade de São Francisco do Sul o navegador francês Binot Paulmier de Gonneville. Sua chegada anunciou a expansão, exploração, conquista e colonização européia na costa catarinense.

Até 1648, ano da colonização efetiva mediante estabelecimento do bandeirante Manoel Lourenço de Andrade, tivemos na cidade outras visitas de navegadores, como é o caso do navegador espanhol Juan Díaz de Solís. Porém, com a vinda dos bandeirantes vicentinos e grande número de agregados e escravos, gados, instrumentos agrícolas e ferramentas para a exploração de minas, começou em São Francisco do Sul o processo de colonização propriamente dito⁴³. Logo em seguida chegam novos grupos de colonizadores açorianos, formando uma Vila subordinada à de Paranaguá. Rosa Neu (2009) lembra que em função do expressivo progresso, a freguesia foi elevada à categoria de Vila em 1662. “Nesse período, os engenhos de aguardente e de farinha de mandioca predominavam na economia do lugar. O Porto era um ancoradouro natural que escoava a água ardente e a farinha de mandioca produzida para os centros comerciais do Brasil colônia”.

Inicialmente com o nome de Vila⁴⁴, São Francisco do Sul atrela-se à Ouvidoria de São Paulo e mais tarde, em 1831, à Santa Catarina. Isso permitiu que fossem organizados os negócios da justiça e

⁴³Segundo Rosa Neu (2009) “A ocupação efetiva somente aconteceu no século XVII, com a chegada dos vicentistas interessados em descobrir as riquezas da região e caçar os índios. Como a Ilha era própria para a navegação, servia também para guarda e escambo das navegações que se aventuraram na região. A criação de uma povoação sólida foi obra de uma família da Capitania de São Vicente, com poderes para povoar a região e planos para plantar e criar gado”.

⁴⁴É preciso destacar que a Vila de São Francisco do Sul era mais uma das vilas fundadas no litoral meridional da colônia. O porto forma-se no mesmo instante e já ganha importância por ser a única via de comunicação com o resto da Colônia. Nesse tempo o porto era um ancoradouro natural e, somente no final do século XIX se transformou em trapiches.

administração. A Vila ficou dividida ao Sul com Laguna e ao Norte com Paranaguá. Um conjunto de atribuições foi designado à organização da Vila, tais como: a) demarcação das terras do Rocio (zona rural), b) autorização da construção da casa do Conselho e, c) da cadeia, levantadas ao lado da Igreja Matriz.

Ainda no século XIX houve a primeira experiência socialista dos utópicos franceses no Distrito do Saí⁴⁵. Segundo Da Silva (2007)⁴⁶:

Dos anos de 1842 a 1844, a península do Saí foi difusora de uma proposta que buscava alterar a realidade existente para um mundo mais justo e harmônico. O ideal de uma colônia societária no Brasil movimentou a população e despertou o interesse das autoridades, o apoio veio principalmente dos interessados em beneficiar-se com o empreendimento. O império e os grandes proprietários viam nesta proposta a possibilidade da industrialização e de civilização para o país. Mas é no pensamento e na luta dos imigrantes franceses para que a concretização dos objetivos do projeto, que se encontra o verdadeiro sentido da colônia.

Historicamente, podemos compreender que é no século XIX que as atividades econômicas, sociais e culturais de São Francisco do Sul começaram a ser conformadas. O Porto nesta época já exercia influência em relação ao crescimento da cidade, razão pela qual o Dr. Mure⁴⁷ escolheu o Falanstério de Saí para abrigar o seu projeto utópico. Segundo ele, além dos recursos naturais, a cidade ficava próxima ao porto, o que facilitaria o envio de suas produções até outras regiões.

A Cidade de São Francisco do Sul mantinha sua atividade comercial em plena sintonia com os outros portos de Santa Catarina (Itajaí, Florianópolis, Laguna e Imbituba), como mostra o Mapa 01.

⁴⁵A península do Saí localiza-se na margem norte da Baía da Babitonga, próximo à cidade histórica de São Francisco do Sul.

⁴⁶Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/41/47> Acesso em: 29/06/2010 às 14h e 30min.

⁴⁷Homeopata Francês que liderou o movimento utópico de instalação do Falanstério do Saí em São Francisco do Sul, Santa Catarina.



Figura 01: Mapa 01: Os Portos de Santa Catarina.

Fonte: Secretaria do Estado de Infra-estrutura

Por esses portos passavam tudo que se produzia no estado, especialmente na região norte onde as incipientes indústrias começavam a crescer. Aliás, os portos sempre foram responsáveis por grande parte do crescimento das cidades onde os hinterlands⁴⁸ eram estabelecidos.

⁴⁸Segundo Paiva “duas definições para o conceito de *hinterland*, que não captam a relação porto-*hinterland*, mas de grande importância para seu entendimento. A primeira se refere à zona de influência contínua e a segunda à descontínua. A contínua é definida como a área adjacente ao centro de comércio – extensiva aos seus satélites – onde as atividades econômicas e culturais estão focadas especialmente no centro primário. A *hinterland* descontínua leva em consideração o fato de que algumas regiões são intimamente associadas economicamente com o centro de comércio primário, mas que essas regiões não são de interesse particular ao centro. Ele ainda introduz o conceito de *umland* que foi definido como a área contígua ao centro de

Nesse período, a atividade portuária se desenvolvia em comunidades que se engajavam na pesca e no comércio marítimo, em algumas cidades com os portos militares, como uma atividade suplementar ou, dependendo do contexto, sua atividade econômica principal, como alerta Paiva (2006).

Cabe sublinhar, que Santa Catarina em função da sua diversidade regional, da inexistência de uma unidade econômica e das características físicas do litoral recortado por enseadas (resguardadas) contava com um grande número de portos. Vidal & Ferreira mencionam que: “essa diversidade é resultado da “combinação de fatores sociais - como a sobreposição de distintos momentos históricos de ocupação - ao quadro natural, em que a compartimentação do relevo atuou como fator preponderante no isolamento dos núcleos de povoamento iniciais⁴⁹”.

Dentre os Portos marítimos, desenvolveram-se na desembocadura destes vales Itajaí e Tijucas entre outros. São Francisco, Florianópolis, Imbituba e Laguna, mesmo tendo adquirido novas funções do século XIX em diante, em virtude da dinâmica econômica trazida pelas levas de imigrantes europeus e do próprio desenvolvimento incipiente da economia nacional, já possuíam funções portuárias mais antigas, referentes aos momentos da ocupação vicentista, do povoamento açoriano e do monopólio colonial da pesca de baleias, no caso específico de Imbituba.

Contudo, é mister ressaltar que na linha atlântica, as bacias hidrográficas são responsáveis pela divisão do litoral em vales bem demarcados (exceto pelo trecho iniciado ao Sul do Cabo de Santa Marta), sendo que os rios também desempenharam papel importante no sistema de transportes, abrigando as principais colônias européias ao longo do século XIX, advertem os autores.

Em meados do século XIX ocorre uma mudança substancial na economia de São Francisco do Sul: o norte de Santa Catarina recebe grande quantidade de imigrantes alemães. Estes desenvolvem a atividade industrial, a partir de experiências da sua terra de origem, provocando transformações em toda a região. “Esse

comércio – inclusive seus subúrbios – na qual as suas atividades comerciais e culturais são essencialmente as mesmas do centro primário”. Disponível em: http://dbd.puc-rio.br/pergamum/.../0412254_06_cap_03.pdf Acesso em: 06/07/2010 às 15h e 35min.

⁴⁹Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/.../1163_Vidal_Leandro_Moraes.pdf Acesso em: 12/07/2010 às 12h e 42min.

desenvolvimento econômico no entorno do porto provocou a organização das atividades portuárias, para, inicialmente, abastecer as novas colônias e, mais tarde, garantir o escoamento de novos produtos industriais”, destaca Rosa Neu (2003).

III.3. O advento do Porto de São Francisco do Sul e sua importância na vida da cidade

A influência que o porto exerce no desenvolvimento econômico, social, cultural da cidade foi e continua sendo determinante. Podemos dizer, inclusive, que a cidade cresceu em função das atividades portuárias: “não é exagero dizer, a julgar pelos estudos históricos, que as condições portuárias locais lubrificaram decisivamente o processo de ocupação e foram determinantes no desenho do *hinterland* imediato, em São Francisco do Sul e adjacências” (LINS, 2004, p. 167). Em 2008 o Porto de São Francisco do Sul correspondeu a 48% das exportações e importações de Santa Catarina, cerca de 8,3 das 17,2 mil toneladas, conforme dados da Administração do Porto de São Francisco do Sul. Nesse mesmo ano movimentou 4.081.560 t. de um total de 8.337.264. Portanto, convém conhecer de perto o Porto de São Francisco do Sul.

Oportunamente Goularti Filho (2008)⁵⁰ menciona que:

O surgimento dos Portos em Santa Catarina tem a ver com a demarcação, a ocupação e o povoamento do território catarinense. A instalação dos trapiches para ancorar as embarcações era condição necessária para a manutenção dos principais núcleos populacionais que foram surgindo ao longo do litoral de Santa Catarina. Durante quase todo o século XIX, os portos de Laguna, Florianópolis (antigo Desterro), Itajaí e São Francisco do Sul não tinham grande expressão econômica nacional, isto é, sua importância era apenas local. Somente no final do século XIX é que os portos catarinenses passaram a ter mais destaque na economia brasileira. Durante a Primeira República, a divisão econômica dos Portos catarinenses era a seguinte: Laguna e

⁵⁰Disponível em: <http://scielo.br/pdf/neco/v18n1/04.pdf> Acesso em: 15/06/2010 às 15h e 14min.

Imbituba exportavam carvão; Florianópolis, farinha; Itajaí, alimentos e madeira; e São Francisco do Sul, erva-mate e madeira. Esses produtos não eram expressivos na pauta de exportação brasileira, como café, borracha, algodão, cacau e açúcar.

Seguramente, do século XVII em diante, a região onde se localiza o Porto já foi palco de entrada de imigrantes e saída de produtos das indústrias nascentes da região norte do estado. Pela sua localização e condições de atracação, cujos espaços de profundidade, acesso e espaço para evolução favorecem o tráfego de embarcações de grande calado, a Baía da Babitonga propiciou a formação urbana e o desenvolvimento industrial das cidades circunvizinhas. Da sua fundação até o último quartel do século XIX o Porto de São Francisco do Sul era basicamente regionalizado, ou seja, atendia aos interesses internos das cidades limítrofes.

O Porto de São Francisco do Sul, nasce, como nasceu basicamente todos os porto do país. Na verdade o que se procura na origem do transporte marítimo e movimentação de cargas de passageiros era um local com profundidade e uma certa proteção dentro dos mares. Então, os portos nasceram dentro de Baía, é o caso de Florianópolis, de São Francisco do Sul, de Rio de Janeiro, de Vitória, de Salvador, etc.. Nascem em função de águas abrigadas e em função de profundidades. O Porto de São Francisco sucedeu um conjunto de atracadouros, que eram atracadouros de empresas que recebiam navios e movimentações de cargas e passageiros. E já em 1921 foi buscado um projeto na Antuérpia [segunda maior cidade da Bélgica] para desenvolver um porto como se entende hoje, com perfil, basicamente do porto de São Francisco, com o perfil físico. Depois houve um projeto que alinhava a ponta do “Rabo Azedo” [hoje, Bairro Bela Vista] ao Hoepcke, que não vingou, com o aterro de toda esta área que hoje forma a barra. Que

prevaleceu foi esse desenho em barra que iniciou um pouco antes da guerra e terminou em 1955. Neste momento foi criado uma empresa, uma autarquia, já que o porto é uma concessão da união ao estado, autarquia para gerir o porto de São Francisco do Sul. Em linhas gerais essa é a história do porto de São Francisco (CF. OSCAR SCHIMIDT, ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

As principais atividades que davam vida ao porto eram: transporte de madeira, peixe seco, farinha de mandioca e cordas de imbé, segundo PEREIRA (2007, p. 57). De ancoradouro natural a trapiches e mais tarde à porto a Baía da Babitonga, enquanto área portuária, responsabiliza-se pela transformação da cidade. Goularti Filho (2008, et. seq.) observa novamente que: “inicialmente o porto estava ligado apenas à pequena cidade de São Francisco do Sul e suas instalações atendiam às demandas locais. O movimento de carga em São Francisco do Sul era feito nos vários trapiches espalhados nas margens da cidade”.

Do final do século XIX em diante o porto passa a operar, basicamente, como ervateiro e madeireiro. Inserido, obviamente, na dinâmica produtiva das regiões circunvizinhas, o porto recebe a erva-mate do complexo ervateiro do Paraná. Já a madeira, basicamente de araucária

Era extraída no oeste catarinense e escoada em balsas pelo rio Uruguai, para a Argentina, ou pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, via linha Porto União-São Francisco do Sul, passando pelas serrarias no planalto norte, chegando até o Porto de São Francisco do Sul. Quando se esgotaram as reservas florestais da região, a partir dos anos de 1940, as atividades madeireiras deslocaram-se para o planalto serrano.

Portanto, de 1895 a 1940 o porto exporta, com mais volume, erva-mate e madeira. Em 1895, 28,2% do que foi exportado no estado era erva-mate, em 1900, 31,8% e em 1905, 24,6% do total. No que tange à exportação de madeira, em 1935, correspondia a 16% do total, ficando atrás apenas para a exportação de alimentos. Este volume alcançou seu maior patamar em 1940, 24,8%, sendo maior que as

exportações de erva-mate (3,3%), alimentos (10,4%) e cereais (10,8%) juntas. De ervateiro à madeireiro, logo após este período, o porto entra em uma fase de decadência. Para Goularti Filho: “a expansão das exportações de madeira, sem os devidos investimentos, fez com que a situação ficasse cada vez mais complicada. O governo catarinense, os empresários e a comunidade local exigiam a construção de outro Porto fora da área urbana”.

Num movimento lento de transformações estruturais, em dois séculos, o Porto de São Francisco do Sul passou por profundas alterações. O Porto ervateiro transformou-se em madeireiro, entrou em crise, recuperou-se com os granéis e hoje busca a diversificação. Tal como Florianópolis e Laguna, São Francisco do Sul também era mais uma das vilas fundadas no litoral meridional da colônia. O mar era a única via de comunicação da vila com o resto da colônia. O porto e a vila nasceram juntos.

É oportuno mencionar que até este período o porto operava em três pontos geográficos próximos entre si. Havia o terminal da empresa Carl Hoepcke, onde hoje é o Museu Nacional do Mar – embarcações brasileiras, o terminal onde atualmente é o Portal Turístico da cidade e o terminal do Mercado Público, além do Trapiche do Lloyd, o do Santista e o da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. As fotos 01 e 02 permitem identificá-los:



Figura 02 – Vista parcial de São Francisco do Sul, início do século XX. Os três atracadouros, ainda instalados dentro do Centro Histórico, estão assim configurados: o primeiro, da esquerda para a direita, o da empresa Karl Hoepcke, o do meio é o do Terminal Turístico e o da extrema direita o terminal do Mercado Público.

Fonte: Administração do Porto de São Francisco do Sul, 2000



Figura 03 – Vista parcial de São Francisco do Sul, início do século XX. Percebemos a região onde se localiza os diversos atracadouros e no fundo a área do atual porto.

Fonte: PEREIRA (2007)

As mudanças tecnológicas nos navios foram fatores chave para as transformações sofridas pelos Portos, de forma a prover nova infra-estrutura e serviços. Primeiramente, os berços de atracação tiveram

seu comprimento e sua profundidade aumentados para receberem os novos navios. Em segundo lugar, adicionalmente à reorganização interna dos portos, foi necessária a expansão de suas áreas ocupadas de forma a atender às demandas de movimentação e armazenagem de cargas, e para receber novos equipamentos portuários, mais eficientes e adequados. Adicionalmente, os portos passaram a ocupar áreas cada vez maiores, em termos de espaço terrestre, o que propiciou o surgimento de grandes complexos portuários, organizados internamente conforme áreas especializadas de uso (Kiperman, 1996).

Entretanto, somente em meados do século XX é que o Porto ganha importância institucional, ou seja, surge a autarquia Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS), por concessão do governo do Estado para a exploração das funções portuárias até 2011. O Diretor Administrativo do Porto comenta como isso ocorreu:

O Porto como a gente entende hoje, como todos os portos, são instrumentos do comércio exterior. O patrimônio é da união delegado ao estado de Santa Catarina que criou a autarquia para fazer o gerenciamento e a gestão do porto. Nesta condição de instrumento do comércio exterior, em função da lei 8.630 de 25 de fevereiro de 1993, que ele vai passar a condição de autoridade portuária, ou seja, ele sai da operação, deixa de fazer a xxx e fica um formulador de gestão. Ele se responsabiliza pela infra-estrutura aquaviária, terrestre, berço de atracação, profundidade adequadas de recebimentos de navios e sai completamente da operação (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Desse período em diante, mas não só, já que o porto sempre foi o sangue que corre nas veias da sociedade francisquense, a relação pesca artesanal e atividade portuária desenha um cenário promissor para um e “desalentador” para outro, ou seja, o sucesso portuário é inversamente proporcional à sorte dos pescadores artesanais, enquanto pescadores em si e para si. Vale lembrar que já em 1912 a Companhia da Estrada de Ferro de São Paulo-Rio Grande (pertencente à Brazil Railways Co.) foi autorizada por decreto governamental a instalar uma estação marítima na Baía da Babitonga iniciando o crescimento portuário. Portanto é assim que se dá a expansão portuária (ampliação e melhoria das condições de operação, dragagem, construção de cais e

armazéns e instalação de linhas férreas e guindastes).

Em 1980 as ampliações na base portuária foram feitas em resposta à intensificação do movimento portuário que se dava naquele momento. As reformas foram no sentido de ampliar para 16 mil m² o pátio para contêineres. Assim como na década de noventa o porto passa por novo processo de modernização que resultou em novos investimentos para o setor, base para o seu atual período de configuração.

Essas reformas⁵¹, ampliações e modernizações fizeram com que:

Em 2002, nada menos que 2/3 do que Santa Catarina enviou a mercados externos passou por lá, mostrando-se digna de nota a sua performance em movimentos de contêineres. Também inegável é a sua importância regional. *As atividades que integram essas estruturas portuárias estariam a representar, de longe, a principal fonte de emprego e renda do município.* E os efeitos de tipo *spill-over* e de atração de investimentos – os segundos materializados, por exemplo, na Vega do Sul e na Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina.(FECOAGRO), em São Francisco do Sul, e na Cebrace e na Marcegaglia, em Barra Velha e Garuva, pela ordem – forçam admitir que a economia local-regional é quase toda, “movida” pelo porto [grifo nosso] (LINS, 2004, p. 11).

É mister ressaltar que em 1996 o governo do Estado de Santa Catarina abre licitação em busca de investimentos para a atividade portuária. O Terminal de Santa Catarina (TESC) se tornou arrendatário de uma área do Porto de São Francisco do Sul. Inicialmente, foram investidos R\$ 30 milhões na construção de um píer acostável, além de uma área para contêineres, entre outras obras importantes. Atualmente, o TESC é responsável por mais de 40% das operações de movimentação de carga no Porto Organizado de São Francisco do Sul.

⁵¹É oportuno mencionar que o processo de modernização e de investimentos para a ampliação pelo qual passou o porto na década de noventa, em diante, foram determinantes para o agravamento da situação de degradação dos pescadores artesanais. Obviamente que os pescadores artesanais já sofriam com a expansão da pesca industrial e com os outros problemas citados acima. O exame que se faz é que, no caso específico dos pescadores do BBV, a atividade portuária oferece impactos agressivos à sua produção. Mais adiante citaremos alguns casos que aludem a esta análise.

Conforme dados da própria empresa⁵²: “Nesta época, foi implementado um completo plano de segurança portuária, com fortes investimentos em equipamentos e capacitação de mão-de-obra. Após o aval dos órgãos competentes, foi conferido ao TESC o Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS), habilitando o Terminal a operar no tráfego marítimo internacional”.

Hoje o porto de São Francisco do Sul tem um arrendatário, o TESC, Terminal de Santa Catarina e tem outro arrendatário que é a Companhia Integrada de Desenvolvimento de Santa Catarina (CIDASC). Este arrendamento já está vencido vive de um instrumento jurídico especial para se manter na condição de arrendatário, que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) está questionando na questão da CIDASC. Um conjunto de empresas privadas criadas com a lei nº 8.630 [de 25 de fevereiro de 1993] (Litoral S.A., Bumge, Soluções Inteligentes) que atuam no porto. Trabalham no serviço de exportação de cargas de importação e exportação (CF. OSCAR SCHMIDT, ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de São Francisco do Sul⁵³ (derrocamento de lajes⁵⁴ e dragagem para aprofundar o canal de acesso e a bacia de evolução, reforço de berços existentes e construção de outros berços,

⁵² Disponível em: <http://terminalsc.com.br/pt/institucional/historico.php>. Acesso em: 17/07/2009 às 18h e 53min.

⁵³No que tange à importância do porto para a economia brasileira é oportuno mencionar que em 2003 ele ficou em sétimo lugar quanto ao volume de exportações, à frente de portos como Sepetiba (RJ), Salvador (BA) e São Luís (MA). “O Porto de São Francisco do Sul somado ao de Itajaí, coloca Santa Catarina em segundo lugar no ranking de estados brasileiros nesse tipo de movimento”, conforme alude Lins (2004). Já para a economia municipal, o Porto de São Francisco do Sul, garante a sobrevivência de três mil famílias, sendo o empregador principal da região. 80% da renda local passam, direta ou indiretamente, pelo funcionamento portuário.

⁵⁴Em fevereiro de 2009 o Porto de São Francisco do Sul teve concluída a derrocagem da Laje da Cruz. Esta Laje consistia em uma rocha no fundo da Baía da Babitonga localizada na bacia de evolução do porto. Isto dificultava as manobras, proporcionava riscos de acidentes ambientais e a profundidade sobre a rocha era de 4,5 metros. Com os serviços realizados, agora existe mais segurança, agilidade nas manobras dos navios e a profundidade sobre a Laje passou a ter 13 metros. A obra contou com um investimento de R\$ 14.674.190,11, destes R\$ 10.441.311,00 são recursos do PAC; a diferença é contrapartida do Governo do Estado através do Porto, conforme Oscar Schmidt Diretor Geral da Administração do Porto de São Francisco do Sul (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

construção do centro administrativo, de terminal marítimo para navios de passageiros e de novo acesso rodoviário).

A imagem 01 mostra todos os projetos previstos no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto:

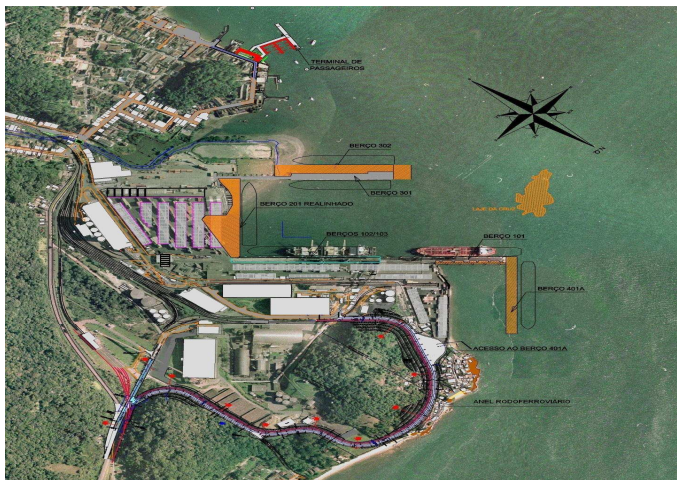


Figura 04 - Vista completa do Porto de São Francisco do Sul, datada de 2005. As adaptações nos permitem compreender as reformas que serão realizadas no Porto.

Fonte: Administração do Porto de São Francisco do Sul, 2009

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, conforme o leitor acompanha na foto acima, cria uma nova linha rodoviária cujo trajeto proposto contorna a comunidade Bela Vista. O extremo norte da comunidade, ponto este que começa no “anel rodoferroviário”, conforme apresentado na foto, é o local onde os 15% da comunidade já foram indenizados⁵⁵. Esse projeto já foi previsto, juntamente com outros dois: o berço 401⁵⁶ (em frente ao BBV), a dragagem/derrocagem

⁵⁵Sobre o processo indenizatório falaremos no capítulo IV desta dissertação.

⁵⁶Foi autorizado pelo Ministro dos Portos, Pedro Brito Nascimento, o início do processo licitatório da construção do berço 401A do Porto de São Francisco do Sul. Segundo informações da Assessoria da Comunicação do Porto (2009) “este berço será constituído por uma plataforma de 19 metros de largura por 280 metros de comprimento e vai atender navios de porte bruto de até 75.000 toneladas, 13,5 metros de calado, 220 metros de comprimento e 39,9 metros de boca. O 401A foi projetado para ser o novo terminal de granéis, pois permitirá uma reestruturação das operações portuárias, e concentrar a movimentação de contêineres na área utilizada pelos berços 101, 102, 103, 201 e 301. Com esta nova configuração do porto organizado, o berço 101 deixará de ser um berço de navios graneleiros para se tornar um berço porta-contêiner. O prazo previsto para a atuação do porto com suas novas instalações e capacidade operacional é de um ano e meio após o início das obras.

do canal de acesso e a bacia de evolução. O berço 201, no centro da imagem, encontra-se com 43% das suas obras executadas; ele tem 150 metros de comprimento e 8 metros de calado, o que permite a atracação apenas de barcas e navios de pequeno porte. O berço não deixou de receber navios com o início dessas obras. “O projeto consiste em seu realinhamento e reforço estrutural onde vai passar a 250 metros de extensão e 13 metros de calado. Dessa forma permitirá receber navios de maior porte e calado”, conforme dados da Assessoria de Imprensa do Porto (2009).

O Porto de São Francisco do Sul tem investimento feito no segmento à granel desde 1978. Com a CIDASC foi construído um berço de atracação e um armazém para armazenagem de exportação. Depois ao longo do ano alguns pequenos investimentos em dragagens. Só para se ter uma idéia, no governo do Fernando Henrique Cardoso foram investidos no porto 23 mil reais, com o governo Lula só em dragagens serão investidos 105 milhões de reais já iniciados. Está construído o berço 201 na ordem de 50 milhões; a derrecagem da “Laje da Cruz”; reforço estrutural do berço 101, 102 e 103. Só de obras em andamento o investimento será de 300 milhões de reais e tem um terceiro momento que já foi aprovado em julho de 2009 que é a construção do berço 401 com custo estimado em 100 milhões de reais. Com o PAC, neste momento do governo Lula, teremos um investimento nunca visto no porto de São Francisco do Sul (CF. OSCAR SCHMIDT, ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Ante ao que foi exposto sobre a evolução do porto de São Francisco do Sul é mister ressaltar que o porto manifesta o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. A sua história se confunde com o crescimento das cidades circunvizinhas, ou seja, assim que o comércio, a indústria e o intercâmbio financeiro foram se materializando nestas cidades, ou ainda, assim que o capital desenvolve-se em si e *per si*, no interior destas cidades o porto faz a sua história tal qual a conhecemos. É desta forma que as atividades de pesca artesanais deixam de ter importância primária, deixam de ser meio de vida e passam a ser determinadas pela égide do modo de produção capitalista. A expansão do porto provoca

mudanças substanciais no BBV e produz alternativas de vida que são superiores à pesca. A pesca se mantém, mas deixa de ter a relevância de outrora. É justamente sobre esta mudança de vida que estamos a problematizar: a vida era produzida de uma forma e esta forma foi transformada. Já em 1950 era mais rentável, para o pescador artesanal, trabalhar vinculado ao Porto do que pescar. Sr. Raul⁵⁷, por exemplo, deixou de pescar quando percebeu que ganhava mais dinheiro vendendo madeira para os rebocadores a vapor. Há sessenta anos o porto já representa aos pescadores a possibilidade de melhores condições de vida. Os números a este respeito são dramáticos, como mostra os trabalhos de Rodrigues (1999), Diegues (1983), entre outros, supracitados. A Tabela 01 apresenta o perfil histórico de implantação do porto⁵⁸ de São Francisco do Su:

Tabela 1: Histórico do porto de São Francisco do Sul

ANO	SITUAÇÃO
1908 a 1941	entre concessões e tentativas frustradas de construção, o porto ervateiro, ou melhor, os trapiches, seguiam a trajetória de crescimento. Nesse momento na economia catarinense, o capital industrial estava se formando e o padrão de crescimento eram a pequena produção e o capital mercantil (GOULARTI FILHO, 2002). O porto reforçava este padrão escoando a produção de ervamate e a madeira.
1941 a 1955	a nova concessão feita ao Governo do Estado de Santa

⁵⁷Esta informação foi retirada da entrevista que fizemos com o Sr. Raul, pescador profissional artesanal aposentado de 82 anos, que trabalhou muito tempo na venda de madeiras para os rebocadores a vapor do porto de São Francisco do Sul. A entrevista foi realizada no Museu Nacional do Mar, local onde atualmente trabalha como conservador de barcos. A entrevista, na íntegra, segue em anexo.

⁵⁸De acordo com dados do Ministério do Transporte (2006) o porto de São Francisco do Sul possui quatro berços de atracação com profundidade entre 8 a 12 metros. Um dos berços com calado de 12 metros e comprimento de 200 metros é prioritário para granéis; outros dois, com calado de 10,30 metros e comprimento variando entre 200 e 220 metros, são prioritários para navios *full* contêiner e roll on roll off. Há também outro berço, com calado de 8 m. e comprimento de 150 metros, para carga geral. Ao longo de todos os berços, estão instaladas infra-estruturas básicas para a atracagem dos navios. A área de armazenagem é composta de três armazéns para carga geral e um frigorífico, totalizando 20 mil m² e armazéns graneleiros, somando 13 mil m², utilizados pela CIDASC. O Porto possui ainda dois galpões de madeira, em um total de 10 mil m², vários pátios descobertos para carga geral e um pátio para contêineres pavimentado, iluminação com mais de 500 tomadas para contêineres frigoríficos (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2006).

	<p>Catarina desencadeou a lenta construção do porto. São Francisco do Sul passou a se especializar em transporte de madeira. Nessa fase, a economia catarinense diversificava e ampliava a sua base produtiva com o surgimento de novas indústrias e o porto se preparava para atender às novas mudanças.</p>
1955 a 1978	<p>a queda brutal nas exportações da madeira fez o porto passar por uma longa crise. Por outro lado, a expansão da fronteira agrícola no Brasil, destacando a plantação de soja, e a integração e consolidação do capital industrial em Santa Catarina exigiam mudanças estruturais no porto.</p>
1978 a 1996	<p>a construção do terminal graneleiro da CIDASC foi decisiva para que o porto ingressasse numa nova trajetória de crescimento. Além dos granéis o porto passou a movimentar a produção catarinense de manufaturados da região de Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Mafra, Lages e Blumenau.</p>
1996 a atual	<p>a abertura comercial e a reprimarização da pauta de exportação brasileira exigiram novas mudanças nos portos brasileiros. Amparado pela Lei 8.630/1993, a privatização chegou a São Francisco do Sul com o Terminal Babitonga e o Terminal Marítimo Ltda. (Terlogs). Ambos contribuíam para desestruturar temporariamente o porto. Estas mudanças no porto de São Francisco do Sul reforçaram a reestruturação econômica e a desarticulação política pelas quais Santa Catarina vem passando desde 1990, quando o país mergulhou no neoliberalismo (GOULARTI FILHO, 2008).</p>

Fonte: Goulart Filho (2008) – modificada pelo autor

O que pretendemos mostrar é que o desenvolvimento portuário, sobretudo depois da implantação da lei nº 8.630⁵⁹ de 25 de

⁵⁹Segundo LINS (2004) a Lei 8.630, dos anos 90, assistiu ao fortalecimento do embate sobre a reforma portuária no Brasil, tida como requisito básico para a retomada do crescimento econômico. Mirando a modernização, as posições pró reforma indicavam a necessidade de mais e melhores equipamentos e instalações – para aumentar a eficiência dos serviços e reduzir os seus custos – e de novas formas de regulamentação das operações de cais, sobretudo quanto ao uso da mão-de-obra. Ambos os aspectos implicavam, segundo os atores empresariais,

fevereiro de 1993 e Normas Correlatas, que dá liberação ao setor, moderniza as instalações e equipamentos e estimula a concorrência, organiza as condições de trabalho portuário, através do órgão de gestão de mão-de-obra, produz (em função da maior intensificação de transportes marítimos, das possibilidades de melhores rendas, do crescimento físico em áreas de pesca e do deterioramento real das condições de pesca) um enorme impacto na atividade pesqueira⁶⁰ e o crescimento físico em áreas tradicionalmente de pesca, por exemplo: as reformas prevista no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento. Nas imagens 02 e 03 temos uma compreensão da dimensão portuária sobre a cidade de São Francisco do Sul, especialmente no BBV.



Figura 05: Vista completa do Porto e do Bairro Bela Vista, datada de 2005.

Fonte: Google Earth, 2009 (elaborado pelo autor, 2010)

avanços na privatização dos serviços portuários. Sobre este assunto consultar: Legislação Portuária Compilada: Lei nº 8.630 e Normas Correlatas de Manoel Tomaz Pereira Neto – 4ª Ed. Revista e Ampliada com as Normas da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ).

⁶⁰O Ministério Público de Santa Catarina e o Ministério Público Federal ajuizaram uma Ação Civil Pública contra este acidente. A ação, além de outras providências, indeniza os pescadores e a quem teve suas atividades econômicas prejudicadas pelo desastre ecológico, um prejuízo estimado inicialmente em R\$ 10 milhões. No caso da extensão portuária o caso mais conhecido foi a indenização de 15% dos moradores, até o momento, da comunidade do Bela Vista.



Figura 06: Vista completa que evidencia a dimensão do porto em relação ao Bairro Bela Vista (em destaque)

Fonte: Google Earth, 2009 (elaborado pelo autor, 2010)

No entanto, apesar dos prejuízos acima mencionados o porto possibilita que novas atividades sejam criadas fazendo com que esses mesmos pescadores, ora afetados pelo crescimento, possam se apropriar e produzir novos meios de vida. Aliás, uma análise acurada sobre o tema permite afirmar que, mesmo em áreas onde os pescadores artesanais se mantinham como tal, a influência que o porto exercia no modo de vida destes foi fundamental. No BBV, por exemplo, a atividade pesqueira sempre conviveu com a portuária. Alguns pescadores que faziam da pesca sua atividade principal, como o Eriberto de Moraes, fazedor de embarcações no BBV, é filho de trabalhador portuário. Nasceu no bairro em função das atividades profissionais que o seu pai exercia no porto. No entanto, ele nunca trabalhou no porto, sempre viveu da pesca artesanal; hoje o seu filho é trabalhador portuário, conforme entrevista que segue em apenso. É desse modo, que para nós o porto exerce uma relevância fundamental na vida da cidade, mais ainda no bairro, e o seu desenvolvimento engendra novas formas de produzir a vida.

III.4. Portos do sul do Brasil: algumas considerações

Como mencionamos acima, os portos brasileiros são produtos das atividades de expansão do comércio europeu, advém do desenvolvimento das forças produtivas que se formavam naquele

continente, associados aos modos de vida local. Desse modo, é seguro afirmar que a sua dinâmica está atrelada ao sistema portuário mundial, isto é, as transformações operadas pós Revolução Industrial conecta todos os portos e muda radicalmente as condições do transporte marítimo em termos de tempo e espaço.

Essa mudança, que primeiramente ocorreu na Inglaterra, se espalhou pelos demais países da Europa no século XIX. A maquinaria, as fábricas e posteriormente, no início do século XX, a linha de produção criou um sistema de fabricação baseado em longos ciclos de produção de grandes quantidades de produtos padronizados. Uma das grandes conseqüências da Revolução Industrial foi a ampliação da produção e do consumo. Mecanização, especialização e baixos preços de venda permitidos pela produção em massa significaram que grande parte dos bens produzidos seria destinada ao comércio. A economia se tornou voltada para o comércio e o mercado sofreu uma acelerada expansão geográfica, havendo a contínua integração de novos produtos, bem assim o aumento da complexidade do processo de distribuição (Tamames, 1987, Apud, Paiva, 2006).

Contudo, até o início do século XX, os portos do sul do Brasil estavam atrelados às atividades de produção mais importantes da época, ou seja, no Paraná a economia cafeeira do oeste paulista e dos imigrantes, que chegaram até 1960, ditaram o ritmo. Em Santa Catarina, a produção têxtil e a farinha de mandioca, atuavam como atividade ligada à economia nacional. Já em Rio Grande do Sul, as vendas dos produtos das regiões produtoras de café impulsionavam o estado. É nesse cenário que os portos sul brasileiros vão ganhar força e permitir que os produtos cheguem às áreas centrais do país. Em algumas locais os portos eram a única forma de atividade, isso gerava uma profunda dependência entre o porto e a cidade. Em Imbituba, cidade portuária catarinense, ocorreu este tipo de problema: a limitação ao carvão fez com que o município se tornasse dependente a este produto e ao grupo de empresário vinculado a este setor, adverte NEU (2009, p. 47).

Até o final do século XX os portos de Antonina e Paranaguá (PR), Pelotas e Porto Alegre (RS), Laguna e São Francisco do Sul (SC) desempenharam papel relevante na produção da riqueza do sul do Brasil. Por exemplo, os portos de Antonina (PR) e Laguna (SC)

enquanto mantinham as suas atividades portuárias em plena condição, conseguiam que as suas economias proporcionassem um forte incremento na vida local. Os portos, nestas cidades, foram fundamentais para a redefinição do lugar e para os efeitos diretos e indiretos da modernização sobre a política, a sociedade e a cultura.

Hoje de todos os portos do Brasil, cujos serviços portuários procuram atender, essencialmente, a demanda apresentada pelos fluxos decorrentes do comércio exterior, configuram-se na dinâmica global dos portos. Pelos portos passam cerca de 90% das cargas comercializadas com o mundo exterior. Os portos não representam somente a porta de entrada e saída das mercadorias; são também indutores do desenvolvimento em suas áreas de influência, sendo, portanto, estratégicos para o país, alude Paiva (2006). Segundo ANTAQ, os principais Portos brasileiros são: na região sul: Charqueadas (RS), Estrela (RS), Pelotas (RS), Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Imbituba (SC), Itajai (SC), São Francisco do Sul (SC), Paranaguá (PR); na região sudeste Angra dos Reis (RJ), Itaguaí (RJ), Niterói (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Forno (RJ), Presidente Epitácio (SP), Panorama (SP), Santos (SP), São Sebastião (SP), Pirapora (MG), Praia Mole (ES), Terminal Norte Capixaba (ES), Tubarão (ES), Vitória (ES), Barra do Riacho (ES), Ponta Ubu (ES), na região nordeste: Cabedelo (PB), Salvador (BA), Aratu (BA), Ilhéus (BA), Macapá (AP), Maceió (AL), Itaqui (MA), Natal (RN), Areia Branca (RN), Fortaleza (CE), Recife (PE), Suape (PE), Sergipe (SE), na região norte Manaus (AM), Vila do Conde, (PA) Belém (PA), Porto Velho (RO), Santarém (PA), na região centro-oeste Cáceres (MT), Corumbá/Ladário (MS).

CAPÍTULO IV - BAIRRO BELA VISTA: DOS PRIMEIROS PESCADORES AO NEXO COM AS ATIVIDADES PORTUÁRIAS

IV.1. Localização Geográfica

A cidade de São Francisco do Sul está situada no litoral norte de Santa Catarina, região sul do Brasil, a 215 quilômetros da capital, conforme o Mapa 02. Com uma população estimada em 2010 de 40.030 habitantes, ocupa uma área de 493 km². Limita-se ao norte e a oeste com a Baía da Babitonga, ao sul com o canal do Linguado e ao leste com o Oceano Atlântico. As condições da pesca devem-se à morfologia da zona costeira e às contribuições da Baía da Babitonga, fazendo com que milhares de pescadores, historicamente se sustentem dos seus recursos pesqueiros.

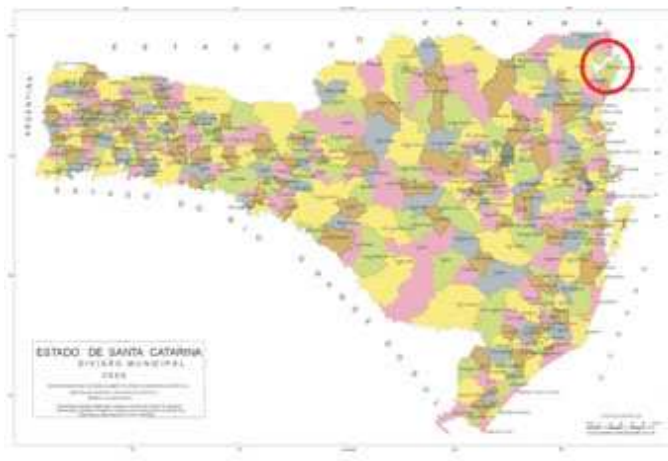


Figura 07: Estado de Santa Catarina. A cidade de São Francisco do Sul localiza-se no litoral norte do Estado, conforme circulo vermelho.

Fonte: PEREIRA (2007)

A Baía da Babitonga⁶¹ está situada na foz do Canal do Palmital junto a duas importantes cidades: Joinville e São Francisco do Sul. É uma imensa área formada por 24 ilhas⁶² bairros constituindo 88 comunidades de pescadores artesanais totalizando 1600 pescadores artesanais.

O BBV⁶³ faz fronteira nordeste com a Baía da Babitonga, leste com morro de vegetação abundante, sul e sudeste com o porto e nordeste com a praia da Figueira, no Bairro do Paulas, conforme foto 03.

Toda a extensão nordeste é banhada pela Baía da Babitonga, sendo que apenas 80 metros, dessa extensão, são de praia; nas duas extremidades há um pequeno promontório rochoso. No trecho central os pescadores partem para a pescaria e mantêm todas as suas atividades de pesca, como: conserto de canoas e redes, contemplação do

⁶¹ A Baía da Babitonga encontra-se situada no litoral norte de Santa Catarina (26o02'-26o28'S e 48o28'-48o50'W), totalizando uma área total de 130km² e possuindo em seu entorno a cidade de Joinville (26o12'55''S - 49o20'16''W) e São Francisco do Sul (26o19'52''S - 48o20'53''W), entre outras. A Baía da Babitonga pode ser dividida didaticamente em três setores, sendo um deles compreendido pela baía propriamente dita (Setor Principal) e os outros dois por um canal que segue ao norte (Setor Palmital) e outro ao sul (Setor Linguado), confluindo na altura da Ilha do Mel (26o17'54''S - 48o44'31''W), conforme Cremer (2005). Disponível em: http://solamac.org/babitonga/babitonga_prop_final.pdf. Acesso em: 29/06/2010 às 16h e 10 min.

⁶² As ilhas que fazem parte de Baía de Babitonga são: Ilha Alvarenga; Ilha dos Araújos de Dentro; Ilha dos Araújos de Fora; Ilha dos Araújos do Meio; Ilha do Baiacu; Ilha do Chico Pedro; Ilha das Claras; Ilha dos Corisco; Ilha do Ferreira; Ilha das Flores (Santa Catarina); Ilha Grande (Santa Catarina); Ilha Guaraqueçaba; Ilha Itaguaçu; Ilha dos Herdeiros; Ilha Mandigituba; Ilha do Maracujá; Ilha do Mel; Ilha da Murta; Ilha dos Negros; Ilha do Pernambuco; Ilha Queimadas; Ilha do Quiriri; Ilha Redonda e Ilha da Rita. As margens da Baía da Babitonga são colonizadas por vegetação nativa típica de manguezais, correspondendo a 75% do total deste ecossistema no estado, com área aproximada de 6.200ha (IBAMA, 1998). Além dos manguezais, no interior da baía ainda são encontradas praias arenosas e margens rochosas e lajes ou planícies de maré. No trecho do Canal do Linguado também estão registradas 57 ilhas e no Rio Palmital, outras 37, conforme cadastro realizado pela Fundação de Amparo Tecnológico do Meio Ambiente (FATMA) em 1984.

⁶³ É oportuno advertir que o espaço geográfico que contempla o BBV é pertencente ao Bairro do centro da cidade. Não consta na prefeitura municipal nenhum documento que comprove legalmente o BBV. O *status* de Bairro foi dado pela própria comunidade quando criou a AMBBV. Há uma polêmica quanto à história desta localidade, pois o Bairro dos Paulas, vizinho ao BBV, menciona que esta região pertence historicamente a ele. Já os documentos usados pelos correios e prefeitura comprovam que a localidade pertence ao bairro do Centro da cidade. O presidente da Associação explica que em função do isolamento da comunidade houve um abandono tanto por parte dos Paulas quanto por parte do Centro. Essa foi a razão pela qual a comunidade sempre se sentisse *independente* perante os seus vizinhos e criasse um bairro. Não entraremos nesta discussão por entender que não é o nosso objeto de pesquisa central.

mar e do porto, conversas e reuniões sobre a situação da pesca e do mar. Nesse mesmo espaço dá-se a área de lazer da comunidade, jogos de futebol, voleibol e pólo aquático. O resto da extensão é de mata, costão e mais uma parte noroeste ocupada pelo porto de São Francisco do Sul. Com isso, a área total do bairro é de 66.000m², conforme imagem 04. Nas Fotos 03 e 04, temos o acesso à praia e à região final do BBV, respectivamente.



Figura 08: Bairro Bela Vista (BBV)

Fonte: Autor, 2010



Figura 09: Vista do Bairro Bela Vista; (126 mil m² de área).
Fonte: Google Earth, 2009 (elaborado pelo autor, 2010)

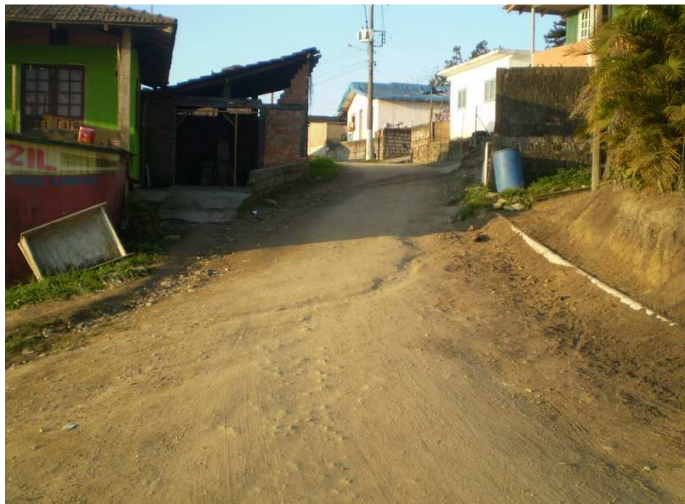


Figura 10: Entrada Principal do BBV
Fonte: autor, 2010



Figura 11: Acesso à praia do BBV

Fonte: autor, 2010

IV.2. Ocupação, povoamento e primeiro uso do território

A ocupação humana em áreas estratégicas para a pesca artesanal foi constituída pela necessidade de apropriação dos recursos naturais e por dinâmicas sócio-econômicas ocorridas durante a história. Portanto, o processo de ocupação antrópica nem sempre desenvolve-se de modo organizado. São definidos, em primeiro plano, por estes processos em cujo horizonte buscam satisfazer as necessidades prementes da produção material da vida. No nosso caso específico, o crescimento do BBV se configurou por uma razão central, mas não única, qual seja: a expansão portuária e a possibilidade de melhores condições de vida fez com que muitas pessoas procurassem o bairro para viabilizar as suas existências. No entanto, a área em evidência engendrou novas formas de produzir a vida para as pessoas que ocupavam o bairro e manteve uma que já era comum na cidade: a pesca artesanal.

Historicamente, a cidade de São Francisco do Sul é reconhecida como uma região de pesca artesanal. Uma leitura mais acurada sobre a história da pesca na cidade assegura-nos de que entre os “povos antigos”, os sambaquianos⁶⁴ já a praticavam. Após a chegada

⁶⁴Os primeiros usos do território em São Francisco do Sul, seguramente se deram há milhares de anos atrás. Segundo a arqueologia, a pesca de subsistência, na Baía da Babitonga, acontece

dos primeiros colonizadores, de modo especial do século XVIII em diante, a atividade pesqueira passou a ser dividida com outras duas atividades: a atividade agrícola e a ainda incipiente atividade portuária. Ainda que a agricultura tenha sido a atividade de primeira importância para a fixação do homem nas terras é inegável o papel da pesca artesanal na cidade de São Francisco do Sul. A facilidade de acesso ao mar aberto, somado aos ricos recursos pesqueiros provindos da Baía da Babitonga ou do mar foram a tônica da produção da vida de parte dos habitantes.

Segundo relatos de antigos pescadores da Baía da Babitonga, a ocupação inicial do que hoje conhecemos como BBV teve influência da pesca. Em 1926⁶⁵ já havia moradores que faziam dela sua atividade principal. O pescador artesanal Sr. Raul, morador do Bairro Vila da Glória⁶⁶ menciona que a pesca era “encostada na praia”, ou seja, era de tarrafa, com pequenas embarcações e era realizada em toda região onde hoje encontra-se o porto. Ocorre que antes da formação do BBV a área era um imenso espaço sem ocupação humana, onde já havia pescadores de outros bairros apropriando-se dos recursos pesqueiros, sem residirem propriamente no bairro. Essa situação inicial permitiu que famílias chegassem para morar. O bairro, tal qual o conhecemos na atualidade, é obra, em grande parte, do porto, isto é, a ampliação portuária que se deu no início do século XX, em diante, foi o motor que impulsionou a vinda das pessoas. Neste impulso, quase que único,

desde os povos sambaquianos, há cerca de 5000 anos, sendo os mais recentes datados de 1.500 anos atrás (PROUS, 1992). Bandeira (2002) menciona que: “Os primeiros ocupantes teriam sido sociedades de pescadores-coletores-caçadores de origem ainda desconhecida que teriam passado a viver no litoral próximo a desembocaduras de rios, lagos e baías construindo montes de conchas de sambaqui para estabelecer seus acampamentos, suas aldeias ou rezas e cerimônias. Entre os vestígios destes grupos são identificados artefatos e restos de alimentos e estruturas (fogueiras, por exemplo), que indicam que tais grupos tinham uma cultura rica em conhecimentos tecnológicos para o trabalho em rocha, concha e osso. Bem como um vasto conhecimento em restinga, mangue, mata atlântica, rios, lagos e oceano que ofereciam fortes recursos naturais como o pescado, caça aos crustáceos, moluscos, as frutas, o mel, fibras de madeiras, entre outros que teriam preferido, em muitos casos um estabelecimento sedentário”.

⁶⁵ Conforme lembra o pescador Rodolfo Viana: “era só um trilho [o BBV], não tinha essa entrada que a gente vê agora. Era tudo mato, não tinha todas essas casas que tem agora. Naquele tempo tinha poucas casas, havia três casas. A casa do meu pai era lá embaixo, lá perto da praia, lá que morava a minha família. E, com o tempo, foi chegando as famílias, foram construindo casas e mais tarde a Prefeitura abriu esta rua” (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009).

⁶⁶ O bairro Vila da Glória, localizado no Distrito de Saí, integra a parte continental do município de São Francisco do Sul. A pacata comunidade fica a 3 milhas náuticas do Centro Histórico da Ilha tendo o seu acesso por mar via Ferryboat ou através dos municípios de Itapoá, Garuva e Joinville. No Distrito de Saí foi realizada a reconhecida experiência do socialismo utópico do francês Charles Fourier.

vieram pescadores artesanais tradicionais de outras regiões que, se instalavam e, também, pessoas que se transformaram em pescadores em função da instabilidade do trabalho portuário. Na medida em que chegavam novos moradores o bairro crescia e se tornava mais diversificado. Essas atividades permitiam que os pescadores mantivessem em plena vivacidade a pesca artesanal, pois eram instáveis, com contratos temporários de períodos curtos de duração, ou seja, era possível manter essas duas atividades, sendo que muitas vezes a pesca se configurava como atividade secundária.

É mister esclarecer, contudo, que uma das primeiras famílias do BBV⁶⁷, a família Viana, que veio de Piçarras, em 1940, já praticava a pesca artesanal. No entanto, as melhores condições de salários, que as atividades portuárias proporcionavam, faziam com que esses pescadores dividissem as suas atividades com o trabalho portuário.⁶⁸ Alguns deles vieram para pescar e foram absorvidos pelos trabalhos temporários que a incipiente atividade portuária oferecia. Eram pescadores que construíram a estrada de ferro⁶⁹, os trapiches de

⁶⁷ Até o final do século XX o BBV era chamado de “Ponta do Rabo Azedo”. Esse nome foi dado em função dos pescadores encontrarem uma ponta de costão de pedra de difícil acesso na frente do bairro. Segundo relatos dos próprios pescadores artesanais, da cidade de São Francisco do Sul, o local já foi palco de inúmeros acidentes em alguns casos, inclusive, levando à morte. No entanto, o nome “Rabo Azedo”, era visto como pejorativo e era motivo de muita “chacota” na cidade. Com o crescimento do bairro os moradores resolveram instituir o nome Bela Vista.

⁶⁸ É importante dizer que a natureza do trabalho que o porto oferecia, para estas pessoas, era de trabalhos temporários e de muita instabilidade. Na primeira metade do século XX, o porto estava ainda em fase de construção. Os trabalhos se concentravam na construção das estradas de ferro e na manutenção dos primeiros berços do porto, construção de estradas e obras físicas.

⁶⁹ A primeira estrada de ferro construída no Brasil data de 1º de maio 1854, ligando Porto Mauá à Raiz da Serra. Construída por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, a estrada reduziu o tempo de viagem neste trecho de 4 horas para apenas 23 minutos. Em Santa Catarina tivemos a Ferrovia Tereza – Cristina que depois da descoberta de jazidas de carvão no sul do Estado, na região de Tubarão, atraiu investimentos estrangeiros e, entre 1880 e 1884, foi construída a Ferrovia Tereza Cristina. O nome é uma homenagem da empresa inglesa responsável pela construção à esposa do Imperador Dom Pedro II, como forma de agradecimento à autorização governamental para a realização da obra. A linha tronco foi concluída com 118, 096 metros, ligando o porto de Imbituba às minas. Um ramal de 7056 metros conectava as estações de Bifurcação e Laguna. As bitolas eram de um metro e a ferrovia tinha 44 pontes e pontilhões. Ao todo eram sete estações: Imbituba, Bifurcação, Laguna, Piedade, Pedras Grandes, Orleans e Minas. Em 1917 foi inaugurado o ramal Tubarão - Araranguá, com 91,850 metros. Outros menores seriam implantados no decorrer dos anos de existência da ferrovia. Ferrovia São Paulo - Rio Grande O engenheiro mineiro João Teixeira Soares propõe implantar uma ferrovia colonizadora entre Santa Maria (RS) e Itararé (SP), numa extensão de 1403 km. Assim nasce a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, iniciada em 1890. Quinze anos depois de colocados os primeiros trilhos, apenas 600 km estão abertos ao público, em trechos isolados do Rio Grande do Sul e São Paulo. A partir de 1906, com a

comercialização, que alimentavam, com lenha, os antigos barcos a vapor (como é o caso do nosso entrevistado Sr Raul) ou que ajudavam na construção física, propriamente dita, do porto⁷⁰.

Desse modo, podemos mencionar que o povoamento do BBV se construiu mediante um longo processo que envolvia pescadores artesanais e trabalhadores “informais” portuários. Os primeiros são resultado das boas condições de pesca que o local oferecia e por encontrarem no porto mais um meio de produzir as suas existências e os segundos eram atraídos pelas necessidades de contratação do porto⁷¹. Segundo o presidente⁷² da Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista (AMBBV) assim se deu a configuração do bairro:

O surgimento aqui da comunidade, conforme relatos que a gente tem conhecimento, começou com um morador que morava na praia, mais ou menos em 1926. Depois o movimento de madeira, que era exportado pelo porto de São Francisco do Sul, criou uma quantidade de empregos e as pessoas vinham para se instalarem aqui. A família Viana veio de Piçarras, para trabalhar na ferrovia, a família Reis veio de Itajaí, a família Assunção veio de São Paulo, para trabalhar na área do porto e se instalaram no final da década de 30 [do

entrega da concessão à Brazil Railway Company, do milionário americano Percival Farquhar, o ritmo da construção se acelera. O trecho catarinense desta ferrovia foi construído no período de 1907 a 1910, com 373 km. Ligava as cidades de União da Vitória (PR) e Marcelino Ramos (RS). Seu traçado foi feito sobre o Rio Uruguai. Percival Farquhar cumpriu sua parte do contrato e terminou a construção da estrada de ferro no prazo marcado, em 17 de dezembro de 1910. Os produtos das terras do vale do Rio do Peixe rapidamente eram transportados para São Paulo e o Rio de Janeiro, pelos trilhos da São Paulo-Rio Grande e a madeira de Canoinhas, pelo ramal ferroviário, aberto em 1o de abril de 1913, chegava fácil ao Porto de São Francisco do Sul. A construção da linha que liga São Francisco do Sul ao Planalto Norte, passando por São Bento do Sul, teve início já nos primeiros anos de República. A obra desta linha, ramal ferroviário que pertencia à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande com entroncamento na cidade de Porto União, teve sua conclusão em 1917. A Tronco Sul - Mafra a Lages ligando São Paulo e Rio Grande do Sul, passando por Mafra e Lages, foi iniciada no final da década de 1930 e terminada na década de 1960. A construção coube ao 11º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército – Batalhão Mauá, na época sediado em Rio Negro, Paraná. É uma ferrovia com melhores características do que a antiga São Paulo-Rio Grande. Tem um traçado mais curto e permite o tráfego de trens mais longos e mais pesados. Construída por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, a estrada reduziu o tempo de viagem neste trecho de 4 horas para apenas 23 minutos.

⁷⁰Sobre este assunto ler a entrevista que segue em anexo.

⁷¹Na entrevista que segue em anexo com o presidente da AMBBV é possível entender mais sobre a formação do bairro.

⁷²A entrevista na íntegra segue em anexo.

século XX]. E tem outras famílias que moravam aqui, mas já foram embora. Vieram para cá e foram constituindo a comunidade, foram trabalhando na área do porto, na área da estiva⁷³, da CIDASC⁷⁴, da ferrovia e eu acredito que na década de 40 [do século XX] já havia mais de vinte famílias dentro do bairro. Quando se começou a construir o porto, aqui perto, o berço 101, 102 e 103, quando se deu a expansão destes berços, eu acredito que a comunidade do Bairro Bela Vista já estava com umas trinta casas. Com o passar do tempo, vieram outras famílias e as famílias aqui foram se [reproduzindo], foram formando outras famílias e nós temos hoje esta comunidade[□] (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009).

Uma classificação⁷⁵ sistematizada acerca da formação do BVV seria compreendida da seguinte forma: a) de 1926 a 1955, o bairro era habitado por pessoas, que viviam inicialmente da pesca, mas já trabalhavam na linha ferroviária Porto União/São Francisco do Sul, no início das obras do porto⁷⁶ e nas atividades portuárias realizadas nos

⁷³Os trabalhos realizados pelos estivadores têm como natureza orientar as cargas e descargas, armazenar e colocar as cargas diversas nos navios e depósitos. Para tal é necessário possuir conhecimentos sobre tipos de cargas e suas características de periculosidade.

⁷⁴A CIDASC opera o Terminal Granelero Irineu Bornhausen. A recepção é composta por 3 balanças com capacidade para até 120 vagões e 150 caminhões por dia, e duas moegas rodo-ferroviárias, ambas com fluxo de 500 toneladas/horas. A capacidade de armazenagem é de 110 mil toneladas para granéis sólidos e 9 mil m³ para óleos vegetais. Disponível em: <http://apsfs.sc.gov.br/index.php?area=institucional&sub=corredor> Acesso em 17/03/2010. às 16h e 30min.

[□]O entrevistado refere-se às madeireiras de exportação e importação. Elas usavam o porto para enviar madeiras. Na época havia o comércio do *pinus*, que vinha do oeste catarinense e escoava pelo porto. As pessoas chegavam no bairro a procura de empregos e por ter uma praia, um bom acesso à pesca e uma localidade que não tinha ocupação na época, as pessoas se instalavam. Segundo mencionam alguns moradores, primeiro veio uma família muito antiga, de um senhor que em 1932 já tinha um ranchinho de pesca, depois veio a família Viana e a família Reis que começaram a povoar, de frente para a praia e depois foi aumentando. Com a vinda destas famílias vieram outras, fazendo suas casas de madeira, a maioria doada pelas empresas de madeiras. É preciso mencionar que a ocupação se deu de modo irregular e ilegal. Todo este bairro é área da Marinha do Brasil, cuja ocupação humana é proibida.

⁷⁵Esta classificação tem como base as pesquisas feitas no BBV e pelas informações obtidas com as pessoas mais antigas da comunidade, conforme segue em anexo.

⁷⁶Com a criação do decreto 15. 203 de 1921, até meados do século XX, as obras do porto sofreram diversas interrupções, provocando atrasos. No entanto, foi possível dar início aos mais variados pontos do que estabelecia o decreto, como: a) dragagem de um canal de acesso ao porto, com 100 metros de largura e fundo mínimo de nove metros em águas mínimas; b) construção de cais acostável com 334,5 metros, servindo a embarcações de 8 metros de calado;

diversos trapiches espalhados pela cidade como: trapiche da Alfândega, da Hoepcke, do Mercado Público, da Lloyd, do Santista, e o da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande; b) de 1955 a 1980, por pessoas que foram contratadas para trabalhar no porto em função dos investimentos estaduais e os familiares dos primeiros pescadores do bairro e, ainda, por pessoas que chegavam no bairro por outros motivos; c) de 1980 até os dias atuais o bairro cresceu por conta da solidificação do porto, sobretudo depois da implantação da lei nº 8.630⁷⁷ de 25/02/1993 e Normas Correlatas, que dá liberação ao setor, moderniza as instalações e equipamentos e organiza as condições de trabalho portuário.

Uma outra questão que precisamos esclarecer é que os pescadores artesanais do BBV não correspondem às características das comunidades tradicionais que historicamente marcaram a pesca artesanal no país, como: os caiçaras, os jangadeiros, os açorianos; comunidades isoladas. São pescadores que se constituíram em função do porto, somado à facilidade da pesca na região, ainda que alguns já praticassem a pesca artesanal em sua região de origem. Não é uma comunidade de pescadores artesanais historicamente constituída e descaracterizada assim que o empreendimento portuário se instala na região⁷⁸. É exatamente o contrário: uma comunidade que desenvolve a

c) construção de dois armazéns com área total de 6.000 metros quadrados, na faixa do cais aparelhados com guindastes rolantes; d) assentamento na faixa do cais de duas linhas férreas de 1 metro de bitola, com o respectivo material rolante; e) assentamento de uma linha férrea de 4,5 metros de bitola para os guindastes de cais e fornecimento desses guindastes; f) ligação das linhas do cais com as linhas da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande; g) construção da avenida externa do cais com 30 metros de largura, calçada e macadam alcatroado; e, h) instalações de água potável, esgoto de água pluvial, luz e força (DECRETO 15/03/1921) Disponível em: <http://portalcese.ufsc.br/gecon/textos/2006/alcides02-06.pdf> Acesso em: 02/08/2010 às 11h e 48min.

⁷⁷Segundo LINS (2004) a Lei 8.630, de 1993, assistiu ao fortalecimento do embate sobre a reforma portuária no Brasil, tida como requisito básico para a retomada do crescimento econômico. Mirando a modernização, as posições pró reforma indicavam a necessidade de mais e melhores equipamentos e instalações – para aumentar a eficiência dos serviços e reduzir os seus custos – e de novas formas de regulamentação das operações de cais, sobretudo quanto ao uso da força de trabalho. Ambos os aspectos implicavam, segundo os atores empresariais, avanços na privatização dos serviços portuários. Sobre este assunto consultar: Legislação Portuária Compilada: Lei nº 8.630 e Normas Correlatas, de Manoel Tomaz Pereira Neto – 4ª Ed. Revista e Ampliada com as Normas da ANTAQ.

⁷⁸É oportuno fazer esta ressalva em função das características que se conformaram os pescadores no BBV e a apropriação que eles fizeram do porto. Há casos, no Brasil, em que um empreendimento instala-se em uma região pesqueira e as atividades dos pescadores artesanais passam a ser determinadas pelas dinâmicas do empreendimento. Podemos citar como exemplo os pescadores artesanais da Barra da Lagoa, em Florianópolis, Santa Catarina, que sofrem a influência direta do turismo, especialmente depois da década de 1980. Ou, ainda, a

pesca artesanal, no entanto caracterizada pela expansão portuária, ainda que a pesca artesanal sempre desempenhasse um papel também importante no bairro.

Hoje, há 256 moradores⁷⁹, totalizando 80 famílias, sendo que 16 já foram indenizadas⁸⁰ pelo Terminal Dragados de Santa Catarina (TGSC), empresa que detém parte das terras desta região⁸¹. Desses 80 entrevistados, 20 famílias responderam o questionário, ou seja, 25% do bairro.

IV.3. Análise de dados

Diante do que foi expresso no item anterior, julgamos necessário apreender o modo pelo qual os pescadores se manifestam no BBV. Por isso, realizamos uma pesquisa com todos os pescadores artesanais, iniciada no ano de 2009 e concluída em 2010. Inicialmente pensávamos em realizar somente com aqueles que se mantêm cadastrados na Colônia Z-2, no entanto, descobrimos que muitos deles não estão cadastrados⁸² para exercerem atividades remuneradas em

comunidade de Vila da Felicidade, localizada as margens do Rio Negro, em Manaus, que tiveram as suas vidas transformadas em função da instalação da Refinaria da Petrobrás Isaac Sabbá. No nosso caso de análise, o bairro e os pescadores artesanais se configuraram em função das atividades portuárias já instaladas e em crescimento na região.

⁷⁹Esses dados são do senso feito pela AMBBV, em 2008. Sobre isso, cabe mencionar, que a Associação de Moradores possui todos os dados referentes aos seus residentes e a cada ano a própria Associação faz a contagem. Segundo o presidente da Associação, geralmente esta contagem se dá em função das festas de Natal e/ou das Crianças. Nestas datas é necessário saber o número de moradores para se fazer a entrega de presentes, saber o número de participantes, o número de inscritos e também por uma preocupação comunitária.

⁸⁰Sobre isto falaremos no item adiante.

⁸¹Distintamente, do que aconteceu com outras comunidades ao longo do litoral brasileiro quando houve a intensificação da especulação imobiliária, no BBV o que procedeu foi uma desvalorização da terra. Os problemas que a ampliação do porto trouxe como, o isolamento da comunidade ao resto da cidade e os outros problemas do bairro como, ausência de infraestrutura urbana e saneamento ambiental, falta de pavimentação, ocupação irregular em área do governo federal (áreas da Marinha do Brasil) e tráfico de drogas fez com que o bairro sofresse uma forte desvalorização. Portanto, a questão da beleza natural, nesse caso, não trouxe a especulação imobiliária, tampouco implicou na venda dos terrenos e na migração para outras áreas da cidade.

⁸²É importante ressaltar que, de acordo com a lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009 do Ministério da Pesca e Aquicultura, uma vez cadastrado na Colônia de Pesca fica-se proibido de exercer outras atividades remuneradas. Uma das premissas da lei é de que o pescador viva exclusivamente da pesca para receber os proventos do governo. Por isso, alguns pescadores do BBV preferem não ter vínculo com a Colônia Z-2 para poder trabalhar em outros setores e nos horários vagos pescar. Estima-se que dos 20 pescadores entrevistados, a metade esteja cadastrada (consideramos os pescadores cadastrados aqueles que têm vínculo com a Colônia,

outras empresas. Portanto, foi necessária uma prévia pesquisa nos cadastros da Colônia Z-2, visitas aos locais de pesca do bairro para identificação dos pescadores e reuniões com o Presidente da AMBBV antes de aplicar o questionário. Uma vez mapeada a situação dos pescadores, foi possível a prossecução da pesquisa. Para tal usamos uma entrevista semi-estruturada, previamente padronizada, cuja técnica consiste em fazer perguntas abertas e fechadas acerca do tema de interesse. Para (SELLTIZ, 1987) a entrevista semi-estruturada permite que as respostas sejam abrangentes, em vista da aceitação das pessoas do modo como determinados assuntos são abordados.

Durante as visitas ao bairro procuramos esclarecer as razões pelas quais fazíamos a pesquisa, os objetivos da coleta de dados e o nosso interesse pelas informações. Sabíamos que parte da comunidade havia passado por um processo de indenizações⁸³ e isso poderia gerar uma certa (des)confiança acerca das nossas intenções. Procuramos ao longo das entrevistas mencionar que já havíamos conversado com o presidente da AMBBV, isso fez com que os entrevistados se sentissem mais seguros. As nossas entrevistas foram realizadas, no final da tarde, horário em que os pescadores estavam concentrados à beira-mar e nas suas casas.

no entanto exercem atividades profissionais paralelas) na Colônia Z-2. Na cidade de São Francisco do Sul, segundo dados de Rodrigues (2000) há 1632 pescadores. No entanto, é oportuno mencionar que a falta de dados pontuais sobre o número de pescadores na cidade fez com que não tivéssemos algumas informações.

⁸³Sobre as indenizações de algumas famílias do bairro falaremos em seguida, contudo, cabe mencionar que a nossa preocupação se dava em função do clima de (des) confiança que a entrevista provocou no bairro. Os moradores, de um modo geral, pensavam que o trabalho que realizávamos estivesse atrelado às eventuais indenizações esperadas por parte deles, ou seja, depois que 15% da comunidade foi indenizada havia a possibilidade de todo o bairro ser indenizado também.

IV.3.1 – Sexo

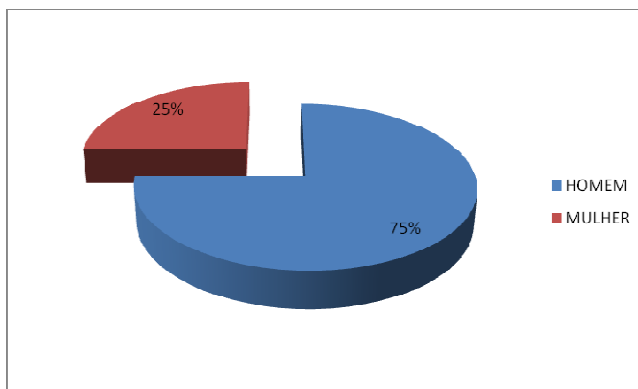


Gráfico 1: Sexo dos pescadores artesanais do BBV (%)

No gráfico 01 percebemos que a maioria dos entrevistados, 75% do total, são homens, apenas, 25%, são mulheres; algo recorrente em toda a Baía da Babitonga. Cremer & Morales & Oliveira (2006, p. 209) observam que “a participação feminina na atividade é elevada, visto que muitas mulheres atuam na coleta de moluscos e no beneficiamento e venda do pescado”.

No estado do Pará, por exemplo, 60% do que é pescado artesanalmente têm a participação das mulheres; elas estão envolvidas com trabalhos fundamentais durante a captura e processamento. Em Santa Catarina, Beck (1989, Apud, BORGONHA Cristiane & BORGONHA, Maíra⁸⁴) menciona que em São Francisco do Sul:

Enquanto dentro da baía as mulheres praticam a atividade pesqueira propriamente dita, na Enseada elas são incumbidas da manipulação e comercialização do pescado. Isto nos fez refletir sobre a possibilidade do território marinho ser diferencialmente entendido, levando a crer que a baía, “*apesar de ser mar*” é uma área protegida e não representa certos perigos às mulheres, pois não constituiria o território marinho como é o caso

⁸⁴Disponível em: http://fazendogenero8.ufsc.br/sts/.../Borgonha-Borgonha_64.pdf Acesso em: 03/08/2010 às 15h e 31min

do o “*mar grosso*” que é o espaço conferido ao mar aberto

IV.3.2 - Idade

Dos 20 entrevistados, doze têm entre quarenta e sessenta anos de idade. Apenas dois têm mais de sessenta anos e seis entre 20 e 40 anos de idade (gráfico 02). Esses dados se aproximam aos encontrados por Rodrigues (2000). Segundo a autora, os pescadores da Babitonga centralizam-se na “faixa produtiva” da população (40 a 60 anos).

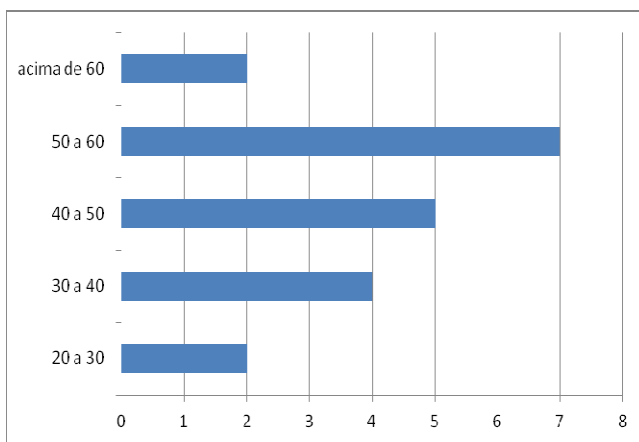


Gráfico 2: Idade dos pescadores artesanais do BBV (nº de pessoas)

O trabalho feito por Cremer & Morales & Oliveira (2006, p. 209) mostra que a média de idade dos pescadores de São Francisco do Sul é de 44 anos de idade. Já a média de idade dos pescadores de toda a Baía da Babitonga (Araquari, Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul) é de 43 anos. Os municípios de Garuva e Araquari (do interior da Baía) têm a maior média de idade da região, 48 e 47 anos de idade, respectivamente. Segundo Cremer & Morales & Oliveira (Ibidem, 2009) “há um predomínio de pequenas embarcações que realizam deslocamentos menores para atingir as áreas de pesca, permitindo assim sua operação por pescadores mais velhos”.

IV.3.3 - Origem e tempo de residência

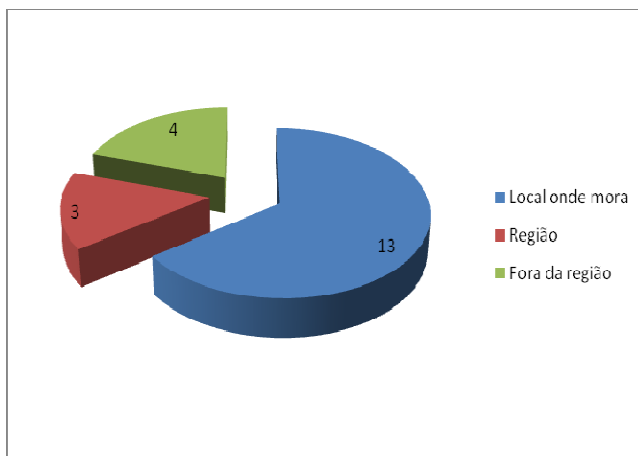


Gráfico 3: Percentual de pescadores por local de nascimento (nº de pessoas)

No gráfico 03 é possível constatar que dos vinte pescadores entrevistados, 65% nasceram na própria localidade onde reside atualmente. 15% nasceram em São Francisco do Sul, contudo fora do local estudado. Apenas 20% nasceram fora da cidade. A tabela 2 demonstra o tempo de residência dos pescadores no BBV:

Tabela 2: Frequência por tempo de residência dos pescadores do BBV

Tempo de residência (anos)	Percentual
0 a 10	—
11 a 20	15%
21 a 30	10%
31 a 40	30%
41 a 50	15%
51 a 60	25%
61 a 70	5%

Se observarmos o percentual de pescadores que nasceram na região estudada (65%) e o alto tempo de residência no local, podemos afirmar que os pescadores locais estão intimamente inseridos na região.

Tabela 3: Percentual de pescadores, que nasceram em São Francisco do Sul, por local de nascimento

Bairros	Percentual
BBV	81,25%
Paulas	6,25%
Acaraí	6,25%
Iperoba	6,25%

Na tabela 03, percebemos que a grande maioria, 81,25%, dos que nasceram em São Francisco do Sul, nasceu dentro do BBV. 18,75% nasceram no Bairro dos Paulas, do Acaraí e do Iperoba. Todos esses bairros são reconhecidamente locais onde há pescadores artesanais.

A relação entre tempo de residência e procedência de pescadores, na Baía da Babitonga, já foi estudado por Rodrigues (2000, apud, Cremer & Morales & Oliveira 2009, p. 211) e apresentou os seguintes dados: “36,4% dos pescadores entrevistados na Babitonga moram entre 21 e 35 anos na região. Observou também que 59,5% dos entrevistados são naturais da região e 98,1% têm a intenção de continuar residindo no local”.

IV.3.4 - Tempo de pesca

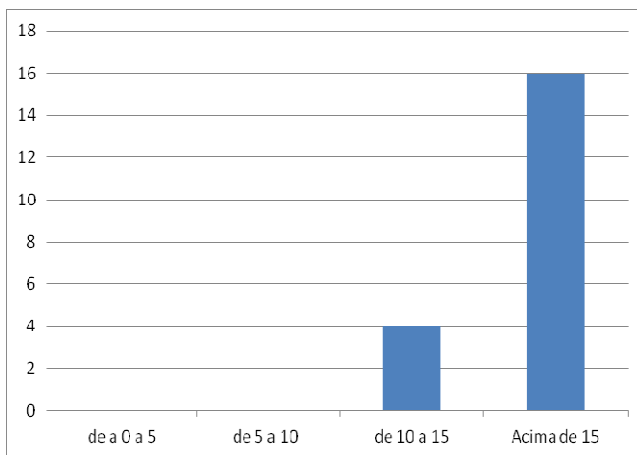


Gráfico 4: Tempo como pescador artesanal

O gráfico 04 expõe que a maioria dos pescadores artesanais, 85%, pescam a mais de 15 anos. Como 80% dos pescadores têm a idade entre 30 e 60 anos, estima-se que eles pescam, no mínimo, desde os 15 anos de idade. Segundo nos informou o presidente da AMBBV, os pescadores artesanais, têm contato com a pesca desde muito cedo. Geralmente os pais levam os filhos e já na adolescência eles praticam a pesca no sentido de contribuir com a renda da família. Cremer & Morales & Oliveira (2009, p. 115, et. seq.) afirmam que o tempo como pescador profissional, para os pescadores da Baía da Babitonga, varia entre 21 e 24 anos em média.

IV.3.5 - Tradição na atividade pesqueira

A maioria dos pescadores entrevistados respondeu que sempre atuou na pesca. A (tabela 4) apresenta o percentual de pescadores que sempre atuaram na pesca. Apenas um entrevistado disse que se tornou pescador assim que chegou ao BBV. Ele desenvolvia uma outra atividade, mas assim que chegou ao bairro começou a pescar. Na cidade de São Francisco do Sul 56,83% sempre atuaram na pesca, segundo dados de Cremer & Morales & Oliveira.

Tabela 4: Sempre foi pescador?

	BBV
Sim	95%
Não	5%

O gráfico 5, mostra que 55%, dos entrevistados trabalham no porto. 45%, não trabalham no porto, sendo que um respondeu que durante muito tempo trabalhou no ramo comercial vinculado ao porto. É possível dizer, mediante a leitura deste gráfico, e já sabendo que todos pescam, que mais da metade dos pescadores artesanais têm duas fontes de renda. Evidentemente, que para esses que trabalham no porto, a pesca se dá somente nos momentos de folga, ou nos finais de semana, contudo, mesmo com o trabalho portuário, não abandonam a pescaria. Os pescadores artesanais, para os quais, a pesca é sua atividade primária, em alguns casos, dividem a pesca com outros tipos de serviços.

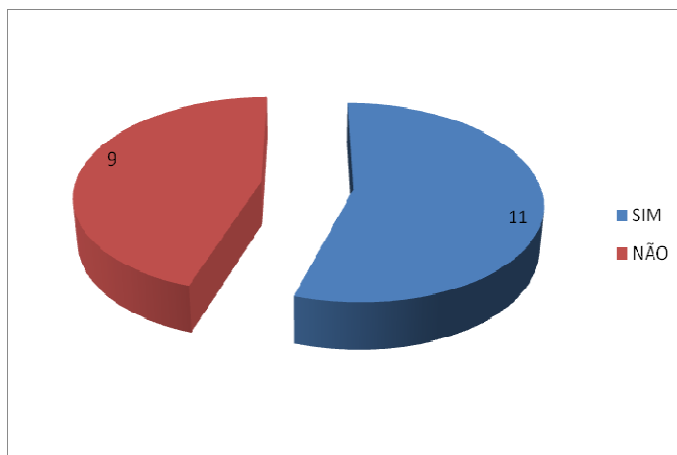


Gráfico 05: Número de pescadores que trabalham no porto

Como já alertamos, no capítulo anterior, a pesca no BBV, como em toda a Baía da Babitonga⁸⁵, é incapaz de garantir as condições

⁸⁵Dos pescadores que atuam na Baía da Babitonga, 39,89%, disseram ter outra atividade profissional que contribui na renda da família. Em Araquari este número sobe para 42,11% e

de vida dos pescadores artesanais. Desse modo, os pescadores são obrigados a procurar outras formas de salário, ainda que a pesca faça parte do seu dia-a-dia. É assim que entendemos que 55% deles trabalham no porto, mesmo se dizendo que pescam.

Uma outra questão de fundamental importância é que no exato momento da pesquisa 45% disseram não trabalhar no porto. Contudo, a alta instabilidade com que se dá a atividade pesqueira nesta região faz com que em determinado momento essas mesmas pessoas passem a ter outro tipo de ocupação profissional.

Percebemos, durante a pesquisa, que para os pescadores artesanais, que disseram não trabalhar no porto, a pesca, no entanto, não garante os meios de vida; eles vivem da pesca em função da falta de outro trabalho⁸⁶.

IV.3.6 - Atividade que exercem no porto

Dos 55% dos pescadores artesanais que trabalham no porto, 45,45% são trabalhadores cujo vínculo se dá de modo terceirizado. Ou seja, exercem atividades de vigilância, de trabalhos em empresas que prestam serviços ao porto, conforme menciona o diretor do porto na entrevista em anexo. Na categoria, trabalhos indiretos, temos aqueles pescadores que vivem de algumas atividades comerciais ou trabalham em áreas portuárias indiretas, ou, ainda, trabalham na construção civil ligada ao porto⁸⁷. Os arrumadores são os responsáveis por toda a organização das cargas do navio e os estivadores os que desempenham atividades de carga na estiva do navio (gráfico 06).

em Garuva chega a 64,71%, segundo dados de Cremer & Morales & Oliveira.

⁸⁶Se analisarmos apenas os que nasceram no BBV, perceberemos que cinco têm recursos provindos ou do porto, ou de outros serviços, ou de aposentadorias. Os demais têm a pesca como principal fonte de renda. Um outro dado é sobre, os familiares que trabalham no porto: sete, não têm ninguém da família que trabalha no porto, os outros seis, têm, no mínimo, um da família que trabalha no porto. Todos os pescadores que nasceram no BBV pensam que o trabalho no porto é mais importante para o seu filho que a pesca artesanal. O argumento usado por eles é que o porto oferece melhores condições de vida.

⁸⁷O mesmo não acontece com os filhos dos pescadores artesanais que trabalham no porto. Em conversa informal subemos que a maioria dos filhos quando são contratados pelo porto exercem atividades especializadas como conferência de carga de contêineres, conferentes de transporte, além de outros serviços vinculados ao porto.

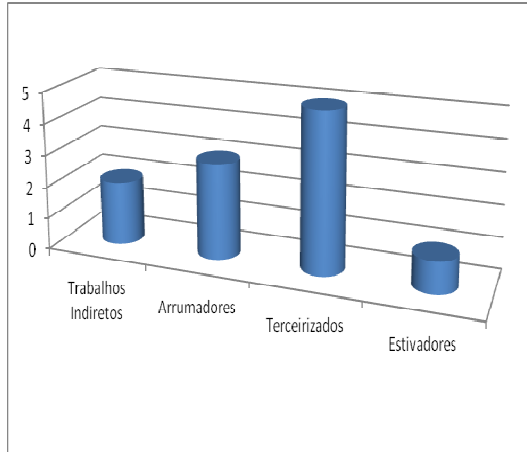


Gráfico 06: Atividades que exercem no porto

Podemos afirmar que 85% dos entrevistados não gostariam que os seus filhos seguissem a mesma vida de pescador. Isso mostra porque os pais incentivam os filhos a procurar outras atividades para produzir as suas existências e não mais a pesca, como mostra a tabela 05:

Tabela5: Quer que os filhos pesquem?

	BBV
Sim	15%
Não	85%

Os que disseram que gostariam que os filhos seguissem a mesma vida de pescador artesanal acreditam que *a vida é mais saudável e muito boa para os seus filhos*. Os que não querem que os seus filhos sigam a mesma vida de pescador acreditam que: a) *a renda da pesca é falsa: hoje se mata (pescados) amanhã não*; b) *o pescador tem a vida sofrida, a gente tem que estudar para fazer outra coisa da vida*; c) *vida de pescador é cruel, você não pode viver só da pesca, você deve ter um serviço em terra e ganhar com a pescaria*. e d) *ele já fez um cursinho para vigilante*.

IV.3.7 - Trabalho dos filhos

A totalidade dos pescadores artesanais entrevistados acredita que o porto é mais importante para o seu filho do que a pesca

artesanal. Isso manifesta o que sublinhamos em toda a dissertação, isto é, o porto se apresenta como um meio de melhores salários para os pescadores artesanais e produz alternativas de vida que são superiores à pesca. A expansão portuária é para os pescadores artesanais (e para o BBV) a possibilidade de mudanças substanciais no modo pelo qual eles produzem as suas vidas. Das respostas dadas podemos destacar as seguintes: a) *o trabalho no porto era melhor, porque na pesca às vezes você mata [captura pescado] e às vezes não*; b) *o trabalho no porto o salário é garantido*; c) *no porto você tem carteira assinada e plano de saúde*; d) *o trabalho no porto é menos sofrido, a pesca judia muito com a pessoa, a pesca é para quem não tem estudo e e) o trabalho no porto tem uma melhor fonte de renda, se for conferente melhor ainda.*

IV.3.8 - Fonte de renda

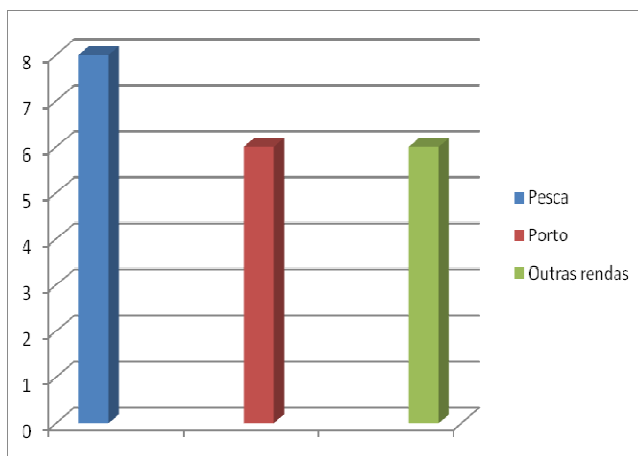


Gráfico 07: Fonte de renda dos pescadores artesanais do BBV (nº de pessoas)

O gráfico 07 demonstra que 40% dos entrevistados têm na pesca a sua principal fonte de renda. Sendo que três deles disseram que, além da pesca, trabalham no porto e um também já trabalhou no porto para crescer a renda. 30%, têm no porto a sua principal fonte de renda e os outros 30% têm a sua renda provinda de outros serviços. Na categoria *outros serviços* os recursos provêm da ajuda do filho, de salário do marido que trabalha no porto, de pensão e de aposentadoria.

IV.4. Formas de Organização do Bairro Bela Vista (BBV): a Associação de Moradores e a luta comunitária

A criação da AMBBV⁸⁸ foi produto da mobilização interna dos moradores por melhores condições para a comunidade. No ano de 2002, quando se deu a fundação da AMBBV⁸⁹, a intenção da comunidade era criar uma instituição que desse mais poderes para pleitear reformas para o bairro. Segundo o seu presidente, com o advento da AMBBV foi possível obter mais respaldo, perante os órgãos públicos, e possibilitou algumas conquistas para o bairro, dentre as quais podemos citar: a) ônibus escolar para os alunos da comunidade, b) melhorias na rua que dá acesso ao bairro, c) policiamento (rondas diárias) e d) participação nas festas tradicionais do município e nas reuniões sobre política para os bairros⁹⁰.

⁸⁸Na entrevista que segue em anexo com o presidente da AMBBV é possível se ter mais conhecimento sobre a formação da associação.

⁸⁹A AMBBV com sede e foro em São Francisco do Sul é uma entidade civil, de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, e se regerá pelo seu estatuto, pelo regimento interno e pelos princípios constitucionais. Ela foi reconhecida como associação de utilidade pública municipal, pela Lei nº 306 de 01 de junho de 2004. A Associação tem como finalidade: a) congregar e promover a integração comunitária de todos os habitantes do BBV, sem distinção de qualquer espécie, seja da raça, cor, sexo, língua, idade, religião, opinião política ou de outra ordem; b) representar com amplos poderes os moradores do BBV, perante as autoridades constituídas, do município, do estado e da federação, bem como junto aos órgãos competentes da administração pública e privada, visando a solução de problemas da comunidade; c) orientar e organizar movimentos comunitários de assistência social, saúde e educação, cultural, esportivo histórico e outros de caráter reivindicatório; d) informar e conscientizar os moradores do BBV sobre o exercício de seus direitos e liberdade nos limites da moral, da ordem pública e do bem estar de um sociedade democrática; e) promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos nos vários setores de atividades, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo.

⁹⁰Acerca da participação da comunidade nos processos sociais podemos mencionar a organização, por parte dos moradores e pescadores, na luta contra o pequeno tráfico de drogas local. O BBV convivia até o ano de 2002, com cerca de oito traficantes que em função do isolamento do bairro, instalaram-se para manter esta atividade. Segundo informações obtidas em conversas informais, havia uma intensa movimentação de pessoas comercializando e consumindo drogas, inclusive com envolvimento de algumas pessoas da comunidade. Esse cenário fez com que a comunidade se organizasse e lutasse contra os traficantes locais. Segundo moradores houve, durante algumas semanas, uma *batalha* generalizada, ou seja, os moradores e pescadores expulsaram à base da violência física, os traficantes e usuários. Alguns desses traficantes foram presos e outros migraram para outras cidades. Depois de alguns dias é que houve a participação da polícia estadual. Uma outra característica do bairro, que permaneceu até a década de 80 do século XX, foram as boates e bares, destinadas aos trabalhadores portuários. O bairro nesta época era conhecido por ser um ponto de muita prostituição. Segundo alguns pescadores esta atividade teve fim em função dos problemas financeiros portuários neste período e do subsequente deslocamento destas boates e bares para outra região da cidade.

Segundo o presidente da AMBBV⁹¹, assim se deu a formação da Associação do bairro:

A AMBBV foi fundada devido à pressão que o poder público e o porto público vinham fazendo com os pescadores. Falavam que nos despejariam, que nós tínhamos que sair daqui, porque estávamos em uma área de invasão. Depois trocaram o nome de invasão para uma área de “comunidade irregular”. Devido a estas pressões, a comunidade se reuniu e achou por bem fundar a AMBBV, para que houvesse um pouco mais de respeito pela comunidade e para que nós pudéssemos nos defender com mais direito do cidadão. Então, por pressão e também por descaso, porque a sociedade via a comunidade do bairro Bela Vista um pouco diferente e com a Associação passaram a ter um pouco mais de respeito. Com a Associação do Bairro Bela Vista (AMBBV) formamos um time de futebol, passamos a disputar os campeonatos locais e saiu aquela imagem que era denominado de “Rabo Azedo” e passou a ser visto como Bela Vista (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009)

A AMBBV teve a sua primeira eleição no ano de 2002 quando o atual presidente, Francisco C. da Silva, foi eleito⁹² e a cada dois anos se dá o processo eleitoral. “A eleição é feita por votos secretos, para toda a comunidade, são votos facultativos. É publicado um edital que fica na porta da Associação e em outros locais públicos. São formadas as chapas e a eleição é normal, se elege como se elegesse um presidente da república” (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009). Para fazer parte da diretoria da Associação é obrigatório, ao concorrente, residir há mais de seis meses na comunidade.

A diretoria da Associação é composta pelo presidente Francisco C. da Silva, Vice-presidente Esnildo Matias, Secretário Ladiomir Silveira, 1º Secretário Renata Gomes de Freitas, tesoureiro

⁹¹ Através da AMBBV é possível organizar as festas na comunidade, tais como; festa de Natal, Fim de ano, Dia as Crianças, etc. Durante os dias que antecedem as festas os moradores se reúnem o organizam as festas. O objetivo é que todos participem e convivam em harmonia, segundo os pescadores da região.

⁹² O presidente da AMBBV está no cargo a quatro mandatos consecutivos.

José Mário Pinto, 1º Tesoureiro Georges Adams, presidente do Conselho Fiscal Rosano Luís Fernando Strose, membros do Conselho Fiscal Carlos dos Santos e Eliberto Matos e Diretor de Esportes Agecemil Silveira. A foto 05 ilustra a AMBBV.



Figura 12: Sede da AMBBV

Fonte: Autor, 2010

A participação dos moradores da comunidade no processo político de discussão dos problemas do bairro não se dá de modo integral, efetivo. As dificuldades que as pessoas encontram no cotidiano muitas vezes impedem a inserção nas assembléias e reuniões. No mês de novembro de 2009, presenciamos uma reunião convocada pela Promotora de Justiça da 1º Comarca de Justiça de São Francisco do Sul acerca dos esperados problemas que a futura instalação portuária da empresa Terminal de Granéis de São Francisco do Sul (TESC) e FERTIMPORT S.A. ocasionará. Nesta reunião, um dos pontos centrais seria uma possível indenização, por esta razão houve uma participação coletiva. No entanto, esta não é a tônica das reuniões durante o ano. Para o presidente da Associação, assim se dá a participação do bairro:

A comunidade participa e quando acontece alguma coisa no bairro eles recorrem à Associação, eles recorrem ao presidente e à Diretoria Executiva para que tomem uma posição. Quando é convocada uma assembléia para discutir algum assunto do bairro, então, a maioria das

famílias, comparece, pelos menos um representante de cada família. Agora, nesta última eleição, nós tivemos 44 eleitores que votaram e os que não vieram estavam trabalhando. Mas, concordam com a eleição, então, eu acredito que, vamos dizer 70% da comunidade participam. Claro, que é complicado, pois a nossa associação não tem como arrecadar fundos. Os fundos que arrecadamos é para manter o time de futebol e manter a sede da Associação. O pouco que conseguimos é oriundo da Festilha⁹³, um espaço que foi aberto para que divulgássemos e vendêssemos na festa. Nós já tivemos alguns projetos que foram enviados para editais públicos, mas não fomos contemplados ainda. Este ano nós vamos pegar mais pesado com o poder público para termos mais sucesso. Nós aqui temos muita criança. Em outubro nós fizemos um levantamento, um senso para fazer a festa do Dia das Crianças e de 0 a 12 anos foram constatado 73 crianças (uma quantidade grande de criança). Então, se pegarmos os que têm de 12 a 18, os adolescentes, e somarmos às crianças do bairro a gente acredita que ultrapassa aos 120 moradores. É mais que a comunidade da Gamboa⁹⁴, da Praia dos Ingleses (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009).

A questão social posta neste momento é a candidatura do então presidente da AMBBV a deputado federal. O envolvimento do presidente da Associação na política⁹⁵ é anterior à criação da AMBBV,

⁹³A Festilha - Festa Tradicional da Ilha de São Francisco do Sul – foi criada para resgatar a tradição da cidade, tentando preservar os contos, lendas, músicas e folclore. Possui o caráter beneficente, em que as entidades filantrópicas trabalham em prol de suas causas assistenciais, possibilitando um amplo benefício para toda a comunidade.

⁹⁴O bairro da Gamboa e da praia dos Ingleses são duas comunidades litorâneas do município de São Francisco do Sul. A praia dos Ingleses, por exemplo, localiza-se ao lado do BBV, para quem vem do oceano Atlântico ao porto, uma vez que o acesso terrestre dá-se somente por trilha.

⁹⁵É preciso mencionar, contudo, que a vida política do presidente da AMBBV já se dava antes da formação do bairro. “A minha participação no cenário político apareceu aqui no município, eu já estava filiado ao Partido Popular Socialista (PPS), hoje eu estou filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS), quando o ex-prefeito Godofredo de Gomes Moreira, pediu para que a gente lutasse pela causa, em função do município ser meio carente de pessoas que lutem pela política de interesse social. Convidou para que eu fizesse parte do partido e como eu já tenho a política no sangue abracei esta causa, foi assim que começou este trabalho. No

no entanto, os assuntos vinculados ao bairro propiciaram à candidatura uma razão especial: a possibilidade de pleitear novos horizontes para o bairro e estimular os moradores a participar da vida política.

A minha participação política veio antes da criação da AMBBV, foi através da minha influência política no município junto às pessoas procurando instruções que surgiu a idéia de se criar uma associação para a comunidade ficar fortalecida, amparada. Porque até então não se tinha para onde correr, era necessário uma pessoa jurídica para representar a comunidade. E, como eu estava envolvido na política e tinha mais facilidade... porque você depende de local para montar uma sede, de recursos para pagar as despesas com estatuto, com advogado com cartório e até para manter a associação legalizada se tem uma despesa. Então, eu não diria que a associação me influenciou para ir à política, pelo contrário, a política foi quem me influenciou para a criação da associação. Mas não tem nada a ver uma coisa com a outra. Independente da política, a nossa associação não tem caráter político [partidário], a gente deixa à liberdade porque achamos que a democracia tem que existir e cada cidadão tem que fazer a escolha do seu voto. Eu, particularmente, continuo na política não por acreditar que ela deve mudar, que a política vai mudar, mas eu como político posso fazer, como fiz para a AMBBV, eu posso me empenhar para a cidade. Hoje na realidade eu não sou político, eu sou um candidato, então a política para mim é uma pretensão para que eu possa dar continuidade ao meu trabalho de uma forma melhor. Essa é a minha visão e lógico quando você começa um trabalho, se acaba tendo algum retorno. Porque as pessoas começam a acreditar no seu trabalho

PPS, na primeira participação política do partido em São Francisco do Sul, nós elegemos dois candidatos a vereador. Na eleição passada, eu já no PHS, mas com a coligação com o PPS nós conseguimos eleger mais dois vereadores e assim eu tenho tentado fazer um trabalho para que a cidade tenha mais capacitação política. Porque a política no país hoje é uma política meio desacreditada, então a gente quer tirar essa imagem de que a política é uma coisa corrupta, ruim. A gente sabe que se tem a política no dia-a-dia. A política começa em casa, no trabalho, na educação e em qualquer lugar que tu fores tem política. Por isso é que eu ingressei na política, mais em termos municipais” (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

(ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Segundo ele, se for eleito trará mais respeito e soluções para a comunidade. Questões como saneamento básico, pavimentação da rua, escolas para as crianças, posto de saúde podem ser melhor discutidas, com o poder público, caso haja um representante do bairro na Câmara Federal. Outras questões fundamentais, segundo o presidente da AMBBV, podem ser atendidas, com a sua eleição:

Então, caso o porto continue convivendo com a comunidade, que eu também não acho impossível - em todo o país e no resto do mundo os portos convivem dentro das cidades. Mas, caso o porto continue, vamos dar uma qualidade de vida para estas pessoas, que estão em torno desta riqueza que é o porto. Por que nós não podemos começar por aqueles que estão perto? E eles sempre ajudaram. O BBV sempre participou de 40% a 50% da mão de obra bruta do porto, saiu do BBV. Então, se ele contribuiu para o progresso do porto, para a construção do porto, por que não se pode dar este retorno para que tenham uma melhor qualidade de vida? E, se futuramente eles tenham que ser relocados daqui, que continuem trabalhando no porto, porque eu tenho certeza que eles farão parte do porto. O porto é o maior empregador da cidade e a tendência é cada vez aumentar mais esta capacidade de emprego, através do sistema portuário (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Historicamente o bairro só foi atendido, por parte dos políticos da cidade, durante os períodos eleitorais. Assim, a comunidade sempre se via na iminência de receber algum recurso que pudesse mudar o bairro. Diante deste cenário, a candidatura a Deputado Federal, segundo o presidente, pode trazer esclarecimento do sentido da política, dos direitos das pessoas e dos deveres.

Então, eu acho muito importante essa participação política, junto com a associação. Além de eu adquirir mais conhecimentos, nesse campo, eu consigo passar para a comunidade a necessidade de ser cidadãos esclarecidos, para que na hora do voto eles saibam o que estão fazendo. Porque o voto é uma arma poderosa que o cidadão tem na mão e se você não souber usar acaba pondo nas

mãos de pessoas mal intencionadas (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

A história de mobilização do presidente da Colônia Z-2, Ismael dos Santos, hoje vereador municipal, nos oferece um relevante quadro para apreender como formas de luta resultam em conquistas comunitárias. Ismael nos conta que durante muito tempo foi pescador industrial na cidade de Cananéia, São Paulo, no entanto ao voltar ao bairro dos Paulas fundou a Associação de Pescadores do bairro, foi eleito presidente da Colônia Z-2 e vereador.

Voltei e comecei a trabalhar com meu pai ele havia recuperado a parte financeira e eu fiquei pescando aqui, na costa, pesca artesanal. Pesquei durante quinze anos camarão sete barbas. Com o passar do tempo pensamos em fazer uma associação de pescadores do Bairro dos Paulas e o pessoal incentivava para eu ser o presidente. Aí fundei e fui presidente por dois mandatos. Começamos a fazer a festa da Associação e no mesmo momento, em 2001, a Colônia Z-2 estava bem precária e o pessoal mais uma vez começou a pedir para que eu fosse presidente. Eu chamei alguém para ser presidente e fiquei como secretário. Fizemos as eleições e ganhamos. Na morte do presidente eu assumi a presidência. Houve a reeleição e em 2008 o mesmo pessoal começou a comentar para eu ser candidato a vereador. Eu aceitei e deu certo, com o trabalho que a gente fez aqui. Tive a felicidade de acontecer um acidente com a barça da Norsul, abrimos 1500 ações no Ministério Público e conseguimos as devidas indenizações aos pescadores e isso tudo me ajudou. Nesta eleição fiquei o quinto mais votado (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Segundo ele, sua luta política é no sentido de trazer melhores condições para o pescador artesanal.

Agora com esta polêmica com a Norsul, do novo porto, eu travei guerra com todo mundo do sindicato e eu tenho amigos no sindicato. Tenho pessoas da família que trabalham, mas eu não posso travar o município. Existem as leis ambientais e para um empreendimento se efetivar

ele precisa obedecer a legislação. Se as pessoas que estudam e os órgãos ambientais estão dizendo que a obra pode ser construída, como é que um sindicato vai dizer que está errado. Quer dizer que a FATMA não tem valor nenhum?: E o IBAMA? Igualmente? Eu sou a favor da instalação, mas só da seguinte forma: tem um documento protocolado na empresa, está em Brasília, obrigando a empresa a atender os pescadores na hora que começar. Nós temos que trabalhar os projetos para a melhoria das Colônias de pesca, temos que empregar os filhos dos pescadores, temos que dar cursos e se isso não funcionar é mais uma guerra que eu abro contra a empresa. A lei de compensação ambiental existe para isso e a classe atingida tem que ser compensada. A empresa está chegando [em São Francisco do Sul], tem 300 milhões para investir. 50 milhões, no mínimo, vão ficar girando dentro da cidade, em compras de ferramentas, em mão-de-obra, em alimentação, em contratação, em hotelaria. Você tem que pensar desta forma. Só assim se cresce. O dinheiro tem que girar; cidade sem construção não desenvolve. Se você não desenvolve a tua cidade, a cidade vizinha vai desenvolver e ela desenvolvendo vai te prejudicar. Ela tem que desenvolver de forma organizada (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

IV.5 Os principais recursos pesqueiros

No BBV, como em toda cidade, os recursos pesqueiros capturados se dividem em três diferentes grupos: a) moluscos, b) peixes e c) crustáceos. Entre os moluscos o mais capturado é o berbigão, cuja captura também é uma atividade das mulheres. Geralmente retiram para uso familiar, além de serem vendidos para o comércio local e para as famílias do próprio bairro, compondo a base econômica e de subsistência de algumas famílias. Algo que se tornou comum aos domingos na comunidade é a retirada de berbigão e o posterior consumo coletivo. As famílias fazem um grande encontro, na beira da baía, regado a este molusco e por outras comidas trazidas pelas próprias

famílias.

Os peixes mais capturados são o *Parati*⁹⁶ (*Mugil curema*), a *Carapeba*⁹⁷ (*Diapterus rhombeus*), o Robalo (*Centropomus parclelus*, *C. undecimelis*), a Garoupa⁹⁸ (*Ephineus guaza*) e a Betara⁹⁹ (*Menticirrhus spp.*), além de, Canhana (*Archosargus rhomboidalis*) e Marimbau (*Diplodus argenteus argenteus*) essas espécies têm participação na venda das famílias, variando de acordo com as condições ambientais. Entre as cinco espécies de crustáceos (camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F brasiliensis*), o camarão-branco (*Litopenaeus schimitti*), e o camarão ferrinho (*Artemesia longinaris*), o mais capturado é o camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) que, segundo os pescadores da região, ainda se mantém, com considerável estoque.

Com a poluição da água da Baía da Babitonga - resultado em especial das indústrias de Joinville - o avanço da pesca esportiva e amadora dos pescadores - advindos também de Joinville - e a sobreexploração, os rendimentos das capturas recaíram, principalmente, sobre espécies de pequeno e médio porte. O pescador Silveira adverte que há três anos o volume de garoupas capturadas permitiu que ele

⁹⁶O peixe Parati tem como características: “corpo alongado, fusiforme e robusto. Dorso cinza-azulado a esverdeado, flancos prateados e ventre claro. Apresenta uma pequena mancha negra na região superior da base da peitoral. Segunda dorsa e caudal enegrecidas na extremidade. Medem de 25 a 35 cm de comprimento e pesam de 0,5 a 1 kg, podendo atingir até 45 cm. É uma espécie costeira de águas rasas, nadando perto da superfície, nas áreas de recifes, praias, estuários e lagoas salobras. São encontrados em pequenos a grandes grupos nadando em águas calmas. Alimentam-se de algas e microorganismos encontrados no lodo e na areia. Disponível em: <http://guaraquecaba.com/pesca.asp> Acesso em: 117/06/2010 às 9h e 50 min.

⁹⁷O peixe Curupeba é conhecido por ter: corpo comprimido e alto, do focinho até o início da nadadeira dorsal o perfil é inclinado. Focinho pequeno e olhos grandes. Coloração prateada com dorso mais escuro, nadadeiras pélvica e anal levemente amarelada. Nadadeira dorsal anterior bem alta e com espinhos, nadadeira caudal bastante furcada. Medidas máximas: 40,0 cm de comprimento. Disponível em: <http://mares-oceanos.blogspot.com/2009/04/carapeba.html>. Acesso em: 17/06/2010 às 10h e 10 min.

⁹⁸A Garoupa é a “espécie mais comum do gênero no sudeste do Brasil, vivem em fundos rochosos até 50 metros de profundidade dentro dos estuários. Os menores são encontrados em águas rasas e com o aumento da idade vão migrando progressivamente para águas mais profundas”. Disponível em: <http://portalsaofrancisco.com.br/alfa/peixes/peixes-alguns-tipos.php> Acesso em: 23/06/2010 às 11h e 36min.

⁹⁹“São peixes muito comuns ao longo do litoral brasileiro e sua maior ocorrência é na região Sudeste. Possivelmente são os peixes mais presentes em pesca de praia. Habita os canais que se formam nas praias arenosas, sendo que os indivíduos adultos ficam no fundo e os jovens nas águas mais rasas. Alimentam-se de pequenos peixes, crustáceos, moluscos e minhocas, que ficam expostas pela ação das ondas. A carne é muito saborosa, mas é consumida principalmente por pessoas que conhecem bem esse peixe, como os pescadores amadores”. Disponível em: <http://guiadapesca.com.br/geral/betara/> Acesso em: 23/06/2010 às 11h e 44min.

comprasse a sua bateria e seu motor. Segundo ele foram 2000 garoupas capturadas somente com a pesca de espinhel. No entanto, nos últimos anos a captura caiu significativamente. (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

IV.6 Formas de comercialização dos Pescados Capturados

Com base no que historicamente acontece com os recursos pesqueiros capturados pelos pescadores artesanais do litoral brasileiro, no BBV também parte do que é capturado é destinado à comercialização. Tendo em vista a falta de dados seguros sobre a produção pesqueira de São Francisco do Sul não poderemos estipular o que é capturado pelos pescadores do BBV. No entanto, podemos dizer que do total, 90% dos pescados são vendidos para o mercado local e 10% são consumidos pelas famílias. Em função da natureza da pesca do BBV, não há os chamados atravessadores¹⁰⁰, ou seja, os próprios pescadores artesanais fazem a venda diretamente para as peixarias da cidade. Os não proprietários dos barcos de pesca fazem a venda também para uma peixaria, depois de subtrair os custos da produção.

Uma outra forma de comercialização dos pescados é de porta a porta. Mediante o uso de uma sacola repleta de peixes visita-se as casas do bairro oferecendo os peixes frescos. Essa comercialização acontece com certa frequência no BBV, uma vez que a quantidade de peixes capturada não é expressiva. Havia uma família de pescadores que comercializava os pescados mediante a venda de salgados (coxinhas, esfihas, risoles, e empadinhas) para o porto. A produção desses salgados era feita na sua própria casa, com a ajuda de toda a família. O marido capturava os pescados, sobretudo camarão, a mulher preparava os salgados e levava para posterior comercialização no porto. Durante certo tempo o comércio era feito em uma lanchonete dentro do Terminal Portuário. Segundo a ex-proprietária o negócio era tão bom que em alguns meses ela não conseguia produzir o suficiente para atender todos

¹⁰⁰Os atravessadores são as pessoas que transportam, fornecem, os meios e instrumentos de captura, transportam e armazenam o pescado. Os atravessadores vão até os centros consumidores para vender os peixes para os destinatários finais, grandes consumidores de pescado, hotéis, restaurantes e peixarias. Uma grande reivindicação dos pescadores artesanais é a produção de postos de armazenamento, transporte e compra dos pescados para neutralizar as ações dos atravessadores, cujo interesse é o lucro imediato. O objetivo do atravessador é explorar o trabalho dos pescadores, aproveitando-se de sua falta de infra-estrutura, como fábricas de gelo, câmaras frigoríficas e outros, e também a população, por majorarem abusivamente os preços.

os pedidos¹⁰¹.

Segundo relatos de um pescador artesanal, até o final da década de 1990 a sua família comercializava toda a produção de pescados para a cidade de Joinville. Esse tipo de comércio foi, até esse período, o modo pelo qual os pescadores conseguiam manter a venda dos seus produtos e garantir o sustento das suas famílias. A venda intermunicipal não é a prática mais comum na atualidade, a diminuição da captura e os problemas enfrentados pelos pescadores, reduziram a comercialização para o mercado local.

IV.7 Limites e Contradições dos pescadores artesanais do Bairro Bela Vista (BBV)

Como dissemos acima, a pesca artesanal no BBV dá-se desde o início do século XX, entretanto os problemas mais agudos envolvendo os pescadores artesanais decorrem dos últimos quarenta anos.

Apesar de todas as limitações que a atividade pesqueira apresenta, pescadores artesanais do BBV ainda dependem da pesca como forma de subsistência. Contudo, é mister apresentar o modo pelo qual isso se dá empiricamente, já que a história nos mostra que houve transformação ao longo do tempo.

A pescaria dos pescadores artesanais do BBV é basicamente realizada na Baía da Babitonga. Restringe-se aos recursos pesqueiros providos deste ambiente. Não acontece, por exemplo, o que é comum entre os pescadores do bairro da Enseada, de São Francisco do Sul, que além de pescarem dentro da Baía, também apropriam-se do ambiente das enseadas e das ilhas próximas à praia. Isso se explica, obviamente, pela condição histórica dos pescadores do BBV, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas da pesca desses pescadores e pela formação geográfica dos bairros mencionados. A pescaria no BBV é conhecida como de pequeno porte, ou seja, está atrelada às condições de pequeno comércio e de subsistência. Não é exagero mencionar que em alguns litorais da costa brasileira, existam diferenciações entre os diversos locais no que diz respeito à vinculação maior ou menor às atividades pesqueiras, como lembra Diegues (1987). No nosso caso específico, isso foi determinado por dinâmicas societárias desenvolvidas no interior do BBV, marcadas exclusivamente pelas formas de

¹⁰¹Para saber mais sobre este assunto ler a entrevista que segue em anexo.

assalariamento que o porto oferecia. É o que aconteceu, por exemplo, no litoral norte de São Paulo, onde condicionamentos físicos, além de sociais e históricos, favoreceram o surgimento de pescadores que retiravam principalmente do mar seus meios de subsistência¹⁰².

Na praia do BBV os pescadores artesanais exploram um ambiente ecológico limitado, utilizam canoas a motor, permitindo um considerável deslocamento e usam redes de arrasto, a pesca de gerival, a pesca de espinhal, iscas artificiais¹⁰³, além da pesca localizada com tarrafa. Geralmente a pesca dá-se com um único pescador, com pequenos grupos familiares (pais e filhos e às vezes mulheres) ou de amigos próximos, pertencentes à mesma praia.

A tabela 06 apresenta as características da pesca artesanal no BBV:

Tabela 6: Forma de Produção Pesqueira no Bairro Bela Vista (BBV)

Característica da Forma de Produção Pesqueira no BBV	
Formas de Organização da Produção	
Variáveis/Fatores	Pequena produção dos pescadores artesanais
1. Área de maior incidência	Baía da Babitonga e área costeira
2. Grupo de trabalho	Em comunidade: pescadores pertencentes ou não à mesma família/grupo doméstico, donos de aparelhos e embarcações de pesca
3. Relação social da produção	Proprietários de canoas motorizadas 95%

¹⁰²Essas questões podem ser compreendidas melhores se analisarmos a praia de Ubatimirim (litoral norte de São Paulo), onde o recuo de vários quilômetros da Serra do Mar deu origem a uma várzea utilizada para a lavoura de subsistência. Já na praia de Picinguaba (última praia do litoral norte de São Paulo), encostada na montanha, não possui área utilizável para agricultura, portanto favoreceu a formação de pescadores que viviam, exclusivamente, da subsistência da pesca, DIGUES, (Ibidem, p.157)

¹⁰³A isca artificial para a pesca da garoupa é extremamente lucrativa para parte dos pescadores do Bairro Bela Vista. Segundo o pescador Silveira o único prejuízo é quando peixes menores mordem e se perde toda a isca. Esse tipo de pesca era praticado por seis pescadores e hoje somente ele e seu filho a praticam. O excesso de pescaria acabou com esse tipo de pesca no BBV..

	Não-proprietários 5%
4. Relações técnicas de produção	Donos de barcos não participam da produção
5. Divisão de trabalho	Mínima: sexo, idade
6. Remuneração da produção	Partilha: após o desconto dos custos da produção para o dono do barco 50% para o pescador 50% Para os pescadores com suas próprias embarcações e redes não há partilha
7. Propulsão embarcação	Motor de 3HP - 10% Motor 4HP/Yamaha - 10% Motor 5HP - 10% Motor 8HP - 10% Motor de centro a diesel 20% Remo 40%
8. Instrumentos de produção	Rede de arrasto Gerival Linha Embarcação/motorizada
9. Conservação da produção	Venda a fresco
10. Destino da produção	Venda: 90% Auto-consumo: 10%
11. Mercado	Reduzido, feito no local e nos bairros circunvizinhos
12. Identificação dos cardumes	Visual
13. Visão dos recursos pesqueiros pelos pescadores	Estoque diminuindo: 100% Estoque estável/camarão: 100%
14. Excedente	Nulo ou quase inexistente
15. Espaço da captura	Baía e área costeira ½ dia a um dia de pesca

Fonte: Adaptada pelo autor do livro de DIEGUES, Ibidem, p. 162-63.

Os pescadores que avançam e exploram a Baía da Babitonga lidam com determinados instrumentos de pesca distintos da pesca primitiva, isto é, neste momento, surgem o motor de popa, o combustível, a mecânica da embarcação, a compra em mercados especializados, além dos novos horizontes que a pesca à distância propicia e para os quais o pescador tem que lidar. É necessário abandonar o aparelhamento rudimentar produzido no local¹⁰⁴. O domínio pelo desconhecido, pelo imprevisível, pela constante insegurança que advém dos mares de fora, contempla o cenário de vida desses pescadores, visivelmente diferente da prática local. O mar de fora representa o abandono à pesca realizada na terra, à vida local. Pressupõe o mundo moderno, onde os elementos de pesca mais diversificados fazem parte do dia-a-dia do pescador artesanal. É a superação da pesca realizada pelos índios, pescadores-lavradores de outrora. Diegues (Ibidem, p. 194) menciona que: “o mar de fora significa o perigo, o imprevisível, a iminência de uma tempestade que pode virar a canoa. Desses perigos só pode escapar uma embarcação a motor, dirigida por quem conhece os segredos do tempo e do mar”.

Evidentemente, como se pode observar, os pescadores artesanais do BBV não integram um complexo quadro de desenvolvimento das forças produtivas da pesca. No entanto, não reproduzem a vida mais limitada dos pescadores-lavradores, indígenas, ainda que em alguns casos a pesca se manifesta de forma simples. Temos como exemplo: a) a identificação dos cardumes feita

¹⁰⁴No que tange às questões atreladas ao modo de vida dos pescadores artesanais (tradicional) e a sua inserção ao modo de vida da modernidade, destaca-se o “choque” e dificuldade de conciliação entre esses dois mundos diversos. A vida tradicional imanente à cultura dos pescadores artesanais, com o avanço do mundo moderno, torna-se, cada vez mais diluída. A modernidade, ao se espalhar manifesta em todos os cantos as suas especificidades. Os pescadores, mas não só, chocam-se com dois mundos, onde as suas ações são definidas por leis intrínsecas à modernidade. Tonnies, menciona que na vida em comunidade “o tipo de vontade predominante tem por sua vez um papel simbólico e imaginário precioso na construção das representações coletivas do grupo”, isto é, os elementos fundamentais da modernidade não fazem parte da vida comunitária. Com efeito, pois, sabemos que na modernidade essas representações são tomadas pelas “representações” do capital. Na medida em que desenvolvem-se as forças produtivas, forma-se uma realidade cada vez mais independente das vontades, crenças, símbolos, completamente distante dos preceitos tradicionais da vida, com os quais – cabe lembrar, imanescentes ao pescador. O modo de vida tradicional transforma-se com as forças processadas pela modernidade. Quando a pesca transforma-se em mera aplicação da ciência, resultado do conhecimento adquirido pela humanidade durante a história, superando os preceitos do saber-fazer da pesca artesanal, salta aos olhos do pescador a força da vida moderna.

visualmente, b) os agrupamentos familiares ou unidades domésticas e de amigos durante a captura e, c) o auto-consumo de parte da produção.

Uma outra realidade dos pescadores artesanais do BBV manifesta-se no modo de vida reproduzido nos últimos anos. A maioria tem as suas vidas determinadas por dinâmicas sociais urbanas, isto é, a influência de uma vida mais ampla, diversificada, onde os fundamentos da sociedade moderna já são conhecidos e praticados por eles. Não reproduzem a vida de um mero pescador isolado do resto do mundo, onde a vida da família e a sua eram determinadas pelas condições naturais da pesca; não acreditam mais na sorte da pesca enquanto *único* meio de subsistência.

São pessoas que já enfrentaram (e enfrentam) os conflitos modernos do desemprego, da moradia, da urbanização, do assalariamento enfim estão inseridos nas condições modernas de vida, porém têm na pesca artesanal mais um meio de reproduzir as suas vidas. E para alguns pescadores esta pesca é feita com elementos que já superaram a pesca rudimentar, praticada pelos povos indígenas, por exemplo.

O tipo de pesca mais comum no BBV, na atualidade, é a de lance¹⁰⁵, realizado pelo dono da embarcação (pescador) e às vezes mais um, que pode ser parente ou conhecido. Não há sistema de partilha, o que é capturado, a maior parte (90%), é vendido pelo próprio pescador e a menor parte (10%) é destinado para o auto-consumo. O dono da peixaria que faz a conservação do pescado e, obviamente a venda, obtém uma porcentagem que chega até 30% de lucro.

Dos pescadores artesanais do BBV apenas um não é dono do barco e da rede. Esse pratica o regime de partilha, sendo a metade das partes para o dono e a outra metade para ele. A partilha é feita depois de descontadas as despesas com o combustível. A pescaria tem de render o suficiente para pagar as despesas e garantir o sustento da família. Em função das baixas condições de pesca, segundo este pescador, foi necessário buscar outros serviços, o que lhe rendeu a desvinculação da Colônia Z-2. Para manter o rendimento satisfatório (e não causar gastos excessivos com as idas ao mar) muitas vezes ele tem de prolongar a sua jornada de trabalho. Esse “sofrimento”, naturalmente, autoriza a superexploração dos recursos naturais com a captura de filhotes de peixes, camarões, na tentativa de repor ao menos os custos operacionais, conforme também constatou DIEGUES (1983. p. 167) na

¹⁰⁵Na pesca de lance, normalmente a rede é lançada ao mar e retirada deste por diversas vezes.

sua pesquisa.

Os principais obstáculos enfrentados pelos pescadores artesanais do BBV são a falta de recursos pesqueiros na Baía da Babitonga, a poluição provinda das diversas indústrias de Joinville, a falta de estrutura para exercer a pesca, fazendo com que tenham de buscar outros meios de produzir a vida e a instabilidade profissional para além da vida de pescadores. A rigor, segundo o presidente da Colônia Z-2 e vereador pelo município, Ismael dos Santos, a alternativa para os pescadores artesanais provem da pesca alternativa:

A pesca de plantio deve ser o caminho alternativo. A gente tem um experimento de ostras lá na comunidade de Laranjeiras e sabemos que nem todos vão se adaptar ao novo trabalho. Já conseguimos tirar alguns pescadores e colocá-los dentro desta atividade. Daqui a pouco vai o filho que está estudando e contribui com uma idéia melhor, faz um empréstimo, vai investindo e faz uma coisa melhor (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010)

A construção de embarcações, por parte de um pescador, foi um modo encontrado para fugir do cenário apresentado acima. Durante as visitas que fizemos ao BBV soubemos que existe um estaleiro de pequeno porte, construído em 1970. Contudo, cabe mencionar, que atualmente, não se trata de uma produção exclusivamente profissional. Este estaleiro é mantido pelo pescador Eliberto Matias, de 66 anos, e a construção de embarcações varia de acordo com as suas condições de trabalho. Segundo ele:

Eu comecei a trabalhar no meu estaleiro há mais de 40 anos. Já trabalhei para a Capitania* [dos Portos de São Francisco do Sul]. Fiz uns barcos para a Capitania. Também, trocava a quilha dos barcos de madeira, antigamente eles tinham uns barcos com estas quilhas, fazia vistoria nas boias, trabalhei na [Empresa] Litoral**, trocar madeiras

*A Capitania dos Portos de São Francisco do Sul é responsável pela fiscalização do serviço de praticagem, realização de atividades de inspeção na segurança e documentação de embarcações de passeio e particulares, auxílio nos serviços de salvamento marítimo - dirigidos pelo Comando do 5º Distrito Naval (sediado na cidade do Rio Grande - RS) -, manutenção da sinalização náutica, aplicação dos cursos de Ensino Profissional Marítimo - sede de alistamento militar para jovens que desejam servir à Marinha do Brasil -, serviços de apoio (pagamento, saúde) para os militares da ativa, inativos e pensionistas residentes na área de jurisdição.

**A Empresa Litoral está localizada em São Francisco do Sul e oferece soluções completas em operações de importação e exportação e apoio em todos os momentos do processo portuário.

dos barcos de praticagem. Eu construía barcos pequenos para os pescadores do BBV, barcos pequenos, bateiras. Eu fiz muito barcos pesqueiros para Santos, Cananéia, [São Paulo]. Eu já fiz muitos barcos. O barco que eu estou fazendo agora é para pescar camarão, ele terá um motor grande. Na época em que eu vim para o BBV havia bastante casa, tinha muita roça [plântio] de mandioca em cima do morro, depois já foram fazendo casas. Naquela época, algumas pessoas trabalhavam no porto e outras pescavam. Hoje em dia, muitos trabalham em obras, no cais do porto e a noite pescam (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Uma outra questão de fundamental importância que abordaremos aqui é a certa igualdade social que predomina no BBV. Sabemos que nem todas as pessoas da comunidade reproduzem as suas vidas do mesmo modo, contudo, todos se inserem no mesmo dinamismo societário. Os que gozam de uma certa estabilidade financeira são aqueles empregados em empresas públicas, empregos efetivos no porto, mas pertencentes à mesma classe social. Aliás, adverte Diegues (Ibidem, p. 225) o mar, enquanto, objeto de trabalho, pode ser explorado por qualquer um dos habitantes, com instrumentos de produção relativamente simples. Além disso, “a própria natureza da atividade pesqueira dificultava, no interior das praias e comunidades de pescadores, a acumulação do excedente e do capital”.

É mister ressaltar que há no BBV pequena diferenciação de *status* econômico, contudo não existe diferenciação de classes¹⁰⁶. Podemos afirmar que o nivelamento social é produto da própria atividade produtiva com a qual as pessoas estão inseridas. No caso dos pescadores artesanais, notamos que a reduzida atividade pesqueira, a

Os serviços por ela realizados são: desembarço aduaneiro, operação portuária, armazenagem geral, agenciamento marítimo, afretamento de navios e angariamento de cargas.

¹⁰⁶Capital para nós é a relação social privada de quem se apropria da riqueza social sem nada dar em contrapartida, por serem proprietários privados da riqueza social. É nesta relação social que entendemos as classes sociais cuja distinção se manifesta no modo de produzir a vida entre as pessoas. Na sociedade burguesa moderna a apropriação mediante a qual as pessoas fazem do capital é determinada: a) pelos proprietários dos meios de produção (capitalistas) e b) pelos não proprietários dos meios de produção (proletários – assalariados modernos).

inexistência de atrativos locais para a ampliação de capital, a tecnologia reduzida na captação dos recursos pesqueiros e os baixos níveis de ocupação profissional desenham este quadro. Em outros casos, notamos profissionais com baixa remuneração nas empresas públicas, portuárias e profissionais de empregos instáveis. Esse quadro não é só atual ele corresponde a toda a história do BBV, como percebemos ao longo deste trabalho de pesquisa.

IV.8 Os pescadores artesanais do Bairro Bela Vista (BBV): nexos, relações e mediações com o porto

A nossa intenção, neste ítem, é nos afastarmos da visão idealizada na qual o pescador artesanal ao se relacionar com as conquistas modernas tende a se tornar vítima delas. Ou seja, de que é preciso conservar o modo de vida mais íntegro do pescador, ainda que a vida moderna supere as suas mazelas. Em outras palavras: não concordamos com a idéia de que o porto de São Francisco do Sul, ao se espriar, isola e impede os pescadores artesanais de reproduzir as suas vidas em melhores condições. Na pesquisa que fizemos no BBV a maioria dos pescadores artesanais entende que o porto ao longo da sua história fez com que os pescadores e as pessoas da cidade, em geral, pudessem expandir a sua vida material. No BBV a dependência ao porto é estrutural. Para o presidente da Colônia Z-2, Ismael da Costa:

Aquela comunidade sempre dependeu da pesca. Hoje o nível de poder aquisitivo, deste bairro, melhorou um pouquinho, não é o mesmo de vinte anos atrás. A Edésia, uma pescadora do BBV, já esteve muito dentro do mar, mas hoje 80% da renda, não é da pesca, vem da costura. Nós temos cadastradas umas 8 pessoas e o restante são trabalhadores que ainda pescam. Para a pesca, o empreendimento não impactua, em função do porto ocupar uma área da pesca. Os peixes que fazem parte do *habitat*, são badejos, meros e por lei não estão liberados para a pesca (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

O que aparentemente seria um conflito com a pesca, em função da magnitude portuária, é, historicamente, para os pescadores um meio de conquistar melhores condições de vida. Aliás, essa dependência

não é só no BBV. No bairro dos Paulas¹⁰⁷, uma das maiores concentrações de pescadores de São Francisco do Sul, observamos que os números comprovam esta afirmação. Dos 278 estivadores registrados no Órgão de Gestão de Mão-de-Obra (OGMO), 30%, cerca de 80 moradores, são do Bairro dos Paulas, desses, 20% são pescadores artesanais. Já entre os 235 “arrumadores”, cerca de 50 são dos Paulas e 35% são pescadores artesanais, conforme dados do próprio OGMO de São Francisco do Sul¹⁰⁸.

Rodrigues (2000), em sua pesquisa de mestrado, aponta que 76,3% dos 215 pescadores entrevistados da Colônia Z-2, em 2000, tem na pesca seu sustento principal. E que a maioria desses pescadores tem apenas um salário mínimo (referente ao ano de 2000) como renda e dividem a profissão com outras alternativas de trabalho como: a) construção civil; b) comércio; e, c) no setor de serviço, causando um forte impacto nos hábitos culturais destas comunidades.

Não estamos defendendo aqui as atividades portuárias sem levar em consideração a complexidade (contradição) com a qual esta mesma atividade manifesta para a cidade de São Francisco do Sul, especificamente para os pescadores do BBV. Não abandonamos os problemas que o avanço portuário produziu (e produz), no entanto, é mister apreender que, ao se expandir, o desenvolvimento portuário cria novas oportunidades de trabalho e supera as velhas¹⁰⁹.

¹⁰⁷Citamos o Bairro dos Paulas em função da proximidade com o Bairro Bela Vista. Para que se entenda ainda a influência do porto em São Francisco do Sul, a praia dos Ingleses, no Bairro dos Paulas é exatamente ao lado da praia do bairro Bela Vista.

¹⁰⁸Os gráficos que apresentamos, mostram que no BBV a relação da comunidade com o porto é quase que umbilical, ou seja, o porto tem a mesma influência, como em toda a cidade.

¹⁰⁹A industrialização do transporte de cargas é um exemplo da dimensão da transformação operada nos portos do mundo. A introdução de contêineres criou uma capacidade sem precedentes e motivou uma perda volumosa de postos de trabalho, criando outras altamente especializadas, com mão de obra qualificada. DEECKE & LÄPPLE (1999, apud, SILVA & COCCO, 1999) mencionam que “... a integração à cadeia de transporte multimodal, resultante da difusão do uso de contêineres e computadores, habilita o denominado transporte *door-to-door* (porta a porta), que trabalha com carga empacotada em contêineres desde o local de origem até o destino final. Isto elimina a necessidade de atividades tradicionais, ou bem as localizam fora dos portos. A perda de funções causadas pela difusão dos serviços *door-to-door* afetou ainda mais as regiões próximas do porto, porque as atividades perdidas ou (re)localizadas estavam associadas ao porto como ponto de partida/chegada das mercadorias e lugar de armazenagem e fiscalização”. Em São Francisco do Sul, por exemplo, cresceu, nos últimos dez anos, o número de “pátios de contêineres” à caminho do porto e nas áreas circunvizinhas. A vida nos bairros passa a ser determinada pela dinâmica portuária, cada vez mais agressiva. A capacidade de aplicação de mão de obra neste novo processo portuário aumenta proporcionalmente na medida que a relação da cidade influencia o dinamismo portuário. O crescente nível de investimentos em tecnologias portuárias, agora em grande

A relação dos pescadores artesanais com o Porto de São Francisco do Sul *expressa* a contradição de ser de um lado a possibilidade de uma vida social mais ampla e intensa, não em função somente de salário, férias remuneradas, feriados e domingos, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), aposentadoria e melhores escolas, mas como uma vida inserida em uma base produtiva mais diversificada e desenvolvida. E, do outro, intensifica a transformação das práticas dos pescadores artesanais. Essa contradição tange a vida da pesca artesanal em São Francisco do Sul.

A sociedade burguesa moderna separa o pescador artesanal da sua condição objetiva de trabalho; ela mostra a história enquanto expropriação ou separação do homem em relação à natureza e à comunidade, “a história da progressiva ampliação do domínio tecnológico e produtivo sobre a natureza” (QUAINI, 1979, p. 67).

Em todas estas formas em que a propriedade fundiária e a agricultura representam a base da organização econômica e, portanto, a finalidade econômica é a produção de valores de uso, a reprodução do indivíduo nas relações determinadas com a sua comunidade, nas quais ele representa a base da própria comunidade, - nós temos: 1) a apropriação, devida não ao trabalho mas pressuposta pelo próprio trabalho, da condição natural do trabalho, da terra, quer como

medida mecanizadas e parcialmente automatizadas, conduziu a uma brecha sempre ampliada entre, por um lado, a despesa regional em recursos como terra, potencial natural e dinheiro e, por outro lado, os efeitos regionais sobre o emprego e o valor agregado, lembram os autores acima mencionados. Precedentemente advertimos que o porto ao se expandir cria novos empregos, de fato isso acontece, no entanto, são empregos onde o uso da ciência é imprescindível. Isso pode explicar porque os pescadores, historicamente marcados por baixos níveis de escolaridade, são relegados a outras áreas de empregos. Na entrevista, que segue em anexo, com o Raul, pescador artesanal do Bairro Vila da Glória, leremos que já em 1950 ele dividia a pesca com os trabalhos portuários, mas naquela época a natureza do seu trabalho era alimentar os navios a vapor com lenhas. Ou seja, a “malha social” mediante a qual os homens produziam a sua existência permitia esse tipo de atividade. Hoje, os filhos dos pescadores ao se inserirem neste novo cenário portuário terão que ter como base a ciência. Estimamos que em São Francisco do Sul exista 10 pátios de contêineres espalhados por toda a cidade. Esses pátios movimentam uma grande quantidade de trabalhadores, são pessoas que estão ligadas as atividades de transporte, descarga, organização de contêineres em navios e em terra e serviços gerais. Esses pátios são uma mostra de como os portos vão se ampliando e decompondo todo um modo de vida tradicional na cidade. Ainda sobre o tema, cabe mencionar os trabalhos realizados pelos chamados Terminais de Cargas, os Portos Secos. Eles manifestam a capacidade portuária de ampliação de suas atividades, os portos hoje estão espraiados por toda a cidade, mas sobre isto falaremos em seguida.

instrumento original do trabalho, quer como laboratório, quer como reserva de matérias-primas. O indivíduo está simplesmente em relação com as condições objetivas do trabalho como condições suas; está em relação com elas enquanto natureza inorgânica da sua subjetividade, na qual esta realiza a si mesma; a principal condição objetiva do trabalho não se apresenta ela mesma como produto do trabalho, mas já existe como natureza; de um lado o indivíduo vivo, do outro a terra como condição objetiva da sua reprodução; mas esta relação com a terra, com o território, como propriedade do indivíduo que trabalha [...] é logo mediada pela existência natural, historicamente mais ou menos desenvolvido e modificada, do indivíduo como membro da comunidade. (MARX, 1989, apud, QUAINI. 1979).

É assim que pensamos que a procura por salários aparece como o meio, através do qual, essa conquista se dá. Ou seja, é comum ouvirmos, que a inserção de pescadores artesanais no emprego formal, torna a sua vida mais segura, perante à pesca artesanal. A garantia de ganhos salariais mensais, FGTS, férias, 13º salário, aposentadoria e todas as conquistas históricas do trabalhador faz com que ele abandone a sua atividade pesqueira, enquanto modo de produzir a sua existência.

As condições de melhores salários explicita uma outra situação histórica na vida dos pescadores artesanais, ou seja, com o desenvolvimento da sociedade assistimos, no cerne das comunidades, a universalização do modo de vida moderno. Não havia em comunidades de pescadores, por exemplo, o caráter de acumulação: o dinheiro não representava um grande negócio para eles. A vida moderna altera esta condição: o local se expande, se complexifica em termos de nexos, relações e mediações com as forças produtivas, com o que há de mais desenvolvido na modernidade. Na modernidade os pescadores artesanais precisam se inserir em uma sociedade que oferece um mundo de “novidades”, de coisas materiais indispensáveis para a reprodução da existência¹¹⁰. Na vida em comunidade temos: a) a produção para

¹¹⁰ Analisamos uma comunidade de pescadores com características de subsistência para mostrar como isso se desenvolve na história. Essa comunidade pode ser compreendida pelos primeiros pescadores indígenas do Brasil e depois os caiçaras, os açorianos e os jangadeiros de século XVIII.

subsistência, b) uma simples divisão do trabalho (idade, sexo) e, c) unidades de produção familiar e unidades de consumo e distribuição socialmente baseado na família ou necessidades básicas ou rituais¹¹¹. É exatamente esta estrutura social, cultural e econômica que fica enfraquecida e se vê diante das condições modernas de vida. Ainda que subexista em alguns casos, o poder material da sociedade moderna torna-se indispensável para a reprodução da vida.

O município de São Francisco do Sul assistiu, durante o século XX, a transformação da cidade através da expansão portuária. Com a transformação vieram algumas mudanças no modo de vida da comunidade como um todo. Mediante o desenvolvimento das forças produtivas as crenças, as rezas, o saber-fazer localizado, a cura deixam de ter o sentido tradicional que tinham outrora¹¹². Então, o que assistimos é a mudança das relações sociais, culturais e econômicas entre as pessoas, por relações definidas por valores modernos. Portanto, esses processos históricos vão rompendo com os traços culturais da vida local, como é o caso das comunidades de pescadores artesanais.

Agora, voltemos ao que foi levantado acima, *o assalariamento possibilita que essas pessoas tenham capacidade de criar nexos, relações e mediações com esta universalidade*. É mister sublinhar, que durante um período isso acontecia mediante a venda de peixes para ter dinheiro: o aumento da produção, dos estoques de pescados, do incremento da renda. No entanto, sabemos que hoje, a duras penas, os pescadores produzem para a subsistência. A crise no

¹¹¹Ainda sobre as características da tradicionalidade dos pescadores artesanais poderíamos acrescentar, segundo Diegues (2001): a) relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus ciclos, construídas nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos; b) pela ligação com o território onde o grupo social se reproduz socialmente; c) pela importância das atividades de subsistência, ainda que as relações com o mercado desempenhem um papel importante na reprodução do modo de vida; d) pela acumulação limitada de capital; papel crucial desempenhado pela unidade familiar ou doméstica e as relações sociais baseadas principalmente no parentesco; e) pelo uso de tecnologias patrimoniais relativamente simples, com impacto limitado sobre o meio-ambiente; f) fraco poder político e dependência política e econômica dos centros urbanos; tradição oral responsável pela produção e transmissão dos saberes, símbolos e mitos associados com a pesca artesanal, e em algumas vezes, com a pequena agricultura; g) por um certo nível de identidade social e cultural que distingue essas comunidades das demais pelo modo de vida dos pescadores, por uma visão de mundo e linguagem próprias, distintas daquelas do mundo urbano-industrial..

¹¹²Conforme analisamos acima, a base da vida tradicional convive, em alguns exemplos históricos, com o mundo moderno. Todavia, o sentido fundamental que ela exercia deixa de ter a relevância e a conotação que outrora apresentava. Com isso, afirmamos que a modernidade é responsável por essa transformação na base da vida tradicional. Essa transformação nada mais é do que as forças essenciais da história, ou seja, o advento da modernidade é a formação de uma base de vida para além dos preceitos tradicionais.

setor pesqueiro, o avanço da industrialização e a decorrente diminuição dos estoques, bem como a poluição, fizeram com que nem isso fosse mais possível. O assalariamento, na maioria dos casos, entra na vida do pescador artesanal com uma força colossal capaz de superar o estado de coisas. O salário é para o pescador o meio pelo qual ele consegue se inserir em uma base de vida mais ampla.

IV.9 Os filhos dos pescadores artesanais o Porto

É unanimidade, em todo o mundo, que o modo de vida dos pescadores artesanais não são mais reproduzidos pelos seus filhos. Segundo dados da FAO, a crise da pesca artesanal, além de ser um problema de estoque é um problema histórico, cujos modos de vida já foram superados. Estima-se que a maioria dos filhos dos pescadores do BBV trabalhe no porto de São Francisco do Sul ou em outras áreas profissionais vinculadas ao porto. É verdade que também pescam em momentos de folga, para acrescer a renda familiar. Contudo, a perspectiva de vida tem como base os estudos, cada vez mais avançados, e a procura de melhores profissões. O porto é para eles o meio com o qual conseguirão melhores salários e a possibilidade de fugirem das condições de vida produzidas pelos seus pais. É preciso mencionar que a “malha social” da vida presente, ou seja, a universalização das coisas, não permite mais produzir a existência na forma pretérita dos seus pais. O “parâmetro” dos filhos dos pescadores não é mais se apropriar dos conhecimentos do mundo da pesca. O mundo atual obriga que ele se aproprie da universalidade posta. A pesca artesanal é insuficiente para corresponder a esta universalização. Portanto, no nosso caso de estudo, o porto representa o contato com esta universalidade. O porto absorve a pesca artesanal, mas abre uma perspectiva de vida que ele não teria na pesca artesanal. Há uma ruptura histórica entre dois modos de produzir a existência: o da pesca artesanal e o do “mundo novo”, da universalidade posta.

Na pesquisa que realizamos, 85% dos pescadores entrevistados, disseram que não gostariam que os seus filhos seguissem a mesma vida de pescador artesanal. De modo geral, eles disseram que o trabalho no porto é mais relevante financeiramente. Outros disseram que, além disso, os filhos deveriam estudar, deveriam produzir as suas vidas de modo distinto ao deles. Essa nos parece a tônica da vida das pessoas que vivem da pesca: o reconhecimento, mediante o desenvolvimento das coisas, que a pesca artesanal enquanto meio de

subsistência é incapaz de reproduzir a vida dos que pescam.

IV.10 A Colônia Z-2

As Colônias de pescadores são resultados da lei que criou a Inspetoria da Pesca em 1912, órgão administrativo, vinculado ao Ministério da Agricultura. Naquela época, a organização dos cadastros dos pescadores era vista como necessária para conhecer os homens que viviam da pesca e também para uma possível convocação para a guerra. Segundo Moraes¹¹³

As primeiras colônias de pescadores do Brasil foram fundadas a partir de 1919, e foi levado a cabo pela Marinha de Guerra. Dois grandes fatores contribuíram para essa investida do Estado: primeiro, o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores; segundo, após a primeira guerra mundial, aumentou o interesse do Estado em defender a costa brasileira. O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional, pois ninguém melhor do que os pescadores, empiricamente conhecera os “segredos” do mar. O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: Pátria e Dever, evidenciando o pensamento positivista.

O advento das colônias marca um momento importante do início da institucionalização da pesca no Brasil. Todavia, podemos mencionar que em 19 de maio de 1846 foi promulgada a Lei 447, que dividiu os pescadores em “Distritos de Pesca” sendo obrigatório a matrícula para os pescadores profissionais. Os Distritos de Pesca são considerados os germes do que vieram a ser as Colônias de Pescadores. A pesca foi dividida em dois ramos: ao Ministério da Marinha coube a responsabilidade pelos pescadores, suas embarcações, suas colônias e a Inspetoria a fiscalização da pesca.

A responsabilidade administrativa de pesca volta ao Ministério da Marinha, depois de cinco anos. Passados dois anos, parte do Rio de Janeiro com destino ao Pará, o cruzador José Bonifácio sob o

¹¹³Disponível em: http://ici.ufba.br/.../Colônias_de_Pescadores_e_Luta_Cidadania.rtf Acesso em: 09/08/2010 às 13h e 00min.

comando do capitão-de-corveta Frederico Villar, com a tríplice missão de Nacionalização da Pesca, Organização dos Serviços de Pesquisas Oceanográficas e Saneamento do Litoral. A missão organiza, durante quatro anos, cerca de oitocentas colônias cooperativas, funda cerca de mil escolas, matricula cerca de cem mil pescadores. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização¹¹⁴.

Os estatutos das Colônias de Pescadores foram criados em 1923 pelo Ministério dos Negócios da Marinha¹¹⁵ e, no mesmo ano,

¹¹⁴Disponível em: <http://incaper.es.gov.br/pedeag/setores15.htm> Acesso em: 09/08/2010 às 10h e 57min.

¹¹⁵Que a história da institucionalização da pesca no Brasil tenha sido uma necessidade de organização do setor isso já se encontra nos grandes trabalhos sobre o tema, contudo vale destacar uma pequena síntese histórica: a) em 1924 foi criado, junto ao Ministério da Marinha, o Entrepasto Federal da Pesca no Rio de Janeiro e instalado a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil; b) em 1932, foi extinto o Serviço da Pesca e Saneamento Básico do Litoral da Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha e criado o Departamento de Indústria Animal, a Divisão de Caça e Pesca e, em seguida, é instalado o Serviço de Caça e Pesca, atrelados ao no Ministério da Agricultura; c) em 1938, mediante o Decreto-Lei nº 794, foi criado a Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca; d) em 28 de maio de 1943, com o objetivo de organizar cooperativamente a pesca no País, foi criado a Comissão Executiva da Pesca, no mesmo ano são extintos o Conselho Nacional de Pesca, as Federações Estaduais de Pescadores e a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil; e) em 1950, os Estatutos para Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, para as Federações Estaduais de Pescadores e para as Colônias de Pescadores, são aprovados pela Portaria 478 do Ministério da Agricultura; f) em 28 de junho de 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CONDEPE), passando a Divisão de Caça e Pesca a ser executora das recomendações daquele Conselho, mediante o lançamento do Decreto-Lei nº 50.872; g) em 11 de outubro de 1962, através da Lei Delegada nº 10, é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, com o objetivo do desenvolvimento da pesca; em 1967, revoga-se o Código da Pesca, pelo Decreto-Lei 221, e fica determinado a reorganização e a regulamentação das atividades das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação Geral dos Pescadores do Brasil; h) já em 1973, foi criado, em convênio com o Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Banco Nacional das Cooperativas de Crédito (BNCC) e (SUDEPE), o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCAART), cujo objetivo versava na prestação e assistência técnica aos pescadores e às suas organizações, a partir deste plano muitas colônias são reorganizadas administrativamente; i) em 1973, a Portaria 471, do Ministério da Agricultura, aprova os novos Estatutos para as Colônias de Pescadores; já a Portaria nº 323 do Ministério da Agricultura, em 1975, aprova os novos Estatutos para as Federações Estaduais de Pescadores; j) Na década de oitenta, o Decreto nº 85.394 cria o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro e insere em sua estrutura uma Coordenação de Extensão, para fins de prestação de assistência técnica aos pescadores artesanais e, l) em 22 de fevereiro de 1989, a Lei 7.735 cria o IBAMA e extingue a SUDEPE, autarquia vinculada ao

aprova os Estatutos da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e os da Confederação das Colônias de Pescadores dos Estados.

A Colônia de Pescadores Z-2, “Nossa Senhora da Graça” de São Francisco do Sul, foi criada em 25 de outubro de 1921, pelo professor Arnaldo Carlos São Tiago, exatamente no mesmo período em que a institucionalização da pesca dava os seus primeiros passos, conforme foto 06. Logo em seguida foi instituída uma das primeiras escolas primárias da Colônia de pesca do Brasil, instalada no edifício do abrigo “Frederico Vilar” na rua da República, na praia do Motta, centro da cidade de São Francisco do Sul.



Figura 13: Fundador e Escola primária da Colônia Z-2

Fonte: Colônia Z-2

A escola tinha como objetivo trabalhar com os pescadores artesanais promovendo a escolarização. Na região sul do Brasil a Colônia Z-2, segundo o seu presidente Ismael dos Santos, sempre produziu diversos trabalhos junto aos pescadores.

A Colônia Z-2 foi fundada em 25 de outubro de 1921. Ao longo do tempo, na realidade no início era uma escola, porque a Marinha era quem despachava os documentos da pesca e as Colônias ficavam responsáveis pelas escolas. Somente depois as colônias começaram a trabalhar com a parte burocrática: a fazer a emissão de documentos e a defender a categoria, trabalhando com questões sociais e até com questões jurídicas. A colônia era chamada de “Casa de Pescador”, e

eu quando me conheci por gente, sempre conhecia a Colônia como “Casa do Pescador”. Com o tempo, as Colônias passaram a ter autonomia de representar os pescadores artesanais diante dos governos federal, estadual e municipal. Então, ela é a entidade de classe que consta na Constituição: as Colônias são representantes legais dos pescadores artesanais (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010)

Hoje a Colônia de Pescadores Z-2 oferece serviço médico odontológico, curso de informática, aos filhos dos pescadores, conforme as fotos 07 e 08.

Hoje, as Colônias estão passando por uma reforma estatutária em todo o Brasil. Elas passaram por um momento muito difícil, a pesca passou por um momento muito difícil. Com a política do governo Lula, a quem não sou partidário, não sou petista, mas a classe pesqueira tem que bater palma para o tipo de política desenvolvida. Hoje temos um Ministério da Pesca, uma nova lei da pesca, temos uma política pensando em dias melhores para a pesca. Basta ver que o extrativismo, aquilo que é tirado do mar, com o passar do tempo – pelo menos aquilo que é tirado dentro de Baías, de rios, isso vai acabar, principalmente dentro de rios e baías e lagoas. Isso deve acabar. Ela vem caminhando para isso. E vai se trabalhando o cultivo de ostras, de mexilhão, camarão em tanques/redes e peixes. Dentro da baía ela acaba e em alto mar ela vai continuar um pouco mais, mas a política já vem trabalhando neste sentido. Mesmo porque nos países chamados de “primeiro mundo” já tem tecnologia e já estão produzindo em grande quantidade várias espécies. Na África já se cultiva ostras, na China é forte em alga e peixes, no Chile e na Espanha. Então, com esta política as Colônias deram uma “respirada”, passaram uma fase difícil e agora elas estão se ressurgindo, com a reforma estatutária, com a lei da pesca e com a criação do Ministério. Não são todas no Brasil, tem colônias de portas fechadas e não tem a estrutura que a gente tem. Das 36 colônias existentes no Estado, igual a de São

Francisco do Sul encontra-se de quatro a cinco. Então, são poucas que estão começando um nova jornada com este tipo de política. O que a Colônia Z-2 faz hoje é prestar atendimento odontológico, atendimento médico. A função da Colônia é trabalhar com a base dos pescadores artesanais, estamos na luta em Brasília sobre um “Termo de Ajuste de Trabalho”, em função de uma busca do “Código Sindical”. Esta é uma luta com o sindicato, uma vez que o sindicato cuida da pesca industrial e quer se infiltrar na pesca artesanal, sabendo que as Colônias são as representantes, mas não tinham o código sindical. Hoje, é uma batalha em Brasília que está no fim e vai ser dado o Código Sindical. As Colônias estão aí para prestar o atendimento ao pescador, fazer o elo entre os pescadores e os órgãos competentes dos governos constituídos. Hoje, se o pescador estiver filiado à Colônia de pesca tem assistência de saúde, tem toda a documentação para que ele possa ficar no benefício, através do Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS), já que o pescador é cadastrado como segurado especial. São duas categorias, agricultor e pescador, que são segurados especiais do governo. A gente faz os encaminhamentos para o benefício da mulher do pescador, no caso de auxílio natalidade, de aposentadoria, para toda a documentação do pescador, carteira, liberação de pesca e tem, também o trabalho social que a Colônia faz. Por exemplo, se o pescador quiser uma declaração de renda, ele consegue aqui conosco. O pescador ganha entre um e três salários mínimos, se precisar de uma declaração a Colônia fornece. A gente fornece entre 1000 e 2000 reais em remédios para os pescadores. O pescador que vai à Farmácia Popular e ao Pronto Socorro e não encontra os remédios, ele vem na Colônia e nós liberamos para que ele compre em uma outra farmácia. Então, nós fizemos este trabalho que, custa caro; as Colônias, em geral se mantêm com sacrifício. O trabalho da Diretoria, do Presidente e da Federação de Pesca Catarinense, que apóia muito as Colônias, dão total apoio às Colônias.

Então, é este trabalho que nós fazemos: assistência previdenciária, assistência social e a parte burocrática (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010)

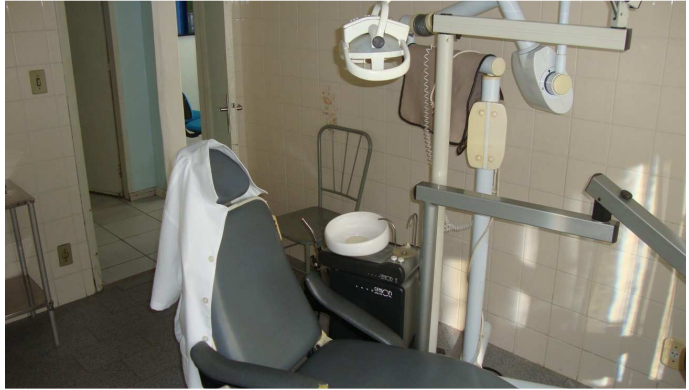


Figura 14: Sala de Odontologia da Colônia Z-2
Fonte: Colônia Z-2



Figura 15: Sala de Recepção da Colônia Z-2
Fonte: Colônia Z-2

Em São Francisco do Sul, segundo Ismael dos Santos, presidente da Colônia Z-2, há cerca de 1000 pescadores entre homens e mulheres (700 homens e 300 mulheres). Ele explica que mulher de pescador quando não está empregada tem assegurado o direito à renda da Colônia. “Ela passa a ser pescadora só por ajudar o marido, não

precisa nem ir ao mar, é o chamado “Regime de economia familiar” (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010). Dos 700 pescadores, 70%, isto é, 490 pescadores, fazem da pesca 80% da sua renda familiar; 200 fazem os chamados “bicos”, mas vão ao mar, não tem carteira assinada e tem os direitos da pesca também.

IV.11 As indenizações aos pescadores: aceitação ou recusa?

Em função da localização do BBV, conforme apresentado no início deste capítulo, existe o interesse, por parte das empresas que compõem o complexo portuário, que os moradores desocupem o bairro. A área é estratégica para o funcionamento e ampliação do porto, ou seja, há uma preocupação, no interior desta comunidade, assaz relevante acerca do futuro da comunidade. Esta preocupação se tornou mais frequente, especialmente, depois que foram indenizadas dezesseis famílias.

O processo indenizatório ocorreu durante o ano de 2008 quando houve interesse por parte dos Terminais Privados de grãos, óleos vegetais e fertilizantes em São Francisco do Sul: TGSC e a FERTIMPORT S.A. (empresa de logística internacional ligada à BUNGE) sobre o extremo sul do BBV. Esta área foi estratégica para a construção de três berços de atracação. Dos três berços, dois estão destinados à TGSC e servirão para importação e exportação de grãos e o outro à FERTIMPORT para movimentação de óleos vegetais e importação de fertilizantes.

A TGSC, nos Terminais Privados, estará assim configurada: um pier, dois descarregadores, dois berços de atracação, terá como armazenagem (118 mil toneladas de granéis vegetais, quatro silos vegetais, um armazém, descarga de três mil ton/hora, acréscimo de dois milhões de toneladas à movimentação anual de granéis vegetais). Já a FERTIMPORT terá: um pier, um descarregador, um berço de atracação e um oleoduto e terá como armazenagem (90 mil toneladas de fertilizantes, tulas de expedição rodoviária e ferroviária, transportadores de correia ligando pier ao armazém e tulas, descarga de 1700 ton/hora de fertilizantes e movimentação anual prevista de 1,5 milhões de toneladas).

Segundo o presidente da AMBBV, “a indenização foi bem pacífica, foi bem compreensiva”. As empresas acertaram com as famílias individualmente e cada uma fez a sua proposta.

...isso me deixa bem tranquilo, porque eu

participei da negociação, da conversa, inclusive eu expliquei para alguns sobre a situação. E, eu como presidente, fico contente porque cada um, que saiu daqui, está bem situado. Ele recebeu dinheiro, comprou uma casa para ele, mora bem, tem sua casa estruturada, tudo certinho e ninguém vai na casa dele dizer que a casa não é dele. Eu posso dizer que os 100% que saíram daqui não tiveram prejuízo, além de sair por livre e espontânea vontade, eles tiveram o pedido atendido. Uns foram para o Paulas, outros para o Rocio Pequeno, Rocio Grande¹¹⁶, outra família foi para Joinville, outras para Jaraguá do Sul, outros ficaram mais próximos daqui. Mas todos estão contentes com o negócio que fizeram (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009).

Dos indenizados, 5 famílias eram de pescadores artesanais. O curioso é que parte destas famílias, além de terem adquirido as suas residências em outros bairros, regressaram ao BBV para morar. Em função de famílias que ainda residem no bairro, esses moradores indenizados, em alguma parte do ano, voltam ao bairro e mantêm o mesmo cotidiano de outrora. No caso destes pescadores é comum saírem ao mar para pescar e manterem os mesmos laços culturais.

A perspectiva dos que ainda moram no BBV, sobre as possíveis indenizações, produz uma certeza de melhores condições de vida em outro lugar, ainda que a maioria dos moradores considere o bairro um local agradável para se viver. As indenizações seriam para a comunidade a possibilidade de aquisição de uma nova moradia, em um bairro adequado do ponto de vista de infra-estrutura urbana. Vejamos o que pensa o presidente da AMBBV sobre isso:

O meu sentimento, eu acho que expressa o sentimento de 60% dos moradores. Para nós ficarmos junto ao porto não nos incomodaria. Na condição que nós estamos é um pouco desconfortável, por que? Nós não temos um acesso para o bairro calçado, nós não temos um sistema de saneamento, a comunidade do Bela Vista não gostaria de jogar o esgoto e dejetos no mar, nós estamos preocupados com o meio ambiente, com a qualidade de vida. Nós não

¹¹⁶Rocio Grande e Pequeno são dois bairros importantes de São Francisco do Sul. Bairros que se encontram grande parte do containeres usados pelo porto.

temos qualidade visual, o nosso bairro não tem uma boa qualidade, nós não temos uma área de lazer. Nós temos três categorias de time de futebol e não temos área de lazer, quadra de esporte, área recreativa. Temos um campinho na praia que quando a maré está vazia nós jogamos futebol de areia, quando a maré está cheia nós jogamos pólo aquático. Se nós tivéssemos estas benfeitorias não tínhamos porque sair daqui. Mas nós temos que saber que o porto de São Francisco do Sul já está sufocado, ele tem acesso de chegada, mas não tem acesso de saída. Os caminhões chegam, entram pelo mesmo acesso do bairro (os três portões de acesso ao porto são na mesma rua) e tem um congestionamento. A gente vê que o porto precisa do acesso ao Bela Vista para se expandir. A gente não quer atrapalhar o progresso de São Francisco do Sul, mas a gente quer ser compensado, porque não convém você sair de um lugar que você mora, que você gosta de morar. Porque aqui todo mundo se conhece, é uma grande família, todos têm liberdade, todos deixam os seus filhos até meia noite, não temos problemas de estupro, de sequestro, de briga. Não seria interessante nós sairmos daqui para morar em uma outra casa, em um amontoado de casas. Mas se o porto precisar da área, aí a negociação teria que ser com cada família, indenização individual, cada um procuraria o seu canto [lar]. Agora, se tivéssemos que ficar aqui, com toda a melhoria que eu mencionei, com um bom projeto para o bairro, já que ele é o cartão postal da cidade, com boas casas, todas organizadas, com boas estruturas, ninguém gostaria de sair daqui (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009).

Portanto, constatamos que para os que residem no BBV as dificuldades estão postas e uma possível indenização os ajudaria a superá-las. Para a maioria dos pescadores artesanais do BBV, além de uma incapacidade histórica de se manter enquanto pescadores encontram problemas na água da Baía da Babitonga que sofre com os dejetos tóxicos despejados pelas indústrias de Joinville¹¹⁷, com a

¹¹⁷Para maiores informações sobre este assunto consultar os relatórios da FATMA em Florianópolis.

poluição, com a pesca predatória e com o aumento do tráfego náutico (turistas pescadores de outras regiões e estaleiros). Podemos citar mais um conjunto de dificuldade que contribui para o esvaziamento da atividade pesqueira: a obstrução do Canal do Linguado pela BR-280, a ocorrência do Gerival (atualmente emprega o auxílio de motor e promove uma espécie de arrasto de fundo para captura do camarão), a destruição do manguezal, decréscimo dos estoques pesqueiros, pesca predatória, imprevisibilidade da pesca, falta de equipamentos condizentes com as necessidades de pesca e o arrasto dentro da baía.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa apreensão neste trabalho partiu da concepção segundo a qual a atividade de pesca artesanal é incapaz de garantir as condições de existência dos pescadores artesanais do BBV. Aliás, esta incapacidade deve ser apreendida assim que o modo de produção capitalista finca o pilar da sua construção, qual seja, a separação entre o homem (produtor) e os meios de produção, transformando em assalariado (proletário no sentido moderno) e em capital, respectivamente.

O modo de produção capitalista é por excelência produtor de assalariados e capitalistas, isto é, a formação da sociedade se dá pela relação entre a venda e a compra da força de trabalho,¹¹⁸ conforme mostramos no capítulo I. Desse modo, o que assistimos em todo o mundo é a transformação de pescadores em assalariados, ainda que consigam circunstancialmente, manter a pesca artesanal. Este processo se explicitou, de forma mais contundente, durante a industrialização da pesca, onde houve uma intensa migração de pescadores para barcos privados. No Brasil, isso ocorreu em meados do século XX, especialmente durante os investimentos feitos pela SUDEPE. Um outro exemplo, que mostra esta relação, é a migração de pescadores artesanais para o ramo da construção civil, do turismo e serviços gerais (pintor, carpinteiro, etc.).

No BBV esta relação está fortemente caracterizada: a constituição do bairro é resultado da busca por melhores condições de vida. E a razão desta busca é, senão, as atividades produzidas pelo porto. Cumpre ressaltar que o porto de São Francisco do Sul desempenha um papel extremamente relevante na vida de toda a cidade. Aliás, ela se desenvolve na medida em que o porto se moderniza, alterando as suas características técnicas, expandindo o seu processo de trabalho, criando várias profissões e novas atividades. Desde o século XVII, os “ancoradouros naturais”, germes dos portos modernos, já eram responsáveis pelo escoamento do que se produzia: “escoava a água

¹¹⁸Neste capítulo não discutiremos as questões teóricas que envolvem o modo pelo qual os homens produzem as suas existências na sociedade burguesa, no entanto, cabe mencionar - como lembra Marx - “que a relação capitalista de produção pode nascer e reproduzir-se somente quando no mercado se encontram o produtor transformado em trabalhador livre, isto é, em livre proprietário da sua força de trabalho e somente desta, porque previamente “libertado” também da propriedade das condições objetivas da realização do trabalho, e o capital como proprietário destas condições e meio de trabalho”. (Apud, Quaini, 1979, p. 66)

ardente e a farinha de mandioca produzida para os centros comerciais do Brasil colônia” (NEU, 2009, p. 168). No século XIX, com o crescimento das regiões circunvizinhas, (Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, além de Blumenau) fez com que o porto organizasse o seu crescimento em relação ao que já estava posto. Um outro avanço do Porto de São Francisco do Sul e que, a nosso juízo, resultou na formação do BBV, pode ser compreendido, por este desenvolvimento pretérito e pelos novos investimentos feitos durante o século XX. Segundo Camargo (1988, apud, NEU, 2006, p. 169):

Os investimentos entraram em operação em 1978, com a ampliação de mais de 100% na movimentação de granéis sólidos (de 242 mil t pra 506 mil t.). Como relata a historiadora, houve mudança significativa na história de São Francisco do Sul, quando este passou a ampliar também as cargas gerais. Assim, o excedente de Paranaguá se dirige ao porto catarinense mais próximo.

Portanto, concluímos que o porto cria novas condições de vida para os pescadores artesanais do BBV. A própria formação dos pescadores artesanais no seu interior tem como pressuposto o crescimento portuário. Tendo em vista que ocorre a expansão portuária, especialmente no século XX, há um movimento migratório de pescadores e de trabalhadores que se apropriam das condições de trabalho criadas pelo porto. Na origem desta ampliação a relação que os pescadores mantinham com o porto ainda era limitada, de sorte que permitia uma vida atrelada às condições de pesca artesanal. Na medida em que ocorre uma substancial expansão esta relação torna-se cada vez mais dependente.

Na pesquisa que apresentamos o número de entrevistados que chegaram ao BBV para pescar é reduzido. Dos 35% que chegaram ao bairro apenas um veio para pescar, ou seja, 30% chegaram para trabalhar em outros ramos profissionais, ainda que mantivessem a pesca artesanal. 55% dos entrevistados trabalham no porto, ou seja, a grande maioria dos pescadores artesanais do BBV depende do porto para produzir a sua existência. Os demais, ainda que no momento da pesquisa dissessem que vivem dos proventos oriundos da pesca, deixariam de pescar assim que aparecessem outros serviços¹¹⁹.

¹¹⁹Analogamente podemos sublinhar as transformações sociais sobre as quais os pescadores

Esta conclusão contraria o que pensávamos na fase preliminar da pesquisa, na fase em que *qualificamos* em outubro de 2009. Naquele momento, o que estava posto era o entendimento de que a pesca artesanal do BBV estava em decomposição em função do crescimento portuário. Ainda que esta afirmação não esteja totalmente equivocada, o fenômeno central se manifesta de outro forma. Sabemos que a pesca artesanal em todo litoral brasileiro, já é uma atividade desconfigurada, independente do porto. A atividade pesqueira artesanal na sociedade moderna torna-se incompatível com a expansão capitalista mundial. Os elementos imanentes à pesca industrial tais como: alta tecnologia dos barcos pesqueiros, redes, GPS, motores de alta potência, câmeras frigoríficas, armazenamento, industrialização do pescado, faz com que a pesca artesanal torne-se limitada. Há, dentre outras coisas, uma diminuição dos estoques de pescados e uma busca por trabalhadores para este ramo, conforme mostramos no capítulo II.

O porto é para os pescadores do BBV a possibilidade de superar o cenário acima sublinhado. Além da importância na constituição do processo histórico de ocupação do BBV, é a razão mediante a qual o território de pesca de São Francisco do Sul altera-se. O porto não é o fator de desconfiguração da pesca em si; ele contribui para isso na medida em que absorve os pescadores e apresenta novas formas de produzir a existência, fazendo com que a pesca torne-se uma atividade secundária.

Isso ficou comprovado na medida em que entrevistamos os pescadores artesanais que, já em meados do século XX, alimentavam as barcaças a vapor com lenha. A atividade para estes pescadores era colher lenhas para vender aos donos de barcos, além de outras coisas. A atividade pesqueira já se apresentava

artesanais do Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, sofreram. Até 1950, a população cabista tinha na pesca a sua principal fonte de renda. Assim que a atividade industrial ganha impulso com a instalação da Companhia Nacional de Álcalis (CNA), criada pelo governo federal, visando a exploração de mono-carbono de sódio (barrilha), matéria-prima básica para a fabricação de vidro e com a aplicação em vários segmentos industriais (indústria automobilística, construção civil, bebidas, etc.) transforma a maioria dos pescadores artesanais em trabalhadores desta empresa. No entanto, eles trabalhavam durante o dia e pescavam nas horas vagas. Mais tarde, houve a construção da ponte Rio-Niterói, dando impulso ao turismo na região e mais uma vez desfigurando a atividade pesqueira. Hoje, o que verificamos, segundo Rodrigues & Caldasso (2008) é que em função da falta de opção de outra atividade remunerada, parte dos pescadores permanecem na pesca, além do pouco interesse entre os jovens filhos de pescadores em permanecer na atividade. Disponível em: www.ram2009.unsam.edu.ar/.../GT%2067-Ponencia%5BRodrigues-Peres%5D.pdf Acesso em: 15/09/2010 às 15h e 35min.

insuficiente para reproduzir a vida. Queremos dizer com isso, que todo o contexto que envolve a pesca artesanal já se manifestava implicado, ou seja, o estoque de pesca, a forma de armazenamento, a forma de comercialização e o mercado já não davam condição de subsistência. Antigamente, os pescadores para produzir a vida tinham que abastecer com lenha as barcaças responsáveis pelo transporte portuário; atualmente, os pescadores trabalham dentro do porto, como estivadores, conferentes de cargas, arrumadores ou em atividades externas produzidas pela expansão portuária. As características de se apropriar das atividades portuárias são distintas, no entanto, elas manifestam os nexos, relações e mediações singulares com o que há de mais desenvolvido na sociedade moderna.

Historicamente, podemos caracterizar este processo, mostrando a evolução por que passou o porto em São Francisco do Sul. Tínhamos no início da colonização os chamados *ancoradouros naturais*, ou seja, espaços onde eram escoados toda a produção. Com o desenvolvimento das forças produtivas sociais, forma-se os *trapiches*, muitos mais desenvolvidos e com mais capacidade de exportação. Mais tarde surgem os *portos*, tais como entendemos hoje, altamente modernizados, universalizando as *coisas* com uma capacidade tecnológica extraordinária. Essa transformação de ancoradouros a portos, altera as atividades de trabalho e de vida dos pescadores artesanais. A pesca passa a se constituir como complemento de outra atividade mais sólida. O processo de apropriar-se da universalidade da vida atual não acontece só com os pescadores, o próprio porto necessita se adequar ao que é desenvolvido pelas forças produtivas. Os estivadores, por exemplo, são uma forma pretérita de produzir a existência dentro do porto: os guindastes modernos superam esta forma. O Plano de Modernização sobre o qual mencionamos no capítulo III é um exemplo disso: o porto hoje tem uma base produtiva universal. Esta se manifesta na capacidade de transporte, de comunicação, do desenvolvimento tecnológico dos guindastes. “Com a modernização dos processos coloniais, com a evolução da frota mercantil mundial, foi crescendo em dimensão e necessitando, portanto, de navios de maior calado, os portos tiveram que se adequar a esta realidade” (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010). Isso, ao nosso juízo, rompe com a visão idealizada de que o porto está contra os pescadores. Trata-se da relação do modo de produzir a vida pretérita com o

mundo presente, cuja decorrência é a universalização das forças produtivas.

Diante disto podemos observar outro fenômeno, qual seja, o assalariamento decorrente das atividades portuárias, possibilita aos pescadores a superação do estado de vida local. Verificamos que as condições de vida engendradas pelo porto permitem um contato mais diversificado, mais amplo com a sociedade moderna. O modo de vida característico dos pescadores artesanais, isto é, a vida com laços culturais localizados entre as pessoas, ou nas palavras de Tonnies a predominância do “papel simbólico e imaginário precioso na construção das representações coletivas do grupo”, torna-se menos presente. O desenvolvimento livre das forças produtivas produz uma realidade cada vez mais independente das vontades, crenças, símbolos, completamente distante dos preceitos da vida tradicional, com os quais – cabe lembrar, imanescentes ao pescador. O tempo presente é o da universalização das coisas. Isto é, a universalização engendra elementos novos que para os quais o assalariamento se faz necessário. Por isso que estar vinculado ao porto é sustentar as condições de vida que o mundo da pesca artesanal não fornece. O mundo atual impõe novos horizontes e determina que a reprodução da existência dos filhos dos pescadores artesanais implica em um contato direto com a universalização das coisas. Desse modo, a grande maioria dos entrevistados, nesta dissertação, não gostaria que os seus filhos continuassem com a mesma vida de pescador¹²⁰.

Uma outra questão que cabe considerar são as contradições cada vez mais latentes de se reproduzir a vida no BBV. O que está posto é um crescimento desenfreado da capacidade ampliada das atividades portuárias, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas sociais não encontra limites para se reproduzir. Mostramos que uma das alternativas para esta comunidade é a indenização e a remoção para outro bairro, aliás, como já foi realizado com 15% das famílias que lá residiam. A outra alternativa, mais difícil no entanto, é a manutenção do BBV, com melhorias urbanas estruturais. Estas duas alternativas dividem forças, de um lado a visão dos dirigentes portuários é de que:

¹²⁰É mister ressaltar, pois, que a nossa defesa nesta dissertação é a afirmação de que a atividade artesanal da pesca, enquanto meio de subsistência, é atividade passada, se manifestando no presente, ou seja, ela é incapaz de garantir as condições de vida aos pescadores na sociedade moderna. Contudo, ela ainda se mantém enquanto atividade.

O BBV tem na realidade a *gleba 8*, que é da propriedade da união sobre a guarda do porto. E entre a *gleba 8* e a BUNGE há uma área que foi adquirida por uma empresa que fez um projeto para movimentar granel de importação. É uma área de invasão, já que nenhum deles tem a propriedade, mas tem a posse para fim pacífico ao longo de vários anos. Tem moradores que nasceram, se criaram, tem filhos e netos e estão ali ainda. É uma questão social muito séria. Primeiro porque estão na atividade portuária onde entra cargas com algum tipo de periculosidade, algum tipo de químico que pode vir prejudicar estes moradores. Segundo são pessoas muito pobres e que tem de ter atenção do estado, da união e do município. Devem ser deslocadas, mas com o mínimo de dignidade, porque de uma forma ou de outra eles estão próximo do mar e usam como fonte de renda ou complementam com a renda familiar. Estão próximos das farmácias, das escolas dos filhos e colocá-los e um bairro distante onde não se têm o mínimo de estrutura é uma coisa criminosa. Então, eu quero crer que o estado e a união pensem de forma criteriosa sobre estas pessoas e vê se elas querem sair. E, depois, para onde elas gostariam de ir (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2010).

Já a comunidade, não descarta esta possibilidade, mas gostaria que fossem respeitado os interesses das famílias:

As pessoas que dependem e gostam da pesca e tem a pesca como a segunda opção, elas não se sentiriam bem se saíssem daqui. Eles resistem a esta proposta de ter que sair e deixar o BBV e ir para outro lugar. As pessoas que dependem do comércio já pensam diferente, em função do acesso, do descaso, da falta de compreensão, então hoje eu te digo com toda certeza: 50% pensam em sair do BBV e os outros 50% não. Nós estamos em uma balança bem equilibrada mesmo, 50% se tivessem sido indenizados já teriam saídos e os outros 50% resistem. Eu que estou há 12 anos no bairro, sou uma criança ainda aqui, eu não encontro lugar melhor em São Francisco para morar. Agora você imagina uma pessoa que

nasceu aqui, que se criou aqui. Eu acho que você já teve a oportunidade de vir aqui no final de semana e você viu a praia, as crianças e é como eu sempre falo: aqui é como se fosse uma grande família, todo mundo conhece todo mundo, todo mundo é irmão de todo mundo. Cruza família Caldeira com Viana, Reis com Caldeira. Isso aqui é uma grande família (ENTREVISTA REALIZADA PELO AUTOR, 2009).

Referências Bibliográficas

ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton. **Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização etipificação**. IN: Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais. Claude Raynaut... [et al.]. Editora da UFPR, Curitiba, 2002

ANTAQ/BRASIL-Agência Nacional de Transportes Aquaviários; disponível em: www.antaq.gov.br/PortalPortos. Acesso em: 29/07/2006 às 13h e 30 min.

ARAUJO L. M. (1992) **Forte Velho: da subsistência à dependência industrial, 1992**

ASNAR. Cristina Ebersbach. Análise ambiental e da atividade pesqueira do Balneário enseada (São Francisco do Sul-SC). A percepção manifestada dos atores sociais. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 1998

AUED, Idaleto Malvezzi. **Estratégia e contradições na construção da URSS: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)**. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

_____**Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho**. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unesp, dez-2004. (Rel. Pós-Doutorado) (Texto Inédito).

_____**Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx: ou de como o homem se liberta do trabalhador**.

Programa de Pós-graduação em Sociologia, Unesp, mar-2005. (Rel. Pós-Doutorado) (Texto Inédito).

BANDEIRA, Dione da. **Ceramistas pré-colônias da baía da Babitonga, SC: Arqueologia e etnicidade.** Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2002

BECK, Ana Maria **Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório.** Dissertação de Mestrado, UFSC. 1979.

BENJAMIN, Walter. **Textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. 343p. (Os pensadores).

BORGES, Julio. **A Institucionalização da pesca no Brasil entre 1912 a 1989** Disponível em: <http://webartigos.com/...Pesca-No-Brasil-Entre-1912-A-1989/pagina1.html> Acesso em: 07/08/2010 às 16h e 01min.

BORGONHA Mirtes Cristiane & BORGONHA Máira. **Mulheres na Pesca: Pesca Artesanal, Geração de Trabalho e Renda - Gênero e pesca: participação da mulher no desenvolvimento local.** Disponível em: http://fazendogenero8.ufsc.br/sts/.../Borgonha-Borgonha_64.pdf Acesso em: 03/08/2010 às 15h e 31min

BRANCALEONE, Cássio. **Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisando Ferdinand Tönnies.** Disponível em: <http://iuperj.br/publicacoes/forum/csoares.pdf>. Acesso 12/06/2010 às 20 h e 33min.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II.** São Paulo, Martins Fontes, 1983.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII.** São Paulo, Martins Fontes, 1995

CAMPANA, Samya. **A Emancipação Humana a partir da Síntese Histórica do Desenvolvimento das Forças Produtivas Sociais: o Sistema de Laboratório.** Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis: (2006)

CARLI, Ranieri. **Práxis, Consciência e Individualidade na Filosofia Marxista**. Prometeus Filosofia em Revista Viva Vox- DFL – Universidade Federal de Sergipe, Ano 2 - no.4 Julho-Dezembro/ 2009 I

CHENAIS François & SERFATI Claude. **“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. Disponível em: <http://unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf> Acesso em: 10/02/2010 às 12h e 45 min.

COPRE. **Relatório de Pesquisa Gestão Socioambiental da Resex-Mar do Arraial do Cabo. Projeto Gestão Socioambiental da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ**. Programa Petrobras Ambiental. COPPE-UFRJ. 2008. Disponível em: www.ram2009.unsam.edu.ar/.../GT%2067-Ponencia%5BRodrigues-Peres%5D.pdf Acesso em: 15/09/2010 às 15h e 35min.

CEDAP **Centro de Desenvolvimento em Aqüicultura e Pesca**. EPAGRI, 2003. Disponível em: www.epagri.sc.gov.br Acesso em: 10/04/2010 às 12h e 10min.

CREMER, Marta Jussara & MORALES, Paulo Roberto Dias Oliveira & THEREZINHA Maria Novais de (Organizadores). **Diagnóstico ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville, SC. UNIVILLE, 2006.

_____ **Reserva da Babitonga**. 2005. Disponível em: http://solamac.org/babitonga/babitonga_prop_final.pdf. Acesso em: 29/06/2010 às 16h e 10 min.

DA SILVA, Gisele Maria. **Falanstério do Saí: uma experiência utópica em Santa Catarina**. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/41/47> Acesso em: 29/06/2010 às 14h e 30min.

DE LIMA, Francisco Gudiene Gomes & MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. **Modernidade e declínio da experiência em Walter Benjamin**, Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 32, n. 2, 2010. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/.../7396. Acesso em: 12/05/2010 às 15h e 51min.

DIAS NETO, José & DORNELLES, Lia D. C. **Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil. Série Estudos da Pesca** Brasília.1996

DIEGUES, Antônio C. Sant'Ana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo. Ática: 1983

ANAIIS DO III ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR. **Pesca Artesanal: tradição e modernidade.** São Paulo: PPCAUB/IOUSP, 1989

A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência. IN: Revista Proposta – Experiências em Educação Popular, Nº 38 – Pescadores Artesanais, entre o passado e o futuro. Editora da FASE, Rio de Janeiro, 1988

Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-anthropologia do mar. IN: III Encontro de Ciências Sociais e o Mar – Coletânea de trabalhos apresentados. São Paulo, 1989

Povos e mares. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. São Paulo, NUPAUB, USP, 1995

A Sócio-anthropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos do Brasil: uma síntese histórica. Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB. Disponível em: <http://usp.br/nupaub/leal1.pdf>. Acesso em: 26/06/ 2010 às 14h e 44 min.

ENGELS Friederich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo. Editora Escala.

O Materialismo Histórico - Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/06/o-aterialismo-histico-friederich.html> Acesso: 29/01/2010 às 14h e 58min

FAO - Relatório SOFIA, 2006. Disponível em: <http://fao.org/docrep/011/i0250s/i0250s00.HTM>. Acesso em: 19/05/2010 às 14h e 02min.

FILARDI, Ana Carla Leão. **Diagnóstico da pesca artesanal marinha do município de Garopaba (SC) : potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

FILHO, Alcides Goularti. **O porto de São Francisco do Sul na dinâmica regional catarinense.** Disponível em: <http://scielo.br/pdf/neco/v18n1/04.pdf> Acesso em: 15/06/2010 às 15h e 14min.

FOLADORI, Guillermo. **A questão ambiental em Marx.** Disponível em: <http://unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf> Acesso em: 10/02/2010 às 12h e 55 min.

FORMAN, S.. **The raft fishermen** , 1970. Disponível em: www.usp.br/nupaub/leall1.pdf. Acesso em: 12/04/2010 às 12h e 45min.

www.usp.br/nupaub/Cap2.pdf FOSTER, John Bellamy Foster. **A ecologia de Marx – materialismo e natureza.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas.** São Paulo: UNESP, 2001.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____ **A Construção e a Modernização do Porto de Itajaí.** Disponível em: <http://portalcse.ufsc.br/gecon/textos/2006/alcides02-06.pdf> Acesso em: 02/08/2010 às 11h e 48min.

LAGO, P. & GOUVEIA F. **Comunidades pesqueiras de Santa Catarina: condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura, 1968 LIMA,

LINS. Hoyedo Nunes. Portos Catarinense: uma aproximação. In; UFSC/CSE. **Atualidade Econômica**. Ano 16, nº 47, 2004.

_____. In: Org. Sílvio C. Dos Santos; Aneliase Nacke; Maria José Reis. **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2004

KOSIK. Karel. **A Dialética do Concreto**. São Paulo. Hucitec, 2002

LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: <http://planalto.gov.br/.../2009/Lei/L11959.htm> Acesso em: 11/07/2009 às 16h e 20min

MANESCHY, M.C **Uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém, UFPA/NAEA, 1998.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção capitalista – livro I – Volume I e II**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Capital: crítica da economia política – livro II**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. **El Capital: crítica de la economia política – livro III**. México, Siglo Veintiuno, 2001.

_____. **A Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon (1847)**. São Paulo, Centauro, 2001

_____. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. **A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-46**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____ **Elementos Fundamentais para la critica de la economia política – borrador 1875-1858.** México, Siglo Veintiuno, 2009

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação.** Belém, UFPA, 1968

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DO BRASIL: Secretaria de Transportes Aquaviários. Departamento dos portos. Estatística portuária. Estimativa de movimentação de cargas nos portos brasileiros. 1998, 2006.

MORAES, Sérgio Cardoso. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania.** Campus de Bragança. Dissertação de Mestrado, 2000

MORGAN, Lewis Henry. In: ENGELS. F. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Bertrand Brasil, 2000

Primórdios da Caça à Baleia no Brasil. Disponível em: <http://museunacionaldomar.com.br/estrutura/index.htm>. Acesso em: 29/04/2010 às 19h e 42min

NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Os portos do sul do Brasil: da formação ao século XXI.** 2009. Tese de Doutorado em Geografia (Geografia Humana). Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <http://teses.usp.br/teses/.../tde-09122009-101131/> Acesso em: 19/04/2010 às 20h e 45min.

_____ Porto de Imbituba: de armação baleeira a porto carbonífero. Tubarão, Editora da Universidade do Sul de Santa Catarina: 2003.

_____ Portos Brasileiros: Longo curso ou só cabotagem? Anais do Anpege: 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: 20º Aniversário (1982-2002).** 2002. Disponível em: <http://www.onuportugal.pt> . Acesso em: 14/06/2010. Acesso às 15h e 20 min.

PAIVA, Patricia de. **Pesca artesanal no médio e baixo rio Tietê (São Paulo, Brasil): pontos de desembarque e estimativa de número de pescadores.** Disponível em: <http://puc-campinas.edu.br/centros/ccv/Bioikos/.../v22n1a2.pdf>. Acesso em: 29/07/2006 às 13h e 15 min.

PAIVA, Rodrigo Tavares. **Zonas de Influência Portuárias (Hinterlands) e um Estudo de Caso em um Terminal de Contêineres com a Utilização de Sistemas de Informação Geográfica Dissertação de Mestrado** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/.../0412254_06_pretextual.pdf . Acesso em: 10/02/2010 às 12h e 55 min.

Peixe Parati. (Mugil Curema), a *Carapeba*, o Roubalo, a Garoupa Disponível em: <http://guaraquecaba.com/pesca.asp> Acesso em: 11/06/2010 às 9h e 50 min.

Peixe Curupeba (Diapterus rhombeus). Disponível em: <http://mares-oceanos.blogspot.com/2009/04/carapeba.html>. Acesso em: 17/06/2010 às 10h e 10 min.

Peixe Garoupa (Ephineus guaza). Disponível em: <http://portalsaofrancisco.com.br/alfa/peixes/peixes-alguns-tipos.php> Acesso em: 23/06/2010 às 11h e 36min.

Peixe Betara (Menticirrhus spp.), Canhana (Archosargus rhomboidalis) e Marimbau. Disponível em: <http://guiadapesca.com.br/geral/betara/> Acesso em: 23/06/2010 às 11h e 44min.

Pequena Produção Mercantil. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/06/da-pequenaproduo-mercantil-ao-modo-de.html>. Acesso em: 14/04/2010 às 18h e 50 min.

PEREIRA, Vanessa Maria. **São Francisco do Sul: o Patrimônio que se Estabelece e a Paisagem que se Constrói.** Dissertação de Mestrado. UFSC, 2007

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

REIS FILHO, Nestor Goulart. ENSAIOS sobre a economia sul-catarinense. Criciúma: UNESC, 2003.

RODRIGUES, Ana Maria Torres. **Diagnóstico Sócio-econômico e a Percepção Ambiental das comunidades pesqueiras artesanais do entorno da Baía da Babitonga (SC): Um subsídio ao gerenciamento costeiro**. Florianópolis: UFSC, 2000

SECRETARIA ESPECIAL DA PESCA. Notícias: **Projeto irá desenvolver a pesca artesanal com desenvolvimento sustentável**. 2004.

_____ Disponível em: <http://mpa.gov.br/> Acesso em: 19/05/2010 às 14h e 02min.

SELLITZ, C. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe. Cidades e portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVEIRA. Dauto J. da. **Origem das Ciências Sociais na América Latina**. Florianópolis, Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006

TESC - **Histórico**. Disponível em: <http://terminalsc.com.br/pt/institucional/historico.php>. Acesso em: 17/07/2009 às 18h e 53min.

VIDAL, Leandro Moraes & FERREIRA, Lucas dos Santos. **A Infra-estrutura Portuária Catarinense no Século XX**. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/.../1163_Vidal_Leandro_Moraes.pdf Acesso em: 12/07/2010 às 12h e 42min.

Bibliografia Recomendada

ANAIS DO III ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR.

Pesca Artesanal: tradição e modernidade. São Paulo: PPCAUB/IOUSP, 1989

ARAUJO, Luciana Medeiros. **Forte Velho: da subsistência a dependência industrial.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Geociências, 1992.

ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton. **Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização e tipificação.** IN: Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais. Claude Raynaud... [et al.]. Editora da UFPR, Curitiba, 2002

ASNAR, Cristina Ebersbach. **Análise ambiental e da atividade pesqueira do Balneário enseada (São Francisco do Sul-SC). A percepção manifestada dos atores sociais.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 1998

BERNARDES, S. - 1950. **A pesca no litoral do Rio de Janeiro.** In: Revista Brasileira de Geografia, n° 1/ ano XII.

BRETON, Y. & ESTRADA, E. L. - 1989. **Ciências Sociales y Desarrollo de las Pesquerías: Modelos y Métodos Aplicados al Caso de México,** México, Instituto Nacional de Antropología e Historia. (Colección Divulgación).

BRITO, S. - 1960. **Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro.** In: Estudos, Ensaios e Documentos Lisboa.

BRITTO, R. 1989 **Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ).** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.** Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Geografia Física - Universidade de São Paulo. 2001

CARVALHO, A. **Comunidades Isoladas.** São Paulo, SPV, 1969.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangadeiros.** Série Documentário da Vida Real, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1957.

DIEGUES, Antônio Carlos. Pesca e Marginalização no Litoral Paulista. Tese de Mestrado. São Paulo, USP: 1973

_____ **Populações Humanas, rios e mares da Amazônia.** Anais do IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar do Brasil, São Paulo, pp. 31-68, 1991.

_____ **Populações Litorâneas, movimentos sociais e ecossistemas da Costa do Brasil.** São Paulo: CEMAR/USP, 1992

_____ **Os Movimentos sociais dos pescadores artesanais brasileiros.** São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

_____ **Realidades e falácias sobre pescadores artesanais.** São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

_____ **Povos e mares.** Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. São Paulo, NUPAUB, USP, 1995

FURTADO, L. G.. Curralistas e redeiros de maruda: pescadores do litoral do Pará. Belém, Museu Emílio Goeldi, 1987.

IVO, A. B. L. Pesca, tradição e dependência: um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade tradicional na área urbano-industrial de Salvador. Salvador. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1975.

KNIE, Joachim L.W.. Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga. FATMA, 2002

LAGO, P. F. Comunidades pesqueiras de Santa Catarina: condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura, 1968

LIMA, Dário de Araújo. As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Mangue – Natal (RN). Dissertação de

Mestrado em Geografia, USFC, Florianópolis, 1995 MMA/IBAMA, 1996 (série estudos: pesca n. 20).

MALDONADO, S. C.. **Pescadores do Mar**, São Paulo, Ática, 1986.

MELLO, A. F.. **A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação**. Belém, UFPA, 1968

MORAES, Sérgio Cardoso. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Campus de Bragança. Dissertação de Mestrado, 2000 Mestrando em Educação na UFRN

MOURÃO, F. A.. **Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. São Paulo Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1971.

NACKE. Aneliese. **São Francisco no início do século XXI**. In: Org. Sílvia C. Dos Santos; Aneliese Nacke; Maria José Reis. **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2004

NASCIMENTO, Ivete Herculano do. **Homens e Peixes: o tempo na pesca artesanal**. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado.1993

PENNER, Maria Eunice Soares. **A Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980.

SILVA, Luis Geraldo. **Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980)**. São Paulo, 2004

SOUZA, M. A. A. **Desenvolvimento Sustentável para a atividade pesqueira artesanal na região do estuário da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul**, in: anais do II Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, FEE, 2004.

ANEXOS

ANEXO 01 – Entrevista com Francisco C. da Silva, Presidente da AMBBV e candidato a Deputado Federal pelo Partido Humanista da Solidariedade/PHS.

Dauto: Qual é a sua idade?

Francisco: 50 anos

Dauto: Você nasceu no BBV?

Francisco: Não, não nasci. Eu nasci em Itajaí.

Dauto: A sua família é de São Francisco do Sul?

Francisco: A família da minha esposa é de São Francisco do Sul.

Dauto: Em que você trabalhava antes de vir para o BBV?

Francisco: Eu trabalhava no comércio. Eu trabalhava em Hotéis.

Dauto: E a sua família?

Francisco: A minha família é um caso meio complicado, por que a minha família é pequena. Meu pai morreu quando eu tinha 5 anos e a minha mãe ficou como pensionista. A minha família não é muito grande, a minha família é pequena.

Dauto: Você pesca?

Francisco: Eu pesco por esporte, só por lazer. Não é nenhuma atividade profissional. Não é para ganhar dinheiro. Eu não tenho talento para a pesca.

Dauto: Os seus filhos pescam?

Francisco: Meu filho mais velho pescou. Pescou desde a idade de 12 anos, ele pescava, quando se “formou¹²¹”, foi servir a Marinha e aí ele parou de pescar. Ele serviu a Marinha e hoje está embarcado em um navio.

Dauto: Em um navio da Marinha?

Francisco: Não. Hoje ele está embarcado em uma outra empresa: “Log-in Pantanal¹²²”.

¹²¹ Acreditamos que o Sr. Francisco está se referindo ao término dos estudos do ensino médio, já que em seguida ele fala que o mesmo filho foi recrutado (Alistamento Obrigatório Militar) pela Marinha do Brasil, deixando a entender que o filho tem 18 anos.

¹²² A empresa Log-In - Logística Intermodal S/A (Log-In) (Bovespa: LOGN3) é responsável pelo navio Log-In Pantanal que tem capacidade nominal de 1.700 TEUs (é a unidade equivalente a um contêiner de 20 metros – Twenty Equivalent, na sigla em inglês). Este navio opera nos maiores portos do Brasil. É a primeira e única empresa no Brasil, na área de logística, cujo serviço versa sobre movimentação portuária e transporte de contêineres porta-a-porta por meio marítimo ou ferroviário, complementado por ponta rodoviária. Além disso, a

Dauto: Vinculada ao porto?

Francisco: Não. Nada haver com o porto. Ele trabalhava no Porto, antes. Ele era Conferente¹²³ de carga avulso, o meu filho menor também trabalhava. Mas ele conseguiu, pela Marinha fazer o curso: “Moço de Convés¹²⁴” e “engajou lá”. Ele foi chamado pela Empresa Log-in e está no Rio de Janeiro, embarcado no navio.

Dauto: Então, ele abandonou a pesca para fazer o curso?

Francisco: Sim, para trabalhar na Marinha Mercante.

Dauto: E os filhos dos pescadores?

Francisco: Os filhos dos pescadores primeiro aprendem a pescar, depois vão arrumar emprego. Desde pequeno eles já saem junto com os pais. As crianças com três, quatro anos já pegam a batera¹²⁵ e saem para pescar. Então, o filho do pescador está sempre no mar. Depois que ele estuda e se forma ele sai para arrumar emprego e só no dia de descanso que ele pesca.

Silveira¹²⁶: Quando eu tinha dezoito anos o único pescador que tinha era

empresa trabalha com armazenamento de carga em terminais intermodais terrestres, planeja, gerencia e opera projetos de logística.

123As tarefas dos conferentes compreendem a contagem de volumes, a anotação das características das mercadorias (especificando espécie, peso, número, marcas e contra marcas, procedência ou destino) e a verificação das propriedades da carga. E ainda: assistência da pesagem e anotação da tonelagem para pagamento à estiva, assim como a direção destes serviços, em todas as operações de carga ou descarga das embarcações principais, seja diretamente, ou por meio de embarcações auxiliares”. Disponível em: <http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=3622>. Acesso em: 25/03/2010 às 19h e 25min.

124“Moço de Convés” é uma atividade que envolve limpeza, pintura, atracação/desatracação e auxilia o prático na entrada e saída da embarcação na baía. É o primeiro passo para quem ingressa na Marinha Mercante. A carreira é dividida em duas partes: área de convés e área de máquina.

125O tipo geral da batera ou muleta é o de uma embarcação de pesca de rio e mar. Possui uma proa de curvatura bem definida e ré coberta. O mastro fixado no banco da proa está ligeiramente inclinado para ré, armando um longo pano latino triangular. A tripulação varia entre quatro a seis homens que fazem uso dos dois remos por bordo. Segundo a Enciclopédia Boating os botes têm sido parte da vida humana desde a primeira aventura selvagem sobre um tronco para cruzar as águas. No Brasil e em Portugal não encontramos esta designação nos barcos mais antigos. Os termos genéricos encontrados nos países de cultura lusa, normalmente restringem-se a barcas, barcos, bateras e lanchas. Disponível em: www.museunacionaldomar.com.br. Acesso em: 17/03/2010 às 20h e 33min.

126A partir deste momento o Sr. Silveira começa a participar da entrevista. Ele havia sido convidado pelo presidente da AMBBV, mas, ainda, não havia se pronunciado. Ele é um pescador antigo do bairro e sublinhou alguns pontos da pesca de meados do século vinte.

o falecido “Capivara¹²⁷”, meu tio, e quando eu ia pescar camarão com ele nós íamos “lá fora” [alto mar], pescávamos camarão sete-barbas. Às vezes quando não tinha camarão sete-barbas, havia barcos de pesca e o que nós fazíamos? Nós encostávamos no barco de pesca e aquele camarão menor que eles jogavam para fora, nós pegávamos e trazíamos para o pessoal do bairro. Quando chegávamos, as pessoas pegavam os peixes e o que sobrava nós vendíamos no comércio de Joinville. Essa era a única atividade pesqueira da época.

Dauto: Que tipo de pesca é praticada no BBV?

Silveira: A maioria é pesca artesanal, pesca de tarrafa e também colocam rede. Usam batera, com motor de popa. A maioria faz isso. Não é pesca industrial. Põe-se rede, joga-se a tarrafa, lança-se o espinhal.

Dauto: Para você é mais importante o seu filho trabalhar no porto ou viver da pesca?

Francisco: Eu não digo que é mais importante, porque a pesca ela é menos lucrativo, mas como é pesca artesanal ela é mais segura que o porto. Segura, no sentido dos acidentes [no porto], não é sempre, mas quando acontece é fatal. Então, por motivo de preocupação a gente fica um pouco restrito ao porto. Mas, em condições de renda para a família o porto é imbatível, eu acho que em São Francisco do Sul, não tem empresa que remunera melhor que o porto de São Francisco do Sul. O porto como um todo, as empresas que dão apoio ao porto, como a administração do porto, que hoje é bem interessante.

Dauto: Quando foi fundada AMBBV?

Francisco: A AMBBV foi fundada em 2002 e teve a sua lei aprovada em 2004. Ela foi aprovada como lei, uma sociedade sem fins lucrativos, uma entidade filantrópica e no ano de 2004 o prefeito Odilon Ferreira de Oliveira¹²⁸ sancionou a lei.

Dauto: Quais foram as razões para a fundação da AMBBV?

Francisco: A Associação do Bairro Bela Vista foi fundada devido à pressão que o poder público e o porto público vinham fazendo com os pescadores. Falavam que nos despejariam, que nós tínhamos que sair daqui, porque estávamos em uma área de invasão. Depois trocaram o

¹²⁷Capivara foi o apelido dado ao senhor Agecemil Silveira que era pescador artesanal do BBV.

¹²⁸Odilon F. de Oliveira, do PMDB, foi eleito em 2000 e reeleito à prefeitura de São Francisco do Sul em 2004.

nome de invasão para uma área de “comunidade irregular”. Devido a estas pressões, a comunidade se reuniu e achou por bem fundar a AMBBV, para que houvesse um pouco mais de respeito pela comunidade e para que nós pudéssemos nos defender com mais direito do cidadão. Então, por pressão e também por descaso, porque a sociedade via a comunidade do bairro Bela Vista um pouco diferente e com a Associação passaram a ter um pouco mais de respeito. Com a AMBBV formamos um time de futebol, passamos a disputar os campeonatos locais e saiu aquela imagem que era denominado de “Rabo Azedo” e passou a ser visto como BBV.

Dauto: “Rabo Azedo”?

Francisco: Rabo Azedo¹²⁹ era o nome antigo dado pelos marujos, um apelido, em função da ponta aqui do mar. Inclusive, se o pessoal fosse procurar um emprego no comércio em geral e nas empresas era chacoteado por morar no bairro e com a formação da AMBBV a gente começou a fazer um trabalho comunitário, de divulgação, começamos a usar espaços do meio de comunicação, TV, jornal e partidos políticos. Então, a comunidade começou a ter mais respeito e hoje está bem diferente em relação à antes. Esse foi o maior motivo para fundar a AMBBV, para nos defender.

Dauto: Quais as maiores conquistas que a AMBBV já conseguiu?

Francisco: Nós tivemos duas grandes conquistas, uma mesmo veio um pouquinho antes da fundação, mas já era no período que estávamos nos organizando. A AMBBV ganhou um ônibus escolar para levar as nossas crianças, devido ao trajeto aqui que é complicado porque tem que passar de três a quatro vezes em cima do trilho do trem, passar no meio dos caminhões e pela BR 280, cujo marco zero é aqui no porto. Então, hoje esse marco foi mudado lá [no outro lado do bairro, há um quilometro da

¹²⁹Além da explicação dada acima, pelo entrevistado, é oportuno mencionar que o bairro era conhecido como “Rabo Azedo” não só em função da ponta do mar, mas sim, pela dificuldade que ela oferecia em atravessar em dias de ressaca ou de vento. Segundo um dos pescadores artesanais mais antigos de São Francisco do Sul, fazedor de canoas de um pau só, restaurador de barcos do Museu Nacional do Mar, Sr. Raul, “ali é um costão de pedra e tem muita força d’água, com vazante ou com enchente. Principalmente com enchente, com vento oeste daqui, ali uma embarcação pequena não passava. Porque o mar, a força d’água batia nas pedras e fazia aqueles repiques, aqueles repiques. Então, tinha que ir para lá..., até comigo aconteceu, até gente morreu afogada ali por causa disso. Então, “Rabo Azedo” por causa de uma tempestade de vento de uma lestada. Uma lestada com maré de vazante, precisa ser uma canoa grande, tinha que ter motor bom para passar ali”. Este trecho faz parte da entrevista que ele nos concedeu, acerca da pesca no bairro Bela Vista, e que segue em anexo a esta dissertação.

entrada] para o trilho do trem, mas legalmente o marco zero ainda é aqui. Havia um risco constante para as crianças, então nós ganhamos esse ônibus, além do ônibus teve certa melhoria em alguns pontos de esgoto que precisavam ser feitos, o esgotamento da água fluvial, a iluminação pública em uma área aqui da praia, que a gente usa como área de lazer dois holofotes para que a comunidade jogasse futebol de areia, durante à noite - funciona como praça, é a recreação. E, também, a maior conquista mesmo foi o respeito pela comunidade, como eu já havia falado antes. A segurança mudou, a polícia antes só vinha aqui quando...o bombeiro, também, depois que a AMBBV foi fundada ele passou a nos dar assistência. Antes eles não queriam entrar por que não tinham segurança, o bairro era apontado como violento, então, eu acho que, a gente ganhou muito. Agora, nós perdemos 20% da comunidade que estava em área da empresa privada. Essa empresa procurou a AMBBV para fazer a desocupação dessas pessoas, então, tem mais respeito para que ninguém fosse desrespeitado. No meu ponto de vista, e acho que a maioria deve concordar comigo, depois da AMBBV tivemos mais condições de ser tratados como cidadão do que antes.

Dauto: Quando você assumiu a presidência da Associação?

Francisco: Eu assumi a presidência da AMBBV assim que ela foi fundada, eu fui contado como presidente. Terminou o meu mandato e foi feito outra eleição e continuei como presidente. Na terceira eleição eu também continuei no cargo e no dia 14/02/2010, teve a quarta eleição onde eu fui reeleito, com 80% dos votos, presidente da Associação.

Dauto: Como é feita a eleição aqui dentro do Bairro?

Francisco: A eleição é feita por votos secretos, para toda a comunidade, são votos facultativos. É publicado um edital que fica na porta da Associação e em outros locais públicos. É formado as chapas e a eleição é normal, se elege como se elege um presidente da república.

Dauto: Os moradores do bairro participam da AMBBV?

Francisco: A Associação de Bairro é uma coisa complicada, só quem preside uma é que pode descrever o que é uma Associação. Porque, como em toda sociedade organizada, sempre tem os prós e os contras; lógico: até para que haja uma democracia. Ninguém é unânime. A comunidade participa e quando acontece alguma coisa no bairro eles recorrem à Associação, eles recorrem ao presidente e à Diretoria Executiva para que tomem uma posição. Quando é convocada uma

assembléia para discutir algum assunto do bairro, então, a maioria das famílias, comparecem, pelos menos um representante de cada família. Agora, nesta última eleição, nós tivemos 44 eleitores que votaram e os que não vieram estavam trabalhando. Mas, concordam com a eleição, então, eu acredito que, vamos dizer, 70% da comunidade participam. Claro, que é complicado, pois a nossa associação não tem como arrecadar fundos. Os fundos que arrecadamos é para manter o time de futebol e manter a sede da Associação. O pouco que conseguimos é oriundo da Festilha¹³⁰, um espaço que foi aberto para que divulgássemos e vendêssemos na festa. Nós já tivemos alguns projetos que foram enviados para editais públicos, mas não fomos contemplados ainda. Este ano nós vamos pegar mais pesado com o poder público para termos mais sucesso. Nós aqui temos muita criança. Em outubro nós fizemos um levantamento, um senso para fazer a festa do Dia das Crianças e de 0 a 12 anos foram constatado 73 crianças (uma quantidade grande de criança). Então, se pegarmos os que têm de 12 a 18, os adolescentes, e somarmos às crianças do bairro a gente acredita que ultrapassa aos 120 moradores. É mais que a comunidade da Gamboa¹³¹, da Praia dos Ingleses.

Dauto: Qual é o número de habitantes do bairro?

Francisco: Eu acredito que alcança os 270 moradores. 50% é de 0 a 18... até mesmo, porque, em cada casa é um casal e três a quatro crianças.

Dauto: Quantos chefes de famílias trabalham no porto?

Francisco: 60% trabalham vinculados ao porto, direto ou indiretamente. E tem os vigilantes que trabalham no porto, mas eu não estou computando aqui.

Dauto: Na tua opinião, o porto é extremamente importante para o BBV?

Francisco: Na realidade o bairro Bela Vista tem uma ligação muito forte com o porto, desde que a administração do porto começou a ser

¹³⁰A Festilha - Festa Tradicional da Ilha de São Francisco do Sul – criada em 1988 foi criada para resgatar a tradição da cidade, tentando preservar os contos, lendas, músicas e folclore. Possui o caráter beneficente, em que as entidades filantrópicas trabalham em prol de suas causas assistenciais, possibilitando um amplo benefício para toda a comunidade.

¹³¹A bairro da Gamboa e da praia dos Ingleses são duas comunidades litorâneas do município de São Francisco do Sul. A praia dos Ingleses, por exemplo, localiza-se ao lado do bairro Bela Vista, para quem vem do oceano Atlântico ao porto, uma vez que o acesso terrestre dá-se somente por trilha.

aqui [perto do bairro], propriamente na Rua: Eng. Leite Ribeiro¹³², então, o Bela Vista sempre teve o porto com parceiro na área de emprego, na área da sustentabilidade. O BBV, também, sempre foi um contribuinte que trabalhou na área da construção do porto, muitos moradores daqui trabalharam e ainda trabalham na construção civil do porto: armação, soldagem e ferragem. O porto e o BBV sempre andaram juntos e eu acredito que se não fosse pelo porto, pela atividade portuária a comunidade não teria o número da casa que tem hoje.

Dauto: Então, nós temos uma comunidade que foi crescendo na medida em que o porto foi se expandindo?

Francisco: O porto de maneira nenhuma expulsou os moradores do BBV, pelo contrário ele tem sido uma das opções de renda para os moradores do BBV. A pesca, o povo que veio de São Francisco do Sul, o povo que veio para o BBV, são pessoas que vieram de Itajaí, Paranaguá, vieram de Gov. Celso Ramos, cidades Beira Mar e que já tinham essa cultura de pescar. Por isso que hoje nós temos pescadores que, ainda, vivem da pesca. Muitos, quando o porto estava em recesso, não tinham trabalho, faziam da pesca sua única atividade, como sustento da família. Até hoje, quando há escassez de serviço, os moradores do bairro pegam a tarrafa, pegam a rede e conseguem o sustento da família. Então, a pesca é a segunda opção ou a primeira, depende a situação. Às vezes a pesca é a primeira porque está sempre ali, já o serviço no porto varia muito.

Dauto: Então, o porto foi responsável pela formação do bairro e não a atividade de pesca?

Francisco: Sim. A pesca em si... teve uma época em que se pegava bastante camarão, se descascava bastante camarão, mas era uma pesca familiar, nunca foi uma atividade pesqueira. Devido a expansão, o aumento do porto e a mudança da juventude, do século, a juventude foi se modernizando, as coisas foram se modernizando, então eles optaram em trabalhar com coisas menos complicadas. A pesca deixa cheiro na roupa, trabalho mais árduo, a rentabilidade é pouca.

Dauto: Como foi o processo de constituição do BBV?

Francisco: O surgimento aqui da comunidade, conforme relatos que a

¹³² A Rua Eng. Leite Ribeiro é a única rua de acesso ao BBV e ao porto de São Francisco do Sul. Nela passam todos os transportes terrestres, cujo destino é o porto, o trem de cargas e outras atividades portuárias, além da comunidade do Bairro Bela Vista.

gente tem conhecimento, começou com um morador que morava na praia, mais ou menos em 1926. Depois o movimento de madeira¹³³, que era exportado pelo porto de São Francisco do Sul, criou uma quantidade de empregos e as pessoas vinham para se instalarem aqui. A família Viana veio do Paraná, para trabalhar na ferrovia, a família Reis veio de Itajaí, a família Assunção veio de São Paulo, para trabalhar na área do porto e se instalaram no final da década de 30 [do século XX]. E tem outras famílias que moravam aqui, mas já foram embora. Vieram para cá e foram constituindo a comunidade, foram trabalhando na área do porto, na área da estiva¹³⁴, da CIDASC¹³⁵, da ferrovia e eu acredito que na década de 40 [do século XX] já havia mais de vinte famílias dentro do bairro. Quando se começou a construir o porto, aqui perto, o berço 101, 102 e 103, quando se deu a expansão destes berços, eu acredito que a comunidade do BBV já estava com umas trinta casas. Com o passar do tempo, foi vindo outras famílias e as famílias aqui foram se [reproduzindo], foram formando outras famílias e nós temos hoje esta comunidade.

A questão da formação do terreno aqui no BBV, hoje em dia, se pode dizer que cada morador comprou de terceiros o seu terreno. Houve muita mudança de terreno, por exemplo, a família Caldeira que morava no final do bairro hoje mora no começo. A Assunção que morava no começo hoje mora no final. Um [as famílias] foi comprando do outro. Por se tratar de terra da união [área controlada pela Marinha do Brasil], e quando eles usavam a atividade pesqueira, no começo [primeira

¹³³O entrevistado refere-se as madeiras que exportavam, ou melhor eram depósitos de importação e exportação de madeiras. Elas usavam o porto para enviar madeiras: na época havia a febre do pinus, que vinha do oeste catarinense e escoava aqui no porto. As pessoas chegavam no bairro a procura de empregos e por ter uma praia, ter um bom acesso à pesca e por ser uma localidade que não tinha ocupação na época, as pessoas se instalavam no bairro. Segundo alguns moradores, primeiro veio uma família muito antiga, de um senhor que em 1932 já tinha um ranchinho de pesca, depois veio a família Viana e a família Reis que começaram a povoar, de frente para a praia e depois foi aumentando. Com a vinda destas famílias foram vindos outras, fazendo suas casas de madeira, a maioria doada pelas empresas de madeiras.

¹³⁴Ou seja, são os trabalhos realizados pelos estivadores cuja natureza é orientar as cargas e descargas, armazenar e colocar as cargas diversas nos navios e depósitos. Para tal é necessário possuir conhecimentos sobre tipos de cargas e suas características de periculosidade.

¹³⁵A CIDASC opera o Terminal Graneleiro Irineu Bornhausen. A recepção é composta por 3 balanças com capacidade para até 120 vagões e 150 caminhões por dia, e duas moegas rodo-ferroviárias, ambas com fluxo de 500 toneladas/horas. A capacidade de armazenagem é de 110 mil toneladas para grãos sólidos e 9 mil m³ para óleos vegetais. Disponível em: <http://www.apsfs.sc.gov.br/index.php?area=institucional&sub=corredor>. Acesso em: 17/03/2010. às 16h e 30min.

formação, em meados do século XX] do bairro - porque naquela época eles usavam mais a atividade pesqueira do que agora, e o porto tinha menos serviço [oferecia menos emprego] - então, eles começaram ir à Capitania dos Portos pedir autorização. Ainda hoje tem moradores que pagam o SPU¹³⁶ e tem uns que pagam para a prefeitura, o imposto municipal. Quando eles vieram para cá eles não invadiram, isso aí não é verdade. Eles vieram botaram suas casas, seus ranchos de canoas, de bateras e a União deu permissão para que a área fosse ocupada. A maioria comprou o seu terreno; de alguém ele comprou: ou da mãe, ou do pai, ou do vizinho. A ocupação foi pacífica, nunca teve um conflito, nunca teve alguém: a união, ou o município, requerendo. Pelo contrário, ao longo dos anos, cada prefeito que passou por São Francisco do Sul, nas últimas quatro décadas, contribuiu com a comunidade. Um [prefeito] trouxe [instalou] a luz [rede de eletricidade pública], outro [prefeito] trouxe [instalou] a água [rede de abastecimento de água], outro [prefeito] trouxe [instalou] o telefone [rede de telefonia fixa], outro [prefeito] conseguiu a melhoria do calçamento das estradas, outro [prefeito] construiu uma passarela, porque a maré enchia e a comunidade não passava, tinha que passar de batera e assim foram contribuindo. Então, todos esses prefeitos contribuíram para que a comunidade tivesse água, telefone, uma coleta de lixo. A comunidade teve uma ocupação sempre pacífica, a ocupação não foi turbulenta. O porto de São Francisco do Sul nunca deixou que a comunidade se expandisse muito. Na hora que nós íamos construir uma casa eles diziam que não poderia construir, diziam que, futuramente, o porto poderia precisar daquela área. O BBV tem 60 mil m² de área, a área indenizada tem 66 mil m², o porto hoje tem 42 mil m² de área portuária, a BUNGE¹³⁷ tem 78 mil m² e a CIDASC tem 12 m² e o bairro se

¹³⁶O presidente da AMBBV refere-se à lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007 da SPU (Secretaria do Patrimônio da União) que executa ações de identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização dos bens imóveis da União, bem como a regularização das ocupações nesses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, podendo, para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm#art1 Acesso em: 17/03/2010 às 10h e 40min.

¹³⁷O complexo da Bunge tem 125 mil m², com uma planta de extração de soja para o processamento de até 1,7 mil toneladas por dia. A capacidade de expedição chega a 1,5 mil TPH (tonelada por hora) de grãos sólidos e 1 mil TPH de óleo de soja. A capacidade de armazenagem é de 200 mil toneladas de grãos sólidos e 45 mil toneladas de óleo de soja. Juntas, a Terlogs e a Bunge investiram cerca de US\$ 20 milhões no corredor de exportação, e mais de US\$ 3 milhões em dois ships loaders, que triplicaram a capacidade de carregamento.

encontra no meio destas empresas.

Dauto: Qual é a influência do Porto na sua vida e da sua família?

Francisco: A influência do porto na minha vida. Eu quando cheguei aqui o meu primeiro trabalho foi no porto, na empresa que estava construindo o porto a SERGEN¹³⁸. Eu trabalhei dois anos e meio, foi quando eu reformei a minha atual casa. Era uma casa de madeira, com certos problemas de estrutura. Depois que eu saí do porto eu trabalhei na empresa RBC¹³⁹, que fez as estruturas metálicas para o porto, as esteiras para o porto. Hoje, os meus filhos..., o porto que influenciou o meu filho para que ele fizesse um curso, para “Moço de Convés”. Então, na minha vida o porto foi importante. Hoje, eu não trabalho mais no porto, trabalho no setor público, sou funcionário público municipal, mas no início se não tivesse o porto talvez eu tivesse ido embora de São Francisco do Sul. Eu quando casei, em 1977, eu vim morar em São Francisco do Sul e fui embora por falta de trabalho e já no final de 1998, quando eu voltei, foi o porto que me deu a oportunidade de ficar em São Francisco do Sul.

Dauto: E os teus filhos?

Francisco: A minha filha casou com um militar, que trabalhava no porto de São Francisco do Sul. Na minha família o porto foi o responsável pela manutenção da casa. O meu filho mais velho trabalhou no porto, trabalhou um ano e meio, como Conferente, depois que saiu do Serviço Obrigatório Militar da Marinha. Ele trabalhou como estagiário no porto, depois ele trabalhou no Museu Nacional do Mar e só saiu do porto para trabalhar em uma empresa de navegação, embarcado em alto mar. O filho caçula também trabalhou oito meses no porto e saiu porque começou a estudar pela manhã e faz um curso técnico à tarde, não dando condições de trabalhar. Ele optou em estudar até mesmo para mais tarde conseguir um trabalho melhor no porto.

Dauto: Qual é o maior problema do bairro hoje? Por que?

Francisco: O maior problema do BBV hoje ainda é o descaso do poder público. Se você entra no Bairro Bela vista hoje, você encontra mato até à Associação. Buracos, você encontra em todos os lados da rua, até à

Disponível em: <http://www.apsfs.sc.gov.br/index.php?area=institucional&sub=corredor> Acesso em 17/03/2010. às 16h e :20min.

¹³⁸ SERGEN é uma empresa que faz serviços gerais de engenharia portuária

¹³⁹RBC é uma empresa de estrutura metálica que atua em áreas portuárias.

Associação. Mas o maior problema do bairro é a falta de saneamento básico, nós não temos um sistema de tratamento de esgoto. Hoje todas as casas do bairro jogam o esgoto no mar, como toda a cidade. Então, eu acho que o maior problema do Bela Vista é o descaso, o poder público poderia dar uma assistência melhor, tanto para os moradores quanto para os que visitam o bairro. Para os meus amigos e para a sociedade eu tenho falado uma coisa para chamar a atenção: o Bela Vista é a porta de entrada pelo mar de São Francisco do Sul, não só o Bela Vista, o Paulas também e os Ingleses. Mas, o Ingleses tem uma visão mais privilegiada porque as pessoas que moram ali tem o poder aquisitivo bem maior. Então, o cartão de visita, para quem vem do mar, é o bairro Bela Vista, a entrada principal passa bem perto do BBV e se o poder público tivesse um pouco mais de cuidado com a nossa cidade ele poderia ajudar a fazer um projeto para que as casas ficassem em melhores condições e um projeto de saneamento.

Dauto: Qual é o maior problema entre o porto e o BBV?

Francisco: Porto e BBV não é o único problema, o maior problema é no Centro Histórico¹⁴⁰, eu acho que tem mais problema do que nós. Aqui o maior problema é o acesso ao bairro. A poeira também já foi um grande problema, mas hoje o porto está cada vez mais moderno e isso já deixou de ser um grande problema. Nós tínhamos um problema muito sério quando chovia, mas o porto fez uma galeria e resolveu este problema. Então, se quiserem resolver os problemas do Bela Vista em relação ao porto é possível resolver. Algumas pessoas dizem que para o porto crescer tem que retirar o BBV, eu não penso assim. Eu penso que o porto pode crescer e o BBV continuar. Eu conheço vários lugares do Brasil: o porto de Vitória é no centro, na capital, existe porto e cidade juntos, em Imbituba, porto e cidade juntos, em Porto Alegre, no centro da cidade, porto e cidade juntos, Recife também e vários outros portos. E, se for viajar para o exterior os outros portos também são na cidade. Eu acredito que o Bela Vista pode continuar e o porto pode ampliar, um não vai prejudicar o outro. Só tem que haver uma cumplicidade entre os dois, a comunidade tolerar alguns excessos que o porto faz e o porto olhar um pouquinho mais quem está no seu redor. Eu falei em uma audiência pública que acreditava no progresso de qualquer centro, de

¹⁴⁰Ele se refere ao Centro Histórico de São Francisco do Sul, tombado por lei federal em 1988 e que se encontra ao lado do porto. Reiteradamente as reclamações da comunidade é de que o porto interfere substancialmente na paisagem do centro histórico, alterando a paisagem para quem se encontra na Baía da Babitonga.

qualquer cidade. Que o progresso só é possível quando a qualidade de vida das pessoas melhora. Progresso sem qualidade de vida não é progresso é regresso.

Dauto: Hoje, no bairro, há quem queira sair e liberar a área para o crescimento portuário?

Francisco: Esta pergunta eu te respondo com bastante tranquilidade, porque a gente conversa com bastante moradores aqui e as pessoas que dependem e gostam da pesca e tem a pesca como a segunda opção, elas não se sentiriam bem se saíssem daqui. Eles resistem a esta proposta de ter que sair e deixar o BBV e ir para outro lugar. As pessoas que dependem do comércio já pensam diferente, em função do acesso, do descaso, da falta de compreensão, então hoje eu te digo com toda certeza: 50% pensam em sair do BBV e os outros 50% não. Nós estamos em uma balança bem equilibrada mesmo, 50% se tivessem sido indenizados já teriam saídos e os outros 50% resistem. Eu que estou há 12 anos no bairro, sou uma criança ainda aqui, eu não encontro lugar melhor em São Francisco para morar. Agora você imagina uma pessoa que nasceu aqui, que se criou aqui. Eu acho que você já teve a oportunidade de vir aqui no final de semana e você viu a praia, as crianças e é como eu sempre falo: aqui é como se fosse uma grande família, todo mundo conhece todo mundo, todo mundo é irmão de todo mundo. Cruza família Caldeira com Viana, Reis com Caldeira. Isso aqui é uma grande família.

Dauto: Como foi o processo de indenização das famílias que moravam na área onde será ampliado o porto?

Francisco: Eu acho que a empresa que fez a indenização foi bem pacífica, foi bem compreensiva. Ela sentou, ela não ameaçou ninguém, ela pediu para que cada morador fizesse a sua proposta. Eles perguntaram, para cada morador, quanto é que você quer. Eles deram liberdade para as pessoas escolherem e isso que foi feito através desta empresa, é tudo que os 50%, [dito acima], queria que acontecesse. Porque as propostas do porto, anteriormente, eram em tom de ameaça: nós tínhamos que sair, nós éramos invasores, nós não tínhamos direito de ficar aqui: isso aqui é do porto. Só que nós não pensávamos assim. Então, o processo de indenização que a empresa fez se alguém fez um mau negócio, eu acho que fez por escolha própria, ou se precipitou, ou vendeu porque achava que valia. Mas isso me deixa bem tranquilo, porque eu participei da negociação, da conversa, inclusive eu expliquei

para alguns sobre a situação. E, eu como presidente, fico contente porque cada um, que saiu daqui, está bem situado. Ele recebeu dinheiro, comprou uma casa para ele, mora bem, tem sua casa estruturada, tudo certinho e ninguém vai na casa dele dizer que a casa não é dele. Eu posso dizer que os 100% que saíram daqui não tiveram prejuízo, além de sair por livre e espontânea vontade, eles tiveram o pedido atendido. Uns foram para o Paulas, outros para o Rocio Pequeno, Rocio Grande¹⁴¹, outra família foi para Joinville, outras para Jaraguá do Sul, outros ficaram mais próximos daqui. Mas todos estão contentes com o negócio que fizeram.

Dauto: Qual é o sentimento da comunidade em relação ao porto, ou melhor, em relação a indenização que pode ser feita, para o resto do bairro?

Francisco: Olha, eu digo que hoje em São Francisco não tem lugar melhor para morar do que o Bela Vista. Nós estamos em frente ao mar, temos uma reserva ambiental, uma área verde que é o pulmão do bairro. Temos uma boa proximidade com o nosso trabalho, com o centro da cidade. Nós não dependemos de ônibus, o ônibus que temos é para levar as crianças para escola, em função do perigo do porto. O meu sentimento, eu acho que expressa o sentimento de 60% dos moradores. Para nós ficarmos junto ao porto não nos incomodaria. Na condição que nós estamos é um pouco desconfortável. Por que? Nós não temos um acesso para o bairro calçado, nós não temos um sistema de saneamento, a comunidade do BBV não gostaria de jogar o esgoto e dejetos no mar, nós estamos preocupados com o meio ambiente, com a qualidade de vida. Nós não temos qualidade visual, o nosso bairro não tem uma boa qualidade, nós não temos uma área de lazer. Nós temos três categorias de time de futebol e não temos área de lazer, quadra de esporte, área recreativa. Temos um campinho na praia que quando a maré está vazia nós jogamos futebol de areia, quando a maré esta cheia nós jogamos pólo aquático. Se nós tivéssemos estas benfeitorias não tínhamos porque sair daqui. Mas nós temos que saber que o porto de São Francisco do Sul já está sufocado, ele tem acesso de chegada, mas não tem acesso de saída. Os caminhões chegam, entram pelo mesmo acesso do bairro (os três portões de acesso ao porto são na mesma rua) e tem um congestionamento. A gente vê que o porto precisa do acesso ao BBV

¹⁴¹Rocio Grande e Pequeno são dois bairros importantes de São Francisco do Sul. Bairros que se encontram grande parte do containers usados no porto.

para se expandir. A gente não quer atrapalhar o progresso de São Francisco do Sul, mas a gente quer ser compensado, porque não convém você sair de um lugar que você mora, que você gosta de morar. Porque aqui todo mundo se conhece, é uma grande família, todos têm liberdade, todos deixam os seus filhos até meia noite, não temos problemas de estupro, de sequestro, de briga. Não seria interessante nós sairmos daqui para morar em uma outra casa, em um amontoado de casas. Mas se o porto precisar da área, aí a negociação teria que ser com cada família, indenização individual, cada um procuraria o seu canto [lar]. Agora, se tivéssemos que ficar aqui, com toda a melhoria que eu mencionei, com um bom projeto para o bairro, já que ele é o cartão postal da cidade, com boas casas, todas organizadas, com boas estruturas, ninguém gostaria de sair daqui.

Dauto: Como surgiu a sua participação no cenário político¹⁴²?

Francisco: Essa relação é muito boa para nós porque éramos uma comunidade discriminada e a política só vinha no BBV a cada quatro anos em busca de votos dos cidadãos, que aqui moram. Mas, passando isso eles deixavam a comunidade à mercê, então, sem saber para onde correr. Essa minha participação na política para a comunidade tem trazido pelo menos esclarecimento: o que é a política e o que eles tem de direito politicamente. Quais são os direitos como cidadão, quais são os deveres. Então, eu acho muito importante essa participação política, junto com a associação. Além de eu adquirir mais conhecimentos, nesse campo, eu consigo passar para a comunidade a necessidade de ser cidadãos esclarecidos, para que na hora do voto eles saibam o que estão fazendo. Porque o voto é uma arma poderosa que o cidadão tem na mão e se você não souber usar acaba pondo nas mãos de pessoas mal intencionadas.

Dauto: Quais são os seus interesses para o BBV como Deputado Federal?

Francisco: A minha participação como deputado, a gente sabe que é um trabalho meio complicado, meio difícil, porque a nossa comunidade é pequena. O nosso município quando chega na hora da eleição se divide muito. Então, a minha chance para chegar na Câmara Federal é pequena, mas não é impossível. Para mim, e para o bairro, seria um grande avanço em termos de participação. Porque se eu chego na Câmara

¹⁴²Neste momento começa a segunda parte da entrevista gravada em 2010.

Federal, além de lutar pelo estado de Santa Catarina, vou lutar pela cidade de São Francisco do Sul e vou lutar pelo nosso bairro que está envolvido diretamente com o porto. Nós estamos localizados em cima do porto, nós podemos encontrar muitas soluções que até hoje não teve um interesse político ainda, tanto para comunidade como para o porto local. Porque nós sabemos que este bairro será o único local onde o porto tende a expandir, em uma ação mais rápida, em caráter de urgência. Então, se nós tivermos na Câmara Federal, um representante, quem sabe a gente se consegue ver isso com mais clareza, ver isso com mais respeito, respeitando a comunidade e, também dando um empurrão para a cidade. A cidade de São Francisco do Sul ainda está carente na área do comércio. O comércio tem uma demanda muito grande e se você for analisar, em termos de país, o nosso país ainda é muito carente em porto, a gente precisa expandir muito mais. Nós precisamos ter essa visão, está esclarecido e passar para a sociedade porque é o desenvolvimento da cidade que está em jogo.

Dauto: Se o senhor for eleito quais são os seus planos para o BBV na sua relação com o porto?

Francisco: O meu pensamento nesta questão, com a minha candidatura eu posso trazer mais respeito e soluções para a comunidade. Porque, veja bem, a comunidade até hoje espera por uma solução, hoje nós não temos um tratamento de esgoto adequado, nós não temos uma rua pavimentada, nós não temos uma creche, nós não temos um posto de saúde, nós não temos nada. Tudo que nós precisamos, temos que buscar a 4 km para poder adquirir. Então, caso o porto continue convivendo com a comunidade, que eu também não acho impossível - em todo o país e no resto do mundo os portos convivem dentro das cidades. Mas, caso o porto continue, vamos dar uma qualidade de vida para estas pessoas, que estão em torno desta riqueza que é o porto. Por que nós não podemos começar por aqueles que estão perto? Se eles sempre ajudaram. O BBV sempre participou, de 50% da mão-de-obra bruta do porto, saiu do BBV. Então, se ele contribuiu para o progresso do porto, para a construção do porto, por que não se pode dar este retorno para que tenham uma melhor qualidade de vida melhor? E, se futuramente eles tenham que ser (re) locados daqui, que continuem trabalhando no porto, porque eu tenho certeza que eles farão parte do porto. O porto é o maior empregador da cidade e a tendência é cada vez aumentar mais esta capacidade de emprego, através do sistema portuário.

Dauto: A AMBBV contribuiu para a sua candidatura a Deputado Federal?

Francisco: A minha participação política veio antes da criação da AMBBV, foi através da minha influência política no município junto às pessoas procurando instruções é que surgiu a idéia de se criar uma associação para a comunidade ficar fortalecida, amparada. Porque, até então, não se tinha para onde correr, era necessário de uma pessoa jurídica para representar a comunidade. E como eu estava envolvido na política e tinha mais facilidade, porque você depende de local para montar uma sede, de recursos para pagar as despesas com estatuto, com advogado com cartório e até para manter a associação legalizada se tem uma despesa. Então, eu não diria que a associação me influenciou para eu ir à política, pelo contrário a política me influenciou para que se criasse a associação. Mas não tem nada a ver uma coisa com outra. Independente da política, a nossa associação não tem caráter político, a gente deixa a liberdade porque acha que a democracia tem de existir e cada cidadão tem de fazer a escolha do voto. Eu, particularmente, continuo na política não por acreditar que a política deve mudar, que a política vai mudar, mas eu como político posso fazer, como fiz para a AMBBV, eu posso me empenhar para a cidade. Hoje na realidade, não sou político eu sou um candidato, então a política para mim é uma pretensão que eu posso dar continuidade ao meu trabalho de uma forma melhor. Essa é a minha visão e lógico quando você começa um trabalho se acaba tendo algum retorno, porque as pessoas começam a acreditar no seu trabalho.

Dauto: Você pensa que a participação política da comunidade contribuirá para que o BBV supere os seus problemas com o porto?

Francisco: Eu acredito que isso é fundamental. Vamos dizer que se o BBV tenha um deputado em Brasília todo o bairro ganha. Porque eles terão um representante caseiro que tentará melhorar primeiro a sua casa e o BBV é a minha casa. Na minha propaganda eleitoral está escrito: “Chico do Bela Vista”. Então, eu e o BBV, somos associados um ao outro. Com certeza eu farei de tudo para que o BBV seja o paraíso na terra.

Dauto: Você gostaria de fazer as suas ultimas considerações?

Francisco: Eu agradeço por você está fazendo esta pesquisa aqui no bairro, tentando entender o que é o BBV. A gente fica contente em participar, espero que onde chegar esta informação as pessoas entendam

que aqui tem 72 famílias, seres humanos, pessoas que contribuem com o nosso país. É uma sociedade organizada, eu tenho visto que existem comunidades bem maiores e que não tem associação e não tem time de futebol representando a sua comunidade.

A minha participação no cenário político apareceu aqui no município, eu já estava filiado ao PPS, hoje eu estou filiado ao PHS, quando o ex-prefeito “Godofredo de Gomes Moreira, pediu para que a gente lutasse pela causa, em função do município está meio carente de pessoas que lutem pela política de interesse social. Convidou para que eu fizesse parte do partido e como eu já tenho a política no sangue abracei esta causa, foi assim que começou este trabalho. No PPS, na primeira participação política do partido em São Francisco do Sul, nós elegemos dois candidatos a vereador. Na eleição passada, eu já no PHS, mas com a coligação com o PPS nós conseguimos eleger mais dois vereadores e assim eu tenho tentado fazer um trabalho para que a cidade tenha mais capacitação política. Porque a política no país hoje é uma política meio desacreditada, então a gente quer tirar essa imagem de que a política é uma coisa corrupta, ruim. A gente sabe que se tem a política no dia-a-dia. A política começa em casa, no trabalho, na educação e em qualquer lugar que tu fores tem política. Por isso é que eu ingressei na política, mais em termos municipais.

ANEXO 02 - Entrevista com Eriberto da Costa, pescador artesanal, ex-trabalhador da indústria pesqueira, carpinteiro naval e proprietário de um pequeno estaleiro no BBV.

Dauto: O seu pai nasceu no BBV?

Eriberto: O meu pai nasceu no Acaraí, um bairro vizinho, depois eu morei lá, e quando viemos para cá ficamos para sempre. Eu vim para cá com idade de 8 a 9 anos. Aqui no início se chamava “Rabo Azedo” e nós morávamos lá na praia, depois que viemos para esta casa, mas eu sempre morei aqui. O meu pai era estivador e não pescava, eu já pescava lá no Acaraí.

Quando eu comecei a pescar tinha muito peixe, hoje quase não tem. As pessoas que moravam no bairro pescavam de batera, de tarrafa, de espinhal, de rede.

Dauto: O seu pai pescava?

Eriberto: Meu pai foi estivador, meu pai trabalhava na estiva no porto. Eu nunca trabalhei no porto. Trabalhei como carpinteiro, mas não no porto. Tinha muita gente que pescava e trabalhava no porto, hoje também. Eu estou fazendo um barco, mas está faltando dinheiro, então estou construindo devagar.

Dauto: Como era realizado a pesca no BBV a 50 anos atrás?

Eriberto: No início não havia luz elétrica, a luz era de lamparina. Também não havia água. Nós pegávamos água no poço, não tinha nada no bairro. Hoje em dia é uma maravilha. Hoje a água é encanada, mas foi difícil o município instalar água encanada.

Dauto: E como era a relação da comunidade com a pesca na época?

Eriberto: No bairro havia poucas pessoas, uns foram embora, outros já morreram. Eles pescavam, inclusive fiz um barco aqui para o cara. Eu também fazia barcos para os pescadores. Na época em que eu vim para o BBV não havia bastante casa, tinha muita roça [plântio] de mandioca em cima do morro, depois já foram fazendo casas. Naquela época, algumas pessoas trabalhavam no porto e outras pescavam. Hoje em dia, muitos trabalham em obras, no cais do porto e à noite pescam.

Dauto: E como era a sua relação com o porto? Ele exercia alguma influência na sua vida?

Eriberto: No meu tempo aqui era um porto, mas era de madeira, era um trapiche¹⁴³ e lá adiante era o [Porto] Hoepcke. Eu nunca trabalhei no

¹⁴³Ele se refere aos trapiches do início do século XX. Os trapiches eram responsáveis por toda a movimentação comercial da cidade de São Francisco do Sul. Os dois trapiches mais expressivos eram: o Hoepcke –hoje os galpões de depósito da antiga Companhia Marítima

porto eu sempre trabalhei com a pesca. Trabalhei com a pesca aqui no bairro e depois comecei a fazer barcos, ainda faço. Estou fazendo um para mim, para pescar, vou por um motor grande de pesca. Para os nossos filhos é bom, eles trabalham no porto e muitos, aqui da comunidade, dependem do porto.

Dauto: Você conseguia viver da pesca?

Eriberto: Eu vivia da pesca. Eu vendia [o pescado], ganhava bem, trabalhava para o patrão, eu trabalhava embarcado. Depois eu tive baleeira¹⁴⁴, de boca aberta, usava para pescar camarão sete-barbas, naquele tempo havia muito camarão.

Dauto: Você constrói barcos? Como surgiu a construção do seu estaleiro?

Eriberto: Quando eu comecei a trabalhar com a carpintaria naval eu tinha doze anos. Hoje, eu tenho 66 anos e ainda faço barcos. Eu pescava também em barcos pesqueiro, pesquei muito tempo embarcado, com o barco da COMFRIO, depois eu vim para cá [BBV] e comecei a fazer umas baleeiras e bateras. Agora está muito fraco [difícil] para fazer embarcações. Aos 12 anos eu comecei a construir no BBV. Depois eu trabalhei muitos anos, em um estaleiro que tem aqui no bairro do Paulas. Eu comecei a trabalhar no meu estaleiro há mais de 40 anos. Já trabalhei para a Capitania, da Marinha. Fiz uns barcos para a capitania. Também, trocava a quilha dos barcos de madeira, antigamente eles tinham uns barcos com estas quilhas, fazia vistoria nas bóias, trabalhei na Litoral, trocar madeiras dos barcos de Praticagem. Eu construía barcos pequenos para os pescadores do BBV, bateras. Eu fiz muito barcos pesqueiros para

Hoepcke tornaram-se as instalações do Museu Nacional do Mar e o do Mercado Público – no Centro Histórico de São Francisco do Sul.

¹⁴⁴A baleeira é seguramente o barco mais tradicional de Santa Catarina. “É um tipo de barco que só existe em Santa Catarina. Descende de barcos ingleses, mais tarde levados para os Estados Unidos, onde passaram a ser muito usados na caça à baleia, por serem leves e de ótima navegabilidade. Esses barcos chegavam ao local da caça a bordo dos navios baleeiros norte-americanos, que pescavam nos mares do sul e faziam escalas nas ilhas dos Açores. Em Santa Catarina, as baleeiras sempre foram usadas preferencialmente na pesca. Entretanto, também atuaram no transporte de carga e de passageiros. O naturalista francês August de Saint-Hilaire foi transportado por uma delas durante sua viagem ao Brasil no início do século XIX. A viagem de 50 quilômetros entre Tijucas e Florianópolis ainda era feita de baleeira no início do século XX. Atualmente, algumas dessas embarcações transportam turistas para passeios ou pescarias dentro das baías ou em pleno mar aberto”. Disponível em: <http://www.museunacionaldomar.com.br/estrutura/index.htm>. Acesso: em 23/03/2010 às 11h e 09min.

Santos, Cananéia. Eu já fiz muitos barcos. O barco que eu estou fazendo agora é para pescar camarão, ele terá um motor grande.

Dauto: O seu filho pesca?

Eriberto: O meu filho trabalha no porto. Ele pescava comigo, mas não era nada sério. Ele trabalha de conferente no porto. O emprego no porto é fixo, ele tem uma família e o porto garante a sua subsistência.

Dauto: Qual é o maior problema da pesca hoje?

Eriberto: A pescaria está mal, a gente que é pobre e depende do peixe às vezes vai bem [a pescaria], às vezes vai mal. A Capitania¹⁴⁵ dá multa se não tiver legalizado. Eu que pesco aqui fora do canal, de vez em quando recebo um “bombada”¹⁴⁶.

Dauto: Você lembra como se deu a constituição do bairro? Qual a razão de as pessoas procurarem o bairro para morar?

Eriberto: Uma parte vinha para pescar, a outra vinha para trabalhar no porto. Eu conheci muitos caras [pessoas] que pescavam e viviam só da pescaria. Ainda temos vários amigos que só vivem da pesca: Zé Mário, Rodolfo, Ico. Muita gente ainda só vive da pesca.

¹⁴⁵A Delegacia da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, foi criada pelo Decreto n. 12.886 de 20 de fevereiro de 1918. Em abril de 1918 ela foi instalada no antigo prédio da Alfândega da cidade. Mas em 1937, com a presença do presidente Getúlio Vargas, foi inaugurado o seu atual prédio na Rua Babitonga.

¹⁴⁶“Bombada” foi uma gíria usada pelo Eriberto para dizer que, de vez em quando, ele recebe uma multa ou algo como advertência da Capitania dos Portos, por pescar em área proibida ou simplesmente por não portar documentação obrigatória.

ANEXO 03 - Entrevista com, Rodolfo Vianna, pescador artesanal, o mais antigo pescador do bairro, ex-trabalhador de pesca industrial, além de ter sido trabalhador do porto de São Francisco do Sul.

Dauto: Como era o BBV em meados do século XX?

Viana: Era só um trilho, não tinha essa entrada¹⁴⁷ que a gente vê agora. Era tudo mato, não tinha todas essas casas que tem agora. Naquele tempo tinha poucas casas, havia três casas. A casa do meu pai era lá embaixo, lá perto da praia, lá que morava a minha família. E, com o tempo, foi chegando as famílias, foram construindo casas e mais tarde a prefeitura abriu esta rua.

Dauto: E as famílias que vieram morar no bairro trabalhavam em que área?

Viana: A maioria veio para trabalhar no porto, trabalhavam dentro do porto, eram ligados ao sindicato dos estivadores. Só que essas pessoas já faleceram. Aqui tem muita gente de fora [de outra cidade], mas a maior família é a minha, a família Viana, eu tenho quase trinta sobrinha.

Dauto: A sua família pesca?

Viana: A maioria pesca, pesca artesanal. E tem alguns que trabalham no porto, trabalham na CargoLink¹⁴⁸. Hoje tem muita gente pescando, antigamente tinha mais pescados. Hoje em dia está [a pescaria] fraco, temos quase 5.000 pescadores [na cidade].

Dauto: Que idade você começou a pescar?

Viana: Com nove anos.

Dauto: Que tipo de pesca?

Viana: Era peixe, camarão, naquele tempo dava muita coisa [pescados] aqui. Pescava-se de tarrafa¹⁴⁹, com batera. Naquele tempo dava muito

¹⁴⁷O entrevistado se refere à rua principal de acesso ao BBV, na verdade, é a única rua que o bairro possui.

¹⁴⁸Carlolink é uma empresa que resultou da parceria entre as empresas Litoral (empresa de operações de exportações e importações e apoio em todos os processos portuários), Seatrade e Douat (empresas de assessoria em logística e transporte, operacionalização de carregamentos e descargas de navios, liberação de carga, recebimento e expedição de mercadorias). Ela oferece serviços diversificados, numa área de 109 mil metros quadrados. Desde 1996 a Cargolink oferece os seguintes serviços: terminal de containeres, ova e desova de containeres, armazenagem de carga e central de distribuição.

¹⁴⁹A pesca de tarrafa é muito comum no litoral brasileiro. Em Santa Catarina, os pescadores costumam praticá-la na captura de camarão, tainha e corvina e de outros pescados menores. Os locais mais adequados para se fazer este tipo de pescaria são rios, praias, baías (como se observa na Baía da Babitonga) e lagoas. Em Florianópolis na pesca da tainha é muito comum se observar este tipo rede.

camarão, era de “engodo¹⁵⁰”, como eles dizem. Fazia-se uma bolinha de barro na mão, bolinha de barro fervida na água com tempero, o peixe vinha do mar, fazia-se a bolinha e se jogava, amarrava-se a batera à proa e à popa. Depois que se jogava a bolinha no mar, esperava-se uns trinta minutos e se jogava a tarrafa. Pegava-se muito camarão.

Dauto: Nessa época o Senhor só fazia esse tipo de pesca?

Viana: Não. Em 1972 eu fui para fora [em alto mar], pescar em barcos pesqueiros, pesca industrial. Eu trabalhei treze anos, nesse tipo de pesca, em barcos pesqueiros. E depois eu vim para o porto. Eu trabalhei dentro do porto durante vinte anos e pescava também. Eu ainda pesco.

Dauto: O crescimento portuário foi um problema para a pesca?

Viana: Não. Não foi. O porto sempre foi uma fonte de renda para a família e também é uma renda para a cidade. O dia que acabar o porto, São Francisco do Sul...

Dauto: Qual é a sua principal fonte de renda?

Viana: A minha principal fonte de renda vem do porto, sem o porto não dá.

Dauto: O senhor gostaria que os seus filhos seguissem a mesma vida de pescador?

Viana: Não. Hoje em dia a pesca está mais fraca e está muito caro o material de pesca. Eu fui comprar um motor de lancha e estava muito caro. Eu acho que o trabalho no porto é mais importante para o meu filho, ele ganha melhor. Viver da pesca não é mais interessante. É bom pescar, ter um tempo para isso, mas viver da pesca não dá. Antigamente dava para viver da pesca. Tinha muita pescaria [pescados].

Dauto: Caso haja interesse do porto em indenizar as famílias do bairro, qual é a sua opinião?

Viana: A gente tem que aceitar. Acho que será bom para todo mundo aqui.

¹⁵⁰A palavra engodo é usada, também, para descrever algo que se oferece quando se faz uma promessa falsa a alguém. Na história contada pelo entrevistado o *engodo* é a isca, a forma como se praticava aquele tipo de pesca.

ANEXO 04 - Entrevista com Raul Geraldo da Rocha, pescador artesanal aposentado e restaurador de embarcações do Museu Nacional do Mar.

Dauto: Como era essa região do porto de 1940¹⁵¹ em diante?

Raul¹⁵²: Tudo mar! Aqui era “fundidor”¹⁵³ das lanchas, das “firmas”. Porque naquele tempo era o seguinte: eles pegavam muita madeira em Joinville. Então, o rebocador todas as “firmas” tinham oito, dez lanchões grandes, lancha para pegar duzentos metros cúbicos cada uma. Então, o rebocador pegava quatro, cinco lanchas daquelas, emendava uma na outra, como faz o trem, levava para Joinville e ia carregar lá no Bucarem¹⁵⁴. Carregava lá e de lá trazia. Porque naquele tempo o porto era [no] Hoepcke¹⁵⁵, lá na [no Terminal] Marítimo e mais na frente em frente ao mercado [público]. E isso aqui, desde aquele morro lá só tinha uma rua lá, que ia lá para Bela Vista (eu sei que o nome era Rabo Azedo). Então, isso aqui era mar e ia, lá, na estação. A estação tinha apenas a largura dessa rua aí só¹⁵⁶. Tinha uma “beiradinha” de mangue e o resto era tudo mar. Isso tudo foi aterrado e aqui nesse..., era fundinho, era bem fundo. Nessa baía que fazia aqui, nesse recanto, era o “fundidor” das lanchas das firmas de três ou quatro firmas. Tinha muita coisa de barco “afundiado” aí.

Dauto: Barco de pesca?

Raul: Não! Lancha, barcos grandes. Porque os navios vinham para carregar, mas o cais era pouco, o trapiche era pouco para os navios, era pouco para cada navio. Então, eles carregavam lá no lado, lá fora. Eles ficavam fundiados lá fora e o rebocador levava a lancha carregada, atracava por um lado do navio e por outro. Cada porção uma lancha se ia carregar ou descarregar a carga do navio. As lanchas iam vazias e passavam para a lancha [acreditamos que aqui ele se refere ao navio] e

¹⁵¹A referência a esta data é em função do início do processo de constituição do bairro.

¹⁵²Esse entrevistado não reside no BBV, entretanto decidimos entrevistá-lo por se tratar de uma pessoa que viveu entre o abastecimento de madeiras para os antigos rebocadores a vapor do porto e a pesca artesanal na Baía da Babitonga. O objetivo desta pesquisa foi ouvir a história da pesca nesta região, contada por uma pessoa de 82 anos que reside no bairro Vila da Glória que integra a parte continental de São Francisco do Sul

¹⁵³Acreditamos que o entrevistado está mencionando o espaço da baía onde as embarcações ancoravam para fazer o serviço de abastecimento.

¹⁵⁴Bucarém é um bairro de Joinville que no final do século XIX mantinha relações comerciais com São Francisco do Sul através do Porto de Bucarém.

¹⁵⁵O entrevistado se refere ao Terminal da Empresa Carl Hoepcke, onde hoje é o Museu Nacional do Mar – embarcações brasileiras.

¹⁵⁶De onde estávamos era possível visualizar a Rua Quintino Bocaiuva, ou seja, a rua em frente ao Museu Nacional do Mar. Por isso, ele indica que a largura da estação tinha o tamanho desta rua.

quando a lancha ia carregada saía da lancha para o navio, para o porão. Então, dava muito ganho para os estivadores, porque cada lancha daquela era dois “ternos” de estiva. Era um terno dentro do porão do navio e outro terno de quatro ou seis homens na lancha. Então, dava dinheiro para os estivadores: porque era dois ternos. E, quando era descarga também era mesma coisa. Quando descarregava ali, estava esperando o navio para carregar. As lanchas, as firmas iam buscar madeiras em Joinville, barrica¹⁵⁷ de erva-mate, vinha muita erva-mate, tudo em barrica. Erva-mate moída, pronta para embarcar para fora, principalmente para o Chile, eles compravam muita erva-mate, eles gostavam muito.

Dauto: Isso em 1920?

Raul: Não, não. Era mais. De 1940 em diante. Porque eu cheguei aqui com 13 anos, em 1940. Porque eu sou de 1927, então, quando eu cheguei aqui era o tempo que já estava assim, com esses trabalhos assim e aí os rebocadores queimavam lenha, porque os rebocadores eram a vapor. As máquinas não eram como são hoje com motor à óleo. Naquele tempo não, naquele tempo era à lenha. Então, inclusive eu cortava lenha lá do outro lado. Embarcava em uma canoa grande e vendia para eles aqui. Eu ganhei, também, muito dinheiro fazendo isso, E aí foi em 1948, eu trabalhava só nisso.

Dauto: Você já era pescador artesanal nesta época?

Raul: Era pescador.

Dauto: Só que dividia a pesca com a venda de madeira?

Raul: Era. A pesca já não dava dinheiro. A lenha me dava mais dinheiro. Então, eu pescava e puxava lenha. Às vezes até vinha com a Canoa carregada, chegava na baía com uns espinhéis grosso para....[pescar]. Badejão lá nas lajes e vinha trazer a lenha. Quando eu voltava daqui já passava e via os espinhéis. Então, eu fazia dois serviços, compreende? Às vezes matava peixe grande, vendia no mercado e voltava a carregar a canoa novamente. Essa era a minha luta.

Dauto: Aqui onde é o porto hoje, se pescava? Tinha atividade de pesca artesanal?

Raul: É. Camarão. Era o camarão.

¹⁵⁷Barrica era onde armazenava-se a erva-mate para exportação.

Dauto: Mas, tinha alguma praia, como tem, por exemplo, no BBV?

Raul: Não, não!

Dauto: Era região de pesca?

Raul: Região de pesca. Eu vinha de lá para pescar aqui, de tarrafa. Porque naquele tempo era de tarrafa.

Dauto: E com a ampliação do porto isso se transformou?

Raul: acabou tudo. Para o pobre está cada vez pior, seja para o colono, seja para a pesca. Para o pobre cada vez pior, isso eu digo sem medo. Quem quiser me botar na cadeia que bote, mas eu falo a verdade.

Dauto: Na praia do BBV, sempre teve pesca artesanal?

Raul: Ali tinha muitos pescadores, só que a pesca ali era encostado na praia. Ali tem duas praias: tem a prainha de lá, no canto de lá e tem a praia daqui. Tinha rancho de canoa, tinha tudo ali.

Dauto: A “praia daqui” que o senhor se refere é a praia do BBV?

Raul: É para lá do cais, ali no cais ali. Hoje até nem sei como está aquilo ali, porque eles fizeram outro cais pra lá.

Dauto: Ainda tem uma praia ali.

Raul: Você já viu como está na nossa região? [Vila da Glória]: Quem tem casa dentro da área da marinha, está com a vida enrolada, tem que demolir tudo. Teve lá uma reunião, com o advogado, com o Juiz. E, foi uma loucura. Tem homem lá que está com a “mão na cabeça”. Eles dizem que não vão indenizar ninguém. Mas, as casas de material [alvenaria], por que não embargaram? Não proibiram antes? Por que estão proibindo agora? Depois que todo mundo está cheio... O povo brasileiro é um povo pobre, um povo pescador na maioria. Tem casa de rico de Curitiba, de São Paulo, têm algumas, mas têm mais as que são de pescadores, que estão passando uma vida apertada. Eu sou aposentado.

Dauto: Da pesca?

Raul: Da pesca. A minha profissão mesmo é pescador artesanal, de tarrafa de espinhel. Tive muita embarcação, muita canoa. Fiz muita canoa para mim, mas aparecia “um” [comprador] vendia, para pesca. O meu tipo de embarcação tinha venda. O que não adianta você fabricar uma embarcação de um tipo feio, se você quiser vender, você não vende.

Nós aqui tínhamos um amigo, o Paulão que era o administrador do Museu Nacional do Mar, foi ele quem me trouxe para cá. Você conheceu ele?

Dauto: Sim, conheci.

Raul: Pois é, depois que ele saiu daqui ele fez um grande empréstimo no banco para fazer embarcações: barcos e barquinhos. Começou a fabricar na casa dele, aí eu cheguei lá um dia. Eu olhei, mas eu não gosto de desfazer nada do que é dos outros. Aí eu fiquei triste. Ele disse: olha Raul, eu vou fabricando e vendendo. Aí eu não disse nada e fui para casa. No outro dia eu voltei lá, eu olhei o tipo da embarcação que ele estava fazendo e eu disse: olha, se tu não trocar... me desculpa Paulo tu és muito meu grande amigo, olha tu és mais do que um irmão para mim (foi ele que me trouxe para cá, até hoje eu estou aqui, ganhando pouquinho, mas estou aqui) e eu tenho pensado que se tu não mudar de modelo, dessa tua embarcação, tu não vende. Por que seu Raul? Eu disse: não! Tu vai ter problema. Eu peço à Deus que não, mas eu sou um cara vivo, sou um homem já de idade e fiz muita embarcação. As minhas canoas, que eu fazia - eu fazia de qualquer tipo, de madeira, de prancha, de compensado - toda ela tinha saída. Eu fazia para mim para o meu trabalho, para a minha pesca. O Raul, tu queres vender essa canoa, essa lancha aí? Não, não! Eu fiz para o meu consumo, para o meu trabalho. Não, mas me vende? E quanto é que tu dás? A embarcação é tua. Tu me dás tanto? E já vendia e ia fazer outra para mim. Então, porque o modelo era bonito. Eu dizia: Paulo, se tu não trocar de modelo não vai ser bom para ti. Será seu Raul? Aí fez algumas e não vendia. Inventou com um sócio e foi lá para o [município] Itapoá fazer lá, meu amigo gastou o dinheiro não recuperou aquele dinheiro. O banco queria o dinheiro ele não tinha. O juro “correndo” [reproduzindo] e o juro aumentando com o juro...Então, Deus sempre me dá uma visão, me mostra o futuro lá na frente. Porque tem gente que só pensa no momento, no agora. Eu não, ele me mostra lá no futuro. E se a pessoa escutar o meu simples conselho ele não se dá mal. É isso aí.

Dauto: Por que “Rabo Azedo”?

Raul: Rabo Azedo é o seguinte: é que ali é um costão de pedra e tem muita força d'água, com vazante ou com enchente. Principalmente com enchente, com vento oeste daqui, ali uma embarcação pequena não passava. Porque o mar, a força d'água batia nas pedras e fazia aqueles repiques. Então, tinha que ir para lá..., até comigo aconteceu, até gente

morreu afogada ali por causa disso. Então, “Rabo Azedo” por causa de uma tempestade de vento de uma lestada. Uma lestada com maré de vazante, precisa ser uma canoa grande, tinha que ter motor bom para passar ali.

Dauto: “Rabo Azedo”, então por que é uma região de difícil acesso, de passagem ruim?

Raul: É! Então hoje um padre, teve um padre aí, que achou que era uma palavra feia, que as pessoas de fora, os turistas...[não gostariam do nome] então botou Bela Vista, porque é uma vista bonita, para quem está em terra.

Dauto: Como está a pesca no Bairro Vila da Glória?

Raul: A pesca eu vou te dizer uma coisa: o ser humano, não é todos, mas a maioria deles, não é? Ele quer matar tudo hoje, não pensa no dia do amanhã, nem na família dele. Então, antigamente eu pesquei muito de espinhel, de tarrafa, porque a tarrafa se pega aquilo que você jogou aqui. E de rede de arrasto daquela puxada em um cabo. Porque aquela rede tem um lugar de “lanço”, então, lá vai caçar aquele peixe, aquele camarão que está ali no lugar da rede, “do lanço”. O que está para lá ou para cá ela não pega e então eu pesquei muito naquele tempo tinha muito camarão. Mas depois acontece que começou a aparecer o tal do arrastão, pessoas comprando motor e canoa e aquele arrastão aqui dentro da Baía. Eu pescava de tarrafa camarão, matei muito, muito camarão.

Dauto: de canoa e de tarrafa?

Raul: É, canoa e tarrafa. Então, inclusive eu tinha canoa grande, até com motor. Teve ocasião que eu tinha dois motores, duas canoas de motor grande, canoa de um metro e pouco de boca, de 8m de comprimentos e 7,5m. Motor de 10HP de alta rotação. Eu tinha um de dez de alta rotação que eu fazia de lá daquela praia a Joinville em uma hora e dez minutos. Uma canoa de 1,5m e com capacidade para 800 kg de banana. Então, eles se arrastavam aí, dia e noite. Pegavam siri, quando chegava na borda da embarcação já estava morto. Porque ali ia o camarão, o peixe miúdo e eu dizendo: gente olha para os filhos de vocês. Porque eu não ando só com uma perna, eu dizia para eles. Sabe o que é isso? A minha profissão não era só pescador. Quando tudo isso se acabar eu troco de profissão. Eu tinha lavoura, a minha família era grande. A minha esposa trabalhava com a minha família na roça. Eu trabalhava no mar e no mato fazendo canoa puxando lenha para cá. Eu

me virava dia e noite. Mas vocês só vivem da pesca, vocês estão acabando com o pão dos filhos de vocês. Não adianta vocês matarem muito hoje e amanhã não ter mais nada. Hoje eles vão lá, depois do arrastão ter sido proibido, veio a rede de caceio (daquela comprida), mas aquilo “arreia” com a maré do vazante, aquilo vai varrendo o fundo. O camarão que malha fica e o que não malha vai “barra” afora, os barcos vão matar lá fora. Pega uma curvinota ou linguadinho dessas “língua de vaca”. O peixe grande também vê aquele paredão e vai embora. Olha, hoje estão sofrendo. Eu me aposentei a minha mulher também trabalhava na lavoura, pagava o sindicato da lavoura, se aposentou pelo sindicato da lavoura e eu me aposentei pela pesca. Em 1998 ela tinha problemas de bronquite e faleceu, em 1998. Aí, eu peguei a receber a aposentadoria dela, porque ela já estava aposentada. Então, é uma pensão e hoje eu tenho a pensão dela e a minha. E, estou trabalhando aqui que já foi melhor. Porque o meu serviço aqui é serviço de profissional.

ANEXO 05 - Entrevista com Edélsia Vianna, pescadora artesanal do BBV e, atualmente, proprietária de uma Oficina de Roupas.

Dauto: Qual a história da sua família no BBV?

Edélsia: Eu nasci no BBV. A Minha mãe, os meus filhos e agora os meus netos. Estamos na quarta geração da nossa família. O meu avô pescava e depois começou a trabalhar na estrada de ferro, mas continuou pescando e mais tarde vieram os meus tios, todos pescadores. Com carteira de pescador, embarcado em barcos de pesca, voltaram ao bairro e continuaram a pesca e dois são pescadores até hoje.

Os meus tios nasceram no BBV. O meu pai chegou no bairro em 1940. Quando ele chegou havia cinco casas e depois com as obras do porto foram feitas mais casas. Os engenheiros dos portos foram morar lá, alguns fizeram algumas casas. O meu pai foi morar no BBV porque era perto do mar, era próximo dos lugares que eles gostava e ali era um terreno baldio. As pessoas foram se acumulando. Ele chegou ao bairro para pescar, ergueu a casinha dele e começou a pescar. Ele é natural de Piçarras e a minha mãe era natural de Balneário Camboriú.

Dauto: O seu avô era pescador artesanal?

Edélsia: Quando ele chegou ele vivia somente da pesca. Ele era pescador em Piçarras. Ele era pescador, junto com o avô dele. O avô faleceu daí ele casou e veio morar no BBV. Ele veio por intermédio de um tio dele que morava no bairro do Paulas [bairro vizinho ao BBV]. Depois ele foi trabalhar na estrada de ferro e exploração da pedreira [região onde hoje passa a estrada de ferro]

Dauto: Qual é a tua leitura sobre a constituição do BBV?

Edélsia: As pessoas foram chegando para pescar para trabalhar no porto. Na época veio muito pescador da cidade de Cananéia, de Itajaí e eles vieram e formaram famílias, colocavam casas ali e pescavam tanto aqui na Baía quanto camarão sete-barbas lá fora. Eles viviam só da pesca, mais tarde uns foram embora e outros faleceram. As famílias ficaram ali e foram ficando e o porto começou a crescer e oferecer mais trabalho. Depois começou a fechar a pesca em São Francisco do Sul, no passado isso não acontecia.

Dauto: Como Assim?

Edélsia: Se pescava o ano todo, tanto lá fora, como aqui dentro. Não havia uma época de pesca, hoje em dia tem o período de pesca, o defeso. Tanto que eu não sei data de pesca, quando está bom para pescar. Eu não conheço maré boa para pesca, meus filhos é quem informam. Eles sabem tudo de pesca, maré, vento, tempo bom para pesca. Eu não sei

essas coisas. Eu não sei número de malha, eu faço as tarrafas, mas não sei as malhas, eles são quem passam o número da malha. Eu sei confeccionar, tarrafa, rede, mas não sei numeração. O que é liberado, o que não é liberado eles quem sabem.

Dauto: Como foi a sua vida no bairro?

Edélsia: Eu pesquei a vida inteira, cuidei do bairro. Nós as moradoras somos muito unidas. Hoje ainda nós continuamos a pescar, um observa o cardume do peixe se pega o peixe e se faz festa nos finais de semana. Eles pegam se joga na grelha e comemos *Parati*, todos os finais de semana. Finais de semana nós juntamos as famílias e ficamos...

Dauto: Os seus filhos pescam?

Edélsia: Só um. O outro vive do porto. Um trabalha no porto com *Despacho Aduaneiro* e o outro faz a curso superior de *Comércio Exterior*. Ele pesca para ajudar a sobreviver.

Dauto: Na sua visão qual é a influência do porto na comunidade do BBV?

Edélsia: O porto ajuda muito. O porto trouxe muito serviço, trouxe muita obra. Ajudou muito. Na minha família todos foram trabalhar ao redor do porto, no porto, todos tiveram ligação com o porto. Para os pescadores o porto ofereceu um salário melhor, um seguro de saúde, 13º salário, FGTS, coisas que na pesca não tem.

Dauto: O que é mais importante para os teus filhos hoje?

Edélsia: Para os meus filhos é mais importante trabalhar no porto. Ele está oferecendo muito mais do que a pesca. O porto oferece melhores salários.

Dauto: Qual é o maior problema do BBV?

Edélsia: O porto traz muita poluição para o bairro. Temos muita poluição de *farelos* do porto. A rua ficou inviável, em função do movimento intenso de caminhão. Tanto que a prefeitura oferece um ônibus para o transporte das nossas crianças. Já aconteceu muito acidente e agora eles vão de ônibus. Não dá mais para caminhar em função dos carros e dos caminhões. O pescueiro que tinha ao redor do porto, não se pode mais pescar. Ali era um ótimo pescueiro. Ao redor do porto era um ótimo pescueiro, talvez seja por causa do farelo. Ali tem muito peixe só que a gente não pode se aproximar. Ali era uma área

ótima e agora o último berço construído por eles era o melhor pesqueiro que havia. Eles dragaram e colocaram as pedras por cima. Nós já pegamos muito camarão branco ali.

Dauto: Como se dá a relação da comunidade com o porto?

Edélsia: O porto atrapalha, não ficou tão bom como era. Eu não quero sair do bairro. O bairro é muito bom de viver. Eu não tenho vontade de sair de lá.

Dauto: Em relação a uma possível indenização de toda a comunidade, qual é a tua opinião?

Edélsia: Só se formos muito bem indenizados. Porque eu amo o bairro e não quero sair. Só se eu for obrigada a sair.

Dauto: Por que você tem duas atividades além da pesca?

Edélsia: Porque eu fiquei com pouca renda. Eu fui obrigado a ter mais uma atividade para sobreviver. Antes do acidente com a barça da NORSUL eu ainda vivia. Depois do acidente me deixou bem mal. Eu tinha uma atividade comercial vinculada à pesca, eu catava camarão, eu comprava dos outros. Assim que veio o acidente eu fiquei com tudo parado. Aí ficou pagamento de luz atrasada, contas. Ninguém comprou mais salgados, porque pensavam que tinha gotas de óleo.

Dauto: Como era a tua atividade comercial vinculada à pesca?

Edélsia: Eu pescava, os meus tios pescavam, eu comprava dos vizinhos e comercializava salgados, eu vendia filés embalados. Eu já tinha os meus compradores fixos, amigas e pequenos estabelecimentos comerciais. As minhas amigas do centro da cidade. Eles pediam e eu levava para eles. O pessoal do porto comprava o pescado fresco, assim que sai do mar. Pegávamos e vendíamos para eles. O peixe fora do gelo. Na área portuária eu vendi muito peixe, eu cresci vendendo peixe ali. Peixe e camarão. Eu trabalhei muito tempo vendendo salgados na lanchonete do porto com camarão que a gente pescava. Eu fazia salgados e vendia ali. Ainda hoje se pesca, mas não dá para sobreviver só do pescado. Hoje está muito difícil.

Dauto: Qual é o estado atual da pesca no BBV?

Edélsia: Hoje pesca-se de tarrafa na redondeza ou pesca-se nas ilhas de Gerival. Lá tem bastante canais para se pescar camarão branco. Hoje tem vários pescadores no bairro, com motores e sem motores. Tem um

pesqueiro na frente do bairro que se vai à remo. A gente pesca e vende em seguida. Temos o pescador Rodolfo (o mais experiente do bairro) que sabe tudo sobre pesca. Ele indica a hora de jogar a tarrafa de sair para a pesca. Ele já não pesca porque já está aposentado por invalidez. A maioria é cadastrado na Colônia Z-2, mas tem aqueles que fizeram registros em empresas e perderam o cadastro. Tem um pescador que perdeu o cadastro porque era trabalhador de outra empresa. Agora ficou desempregado e voltou a pescar. Eles voltam e continuam na pesca. É um meio de continuar a sobrevivência

ANEXO 06 - Entrevista com, Oscar Schmidt,
Diretor Administrativo do Porto de São
Francisco do Sul.

Dauto: Você pode falar sobre a origem do porto?

Schmidt: O porto de São Francisco do Sul nasceu, como nasceu basicamente todos os portos do país. Na verdade o que se procura na origem do transporte marítimo e movimentação de cargas de passageiros era um local com profundidade e uma certa proteção dentro dos mares. Então, os portos nasceram dentro de Baía, é o caso de Florianópolis, de São Francisco do Sul, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, etc.. Nasceram em função de águas abrigadas e em função de profundidades. O porto de São Francisco sucedeu um conjunto de atracadouros, que eram atracadouros de empresas que recebiam navios e movimentações de cargas de passageiros. E já em 1921 foi buscado um projeto para desenvolver um porto como se entende hoje, com perfil do porto de São Francisco, com o perfil físico. Depois houve um projeto que alinhava a ponta do “Rabo Azedo” (hoje, BBV) ao Hoepcke, que não vingou com o aterro que forma a CIDASC. Que prevaleceu foi esse desenho que iniciou um pouco antes da guerra e terminou em 1955, neste momento foi criada uma empresa, uma autarquia, já que o porto é uma concessão da união ao estado, autarquia para gerir o porto de São Francisco do Sul. Em linhas gerais essa é a história do porto de São Francisco.

Dauto: Qual é a constituição do porto hoje?

Schmidt: O porto como a gente entende hoje, como todos os portos, são instrumentos do comércio exterior. O patrimônio é da união, delegado ao Estado de Santa Catarina, que criou a autarquia para fazer o gerenciamento, a gestão do porto. Nesta condição de instrumento do comércio exterior, que ele vai passar a condição de autoridade portuária, ou seja, ele sai da operação e fica um formulador de gestão. Ele se responsabiliza pela infra-estrutura aquaviária, terrestre, berço de atracação, profundidade adequadas de recebimentos de navios e sai completamente da operação. Hoje o porto de São Francisco do Sul tem um arrendatário, o TESC, Terminal de Santa Catarina e tem outro arrendatário que é a CIDASC. Estes arrendamentos já estão vencidos vivem de um instrumento jurídico especial para se manter na condição de arrendatário, que a ANTAC está questionando na questão da CIDASC. Um conjunto de empresas privadas criadas com a lei de 1.830 de 1993 (Litoral, BUMGE, Soluções inteligentes) que atuam no porto. Trabalham no serviço de exportação de cargas de importação e exportação.

Dauto: Que tipo de serviço eles executam no porto?

Schmidt: O porto tem segmento de cargas, o container é uma embalagem somente. Cargas que eram transportadas soltas, com o advento dos containeres elas passaram a ser transportadas de forma mais segura e mais rápida de operação. O segmento de cargas conteneirizadas e o segmento de cargas a granel de exportação e importação sólida e líquida, basicamente foram focadas ao granel na soja e derivado e granel de importação (trigo e milho) com um volume um pouco menor, 500 mil toneladas ao ano. O granel de exportação com 4 milhões de toneladas ao ano e a carga conteneirizada cerca de 1,8 milhão de toneladas. Tem um terceiro segmento que é o de bobina de aço, basicamente ligado à Vega do Sul do grupo ArcelorMittal e agora um volume de exportação muito grande ligado à chapas de aço, com aquecimento muito grande deste material. Mesmo porque com a crise internacional em 2008 fez com que a movimentação de container no porto de São Francisco do Sul, que já teve 34 mil containeres se reduzisse a 14 mil contêineres/mês. Então, a queda neste segmento de cargas foi bastante. Algo significativo, mesmo porque com o advento do Porto Nave, que é um concorrente direto, com o porto de Itajaí e Paranaguá e no futuro com o Terminal de Itapoá, este volume tende a cair ainda mais ou se manter estável como está hoje.

Dauto: Antes do container como era o processo portuário?

Schmidt: O container no porto de São Francisco do Sul começou a ser movimentado de forma bastante pequena com 200 mil unidades movimentadas naquele ano de 1981. Depois ele foi crescendo e houve um aquecimento mundial neste tipo de operação e movimentação de contêiner. Ele foi crescendo de forma significativa e já nos idos de 2000 foi colocado os guindastes de terra especializados na movimentação deste segmento, chamado de MRC que deu um novo *input* nesta movimentação de segmento. Os guindastes de bordo, como eram chamados, tinham uma movimentação muito lenta e quando veio este guindaste de terra deu um *upgrade* muito forte, teve um aumento nesta movimentação.

Dauto: Como estão constituídos os trabalhadores portuários?

Schmidt: O desenho é da lei 1.830 de 1993, você tem dois tipos de trabalhadores portuários: a) trabalhadores portuários com vínculos, ou seja, os funcionários da Doca, servidor público do porto e b) o trabalhador sem vínculo, o trabalhador portuário avulso, o TPA. Estes últimos são formados por: estivadores, terrestres, consertadores, conferentes e vigias. Eles são registrados no Órgão de Gestão de Mão-

de-obra/OGMO e prestam serviços quando convocados para este tipo de atividade. Por segmento de cargas, por tipos de navios, há uma forma de escalação para que haja este revezamento, este giro de mão-de-obra. E este segmento de cargas onde um conjunto de trabalhadores requisitados, chamados de terno, dependendo do tipo de carga um certo volume de homem. No granel, por exemplo, o número de trabalhadores solicitados é menor em função da forma como é operado o granel de exportação, totalmente de forma mecanizada.

Dauto: Na OGMO eles são chamados de acordo com a carga ou tem que ter uma especialização na área?

Schmidt: A OGMO e Marinha do Brasil têm oferecido um conjunto de cursos de especialização para algumas atividades específicas, por exemplo, para guindaste. Os trabalhadores treinados para este tipo de operação, de especialização de equipamentos, são os de segmentos de consertadores. Os outros componentes de terno, os estivas e arrumadores são mais trabalhadores braçais. As empresas privadas é que requisitam junto ao OGMO um conjunto de trabalhadores para atender os navios que elas representam.

Dauto: Quantos trabalhadores estão ligados ao porto hoje?

Schmidt: O OGMO tem cerca de 700 trabalhadores e mais cerca de 200 funcionários ligados ao porto público. Mais os trabalhadores ligados aos serviços de transporte, perto de 2300 pessoas ligadas às atividades portuárias.

Dauto: Quais foram os últimos investimentos do governo federal no porto?

Schmidt: O porto de São Francisco do Sul tem investimento feito no segmento à granel de 1978. Com a CIDASC foi construído um berço de atracação e um armazém para armazenagem de exportação. Depois ao longo do ano alguns pequenos investimentos em dragagens. Só para se ter uma idéia no governo do Fernando Henrique Cardoso foi investido no porto 2.300 mil reais, com o governo do presidente LULA só em dragagens serão investidos 105 milhões de reais já iniciados. Está construído o berço 201 na ordem de 50 milhões, a derrecagem da laje da cruz, reforço estrutural do berço 101, 102 e 103. Só de obras em andamento o investimento será de 300 milhões de reais. E tem um terceiro momento que já foi aprovado em julho de 2009 que é a construção do berço 401 com custo estimado em 100 milhões de reais.

Com o PAC, neste momento do governo LULA, nestes, quase oito anos, teremos um investimento nunca visto no Porto de São Francisco do Sul.

Dauto: Os pátios de containeres, que estão fora do porto, estão diretamente ligados às atividades portuárias. Qual é a configuração destes pátios para o trabalho portuário?

Schmidt: O porto de São Francisco do Sul é um porto com projeto do ano de 1921, construído em 1939 e com término da construção em 1955. É um porto de terceira geração como é o porto de Itajaí, de Rio de Janeiro e o de Salvador. São portos que foram projetados para uma realidade histórica, foram portos projetados para receber um perfil de navio e um perfil de cargas. Com a modernização dos processos coloniais, com a evolução da frota mercantil mundial, foi crescendo em dimensão e necessitando, portanto, de navios de maior calado, os portos tiveram que se adequar a esta realidade. Algumas bibliografias especializadas dizem que para cada berço de atracação, para cada segmento de contêiner você teria que ter 120 mil metros de retro-área imediata de embarque e desembarque. Em São Francisco do Sul, temos hoje seis berços de atracação e tem no total: 180 mil m² de área. A área alfandegária de São Francisco do Sul é muito pequena para atender o volume de cargas em movimento. Então, esse conjunto de pátios de retro-áreas, que são de empresas privadas, que fazem uma complementação de atividades portuárias. No caso da Cargolink, possui recinto alfandegário especializado na exportação, com autorização para exportação e a Rochatop, que recebe exportação e importação, também com recinto alfandegário. Na realidade o porto é o conjunto de pátios de armazéns, alfandegários ou não, que complementam a atividade portuária. Que alimentam a atividade portuária em função da falta de espaço que nós temos para armazenar a carga dentro da área do porto de São Francisco do Sul. O porto não é só esta região geográfica circunscrita entre a Rua Eng. Leite Ribeiro e a Baía. O porto avança com esses parceiros, empresas privadas, com vários ramos de atuação, com armazéns, com pátios e que alimentam também a atividade portuária.

Dauto: Qual é a relação do porto com os pescadores artesanais da Baía da Babitonga ao longo da história?

Schmidt: A vocação econômica do município de São Francisco do Sul esteve sempre ligada às atividades marítimas, à prestação de serviço da navegação. Nesta mesma direção a atividade pesqueira é uma atividade

de sobrevivência de um conjunto de pescadores. Em um determinado momento esta relação entre pescador e trabalhador portuários esteve muito próxima. Eram trabalhadores que pescavam e se transformaram em pescadores que também trabalhavam na atividade portuária. A questão da pesca de alta tecnologia de barcos mais modernos esta pesca artesanal foi se reduzindo, mas foi um processo que se deu ao longo da costa. Então, têm convivido de forma pacífica em toda a história do porto. A questão ambiental, que tem permeado todos os portos e até a doutrina jurídica do país, ela tem feito com que os portos invistam neste tipo de monitoramento, para que a atividade portuária não prejudique a pesca artesanal, não prejudique a questão do turismo. Então o porto de São Francisco do Sul tem o programa de monitoramento ambiental, a um longo tempo, focado não só na questão da pesca mais também do turismo, da proteção das praias, do centro histórico. É uma demanda exigente da própria legislação que veio exigir isso de todos os portos brasileiros.

Dauto: E a relação do porto com os bairros circunvizinhos, especificamente o BBV?

Schmidt: O BBV tem na realidade a *gleba 8*, que é da propriedade da união sobre a guarda do porto. E entre a gleba 8 e a BUNGE há uma área que foi adquirida por uma empresa que fez um projeto para movimentar granel de importação. É uma área de invasão, já que nenhum deles tem a propriedade, mas tem a posse para fim pacífico ao longo de vários anos. Tem moradores que nasceram, se criaram, tem filhos e netos e estão ali ainda. É uma questão social muito séria. Primeiro porque estão na atividade portuária onde entra cargas com algum tipo de periculosidade, algum tipo de químico que pode vir prejudicar estes moradores. Segundo são pessoas muito pobres e que tem de ter atenção do estado, da união e do município. Devem ser deslocadas, mas com o mínimo de dignidade, porque de uma forma ou de outra eles estão próximo do mar e usam como fonte de renda ou complementam com a renda familiar. Estão próximos das farmácias, das escolas dos filhos e colocá-los e um bairro distante onde não se tem o mínimo de estrutura é uma coisa criminosa. Então, eu quero crer que o estado e a união pensem de forma criteriosa sobre estas pessoas e vê se elas querem sair. E, depois, para onde elas gostariam de ir.

Dauto: Qual é a sua concepção, enquanto diretor do porto, sobre o processo de formação do BBV?

Schmidt: A questão do BBV, na construção do porto, toda a estrutura de escritório da construtora nacional de engenharia de portos, ela tinha um conjunto de escritórios de madeiras e com o término das obras do porto esses escritórios ficaram ali foram utilizados, inclusive pelas pessoas que trabalharam no porto ou de alguma forma foram ocupando aquela área pelas oportunidades do porto, pelas proximidades da cidade. É uma área que não tinha acesso, a luz foi colocada recentemente (não mais que vinte anos). Então, não tinha água, não tinha luz, não tinha o mínimo de suporte para as pessoas viverem ali, mas elas foram ficando em função da proximidade com o centro da cidade. Foram criando um aglomerado de famílias, de pessoas carentes, ocupando aqueles espaços. As pessoas foram constituindo famílias que por sua vez começaram a casar e reproduzir. Os pais com os filhos e com os netos todos já casaram e continuaram a viver naquela região. E outras pessoas que apareceram depois. Então, foi criando este bairro desta forma.

Dauto: E como está o projeto da construção do berço na área indenizada do BBV?

Schmidt: Ele está em processo de licenciamento ambiental. Nós temos a informação disso.

Dauto: Qual é a atividade mais comum exercida pelos pescadores dentro do porto?

Schmidt: Toda mão-de-obra ligada à OGMO ela é entendida como mão-de-obra braçal. Quando eles são aposentados é isso que fica especificado, exceto os conferentes que têm uma atividade de controle de cargas. Na verdade é o estivador que pesca, não é o pescador que é estivador. A renda do trabalhador portuário avulso é bastante significativa. Eles têm moto, tem carro, tem casa, eles têm salários digno, bem acima da média do trabalhador braçal. Você não vê um estivador ganhando um salário mínimo.

Dauto: Qual é a situação legal destes trabalhadores com a OGMO?

Schmidt: São trabalhadores avulsos, mas têm todos os direitos, como; FGTS, INSS, como qualquer trabalhador.

Dauto: Você gostaria de fazer as suas considerações finais?

Schmidt: O tipo de trabalho que você está realizando é muito interessante para servir da base, de subsídios para o porto, para o trabalhador portuário para eles se encontrarem dentro deste processo.

Em 2008 passou pelo porto 6,8 bilhões de dólares, então só para a gente ter idéia da importância que é um instrumento do comércio exterior como é a atividade portuária. 90% da movimentação das mercadorias produzidas no estado passa pelo porto, tendo mais três portos, imagina como é importante este porto. Como foi importante esse projeto nacional do PAC para os portos do Brasil e, particularmente, ao porto de São Francisco do Sul. Está adequando o porto a uma realidade que é mundial, ou você se adequa ao tamanho dos navios, ao calado dos navios, oferecendo profundidade, berço de atracação, equipamento, agilidade, tecnologia de administração ou você está fora deste mercado mundial. A comunidade de São Francisco do Sul não aprendeu a ver o porto como um instrumento do comércio exterior que é dinâmico e forte.

ANEXO 07 - Entrevista com Ismael dos Santos, ex-pescador artesanal, presidente da Colônia Z-2 e, atualmente, vereador no município de São Francisco do Sul.

Dauto: Qual é a história da Colônia Z-2 em São Francisco do Sul?

Ismael: A Colônia Z-2 foi fundada em 25 de outubro de 1921. Ao longo do tempo, na realidade no início era uma escola, porque a Marinha era quem despachava os documentos da pesca e as Colônias ficavam responsáveis pelas escolas. Somente depois as colônias começaram a trabalhar com a parte burocrática: a fazer a emissão de documentos e a defender a categoria, trabalhando com questões sociais e até com questões jurídicas. A Colônia era chamada de “Casa de Pescador”, e eu sempre a conhecia como “Casa do Pescador”. Com o tempo, as Colônias passaram a ter autonomia de representar os pescadores artesanais diante dos governos federal, estadual e municipal. Então, ela é a entidade de classe que consta na Constituição: as Colônias são representantes legais dos pescadores artesanais. Hoje, as Colônias estão passando por uma reforma estatutária em todo o Brasil. Elas passaram por um momento muito difícil, a pesca passou por um momento muito difícil. Com a política do governo do Presidente LULA, a quem não sou partidário, não sou petista, mas a classe pesqueira tem que bater palma para o tipo de política desenvolvida. Hoje, temos um Ministério da Pesca e uma nova lei da pesca. Temos uma política pensando em dias melhores para a pesca. Basta ver que o extrativismo, aquilo que é tirado do mar, com o passar do tempo – pelo menos aquilo que é tirado dentro de Baías, de rios - isso vai acabar, principalmente dentro de rios e baías e lagoas. Isso deve acabar. Ela vem caminhando para isso. E vai se trabalhando o cultivo de ostras, de mexilhão, camarão em tanques/redes e peixes. Dentro da Baía ela acaba e em alto mar ela vai continuar um pouco mais, mas a política já vem trabalhando neste sentido. Mesmo porque nos países chamados de “Primeiro Mundo” já tem tecnologia e já estão produzindo em grande quantidade várias espécies. Na África já se cultiva ostras, na China é forte em alga e peixes no Chile e na Espanha. Então, com esta política as Colônias deram uma “respirada”, passaram uma fase difícil e agora elas estão se ressurgindo, com a reforma estatutária, com a lei da pesca e com a criação do Ministério. Não são todas no Brasil, tem Colônias de portas fechadas e não tem a estrutura que a gente tem. Das 36 colônias existentes no Estado, igual à de São Francisco do Sul se encontra de quatro a cinco. Então, são poucas que estão começando uma nova jornada com este tipo de política. O que a Colônia Z-2 faz hoje é prestar atendimento odontológico, atendimento médico (mas estamos em falta). A função da Colônia é trabalhar com a base dos pescadores artesanais, estamos na luta em Brasília sobre um “Termo de Ajuste de Trabalho”, em função de uma busca do “Código

Sindical”. Esta é uma luta com o sindicato, uma vez que o sindicato cuida da pesca industrial e quer se infiltrar na pesca artesanal, sabendo que as Colônias são as representantes, mas não tinham o código sindical. Hoje, é uma batalha em Brasília que está no fim e vai ser dado o Código Sindical. As Colônias estão aí para prestar o atendimento ao pescador, fazer o elo entre os pescadores e os órgãos competentes dos governos constituídos.

Dauto: Quais são as vantagens de se estar vinculado à Colônia?

Ismael: Hoje, o pescador que estiver filiado à Colônia de pesca tem assistência de saúde, tem toda a documentação para que ele possa ficar no benefício, através do INSS, já que o pescador é cadastrado como INSS, como segurado especial. São duas categorias, agricultor e pescador, que são segurados especiais do governo. A gente faz os encaminhamentos para o benefício da mulher do pescador, no caso de auxílio natalidade, de aposentadoria, para toda a documentação do pescador, carteira, liberação de pesca e tem, também o trabalho social que a Colônia faz. Por exemplo, se o pescador quiser uma declaração de renda, ele consegue aqui conosco. O pescador ganha entre um e três salários mínimos, se precisar de uma declaração a Colônia fornece. A gente fornece entre 1000 e 2000 reais em remédios para os pescadores. O pescador que vai à Farmácia Popular e ao Pronto Socorro e não encontra os remédios, ele vem na Colônia e nós liberamos para que ele compre em uma outra farmácia. Então, nós fizemos este trabalho que, para nós, custa caro. As Colônias, em geral, subiram um pouco, mas ainda se mantêm com sacrifício. O trabalho da Diretoria, do Presidente e da Federação de Pesca Catarinense, que apoia muito as Colônias, dão total apoio às Colônias. Então, é este trabalho que nós fazemos: assistência previdenciária, assistência social e a parte burocrática (tramitação de documentos).

Dauto: Qual é o estado das Colônias de pesca em Santa Catarina na atualidade?

Ismael: As Colônias saíram de uma nota 5 para nota 7,5. A pesca estava estagnada, o governo catarinense abandonou a pesca. Se eu posso fazer uma crítica é para o Governo do Estado. Não teve investimento, não projetaram nada para ajudar a pesca, as Colônias e os pescadores. A sorte foi que o Governo Federal fez investimentos, caminhamentos de empréstimos. De 2003 até o momento atual o banco já liberou mais de três milhões de reais, então, foi um avanço. Nós tínhamos a permissão

de pesca e há doze anos o IBAMA não liberava a pesca do camarão de sete-barbas, o Governo recentemente liberou algumas. Agora, estamos cadastrando as embarcações para o óleo subsidiado, está chegando uma fábrica de gelo, vinda do Governo Federal, então subiu bastante as Colônias com o Governo do presidente LULA. O pescador hoje tem um ponto de referência. Eu não falei antes, mas nós também temos o encaminhamento do defeso, hoje nós temos quase 400 pedidos de defeso de pesca na Baía e esse ano vai chegar a 600 pedidos. Na real, todo mundo gosta de comodidade, quando o negócio aperta, ele [pescador] vem, mas ele não tem aquela preocupação se está tudo funcionando. São poucos que se preocupam e perguntam como estão os projetos, o que estamos trabalhando. Esse trabalho é mais da Diretoria, se você for escutar todos os pescadores você não trabalha.

Dauto: Quantos pescadores estão cadastrados na Colônia?

Ismael: Hoje, nós temos 1000 pescadores entre homens e mulheres, porque mulher de pescador quando não está empregada ela tem o direito adquirido. Ela passa a ser pescadora só por ajudar o marido, não precisa nem ir ao mar, é o chamado “Regime de economia familiar”. Então, nós temos cerca de 700 homens e 300 mulheres cadastradas.

Dauto: Qual é o número de pescadores artesanais de São Francisco do Sul?

Ismael: Uns 500 pescadores que fazem da pesca 80% da renda familiar. Depois temos mais 200 que fazem os “bicos”, mas vão ao mar, não tem carteira assinada e tem os direitos da pesca também. Mas os que vivem diretamente da pesca nós temos uns 400 a 500.

Dauto: Qual é a relação do porto com a pesca?

Ismael: O porto público sempre foi administrado pelo Governo do Estado, então os sindicatos sempre trabalharam da seguinte forma, se você for filho de estivador você tem espaço, se você é neto você tem espaço e isso foi passando pelas famílias. Dificilmente eles abrem espaço. Para trabalhar no porto, como estatutário, somente através de concurso e filho de pescador, hoje em dia, estuda, faz ensino médio, faculdade, mas a família do pescador dentro do porto a porcentagem é mínima.

Dauto: Temos dados da OGMO que grande parte de pescadores, por exemplo, os do Bairro do Paulas estão cadastrados como trabalhadores

portuários, como você explica isso?

Ismael: Para o Governo o pescador artesanal não tem vínculo. Esses pescadores que estão lá são os que prejudicam os pescadores artesanais. Eles não podem ter a pesca como segunda renda, eles têm que ser pescadores amadores. Eu não considero pescador estes que trabalham com carteira assinada. Está travado uma guerra no município sobre esta questão. Há uma intenção de expansão de áreas retro-portuárias e o sindicato não quer permitir. Só permite porque esses empreendimentos irão ocupar a mão-de-obra destes pescadores. Eles querem trabalhar em todos os lugares e eu acho isso injusto. Procuram outros empregos uma vez que a pesca está em decadência na Baía da Babitonga e o fator maior é o aterro do linguado e a poluição de Joinville. Então, esses sindicatos não querem deixar a coisa expandir. Na minha concepção, já que a pesca está em decadência, deveríamos incentivar o filho do pescador a trabalhar dentro do porto, especialmente aquele mais novo. Um pescador de 40 anos ainda consegue ingressar em um trabalho de vigilância, de limpeza ou de serviço geral.

Dauto: Qual é o maior problema da pesca na atualidade em São Francisco do Sul?

Ismael: A cada ano pior, especialmente nos últimos quatro anos. O nosso problema maior é o Canal do Linguado, segundo a poluição de Joinville e terceiro a falta de fiscalização. Três pontos chaves que se recuperados recolocaria o estoque pesqueiro. Também temos o defeso em período errado. Vieram aqui [na Baía da Babitonga] fizeram uma tese e o CEPSUL acatou. Baixaram a portaria, estabeleceu-se esta lei e agora não muda porque vai passar por cima da tese. Muitas vezes não se ouve a parte prática, chegaram a defender uma tese onde o camarão desovava lá fora [fora da Baía da Babitonga]. Aqui não acontece isso. Na Babitonga a camarão entra com ova e desova lá na margem da Baía. Hoje nós temos o período de defeso de novembro a janeiro para o camarão branco, na Baía da Babitonga, mas se você for, agora, jogar uma rede vai pegar só camarão com ova que está entrando na Baía. De agosto a outubro os camarões estão indo embora.

Dauto: Você foi pescador artesanal? Conta um pouco da tua história com a política?

Ismael: Eu estudei até o ensino médio. Meu pai era empresário e eu estudei em colégio particular. A empresa teve problemas, entrou em falência. Tivemos problemas com a safra do camarão durante dois anos

e sendo assim não consegui concluir os meus estudos e fui embora. Fiquei indignado com tudo e fui para Cananéia, São Paulo. Fiquei sete anos pescando em barcos grandes. Pescávamos cação, sete-barbas, camarão branco. Voltei e comecei a trabalhar com meu pai ele havia recuperado a parte financeira e eu fiquei pescando aqui, na costa, pesca artesanal. Pesquei durante quinze anos pescando camarão sete-barbas. Com o passar do tempo pensamos em fazer uma associação de pescadores do Bairro do Paulas e o pessoal incentivava para eu ser o presidente. Aí fundei e fui presidente por dois mandatos. Começamos a fazer a Festa da Associação e no mesmo momento a Colônia Z-2 estava bem precária em 2001 e o pessoal mais uma vez começou a pedir para que eu fosse presidente. Eu chamei alguém para ser presidente e eu fiquei como secretário. Fizemos as eleições e ganhamos. Na morte do presidente eu assumi a presidência. Houve a reeleição e em 2008 o mesmo pessoal começou a comentar para eu ser candidato a vereador. Eu aceitei e deu certo, com o trabalho que a gente fez aqui. Tive a felicidade de acontecer aquele acidente com a barcaça da NORSUL, abrimos 1500 ações no Ministério Público e conseguimos as devidas indenizações para os pescadores e isso tudo me ajudou. Nesta eleição fiquei o quinto mais votado. Só que na política você tem que estar consciente que tu tens que ter cinquenta aliados mais um e deixar os quarenta e nove “gritar”. Não tem o que fazer. Não tem outra forma. E, hoje acontece, você é amado por alguns e odiado por outros. Agora com esta polêmica com a NORSUL, do novo porto, eu travei guerra com todo mundo do sindicato e eu tenho amigos no sindicato. Tenho pessoas da família que trabalham, mas eu não posso travar o município. Existem as leis ambientais e para um empreendimento se efetivar ele precisa obedecer à legislação. Se as pessoas que estudam e os órgãos ambientais estão dizendo que a obra pode ser construída, como é que um sindicato vai dizer que está errado. Quer dizer que a FATMA não tem valor nenhum e o IBAMA, igualmente? Eu sou a favor da instalação, mas só da seguinte forma: tem um documento protocolado na empresa, está em Brasília, obrigando a empresa a atender os pescadores na hora que começar. Nós temos que trabalhar os projetos para a melhoria das Colônias de Pesca, temos que empregar os filhos dos pescadores, temos que dar cursos e se isso não funcionar é mais uma guerra que eu abro contra a empresa. A lei de compensação ambiental existe para isso e a classe atingida tem que ser compensada. A empresa está chegando tem 300 milhões para investir, 50 milhões, no mínimo, vão ficar girando dentro da cidade, em compras de ferramentas, em mão-de-obra, em

alimentação, em contratação, em hotelaria. Você tem que pensar desta forma. Só assim se cresce. O dinheiro tem que girar, cidade sem construção não desenvolve. Se você não desenvolve a tua cidade, a cidade vizinha vai desenvolver e ela desenvolvendo vai te prejudicar. Ela tem que desenvolver de forma organizada.

Dauto: Qual é a sua leitura sobre a ocupação do BBV?

Ismael: Aquela comunidade sempre dependeu da pesca. Hoje o nível de poder aquisitivo, deste bairro, melhorou um pouquinho, não é o mesmo de vinte anos atrás. A Edésia, uma pescadora do BBV, já esteve muito dentro do mar, mas hoje 80% da renda, não é da pesca, vem é costura. Nós temos cadastrados umas 8 pessoas e o restante são trabalhadores que ainda pescam. Para a pesca, o empreendimento não causa impactos, em função do porto ocupar uma área da pesca. Os peixes que fazem parte do *habitat* são badejos, meros e por lei não estão liberados para a pesca.

Dauto: Como se dá a migração de pescadores para o trabalho portuário?

Ismael: Sim, é preferível tirar o pescador da Colônia e colocá-lo como mão-de-obra de um porto, pelo menos ele vai dar uma estabilidade melhor para a família dele. Porque na pesca ele ganha 30 reais, por dia e gasta 100 e a dívida vai acumulando. Geralmente não se tem o mesmo volume de pesca todos os dias. É preferível retirar um pouco de pescadores do mar e se empregar como assalariados.

Dauto: Qual a tendência da pesca?

Ismael: A pesca de plantio deve ser o caminho alternativo. A gente tem um experimento de ostras lá na Comunidade de Laranjeiras e sabemos que nem todos vão se adaptar ao novo trabalho. Já conseguimos tirar alguns pescadores e colocá-los dentro desta atividade. Daqui a pouco vai o filho que está estudando e contribui com uma idéia melhor, faz um empréstimo, vai investindo e faz uma coisa melhor.

Dauto: Qual é a relação do porto com a pesca artesanal em São Francisco do Sul:

Ismael: O porto não prejudica a pesca do BBV, deve prejudicar poucas pessoas e passa a ser insignificante para o município. Os dois maiores pontos pesqueiros da região são o cais do porto, há muitos peixes grandes e a mono-bóia da TRANSPETRO. São os dois melhores pontos pesqueiros que temos em São Francisco do Sul. São dois pontos proibidos, que tem muito alimento para os peixes, mas os pescadores

vão lá pescar. Diminui o tempo de pesca, os pescadores vão direto neste ponto. Eu me lembro que antes eu jogava estopa de óleo no mar, hoje eu não jogo papel de bala pela janela do carro. As coisas vão evoluindo, você vai aprendendo. Eu não vejo problema nenhum do porto.